A TEORIA MARXISTA DO VALOR

Esta não é uma versão desta ou daquela tendência ortodoxa ou heterodoxa. Sem perder a profundidade e o rigor lógico, o Autor apresenta a essência do pensamento de Marx sobre a teoria do valor.

Começando pelo tema da fetichização da mercadoria e concluindo com o que é e não é trabalho produtivo, Rubin desenvolve temas tais como "a reificação das relações de produção entre as pessoas e a personificação das coisas", "igualdade de produtores de mercadorias e igualdade de mercadorias", "trabalho social", "trabalho abstrato", "trabalho qualificado", "trabalho socialmente necessário", e acaba por montar o arcabouço completo, não fragmentos soltos, da teoria do valor tal como trabalhado pelo próprio Marx.

A exposição da obra é empolgante porque Rubin, ao cruzar armas com respeitados intérpretes de Marx, utiliza argumentos contundentes e vigorosos para contestar os desvios e as "leituras parciais" contaminadas pelo pensamento positivista.

Em suma, *A teoria marxista do valor* é um trabalho importante para quantos queiram entender a teoria que toma o valor como a expressão de uma sociedade em que o indivíduo só existe enquanto produtor de valor de troca, o que implica a negação absoluta de sua existência natural.

A TEORIA MARXISTA DO VALOR

polis

isaak illich rubin

A TEORIA MARXISTA DO VALOR

Teoria e História 13

polis

Coleção Teoria e História 13

I. I. RUBIN

A TEORIA MARXISTA DO VALOR

Tradução
José Bonifácio de S. Amaral Filho
Prefácio
Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

editora polis
1987

Capa de
LÚCIO YUTAKA KUME

Ilustração baseada em "Composição com vermelho, amarelo e azul, 1921" de Piet Mondrian.

1987
LIVRARIA E EDITORA POLIS LTDA.
04138 — R. Caramuru, 1196 — (011) 275-7586
São Paulo

Índice

NOTA DO TRADUTOR

A tradução da obra de Isaak Illich Rubin, para a língua portuguesa foi feita a partir da edição em inglês *Essays on Marx's Theory of Value*, Black & Red, Detroit, 1972, traduzida do original russo *Ocherki po teorii stoimosti Marksa*, Gosudarst vennoe Izdatelsvo, 3ª ed., 1928, por Fredy Perlman e Milos Samardźija. A seguir, cotejamos com a versão em espanhol *Ensayo sobre la teoria marxista del valor*, Cuadernos de Pasado y Presente, nº 53; Mexico.

Prefácio à Edição Brasileira

Nada pode causar mais desavenças entre os economistas do que a palavra *valor*. Em torno desta questão já se derreteu muita massa cinzenta e já se esgrimiram argumentos do mais variado calibre, sem que a controvérsia tenha arrefecido. Alguém poderia indagar se a vitalidade desta disputa seria, em si mesma, reveladora de sua importância para os cânones científicos da Economia Política, ou se, pelo contrário, denotaria o vezo particular dos economistas pela irrelevância. Afinal a fatuidade teve momentos gloriosos na história da inventiva e do pensamento humanos. Não cremos, porém, que a questão do valor possa ser despejada nesta vala de inutilidades.

A batalha que fere os estudiosos em torno da problemática do valor envolve, na verdade, a própria constituição do objeto da Economia Política.

O nascimento da Economia Política, como disciplina autônoma, está amplamente comprometido com as transformações ocorridas na Europa Ocidental que culminaram com a Revolução Industrial, na Inglaterra, e a Revolução Francesa, no Continente. As três últimas décadas do século XVIII assistiram à eclosão de uma dupla revolução — econômica e política —, cujos contornos foram sendo esboçados ao longo dos seis séculos anteriores. O renascimento do comércio havia comprometido as bases econômicas do feudalismo, já desgastadas desde as Cruzadas pelo depauperamento e extermínio físico da mão-de-obra. O processo de formação dos Estados Nacionais subtraiu o poder político dos senhores feudais, centralizando-o, cada vez mais, nas mãos do soberano: as monarquias nacionais cimentavam pouco a pouco o mosaico inarticulado do poder feudal. A Reforma religiosa dispensou a

mediação da Igreja nas relações entre Deus e os Homens e conciliou o trabalho secular com a salvação da alma. Finalmente a dúvida cartesiana libertou a *razão* e despertou o *indivíduo* de sua submissão à "ordem revelada".

O nascimento da Economia Política, no final do século XVIII, responde, quer às modificações ocorridas no "impessoal subsolo da história, quer às transformações operadas na consciência dos povos. Surge como uma tentativa de explicação de um mundo abarrotado de mercadorias onde os homens trocavam seus produtos não para consumir, senão para trocar de novo amanhã". A aceleração destas transformações reclamava uma explicação sobre a natureza da sociedade emergente e precipitava indagações sobre os caminhos que poderia seguir. A concepção de "ordem revelada" cedeu lugar à idéia de "ordem natural", cujos fundamentos estavam à mercê da análise racional. Neste sentido, também a sociedade estaria submetida a leis de funcionamento semelhante àquelas que presidiam o reino da natureza.

O impulso de perseguir os próprios interesses dispunha o indivíduo ao relacionamento com os demais e o complexo destas relações voluntárias constituía a sociedade global e ditava as normas de seu funcionamento. A Economia Política nasce com a responsabilidade de desvendar a "lei natural" que cimentava uma sociedade econômica dilacerada pela busca permanente do ganho privado. Incumbia-lhe enunciar a "lei invisível" que guiava o particularismo dos interesses na direção do interesse geral.

Daí o conceito de valor surgir como pedra angular da investigação clássica. Adam Smith e Ricardo, quaisquer que sejam as diferenças entre eles, perseguem, através do conceito de valor, a essência da "naturalidade" da sociedade que viam nascer. A generalização da produção para a troca parecia-lhes um fenômeno crucial e essa constatação os levou a investigar o *conteúdo natural* da troca generalizada e permanente, como forma de existência da sociedade econômica. Isto equivale a dizer que lhes parecia decisivo desvelar o *critério social* que permitia a validação da troca reiterada e, portanto, determinava as razões de troca entre as mercadorias produzidas. A determinação do valor de troca ou do valor relativo das mercadorias passaria, assim, a se constituir no passo mais importante da caminhada em busca da revelação do caráter natural da nova sociedade.

Smith e Ricardo, ao sustentarem que o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as classes de bens, estão afirmando que o trabalho é, na verdade, o *conteúdo natural* das relações sociais fundadas na troca. E que estas relações só podem ser explicadas a partir de

uma equivalência estabelecida em termos de quantidades de trabalho. Assim, a teoria do valor trabalho, proposta por Smith e Ricardo, ao dar solução para o problema da determinação do valor relativo das mercadorias, cumpre simultaneamente o papel de assegurar o caráter "natural" da troca e da sociedade que se desenvolve a partir dela. A "ordem natural" reaparece na análise de Smith e Ricardo metamorfoseada no "valor de troca", enquanto expressão do trabalho, o eterno castigo dos homens.

*

* *

O livro de Rubin, *A Teoria Marxista do Valor*, é a mais bem sucedida tentativa de diferenciar a problemática marxista do valor daquela proposta pelos economistas clássicos. "Antes de Marx", diz ele, "a atenção dos economistas clássicos e de seus epígonos se concentrou no conteúdo do valor, principalmente em seu aspecto quantitativo (quantidade de trabalho), ou no valor de troca relativo, quer dizer, nas proporções quantitativas da troca. Submeteram à análise os dois extremos da teoria do valor: o desenvolvimento da produtividade do trabalho e a técnica como causa interna da variação de valor, e as mudanças relativas do valor das mercadorias. Mas faltava a vinculação direta entre estes dois fatos: a forma do valor, isto é, o valor como a forma que se caracteriza pela coisificação das relações de produção e a transformação do trabalho social em uma propriedade dos produtos do trabalho".

Marx, ao contrário dos clássicos, não toma o valor como a essência da *naturalidade* da sociedade, mas sim como a expressão de uma sociedade em que o indivíduo só existe enquanto produtor de valor de troca, o que implica a negação absoluta de sua existência natural. Assim, a produção de valor de troca já inclui em si a coerção ao indivíduo. A atividade particular de cada produtor só adquire sentido quando sancionada pela forma geral do valor de troca, isto é, pelo dinheiro. A mercadoria só se confirma como *valor* no momento em que se transforma em mercadoria geral, em dinheiro. E o trabalho concreto de cada um só é validado como trabalho social quando seu produto é acolhido pelo dinheiro como representante do trabalho em geral.

Neste sentido, a teoria do valor de Marx é, sim, uma teoria do valor absoluto ou uma fenomenologia da *absolutização do valor*. Rubin exprime esta idéia, afirmando que "desde o momento em que a troca se

converte na forma dominante do trabalho social e as pessoas produzem especialmente para a troca, o caráter do produto do trabalho como valor é tomado em consideração na fase de produção direta. Mas este caráter do produto do trabalho não é ainda aquele que adquire quando de fato é trocado por dinheiro, quando, nas palavras de Marx, seu valor ideal se transforma em seu valor real e a forma social das mercadorias é substituída pela forma social do dinheiro". Desta forma, já nesta sociedade de produtores independentes, o dinheiro se ergue frente a seu trabalho como uma potência autonomizada que regula seus movimentos e ordena seus desejos.

Na sociedade capitalista, o dinheiro, funcionando como capital, não se contrapõe mais ao trabalhador apenas como algo estranho, senão hostil e antagônico. O capital, como personificação da riqueza abstrata, exige de forma radical e avassaladora a submissão do trabalhador e impõe a redução de todo o trabalho a mero suporte do processo de valorização. O *valor*, aqui, não se revela apenas uma potência autonomizada, reclamando a todo o momento a vassalagem dos produtores de mercadorias, senão assume a forma de um "fetiche automático" que aniquila a independência dos produtores diretos, os coloca sob seu comando, impõem-lhes a disciplina da fábrica e, ao cabo, os subjuga material e espiritualmente, ao entregá-los aos movimentos da máquina, sempre no afã incessante de se acrescentar a si mesmo.

Este processo de valorização do capital é, ao mesmo tempo, um processo de desvalorização do trabalho. Não só porque o capitalismo "desqualifica" sistematicamente a força de trabalho, dispensando as habilidades do trabalhador, até transformá-lo num mero supervisor da operação da maquinaria, mas também porque o emprego crescente da máquina torna sua presença cada vez mais dispensável. Marx, nos *Gundrisse*, chegou a vislumbrar o momento em que o avanço dos métodos capitalistas de produção tornariam o tempo de trabalho uma "base miserável" para a valorização da imensa massa de valor que deverá funcionar como capital.

A teoria do valor trabalho proposta por Marx — e Rubin o demonstra cabalmente — está longe de se constituir numa investigação sobre a determinação dos valores relativos, isto é, numa inútil perseguição dos "valores de equilíbrio" de um sistema de produção que se move continuamente no sentido de aniquilar sua base de valorização e de "desvalorizar" sua própria medida. E, portanto, no sentido de negar sua própria "natureza".

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

Introdução

Existe uma estreita relação conceitual entre a teoria econômica de Marx e sua teoria sociológica, a teoria do materialismo histórico. Há alguns anos, Hilferding mostrou que a teoria do materialismo histórico e a teoria do valor-trabalho têm o mesmo ponto de partida: especificamente, o trabalho como elemento básico da sociedade humana, elemento cujo desenvolvimento determina, em última instância, todo o desenvolvimento da sociedade.[1]

A atividade de trabalho das pessoas encontra-se num processo de modificação constante, às vezes mais rápida, outras mais lenta, e tem um caráter diferente em diferentes períodos históricos. O processo de modificação e de desenvolvimento da atividade de trabalho das pessoas compreende dois tipos de modificações: em primeiro lugar, as modificações nos meios de produção e métodos técnicos, através dos quais o homem atua sobre a natureza — em outras palavras, modificações nas *forças produtivas* da sociedade; em segundo lugar, correspondentemente a essas modificações, produzem-se outras em toda a estrutura de *relações de produção* entre as pessoas, entre os participantes do processo social de produção. As *formações econômicas ou tipos de economia* (por exemplo, a antiga economia escravista, a economia feudal, ou a capitalista) são diferentes segundo o caráter das relações de produção entre as pessoas. A Economia Política teórica trata de uma

(1) Hilferding, R. — "Böhm-Bawerks Marx-Kritik", *Marx-Studien*, Viena, 1904 (ver, em espanhol, *Hilferding, Böhm-Bawerk e Bortkiewicz* — "Economia Burguesa y Economia Socialista", *Cuadernos de Pasado y Presente*, nº 49 — México).

formação sócio-econômica determinada, especificamente, da *economia mercantil-capitalista.*

A economia capitalista representa a *união* do processo técnico-material com suas formas sociais, isto é, a totalidade das relações de produção entre as pessoas. As atividades concretas das pessoas no processo de produção técnico-material pressupõem relações de produção concretas entre essas pessoas, e vice-versa. O *objetivo último* da ciência é compreender a economia capitalista como um todo, como um sistema específico de forças produtivas e relações de produção entre as pessoas. Mas, para aproximar-se deste objetivo último, a ciência tem de separar, de início, através da abstração, *dois diferentes aspectos* da economia capitalista: o técnico e o sócio-econômico, o processo de produção técnico-material e sua forma social, as forças produtivas materiais e as relações de produção sociais. Cada um desses dois aspectos do processo econômico é objeto de uma ciência distinta. A ciência da engenharia social, mesmo que em estado embrionário, deve fazer objeto de sua análise as forças produtivas da sociedade, na medida que interagem com as relações de produção. Por outro lado, a *Economia Política teórica* trata das relações de produção específicas da economia capitalista, na medida que interagem com as forças produtivas da sociedade. Cada uma dessas duas ciências, lidando com apenas um aspecto de todo o processo de produção, pressupõe a presença do outro aspecto deste processo, na forma de um suposto subjacente à investigação. Em outras palavras, muito embora a Economia Política trate das relações de produção, ela sempre pressupõe seu vínculo inquebrantável com o processo de produção técnico-material, e em sua investigação supõe um estágio e um processo concretos de modificação das forças produtivas materiais.

A teoria do materialismo histórico de Marx, e sua teoria econômica, giram em torno de um mesmo problema básico: a relação entre as forças produtivas e as relações de produção. O objeto de ambas ciências é o mesmo: *as modificações das relações de produção, que dependem do desenvolvimento das forças produtivas*. O ajustamento das relações de produção às modificações das forças produtivas — processo que reveste a forma de contradições crescentes entre as relações de produção e as forças produtivas, e dos cataclismas sociais provocados por essas contradições, são o tema básico da teoria do materialismo histórico.[2] Aplicando esta abordagem metodológica à sociedade

(2) Deixamos de lado, aqui, a parte da teoria do materialismo histórico que trata das leis de desenvolvimento da ideologia.

mercantil-capitalista, temos a teoria econômica de Marx. Esta teoria analisa as *relações de produção da sociedade capitalista* e seu processo de modificação, enquanto provocado por modificações das forças produtivas, e o crescimento das contradições, que geralmente se expressam nas crises.

A Economia Política não analisa o aspecto técnico-material do processo de produção capitalista, mas sua *forma social*, isto é, a totalidade das relações de produção que constituem a "estrutura econômica" do capitalismo. A técnica de produção (ou as forças produtivas) só se inclui no campo de investigação da teoria econômica de Marx como um suposto, como um ponto de partida, tomado em consideração na medida indispensável para a explicação do genuíno objeto de nossa análise, as relações de produção. Coerentemente aplicada, a distinção feita por Marx entre processo técnico-material da produção e sua forma social coloca em nossas mãos a chave para a compreensão de seu sistema econômico. Essa distinção, ao mesmo tempo, define o método da Economia Política enquanto ciência *social* e *histórica*. No variado e diversificado caos da vida econômica, que representa uma combinação de relações sociais e métodos técnicos, esta distinção conduz nossa atenção precisamente para as relações sociais entre as pessoas no processo de produção, relações de produção para as quais a técnica de produção serve como suposto ou base. A Economia Política não é uma ciência das relações *entre as coisas*, como pensavam os economistas vulgares, nem das relações *entre as pessoas e as coisas*, como afirmou a teoria da utilidade marginal, mas das relações *entre as pessoas* no processo de produção.

A Economia Política, que trata das relações de produção entre as pessoas na sociedade mercantil-capitalista, pressupõe uma forma social concreta de economia, uma formação econômica concreta de sociedade. Não conseguiremos compreender corretamente nenhuma afirmação de Marx em *O Capital* se negligenciarmos o fato de que estamos tratando de eventos que ocorrem numa sociedade específica. "Do mesmo modo que em toda ciência histórica e social em geral é preciso ter sempre em conta, a propósito do curso das categorias econômicas, que o sujeito — neste caso, a sociedade burguesa moderna — está dado tanto na realidade efetiva como no cérebro; que as categorias exprimem, portanto, formas de ser, determinações de existência, freqüentemente aspectos isolados desta sociedade determinada, deste sujeito..." "Também no método teórico [da Economia Política], o sujeito — a sociedade — deve figurar sempre na representação como pre-

missa."[3] Partindo de um suposto sociológico concreto, a saber, da estrutura social concreta de uma economia, a Economia Política nos dá, antes de mais nada, as características desta forma social de economia e das relações de produção que lhe são específicas. Marx nos dá essas características gerais em sua "teoria do fetichismo da mercadoria", que poderia ser chamada, com maior exatidão, de teoria geral das relações de produção na economia mercantil-capitalista.

(3) Marx, K., "Introdução[à Crítica da Economia Política]", in *Marx* — série *Os Pensadores*, Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1978, "Para a Crítica da Economia Política" ("Zur Kritik der Politischen Oekonomie"), trad. de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi, pp. 117, 121.

Parte I
A Teoria de Marx Sobre o Fetichismo da Mercadoria

A teoria de Marx sobre o fetichismo da mercadoria não ocupou o lugar que merece no sistema econômico marxista. É fato que tanto os marxistas quanto os adversários do marxismo elogiaram a teoria, considerando-a como uma das mais audazes e engenhosas. Muitos adversários da teoria do valor de Marx têm grande consideração pela teoria do fetichismo (Tugan-Baranovski, Frank, e até Struve, com reservas).[1] Alguns autores não aceitam a teoria do fetichismo no contexto da Economia Política. Vêem-na como uma brilhante generalização sociológica, uma teoria e uma crítica de toda a cultura contemporânea, baseada na reificação das relações humanas (Hammacher). Mas, tanto os defensores quanto os adversários do marxismo trataram a teoria do fetichismo principalmente como uma entidade separada e independente, pouco relacionada internamente à teoria econômica de Marx. Apresentam-na como um apêndice à teoria do valor, como uma interessante digressão literário-cultural que acompanha o texto básico de Marx. Uma das razões para essa interpretação é dada pelo próprio Marx, devido à estrutura formal do primeiro capítulo de *O Capital*,

(1) Rykachev é uma exceção. Ele escreve: "A teoria de Marx sobre o fetichismo da mercadoria pode ser reduzida a umas poucas analogias superficiais, vazias e essencialmente inexatas. Não é a mais forte, mas talvez a mais fraca parte do sistema de Marx, esta notória descoberta do segredo do fetichismo da mercadoria, que devido a algum tipo de mal-entendido tem mantido uma aura de profundidade mesmo aos olhos de admiradores tão moderados de Marx quanto M. Tugan-Baranovski e S. Frank". Rykachev, *Dengi i denezhnaya vlast* (O Dinheiro e o Poder do Dinheiro), 1910, p. 156.

onde a teoria do fetichismo aparece sob um título separado.[2] Esta estrutura formal, no entanto, não corresponde à estrutura interna e às conexões entre as idéias de Marx. A teoria do fetichismo é, *per se*, a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor.

Em que consiste a teoria marxista do fetichismo, segundo as interpretações geralmente aceitas? Consiste em Marx ter visto relações humanas por trás das relações entre as coisas, revelando a ilusão da consciência humana que se origina da economia mercantil e atribui às coisas características que têm sua origem nas relações sociais entre as pessoas no processo de produção. "Incapaz de compreender que a associação das pessoas que trabalham, em sua luta com a natureza — isto é, as relações sociais de produção — expressam-se na troca, o fetichismo da mercadoria considera a intercambiabilidade das mercadorias como uma propriedade interna, natural, das próprias mercadorias. Em outras palavras, o que na realidade é uma relação entre pessoas aparece como uma relação entre as coisas, no contexto do fetichismo da mercadoria."[3] "Características que pareciam misteriosas, pois não eram explicadas com base nas relações dos produtores entre si, eram atribuídas à essência natural das mercadorias. Assim como um fetichista atribui a seu fetiche características que não decorrem da natureza desse fetiche, os economistas burgueses consideram a mercadoria uma coisa sensorial que possui propriedades extra-sensoriais."[4] A teoria do fetichismo elimina da mente dos homens a ilusão, o grandioso engano originado pela aparência dos fenômenos, na economia mercantil, e a aceitação dessa aparência (o movimento das coisas, das mercadorias e seus preços de mercado) como essência dos fenômenos econômicos. Esta interpretação, entretanto, embora geralmente aceita na literatura marxista, não esgota, de maneira nenhuma, o rico conteúdo da teoria do fetichismo desenvolvida por Marx. Marx não mos-

(2) Na primeira edição alemã de *O Capital*, todo o primeiro capítulo, inclusive a teoria do fetichismo da mercadoria, aparece como uma única parte, com o título geral "Mercadorias" (*Kapital*, 1867, I, pp. 1-44).

(3) Bogdanov, A., *Kratkii kurs ekonomicheskoi nauki* (Curso Breve de Ciência Econômica), 1920, p. 105.

(4) Kautsky, K., *The Economic Doctrines of Karl Marx*, Londres, A. & C. Black, 1925, p. 11. (*Nota da edição inglesa*: Essa tradução da obra de Kautsky contém falhas de impressão, que são corrigidas na citação acima.) (*Nota da edição brasileira*: Segundo a versão em espanhol de Cuadernos de Pasado y Presente, existe tradução da obra citada de Kautsky em língua espanhola, não sendo mencionada a edição.)

trou apenas que as relações humanas eram encobertas por relações entre coisas, mas também que, na economia mercantil, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas e não podem se expressar senão através de coisas. A estrutura da economia mercantil leva as coisas a desempenharem um papel social particular e extremamente importante e, portanto, a adquirir propriedades sociais específicas. Marx descobriu as bases econômicas objetivas que regem o fetichismo da mercadoria. A ilusão e o erro na mente dos homens transformam categorias econômicas reificadas em "formas objetivas" (de pensamento) das relações de produção de um modo de produção historicamente determinado: a produção mercantil (*C.*, I, p. 38).[5]

A teoria do fetichismo da mercadoria é transformada numa teoria geral das relações de produção numa economia mercantil, numa propedêutica à Economia Política.

(5) A letra "C" significa *O Capital*, os algarismos romanos significam o Livro. Os números arábicos referem-se às páginas da edição em espanhol *El Capital*, em três volumes, editada por Fondo de Cultura Económica, México, 1978. (*Nota da edição brasileira*: Sempre que se mencionar *Kapital*, trata-se da edição alemã de 1867.)

Capítulo 1

As Bases Objetivas do Fetichismo da Mercadoria

A característica distintiva da economia mercantil é a de os administradores e organizadores da produção serem produtores independentes de mercadorias (pequenos proprietários ou grandes empresários). Toda empresa isolada, privada, é autônoma, isto é, seu proprietário é independente, está preocupado apenas com seus próprios interesses, e decide o tipo e a quantidade de bens que produzirá. Sobre a base da propriedade privada, ele tem à sua disposição os equipamentos produtivos e as matérias-primas necessários e, como proprietário legalmente competente, dispõe dos produtos de seu negócio. A produção é administrada diretamente pelos produtores de mercadorias isolados e não pela sociedade. A sociedade não regula diretamente a atividade de trabalho de seus membros, não determina o que vai ser produzido nem quanto.

Por outro lado, todo produtor mercantil elabora mercadorias, ou seja, produtos que não se destinam a seu uso pessoal, e sim ao mercado, à sociedade. A divisão social do trabalho vincula todos os produtores de mercadorias num sistema unificado que é denominado economia nacional, num "organismo produtivo" cujas partes se relacionam e condicionam mutuamente. Como se cria esse vínculo? Através da troca, através do mercado, onde as mercadorias de cada produtor isolado aparecem de forma despersonalizada, como exemplares isolados de um determinado tipo de mercadoria, a despeito de quem as produziu, ou onde, ou sob que condições específicas. As mercadorias, os produtos dos produtores mercantis independentes, circulam e são avaliadas no mercado. As reais conexões e interações entre as empresas individuais — que se poderia chamar de independentes e autônomas —

se fazem através da comparação do valor dos bens e de sua troca. A sociedade regula, através do mercado, os produtos do trabalho, as mercadorias, isto é, coisas. Desta maneira, a comunidade regula indiretamente a atividade laboriosa das pessoas, na medida que a circulação dos bens no mercado, a elevação e queda de seus preços, conduzem a modificações na distribuição da atividade de trabalho dos produtores de mercadorias isolados, à sua entrada em determinados ramos de produção ou saída deles, à redistribuição das forças produtivas da sociedade.

No mercado, os produtores de mercadorias não aparecem como pessoas com um lugar determinado no processo de produção, mas como proprietários e possuidores de coisas, de mercadorias. Cada produtor de mercadorias influencia o mercado apenas na medida que oferece bens no mercado ou dele os retira, e somente nessa medida sofre a influência e pressão do mercado. A interação e a influência mútua da atividade de trabalho dos produtores individuais de mercadorias ocorre exclusivamente através das coisas, através dos produtos de seu trabalho que aparecem no mercado. A expansão da terra cultivada na remota Argentina ou no Canadá só pode provocar uma redução da produção agrícola na Europa de uma maneira: pela diminuição dos preços dos produtos agrícolas no mercado. Da mesma maneira, a expansão da produção mecanizada em larga escala arruina o artesão, torna-lhe impossível manter sua produção anterior e o conduz do campo para a cidade, para a fábrica.

Devido à estrutura atomizada da sociedade mercantil, devido à ausência de regulação social direta da atividade de trabalho dos membros da sociedade, os vínculos entre empresas individuais, autônomas, privadas, são realizados e mantidos através das mercadorias, coisas, produtos do trabalho. "... os trabalhadores privados funcionam apenas como elos do trabalho coletivo da sociedade, através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, através destes, entre os produtores" (*C.*, I, p. 38). Devido ao fato de os produtores individuais de mercadorias, que executam uma parte do trabalho total da sociedade, trabalharem independente e isoladamente, "a interconexão do trabalho social é manifestada na *troca privada* dos produtos individuais do trabalho" (Carta de Marx a Kugelmann).[1] Isto não significa

(1) Karl Marx e F. Engels, *Obras Escogidas* (Obras Escolhidas), Ed. Progreso, Moscou, t. II, p. 454. (*Nota da edição brasileira*: Ver *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, Rio de Janeiro, 1974, Paz e Terra, trad. Renato Guimarães, p. 227.)

que um determinado produtor de mercadorias A esteja vinculado apenas, através de relações de produção, a determinados produtores de mercadorias B, C e D que com ele mantêm contrato de compra e venda, e não se relacione com nenhum outro membro da sociedade. Mantendo relações de produção *diretas* com os compradores B, C e D, nosso produtor de mercadorias A está na realidade vinculado, através de uma espessa rede de relações de produção *indiretas*, com inúmeras outras pessoas (por exemplo, com todos os compradores do mesmo produto, com todos os produtores do mesmo produto, com todas as pessoas de quem esse produtor compra meios de produção, etc.), e, em última instância, com todos os membros da sociedade. Esta espessa rede de relações de produção não se interrompe no momento em que o produtor de mercadorias A termina o ato de troca com seus compradores e retorna à sua oficina, ao processo de produção direta. Nosso produtor de mercadorias faz produtos para vender, para o mercado, portanto já no processo de produção direta ele deve levar em consideração as condições esperadas do mercado, isto é, ele é forçado a levar em consideração a atividade de trabalho dos outros membros da sociedade, na medida que essa atividade influencia o movimento dos preços da mercadoria no mercado.

Assim, os seguintes elementos podem ser encontrados na estrutura da economia mercantil: 1) células individuais da economia nacional, isto é, empresas privadas isoladas, *formalmente independentes* umas das outras; 2) elas estão *materialmente relacionadas* umas com as outras, como resultado da divisão social do trabalho; 3) a vinculação direta entre os produtores individuais de mercadorias se estabelece na *troca*, e isto, *indiretamente*, influencia sua *atividade produtiva*. Em sua empresa, cada produtor de mercadorias é formalmente livre para produzir, se quiser, qualquer produto que lhe agrade e da maneira que escolher. Mas, quando leva o produto final de seu trabalho ao mercado, para trocá-lo, ele não é livre para determinar as proporções da troca, mas deve submeter-se às condições (flutuações) do mercado que são comuns a todos os produtores desse produto. Portanto, já no processo de produção direta ele é forçado a adaptar sua atividade de trabalho (antecipadamente) às condições esperadas do mercado. O fato de o produtor depender do mercado significa que sua atividade produtiva depende da atividade produtiva de todos os membros da sociedade. Se os produtores de tecido ofertassem tecido demais no mercado, mesmo o produtor Ivanov, que não expandiu sua produção, não sofreria menos com a queda dos preços do tecido, e teria de diminuir sua produção. Se outros produtores introduzissem meios de produção aperfeiçoados

(máquinas, por exemplo), diminuindo o valor do tecido, então nosso produtor seria forçado também a melhorar sua tecnologia de produção. O produtor isolado de mercadorias, formalmente independente dos demais em termos de orientação, escala e métodos de produção, está, na realidade, intimamente vinculado a eles através do mercado, através da troca. A troca de bens influencia a atividade de trabalho das pessoas; a produção e a troca representam elementos inseparavelmente vinculados, ainda que específicos, da reprodução. "O processo da produção capitalista, considerado em conjunto, representa a unidade do processo de produção e do processo de circulação" (*C.*, III, p. 45). A troca se torna parte do verdadeiro processo de reprodução da atividade produtiva das pessoas, e apenas este aspecto da troca, as proporções de troca, o valor das mercadorias, é objeto de nossa investigação. A troca nos interessa principalmente como a *forma social* do processo de reprodução, que deixa sua marca específica na fase de produção direta (ver adiante, Capítulo 14), e não como uma fase do processo de reprodução que se alterna com a fase de produção direta.

Este papel da troca, como elemento indispensável do processo de reprodução, significa que a atividade produtiva de um membro da sociedade só pode influenciar a atividade produtiva de outro membro através de coisas. Na sociedade mercantil, "a independência de uma pessoa em relação às outras vem a combiná-la com um sistema de dependência mútua em relação às coisas" (*C.*, I, p. 68). As relações sociais de produção assumem, inevitavelmente, uma forma reificada e, na medida que falamos das relações entre produtores mercantis individuais e não de relações dentro de firmas privadas isoladas, elas só existem e se realizam dessa forma.

Numa sociedade mercantil, uma coisa não é apenas um misterioso "hieróglifo social" (*C.*, I, p. 39), não é apenas um "receptáculo" dentro do qual se ocultam as relações sociais de produção entre as pessoas. Uma coisa é um intermediário das relações sociais, e a circulação das coisas está indissoluvelmente vinculada ao estabelecimento e realização das relações de produção entre as pessoas. O movimento dos preços das coisas no mercado não é apenas o reflexo das relações de produção entre as pessoas: é a única forma possível de sua manifestação numa sociedade mercantil. A coisa adquire características sociais específicas, numa economia mercantil (por exemplo, as propriedades de valor, o dinheiro, o capital, etc.), graças às quais a coisa não só oculta as relações de produção entre as pessoas, como também as organiza, servindo como elo de ligação entre as pessoas. Mais exatamente, oculta as relações de produção precisamente porque as relações de

produção só se realizam sob a forma de relações entre as coisas. "Os homens não relacionam entre si os produtos de seu trabalho como *valores* porque estes objetos lhes parecem *envoltórios simplesmente materiais* de um trabalho humano igual. Pelo contrário. Ao equiparar seus diversos *produtos uns a outros* na troca, *como valores*, o que fazem é equiparar entre si seus diversos trabalhos, como modalidades de trabalho humano. Não o sabem, mas o *fazem*" (*C.*, I, p. 39). A troca e a igualação das coisas no mercado realizam a vinculação social entre os produtores de mercadorias e unificam a atividade produtiva das pessoas.

Cremos ser necessário mencionar que por "coisas" queremos dizer os produtos do trabalho, como fez Marx. Esta qualificação do conceito de coisa não apenas é possível, mas indispensável, na medida que estamos analisando a circulação de coisas no mercado enquanto vinculadas à atividade produtiva das pessoas. Estamos interessados nas coisas cuja regulação no mercado influencia a atividade produtiva dos produtores de mercadorias de uma maneira particular. E os produtos do trabalho são essas coisas (sobre o preço da terra, ver adiante, Capítulo 5).

A circulação de coisas, na medida que estas adquirem propriedades sociais específicas, de valor e dinheiro, não só expressa relações de produção entre os homens, mas as cria.[2] "O curso dos meios de circulação não se limita a expressar a interdependência de compradores e vendedores, mas esta interdependência surge no curso do dinheiro e graças a ele" (*C.*, I, p. 94). Na verdade, o papel do dinheiro como meio de circulação é contraposto por Marx a seu papel como meio de pagamento, que "expressa uma interdependência social que já existe com anterioridade" (*Ibid.*). Entretanto, é óbvio que, muito embora o pagamento em dinheiro ocorra neste caso após o ato de compra e venda, isto é, após o estabelecimento de relações sociais entre o comprador e o vendedor, a igualação do dinheiro com as mercadorias ocorreu no mesmo instante daquele ato, e criou assim a relação social. "[O dinheiro] funciona como meio ideal de compra. Embora exista apenas na promessa de dinheiro do comprador, faz com que a mercadoria mude de mãos" (*C.*, I, p. 93).

Portanto, o dinheiro não é apenas um "símbolo", um signo, das relações sociais que se ocultam por trás dele. Pondo a descoberto a ingenuidade do sistema monetário, que atribuía as características do

(2) A maneira pela qual esta propriedade social das coisas, que são expressões de relações de produção entre pessoas, participa na criação de relações de produção entre indivíduos determinados, será explicada adiante, no Capítulo 3.

dinheiro às suas propriedades materiais ou naturais, Marx simultaneamente jogou fora a visão oposta, do dinheiro como um "símbolo" de relações sociais que existem junto a ele (*C.*, I, p. 54). Segundo Marx, a concepção que atribui relações sociais às coisas *per se* é tão incorreta quanto a concepção que vê uma coisa apenas como um "símbolo", um "signo" de relações sociais de produção. A coisa adquire as propriedades de valor, dinheiro, capital, etc., não por suas propriedades naturais, mas por causa das relações sociais de produção às quais está vinculada na economia mercantil. Assim, as relações sociais de produção não são apenas "simbolizadas" por coisas, mas realizam-se através de coisas.

O dinheiro, como vimos, não é apenas um "símbolo". Em alguns casos, particularmente na metamorfose da mercadoria M — D — M, o dinheiro representa apenas um "reflexo transitório e objetivo dos preços das mercadorias" (*C.*, I, p. 129). A transferência do dinheiro das mãos de uns para as de outros é apenas um meio para a transferência de bens. Neste caso, "sua existência funcional absorve, por assim dizer, sua existência material" (*C.*, I, p. 87), e pode ser substituído por um simples símbolo de papel-moeda. Mas, embora "formalmente" separado da substância metálica, o papel-moeda, apesar disso, representa uma "objetivação" das relações de produção entre as pessoas.[3]

Na economia mercantil, as coisas, os produtos do trabalho, têm uma dupla essência: material (técnico-natural) e funcional (social). Como explicar a estreita relação entre esses dois aspectos, relação que se expressa no fato de que o "trabalho socialmente determinado" adquire "características materiais", e as coisas, "características sociais"?

(3) Não se pode concordar com a concepção de Hilferding, de que o papel-moeda elimina a "reificação" das relações de produção. "Dentro dos limites de uma quantidade mínima de meios de circulação, a expressão material das relações sociais é substituída por relações sociais conscientemente reguladas. Isto é possível porque o dinheiro metálico representa uma relação social, embora oculta por uma aparência material" (R. Hilferding, *Das Finanzkapital* (O Capital Financeiro), Viena, Wiener Volksbuchhandlung, 1910 (edição em espanhol: *El Capital Financiero*, Ed. Tecnos, Madri, 1963)). A troca mercantil através do papel-moeda também é levada a cabo sob uma forma não-regulada, espontânea, "reificada", como ocorre com o dinheiro metálico. O papel-moeda não é uma "coisa" do ponto de vista do valor interno do material com que é feito. Mas é uma coisa no sentido de que através dele se expressam relações sociais de produção entre comprador e vendedor, numa forma "reificada".

Mas, se Hilferding está errado, a concepção oposta de Bogdanov, que sustenta que o papel-moeda representa um grau mais elevado de fetichização das relações sociais do que o dinheiro metálico, tem então menos fundamento ainda. Bogdanov, *Kurs Politicheskoi Ekonomii* (Curso de Economia Política), Vol. II, Parte 4, p. 161.

Capítulo 2

O Processo de Produção e Sua Forma Social

A estreita relação entre o sócio-econômico e o físico-material é explicada pela particular relação entre o processo técnico-material e sua forma social na economia mercantil. O processo de produção capitalista é "tanto um processo de produção das condições materiais de existência da vida humana, quanto um processo que se desenvolve através de relações específicas, histórico-econômicas, de produção, o conjunto dessas mesmas relações de produção e, portanto, o processo que produz e reproduz os expoentes deste processo, suas condições materiais de existência e suas mútuas relações, isto é, sua forma econômica determinada de sociedade" (*C.*, III, p. 758). Existe uma estreita relação e correspondência entre o processo de *produção de bens materiais e a forma social* em que esta é levada a cabo, isto é, a totalidade das relações de produção entre os homens. Essa dada totalidade de relações de produção entre os homens é regulada por determinado estádio das forças produtivas, isto é, o processo de produção material. Esta totalidade torna possível, dentro de certos limites, o processo de produção dos produtos materiais indispensáveis para a sociedade. A correspondência entre o processo de produção material, de um lado, e as relações de produção entre os indivíduos que nela participam, de outro, efetua-se de maneira diferente em diferentes formações sociais. Numa sociedade com economia regulada, numa economia socialista, por exemplo, as relações de produção entre os indivíduos membros da sociedade se estabelecem conscientemente, para garantir o curso regular da produção. O papel de cada membro da sociedade no processo de produção, isto é, seu relacionamento com os demais membros, é conscientemente definido. A coordenação da atividade produtiva de indiví-

duos separados é estabelecida com base nas necessidades, previamente estimadas, do processo técnico-material da produção. Esse sistema de relações de produção é, num certo sentido, uma entidade fechada, dirigida por uma vontade e adaptada ao processo de produção material como um todo. Obviamente, modificações no processo de produção material podem conduzir a inevitáveis modificações no sistema de relações de produção; mas essas modificações ocorrem dentro do sistema, e são efetuadas por suas próprias forças internas, pelas decisões de seus quadros dirigentes. Essas modificações são provocadas por modificações no processo de produção. A unidade existente desde o ponto de partida torna possível a correspondência entre o processo técnico-material de produção e as relações de produção que o configuram. Posteriormente, cada um desses elementos se desenvolve com base num plano previamente determinado. Cada elemento tem sua lógica interna, mas, devido à unidade inicial, não se desenvolve qualquer contradição entre eles.

Temos um exemplo dessa organização das relações de produção na economia mercantil-capitalista, particularmente na organização do trabalho *dentro* de uma empresa (divisão técnica do trabalho), em contraste com a divisão do trabalho *entre* produtores privados isolados (divisão social do trabalho). Imaginemos que um empresário possui uma grande fábrica têxtil, composta por três divisões: fiação, tecelagem e tingimento. Os engenheiros, operários e funcionários são previamente destacados para diferentes seções, segundo um determinado plano. Eles foram vinculados de antemão entre si, por relações de produção determinadas, permanentes, em função das necessidades do processo técnico de produção. Precisamente por essa razão, as coisas circulam no processo de produção de umas pessoas às outras, dependendo da posição das mesmas na produção, das relações de produção entre elas. Quando o gerente da tecelagem recebe o fio da fiação, ele o transforma em tecido, mas não envia tecido de volta à fiação, como equivalente do fio que recebeu anteriormente. Ele o envia à divisão de tingimento, porque as permanentes relações de produção que vinculam os operários da divisão de tecelagem aos operários da divisão de tingimento determinam, de antemão, o movimento seguinte dos objetos, dos produtos do trabalho, que vão das pessoas empregadas no processo anterior de produção (tecelagem) para as pessoas empregadas no processo posterior (tingimento). As relações de produção entre as pessoas são organizadas de antemão, *com o propósito de* servir à produção material de coisas, e não *através de* coisas. Por outro lado, o objeto se move no processo de produção de umas pessoas para outras *com base nas* relações de produção que existem entre elas, mas o movimento não cria relações de produção entre elas. As relações de produção entre as pessoas têm um caráter exclusivamente técnico. Os dois aspectos ajustam-se um ao outro, mas cada um tem um caráter diverso.

O problema é essencialmente diferente quando a fiação, a tecelagem, e a tintura pertencem a três indivíduos diferentes, A, B e C. Agora, A não envia mais o fio acabado para B, com base apenas na capacidade de B transformá-lo em tecido, isto é, dar-lhe uma forma útil à sociedade. Ele não tem interesse nisto; agora, ele não quer mais simplesmente entregar o fio, mas vendê-lo, isto é, dá-lo a um indivíduo que, em troca, lhe pagará uma soma correspondente em dinheiro, ou, em geral, um objeto de valor igual, um equivalente. Quem é esse indivíduo, é para ele indiferente. Na medida que ele não está vinculado por relações permanentes de produção a quaisquer indivíduos determinados, A mantém uma relação de produção de compra e venda com todo indivíduo que possua, e concorde em lhe dar, uma soma equivalente de dinheiro pelo fio. Esta relação de produção limita-se à transferência de coisas, ou seja, o fio vai do indivíduo A para o comprador, e o dinheiro vai do comprador para A. Embora nosso produtor de mercadorias A não possa de maneira alguma livrar-se da espessa rede de relações de produção indiretas que o vinculam a todos os membros da sociedade, ele não está vinculado de antemão por relações de produção *diretas* com *determinados* indivíduos. Essas relações de produção não existem de antemão, e se estabelecem através da transferência de coisas de um indivíduo para outro. Assim, elas não têm apenas um caráter *social*, mas também material. Por outro lado, o objeto passa de um indivíduo determinado para outro, não com base nas relações de produção estabelecidas entre eles previamente, mas com base na compra e venda, que está limitada à transferência desses objetos. A transferência de coisas estabelece uma relação de produção direta entre indivíduos determinados; tem não apenas um significado técnico, mas também social.

Assim, numa economia mercantil que se desenvolve espontaneamente, o processo é levado a cabo da maneira que se segue. Do ponto de vista do processo de produção material, técnico, cada produto do trabalho deve passar de uma fase de produção para a seguinte, de uma unidade de produção para outra, até receber sua forma final, e passar da unidade de produção do produtor final, ou do comerciante intermediário, para a unidade econômica do consumidor. Mas, dada a autonomia e independência das unidades econômicas isoladas, a transferência do produto de uma unidade econômica individual para outra

só é possível através da compra e venda, através da concordância entre duas unidades econômicas, o que significa que uma particular relação de produção se estabelece entre eles: compra e venda. A relação básica da sociedade mercantil, a relação entre os possuidores de mercadorias, reduz-se à "relação em que o homem só entra na posse dos produtos do trabalho alheio, desprendendo-se dos produtos do seu" (*C.*, I, p. 69). A totalidade das relações de produção entre as pessoas não é um sistema uniformemente vinculado, no qual um determinado indivíduo está vinculado por relações permanentes, determinadas de antemão, a *determinados indivíduos*. Na economia mercantil, o produtor de mercadorias está vinculado apenas a um mercado indeterminado, no qual ele entra através de uma seqüência discreta de transações individuais que o ligam temporariamente a determinados produtores de mercadorias. Cada estádio nesta seqüência corresponde ao movimento seguinte do produto no processo material de produção. A passagem do produto por estádios específicos da produção é efetuada por sua passagem simultânea através de uma série de unidades de produção privadas, com base na concordância entre elas e na troca. Inversamente, a relação de produção vincula duas unidades econômicas privadas no momento em que o produto material passa de uma unidade econômica a outra. A relação de produção entre pessoas determinadas se estabelece no momento em que as coisas são transferidas, e depois dessa transferência a relação é novamente interrompida.

Podemos ver que a relação de produção básica, na qual determinados produtores de mercadorias são diretamente vinculados, e através deles, portanto, estabeleça-se a conexão entre sua atividade produtiva e a atividade produtiva de todos os membros da sociedade, ou seja, a compra e a venda, realiza-se regularmente. Este tipo de relação de produção difere das relações de produção de tipo organizado nos seguintes aspectos: 1) é estabelecida entre determinadas pessoas voluntariamente, dependendo das vantagens para os participantes; a relação *social* assume a forma de uma transação *privada*; 2) ela vincula os participantes por um curto período de tempo, não criando vínculos permanentes entre eles; mas essas transações *momentâneas* e *descontínuas* devem manter a *constância* e *continuidade* do processo social de produção; e 3) une indivíduos particulares no momento da transferência das coisas entre eles, e limita-se a esta transferência de coisas; as relações entre as *pessoas* adquirem a forma de igualação de *coisas*. Relações de produção diretas entre os indivíduos particulares são estabelecidas pelo movimento das coisas entre eles; este movimento deve corresponder às necessidades do processo de reprodução material. "A

troca das mercadorias é o processo no qual o metabolismo social, isto é, a troca dos produtos particulares dos indivíduos privados, é ao mesmo tempo a geração de relações sociais de produção determinadas que os indivíduos contraem neste metabolismo" (*Zur Kritik der Politischen Oekonomie*, 1907, p. 32).[1] Ou, como diz Marx, o processo de circulação compreende *Stoff und Formwechsel* (conteúdo e forma da troca — *Das Kapital*, Vol. III, Parte 2, 1894, p. 363), compreende a troca das coisas e a transformação de sua forma, isto é, o movimento das coisas dentro do processo de produção material e a transformação de sua forma sócio-econômica (por exemplo, a transformação de mercadorias em dinheiro, do dinheiro em capital, do capital-dinheiro em capital produtivo, etc.), que corresponde às diferentes relações de produção entre as pessoas.

Os aspectos sócio-econômico (relações entre pessoas) e objetivo-material (movimento das coisas dentro do processo de produção) estão indissoluvelmente unidos no processo de troca. Na sociedade mercantil-capitalista esses dois aspectos não são previamente organizados e não estão ajustados um ao outro. Por essa razão, cada ato de troca individual só pode ser realizado como resultado da ação conjunta desses dois aspectos; é como se cada aspecto estimulasse o outro. Sem a presença de determinados objetos nas mãos de determinados indivíduos, esses indivíduos não entram na relação de produção de troca um com o outro. Mas, inversamente, a transferência das coisas não pode ocorrer se os seus possuidores não estabelecem relações de produção particulares, de troca. *O processo de produção material*, por um lado, e o *sistema de relações de produção* entre as unidades econômicas individuais, privadas, por outro, não estão ajustados um ao outro de antemão. Eles devem ajustar-se em cada etapa, em cada uma das *transações isoladas* em que se divide formalmente a vida econômica. Se isso não ocorrer, eles inevitavelmente divergirão, e desenvolver-se-á um hiato dentro do processo de reprodução social. Na economia mercantil tal divergência sempre é possível. Ou se desenvolvem relações que não correspondem ao movimento real de produtos no processo de produção

(1) Na tradução russa de P. Rumyantsev, isto é traduzido incorretamente como "resultado" — *Kritika Politicheskoi Ekonomii* (Crítica da Economia Política), Petersburgo, 1922, p. 53. Marx disse *Erzeugung* (produção, estabelecimento) e não *Erzeugniss* (produto, resultado). (Citamos, quando Rubin menciona essa obra, a edição já mencionada *Para a Crítica da Economia Política*, p. 154, traduzida por José A. Giannotti e Edgar Malagodi, Abril Cultural, série *Os Pensadores — Marx*. Referir-nos-emos abreviadamente a esta edição como *Crítica*.)

(especulação), ou as relações de produção indispensáveis ao desempenho normal do processo de produção estão ausentes (crises de vendas). Em tempos normais, tal divergência não ultrapassa determinados limites, mas em épocas de crise torna-se catastrófica.

Em sua essência, o nexo das relações de produção entre as pessoas com o processo de produção material tem o mesmo caráter numa sociedade *capitalista* estratificada em classes. Como antes, deixamos de lado as relações de produção dentro de uma empresa individual e tratamos apenas das relações entre empresas separadas, privadas, das relações que as organizam numa economia nacional unificada. Na sociedade capitalista, os diferentes elementos da produção (meios de produção, força de trabalho e terra) pertencem a três diferentes classes sociais (capitalistas, trabalhadores assalariados e proprietários de terra), e adquirem, portanto, uma forma social particular, forma que não possuem em outras formações sociais. Os meios de produção aparecem como capital, o trabalho como trabalho assalariado, a terra como objeto de compra e venda. As condições de trabalho, isto é, os meios de produção e a terra, que são "formalmente independentes" (*C.*, III, p. 764) do próprio trabalho, no sentido de que pertencem a diferentes classes sociais, adquirem uma "forma" social específica, como já dissemos. Se os elementos técnicos individuais de produção são *independentes*, e se pertencem a sujeitos econômicos separados (capitalista, operário e proprietário de terra), então o processo de produção não pode se iniciar até que uma relação de produção direta entre determinados indivíduos, pertencentes às três classes sociais mencionadas, seja estabelecida. Esta relação de produção se efetua pela concentração de todos os *elementos técnicos* de produção numa unidade econômica que pertence a um capitalista. Esta combinação de todos os elementos da produção, pessoas e coisas, é indispensável em toda forma social de economia, mas "suas distintas combinações distinguem as diversas épocas econômicas da estrutura social" (*C.*, II, p. 37).

Consideremos a sociedade feudal, onde a terra pertence ao senhor, e o trabalho e os meios de produção, usualmente bastante primitivos, pertencem ao servo. Aqui, uma relação social de subordinação e dominação entre o servo e o senhor precede, e torna possível, a combinação de todos os elementos de produção. Por força do direito consuetudinário, o servo utiliza um pedaço de terra que pertence ao senhor e deve pagar uma renda e cumprir uma corvéia, isto é, trabalhar determinado número de dias no solar senhorial, normalmente com seus próprios meios de produção. As permanentes relações de produção que existem entre o senhor e o servo tornam possível a combinação de todos os elementos de produção nos dois lugares: no pedaço de terra do camponês e no solar senhorial.

Na sociedade capitalista, como vimos, não existem essas relações permanentes, diretas, entre determinadas pessoas que são possuidoras dos diferentes elementos de produção. O capitalista, o trabalhador assalariado e o proprietário de terra são *possuidores de mercadorias*, formalmente independentes um do outro. As relações de produção diretas entre eles ainda têm de ser estabelecidas na forma que é usual aos possuidores de mercadorias, a saber, na forma de *compra e venda*. O capitalista tem de comprar do trabalhador o direito de utilizar sua força de trabalho, e, do proprietário de terra, o direito de utilizar sua terra. Para fazê-lo, tem de possuir capital suficiente. Somente como proprietário de uma determinada soma de valor (capital), que lhe permite comprar os meios de produção, e torna possível ao trabalhador comprar os meios de subsistência necessários, ele se converte em capitalista, organizador e administrador da produção. Os capitalistas só usam a autoridade de dirigentes da produção "como personificação das condições de trabalho... e não, como nas formas anteriores de produção, enquanto titulares do poder político ou teocrático" (*C.*, III, p. 813). O capitalista "só é capitalista, só pode praticar o processo de exploração do trabalho, sempre e quando for proprietário das condições de trabalho e defrontar-se como tal com o operário como mero possuidor de força de trabalho" (*C.*, III, p. 57). A condição do capitalista na produção é determinada por sua propriedade do capital, dos meios de produção, de coisas, assim como a do trabalhador o é pela propriedade da força de trabalho, e a do proprietário de terra enquanto tal. Os *agentes da produção* são combinados através dos *elementos da produção*; os vínculos de produção entre as *pessoas* são estabelecidos através do movimento das *coisas*. A independência dos elementos da produção, baseada na propriedade privada, só torna possível sua combinação técnico-material — indispensável para o processo de produção — pelo estabelecimento do processo de troca entre seus proprietários. E inversamente: as relações de produção diretas que se estabelecem entre os representantes das diferentes classes sociais (o capitalista, o operário e o proprietário de terra), resultam numa determinada combinação de elementos técnicos de produção e estão vinculadas à transferência de coisas de uma unidade econômica a outra. Esta estreita vinculação das relações de produção entre as pessoas ao movimento das coisas no processo material de produção leva à "reificação" das relações de produção entre as pessoas.

Capítulo 3

A Reificação das Relações de Produção entre as Pessoas e a Personificação das Coisas

(1) Como vimos, na sociedade mercantil-capitalista indivíduos isolados estão diretamente relacionados uns aos outros por determinadas relações de produção, não como membros da sociedade, não como pessoas que ocupam um lugar no processo social de produção, mas como proprietários de coisas determinadas, como "representantes sociais" dos diferentes elementos da produção. O capitalista "é meramente capital personificado" (*C.*, III, pp. 758, 763). "No proprietário de terras se personifica a terra, uma das condições essenciais da produção" (*C.*, III, pp. 758, 763). Esta "personificação", na qual os críticos de Marx viram algo um tanto incompreensível e mesmo místico,[1] indica um fenômeno bastante real: a dependência das relações de produção entre as pessoas quanto à forma social das coisas (elementos de produção) que lhes pertencem, e que são por elas personificadas.

(2) Se determinada pessoa mantém uma relação de produção direta com outras pessoas determinadas, enquanto proprietária de certas coisas, então uma dada coisa, não importa quem a possua, a habilita a ocupar um determinado lugar no sistema de relações de produção. Na medida que a propriedade sobre coisas é uma condição para o estabelecimento de relações de produção diretas entre as pessoas, parece que a coisa mesma possui a capacidade, a *virtude*, de estabelecer relações de produção. Se essa determinada coisa dá a seu proprietário a possibilidade de manter relações de troca com qualquer outro proprietário de mercadorias, então a coisa possui a virtude especial de inter-

(1) Cf. Passow, Richard, *Kapitalismus*, Jena, G. Fischer, 1918, p. 84.

cambiabilidade, ela tem "valor". Se essa determinada coisa vincula dois proprietários de mercadorias, um dos quais é capitalista e o outro um trabalhador assalariado, então a coisa é não apenas um "valor", mas também "capital". Se o capitalista mantém uma relação de produção com um proprietário de terra, então o valor, o dinheiro, que ele dá ao proprietário de terra, e através de cuja transferência ele mantém um vínculo de produção, representa "renda". O dinheiro pago pelo capitalista industrial ao capitalista financeiro, para utilização do capital emprestado pelo último, é chamado "juro". *Todo tipo de relação de produção entre pessoas confere uma "virtude social", uma "forma social", específica, às coisas através das quais as pessoas mantêm relações diretas de produção.* Essa determinada coisa, além de servir como valor de uso, como objeto material com determinadas propriedades que a tornam um bem de consumo ou um meio de produção, isto é, além de desempenhar uma *função técnica* no processo de produção material, desempenha também a *função social* de vincular as pessoas.

(3) Portanto, na sociedade mercantil-capitalista as *pessoas* mantêm relações de produção diretas unicamente enquanto proprietárias de mercadorias, proprietárias de *coisas*. Por outro lado, as *coisas*, em razão disso, adquirem características sociais particulares, uma forma social particular. "As qualidades sociais do trabalho" adquirem "caráter material", e os objetos "caracteres sociais" (*C.*, I, p. 54). Ao invés de "relações sociais diretas entre indivíduos que trabalham", as quais se estabelecem numa sociedade com economia organizada, observamos aqui "*relações materiais* entre pessoas e *relações sociais entre coisas*" (*C.*, I, p. 38). Vemos aqui duas propriedades da economia mercantil: "personificação de coisas, e... materialização das relações de produção (relações entre coisas)" (*C.*, III, p. 768), "a materialização das determinações sociais da produção e a personificação de seus fundamentos materiais" (*Ibid.*, p. 813).

(4) Por "materialização das relações de produção" entre as pessoas, Marx entendia o processo através do qual determinadas relações de produção entre pessoas (por exemplo, entre capitalistas e operários) conferem uma determinada forma social, ou características sociais, às coisas através das quais as pessoas se relacionam umas com as outras (por exemplo, a forma social do capital).

(5) Por "personificação das coisas", Marx entendia o processo através do qual a existência de coisas com uma determinada forma social, capital, por exemplo, capacita seu proprietário a aparecer na forma de um capitalista e manter relações de produção concretas com outras pessoas.

À primeira vista, ambos os processos podem parecer mutuamente exclusivos. Por um lado, a forma social das coisas é tratada como resultado das relações de produção entre pessoas. Por outro, essas mesmas relações de produção estabelecem-se entre as pessoas somente na presença de coisas com uma forma social específica. Esta contradição só pode ser resolvida no processo dialético da produção social, que Marx considerou como um processo contínuo e sempre recorrente de reprodução, no qual cada vínculo é resultado de um vínculo anterior e causa do seguinte. A forma social de coisas é simultaneamente o resultado do processo prévio de produção e das expectativas sobre o futuro.[2]

Toda forma social relacionada aos produtos do trabalho na sociedade capitalista (dinheiro, capital, lucro, etc.) aparece como resultado de um longo processo histórico e social, através da constante repetição e sedimentação de relações de produção do mesmo tipo. Quando um determinado tipo de relação de produção entre pessoas ainda é raro e excepcional numa dada sociedade, não consegue impor um caráter social diferente e permanente aos produtos do trabalho que nela existem. "O contato social momentâneo" entre as pessoas dá aos produtos de seu trabalho apenas uma forma social momentânea, que aparece juntamente com os contatos sociais que são criados, e desaparece tão logo terminam os contatos sociais (*C.*, I, p. 52). Na troca não-desenvolvida, o produto do trabalho tem seu valor determinado apenas durante o ato de troca, e não é valor nem antes nem depois desse ato. Quando os participantes do ato de troca comparam os produtos de seu trabalho com um terceiro produto, o terceiro produto desempenha a função de dinheiro numa forma embrionária, não sendo dinheiro nem antes nem depois do ato de troca.

À medida que as forças produtivas se desenvolvem, fazem surgir um determinado tipo de relações de produção entre as pessoas. Essas relações repetem-se com freqüência, tornam-se comuns e se difundem num determinado meio social. Esta "cristalização" de relações de produção entre pessoas leva à "cristalização" das correspondentes formas sociais entre coisas. Essa forma social é "agregada", fixada a uma coisa, e nela é preservada mesmo quando as relações de produção entre pessoas se interrompem. Somente a partir desse momento é possível datar o surgimento dessa determinada categoria material como separada das relações de produção entre as pessoas, entre as quais surgiu e às quais, por sua vez, afeta. O "valor" parece tornar-se uma propriedade da coisa, que com ele adentra o processo de troca e que é preservado quando a coisa deixa o processo. O mesmo é verdade para o dinheiro, capital e outras formas sociais das coisas. Sendo conseqüências do processo de produção, tornam-se seus pré-requisitos. A partir daí, essa determinada forma social do produto do trabalho serve não somente como "expressão" de um determinado tipo de relações de produção entre pessoas, mas também como "portadora" delas. A presença de uma coisa com uma determinada forma social nas mãos de uma dada pessoa, a induz a manter determinadas relações de produção e lhe infunde seu caráter social específico. "A reificação das relações de produção" entre as pessoas é agora complementada pela "personificação das coisas". *A forma social do produto do trabalho, sendo resultado de incontáveis transações entre os produtores mercantis, torna-se um poderoso meio de exercer pressão sobre a motivação dos produtores individuais de mercadorias, forçando-os a ajustar seu comportamento aos tipos dominantes de relações de produção entre as pessoas nessa dada sociedade.* O impacto da sociedade sobre o indivíduo é levado adiante mediante a forma social das coisas. Esta objetivação, ou "reificação" das relações de produção entre as pessoas sob a forma social de coisas, dá ao sistema econômico maior durabilidade, estabilidade e regularidade. O resultado é a "cristalização" das relações de produção entre as pessoas.

Somente num determinado nível de desenvolvimento, após a repetição freqüente, as relações de produção entre as pessoas deixam algum tipo de sedimento sob a forma de certas características sociais que são fixadas aos produtos do trabalho. Se um dado tipo de relações de produção ainda não se difundiu de maneira suficientemente ampla na sociedade, elas não podem dar às coisas uma forma social adequada. Quando o tipo de produção dominante era a produção artesanal, na qual o objetivo era a "manutenção" do artesão, este ainda se considerava um "mestre artesão" e considerava seu rendimento como a fonte de sua "manutenção", mesmo quando expandia sua empresa e já tinha se tornado, em essência, um capitalista que vivia do trabalho assalariado de seus operários. Ele ainda não considerava seu rendimento como o "lucro" do capital, nem seus meios de produção como "capital". Da mesma maneira, devido à influência dominante da agricultura sobre as relações sociais pré-capitalistas, o juro não era visto como uma nova forma de rendimento, mas foi considerado por um longo período como uma forma modificada de renda. O famoso econo-

(2) Faremos adiante uma breve apresentação das conclusões desenvolvidas com maior plenitude em nosso artigo "Relações de Produção e Categorias Materiais", *Pod Znamenem marksizma* (Sob a Bandeira do Marxismo), 1924, nº 10-11.

mista Petty tentou derivar o juro a partir da renda dessa maneira.[3] Através dessa abordagem, todas as formas econômicas são "subsumidas" na forma que é dominante nesse determinado modo de produção (*C.*, III, p. 809). Isto explica por que um período mais ou menos longo deve transcorrer antes que o novo tipo de relações de produção seja "reificado" ou "cristalizado" nas formas sociais que correspondem aos produtos do trabalho.

Portanto, o nexo entre as relações de produção entre pessoas e as categorias materiais deve ser apresentado da maneira que segue. Todo tipo de relação de produção que é característico para a economia mercantil-capitalista infunde uma forma social específica às coisas pelas quais e através das quais as pessoas mantêm essa dada relação. Isto leva à "reificação" ou "cristalização" de relações de produção entre as pessoas. A coisa compreendida numa determinada relação de produção entre pessoas, e que possui uma forma social correspondente, *mantém essa forma mesmo quando essa relação de produção determinada, concreta, específica, é interrompida.* Só então a relação de produção entre pessoas pode ser considerada verdadeiramente "reificada", isto é, "cristalizada" na forma de uma propriedade da coisa, propriedade que parece pertencer à própria coisa e estar separada da relação de produção. Dado que as coisas se apresentam com uma forma social determinada, fixada, começam, por sua vez, a influenciar as pessoas, moldando sua motivação e induzindo-as a estabelecer relações de produção concretas umas com as outras. Ao possuir a forma social de "capital", as coisas fazem de seu proprietário um "capitalista" e determinam de antemão as relações de produção concretas que serão estabelecidas entre ele e outros membros da sociedade. É como se o caráter social das coisas determinasse o caráter social de seus proprietários. Assim, é levada a cabo a "personificação das coisas". Desta maneira, o capitalista brilha com a luz refletida de seu capital, mas isto só é possível porque ele, por sua vez, reflete um determinado tipo de relação de produção entre pessoas. *Como resultado, indivíduos particulares são subsumidos ao tipo dominante de relações de produção.* A forma social das coisas só condiciona os vínculos de produção *individuais* entre pessoas específicas, porque a própria forma social é expressão de vínculos de produção *sociais*. A forma social das coisas aparece como uma *condição* para o processo de produção, dada de antemão, pronta e

(3) Cf. I. Rubin, *Istoriya Ekonomicheskoi Mysli* (História do Pensamento Econômico), segunda edição, 1928, Capítulo VII.

permanentemente fixada, somente porque aparece como o ***resultado*** congelado, cristalizado, de um processo de produção social dinâmico, em constante fluxo e modificação. Desta maneira, a aparente contradição entre a "reificação das pessoas" e a "personificação das coisas" se resolve no dialético e ininterrupto processo de reprodução. Esta aparente contradição se dá entre a determinação da forma social das coisas pelas relações de produção entre pessoas, e a determinação das relações de produção individuais entre pessoas pela forma social das coisas.

Dos dois aspectos mencionados do processo de produção, apenas o segundo — "personificação das coisas" — permanece na superfície da vida econômica e pode ser diretamente observado. As coisas aparecem numa forma social pronta, influenciando a motivação e o comportamento dos produtores individuais. Este aspecto do processo reflete-se diretamente na psique dos indivíduos e pode ser diretamente observado. É muito mais difícil detectar a geração das formas sociais das coisas a partir das relações de produção entre pessoas. Este aspecto do processo, isto é, a "reificação" das relações de produção entre pessoas, é o resultado heterogêneo de uma massa de transações, de ações humanas depositadas umas sobre as outras. É o resultado de um processo social que se realiza "às suas costas" [das pessoas], isto é, um resultado que não estava previamente determinado como um objetivo. Somente através de uma profunda análise histórica e sócio-econômica Marx conseguiu explicar este aspecto do processo.

É desta perspectiva que podemos entender a diferença freqüentemente traçada por Marx entre a "aparência exterior", o "nexo externo", a "superfície do fenômeno", de um lado, e o "nexo interno", o "nexo oculto", o "nexo imanente", a "essência das coisas",[4] de outro. Marx reprovou os economistas vulgares por se limitarem a uma análise do aspecto externo dos fenômenos. Ele reprovou Adam Smith por oscilar entre perspectivas "esotéricas" (internas) e "exotéricas" (externas). Afirmou-se que o significado destas afirmações de Marx era muito obscuro. Os críticos de Marx, mesmo os mais generosos, acusaram-no de metafísica econômica por desejar explicar os nexos ocultos dos fenômenos. Os marxistas algumas vezes explicaram as afirmações de Marx em termos de seu desejo de diferenciar entre os métodos do empirismo grosseiro e o isolamento abstrato.[5] Achamos que esta

(4) Ver *C.*, III, p. 757 e outras obras.

(5) Kunov, "K ponimaniyu metoda issledovaniya Marksa" (Para a Compreensão do Método de Investigação de Marx), *Osnovnye problemy politicheskoi ekonomii* (Problemas Básicos da Economia Política), 1922, pp. 57-58.

referência ao método da abstração é indispensável, mas extremamente inadequada para caracterizar o método de Marx. Ele não tinha isso em mente quando estabeleceu uma oposição entre os nexos internos e os nexos externos de um fenômeno. O método da abstração é comum a Marx e a muitos de seus predecessores, inclusive Ricardo. Mas foi Marx quem introduziu um método sociológico na economia política. Este método trata as categorias materiais como reflexos das relações de produção entre as pessoas. É nesta natureza social das categorias materiais que Marx viu seus "nexos internos". Os economistas vulgares estudam apenas as aparências exteriores, que são "alheadas" das relações econômicas (*C.*, III, p. 757), isto é, estudam a forma objetivada, pronta, das coisas, sem captar seu caráter social. Eles vêem o processo de "personificação" das coisas que ocorre na superfície da vida econômica, mas não têm idéia do processo de "reificação das relações de produção" entre as pessoas. Eles consideram as categorias materiais como dadas, "condições" prontas do processo de produção que afetam as motivações dos produtores e estão expressas em suas consciências; não examinam o caráter dessas categorias materiais como resultados do processo social. Ignorando este processo interno, social, eles se restringem aos "nexos externos entre as coisas, embora este nexo apareça na concorrência. Na concorrência, então, tudo aparece às avessas, e parece sempre estar ao contrário".[6] Assim, as relações de produção entre as pessoas parecem depender da forma social das coisas, e não o oposto.

(13) Os economistas vulgares, que não compreenderam que o processo de "personificação das coisas" só pode ser entendido como resultado do processo de "reificação das relações de produção", consideram a característica social das coisas (valor, dinheiro, capital, etc.), como características naturais que pertencem às próprias coisas. O valor, o dinheiro, etc., não são consideradas expressões de relações humanas "aderidas" às coisas, mas como características diretas das próprias coisas, características que estão "diretamente interligadas" às características técnico-naturais das coisas. Esta é a causa do *fetichismo da mercadoria*, característico da economia vulgar e do modo de pensar comum aos participantes da produção, que se acham limitados pelo horizonte da economia capitalista. Esta é a causa da "materialização das relações sociais, do entrelaçamento direto das relações materiais de produção com suas condições históricas" (*C.*, III, p. 768). "Um elemento de produção [é] representado por uma forma social determinada e mesclado com ela" (*Ibid.*, p. 755). "A substantivação formal destas condições de trabalho frente ao trabalho, a forma específica desta substantivação que as condições de trabalho assumem frente ao trabalho assalariado, aparecerá como uma qualidade inseparável delas enquanto coisas, enquanto condições materiais de produção; como um caráter imanente a elas, necessariamente associado a elas como elementos de produção. O caráter social que apresentam no processo de produção capitalista, caráter determinado por uma época histórica, de produção capitalista, caráter determinado por uma época histórica dada, converte-se assim num caráter material inato a elas, inerente a elas por natureza e para toda eternidade, por assim dizer, como elemento social de produção" (*Ibid.*, III, p. 764).[7]

(14) A transformação das *relações* sociais de produção em *propriedades* sociais "objetivas" *das coisas* é um fato da economia mercantil-capitalista e uma conseqüência dos nexos distintivos entre o processo de produção material e o movimento das relações de produção. O erro da economia vulgar não reside no fato de que ela dá atenção às formas materiais da economia capitalista, mas em não ver o vínculo destas com a forma social da produção e não as derivar desta forma social, e sim das propriedades naturais das coisas. "Os efeitos de determinadas formas sociais de trabalho são atribuídos às coisas, aos produtos desse trabalho; a própria relação apresenta-se de uma maneira fantástica, sob a forma de coisas. Vimos que esta é uma propriedade específica da produção mercantil... Hodgskin vê nisto uma ilusão puramente subjetiva, por trás da qual se escondem a fraude e o interesse das classes exploradoras. Ele não percebe que a maneira de se apresentar é um resultado da própria relação real, e que a relação não é uma expressão da maneira de apresentar, mas ao contrário" (*Theorien über den Mehrwert*, 1910, Vol. III, pp. 354-355).

(6) K. Marx, *Teorii pribavochnoi stoimosti* (Teorias Sobre a Mais-Valia), Vol. II, p. 57.

(7) Somente considerando esta "fusão" de relações sociais e condições materiais de produção a partir deste ponto de vista, a teoria de Marx sobre a dupla natureza das mercadorias se nos torna clara, bem como sua afirmação de que o valor de uso aparece como "suporte material do *valor de troca*" (*C.*, I, p. 4). O valor de uso e o valor não são, como sustenta Böhm-Bawerk, duas diferentes propriedades das coisas. O contraste entre ambos é provocado pelo contraste entre o método das ciências naturais, que trata a mercadoria como uma coisa, e o método sociológico, que trata de relações sociais "fundidas com coisas". "O valor de uso expressa uma relação natural entre uma coisa e um homem, a existência de coisas para o homem. Mas o valor de troca representa a existência *social* das coisas" (*Theorien über den Mehrwert* (Teorias Sobre a Mais-Valia), 1910, Vol. III, p. 355).

Os economistas vulgares cometem dois tipos de erros: 1) ou atribuem o caráter da "forma econômica" a uma "qualidade real" das coisas (*C.*, II, p. 143), isto é, derivam os fenômenos *sociais* diretamente dos fenômenos *técnicos*, por exemplo, a capacidade do capital render lucros — que pressupõe a existência de classes sociais específicas e relações de produção entre elas — é explicada em termos das funções técnicas do capital em seu papel de meio de produção; 2) ou atribuem "determinadas qualidades materiais dos meios de trabalho" à forma social dos instrumentos de trabalho (*Ibid.*), isto é, derivam fenômenos *técnicos* diretamente dos fenômenos sociais, por exemplo, atribuindo o poder de aumentar a produtividade do trabalho — que é inerente aos meios de produção e representa sua função técnica — ao capital, isto é, a uma forma específica de produção social (teoria da produtividade do capital).

Esses dois erros, que à primeira vista parecem contraditórios, podem, na realidade, serem reduzidos à mesma falha metodológica básica: a identificação do processo material de produção com sua forma social, e a identificação das funções *técnicas* das coisas com sua função *social*. Ao invés de considerar os fenômenos técnicos e sociais como diferentes aspectos da atividade de trabalho humana, aspectos intimamente relacionados mas diferentes, os economistas vulgares os colocam no mesmo nível, no mesmo plano científico, por assim dizer. Examinam os fenômenos econômicos diretamente nesses aspectos técnico e social, intimamente entrelaçados e "amalgamados", que são inerentes à economia mercantil. O resultado disto é uma "proporção perfeitamente incomensurável entre um valor de uso, uma coisa material, de um lado, e de outro uma determinada relação social de produção: a mais-valia" (*C.*, III, p. 757); "... se estabelece uma proporção entre uma relação social considerada como uma coisa e a natureza, isto é, estabelece-se uma relação entre duas magnitudes incomensuráveis" (*Ibid.*, p. 757). Esta identificação do processo de produção com suas formas sociais, as propriedades técnicas das coisas com relações sociais "materializadas" na forma social de coisas, vinga-se de maneira cruel. Os economistas freqüentemente se afligem, com um espanto ingênuo, "tão logo aparece como relação social o que eles antes acreditavam apreender como coisa e, depois, o que eles mal tinham fixado como relação social volta a provocá-los como coisa" (*Crítica*, p. 141).

Pode-se mostrar facilmente que "a aglutinação direta entre as relações de produção materiais e sua forma histórico-social", como diz Marx, não é inerente à economia mercantil-capitalista, mas também a outras formas sociais. Podemos observar que as relações sociais de produção entre pessoas são causalmente dependentes das condições materiais de produção e da distribuição dos meios técnicos de produção entre os diferentes grupos sociais, também em outros tipos de economia. Do ponto de vista da teoria do materialismo histórico, esta é uma lei sociológica geral que vale para todas as formações sociais. Ninguém pode duvidar que a totalidade das relações de produção entre o senhor de terras e os servos estava causalmente determinada pela técnica de produção e pela distribuição, na sociedade feudal, dos elementos técnicos da produção (terra, gado, ferramentas) entre os senhores de terras e os servos. Mas o fato é que na sociedade feudal as relações de produção entre pessoas são estabelecidas *com base* na distribuição das coisas entre elas e *pelas* coisas, mas não *através* das coisas. Aqui, as pessoas estão diretamente vinculadas umas às outras, "as relações sociais das pessoas em seus trabalhos revelam-se como relações pessoais suas, sem disfarçar-se de relações sociais entre as coisas, entre os produtos de um trabalho" (*C.*, I, p. 42). No entanto, a natureza específica da economia mercantil-capitalista reside no fato de que as relações de produção entre as pessoas não são estabelecidas apenas *pelas* coisas, mas *através* de coisas. É precisamente isto que dá às relações de produção entre as pessoas uma forma "materializada", "reificada" e dá origem ao fetichismo da mercadoria, à confusão entre o aspecto técnico-material e sócio-econômico do processo de produção, confusão eliminada pelo novo método sociológico de Marx.[8]

(8) Em geral, o nexo entre coisas e relações sociais entre pessoas é mais complexo e multilateral. Assim, por exemplo, levando em consideração apenas os fenômenos estreitamente relacionados a nosso tema, podemos observar: 1) na esfera *econômica* de *diversas* formações sociais, a dependência causal das relações de produção entre pessoas quanto à distribuição de coisas entre elas (dependência das relações de produção com respeito à estrutura e distribuição das forças produtivas); 2) na esfera *econômica* da economia *mercantil-capitalista*, a realização das relações de produção entre pessoas através de coisas, a "fusão" de ambas (fetichismo da mercadoria no exato significado da palavra); 3) nas *diversas* esferas das *diversas* formações sociais, a simbolização de relações entre pessoas em coisas (simbolização social geral ou fetichização de relações sociais entre pessoas). Aqui, estamos interessados apenas no segundo tópico, o fetichismo da mercadoria no exato significado das palavras, e sustentamos ser indispensável estabelecer uma distinção clara entre este tópico e o primeiro (a confusão entre ambos pode ser notada em N. Bukharin, *Teoria de Materialismo Histórico* (edição em português, *Tratado do Materialismo Histórico*, Centro do Livro Brasileiro, Lisboa — sem data), edição russa, 1922, pp. 161-162), e entre o segundo e o terceiro (a teoria do fetichismo em A. Bogdanov padece desta confusão).

Capítulo 4

Coisa e Função Social (Forma)

O novo método sociológico que Marx introduziu na Economia Política aplica uma distinção coerente entre forças produtivas e relações de produção, entre o processo material da produção e sua forma social, entre o processo de trabalho e o processo de formação do valor. A Economia Política trata da atividade de trabalho humana, não do ponto de vista de seus métodos técnicos e instrumentos de trabalho, mas do ponto de vista de sua forma social. Trata das *relações de produção* que se estabelecem entre as pessoas no processo de produção. Mas, como na sociedade mercantil-capitalista as pessoas estão vinculadas por relações de produção através da transferência de coisas, as relações de produção entre as pessoas adquirem um caráter material. Esta "materialização" ocorre porque a coisa através da qual as pessoas mantêm determinadas relações umas com as outras desempenha um *papel social* específico, vinculando pessoas — papel de "intermediária" ou "portadora" dessa determinada relação de produção. Além de existir material ou tecnicamente como bem de consumo ou meio de produção concreto, a coisa parece adquirir uma existência *social* ou *funcional*, isto é, um particular caráter social através do qual essa determinada relação de produção se expressa, e que confere às coisas uma particular forma *social*. Assim, as noções básicas ou *categorias* da Economia Política expressam as *formas sócio-econômicas* básicas que caracterizam os diversos tipos de relações de produção entre pessoas, que se mantêm unidas por coisas através das quais se estabelecem essas relações entre elas.

Na sua abordagem ao estudo da "estrutura econômica da sociedade", ou a "totalidade das relações de produção" entre as pessoas,

Marx [1] distinguiu formas e *tipos* particulares de relações de produção entre pessoas numa sociedade capitalista [2] e analisou esses tipos de relações de produção na seguinte ordem. Algumas dessas relações entre as pessoas pressupõem a existência de outros tipos de relações de produção entre os membros de determinada sociedade, e estas relações não pressupõem necessariamente a existência daquelas. Por exemplo, a relação entre o capitalista financeiro C e o capitalista industrial B consiste em que B recebe um empréstimo de C; esta relação já pressupõe a existência de relações de produção entre o capitalista industrial B e o trabalhador A, ou, mais exatamente, vários trabalhadores. Por outro lado, as relações entre o capitalista industrial e os trabalhadores não pressupõem necessariamente que o capitalista B tenha de tomar dinheiro emprestado do capitalista financeiro. Assim, é claro que as categorias econômicas "capital" e "mais-valia" precedem as categorias "capital portador de juros" e "juros". Além disso, a relação entre o capitalista industrial e os operários assume a forma de compra e venda de força de trabalho, e além disso pressupõe que o capitalista produz bens para vender, isto é, que está vinculado aos demais membros da sociedade pelas relações de produção que os proprietários de mercadorias mantêm uns com os outros. Por outro lado, as relações entre os proprietários de mercadorias não pressupõem necessariamente um vínculo de produção entre o capitalista industrial e os operários. Daí, é claro que as categorias "mercadoria" e "valor" precedem a categoria "capital". A seqüência lógica das categorias econômicas segue-se do caráter das relações de produção expressas pelas categorias. O sistema econômico de Marx analisa uma série de tipos de *relações de produção* de complexidade crescente. Essas relações de produção se expressam numa série de *formas sociais* de complexidade crescente — sendo estas as formas sociais assumidas pelas coisas. Este nexo entre um determinado tipo de relação de produção entre as pessoas e a função social correspondente, ou forma, das coisas, pode ser detectado em todas as categorias econômicas.

A relação social básica entre pessoas enquanto produtoras de mercadorias que trocam os produtos de seu trabalho, confere aos produtos a propriedade específica de intercambiabilidade que parece en-

(1) Karl Marx, *Prefácio* [*Para a Crítica da Economia Política*], Abril Cultural, *op. cit.*, p. 129.

(2) Temos em mente as diversas formas ou tipos de relações de produção entre pessoas numa sociedade *capitalista*, e não os diversos tipos de relações de produção que caracterizam *diferentes* tipos de formações sociais.

tão ser uma propriedade natural dos produtos: a particular "forma de valor". As relações de troca regulares entre as pessoas, em cujo contexto a atividade social dos proprietários de mercadoria singularizou uma mercadoria (ouro, por exemplo), para servir como equivalente geral que pode ser trocado diretamente por qualquer outra mercadoria, conferem a essa mercadoria a particular função de dinheiro, ou a "forma-dinheiro". Esta forma-dinheiro, por sua vez, assume várias funções, ou formas, dependendo do caráter da relação de produção entre compradores e vendedores.

Se a transferência de bens do vendedor para o comprador e a transferência inversa de dinheiro são levadas a cabo simultaneamente, então o dinheiro assume a função, ou reveste a forma, de "meio de circulação". Se a transferência de bens precede a transferência de dinheiro, e a relação entre o vendedor e o comprador é transformada numa relação entre credor e devedor, então o dinheiro tem de assumir a função de "meio de pagamento". Se o vendedor retém o dinheiro que recebeu com essa venda, postergando o momento em que entra numa nova relação de produção de compra, o dinheiro adquire a função ou forma de "tesouro". Cada função social ou forma do dinheiro expressa um diferente caráter ou tipo de relação de produção entre os participantes da troca.

Com o surgimento de um novo tipo de relação de produção — a relação capitalista, que vincula um proprietário de mercadoria (um capitalista) a outro proprietário de mercadoria (um operário), e que é estabelecida através da transferência de dinheiro —, o dinheiro adquire uma nova função social ou forma: torna-se "capital". Mais exatamente, o dinheiro que vincula diretamente o capitalista com os operários desempenha o papel, ou assume a forma, de "capital variável". Mas para estabelecer relações de produção com os operários, o capitalista deve possuir meios de produção ou dinheiro para comprá-los. Esses meios de produção, ou o dinheiro, que servem indiretamente para estabelecer uma relação de produção entre o capitalista e os operários tem a função ou forma de "capital constante". Na medida que consideramos as relações de produção entre a classe dos capitalistas e a classe dos trabalhadores no processo de produção, estamos considerando o "capital-produtivo" ou "capital na fase de produção". Mas, antes de iniciar-se o processo de produção, o capitalista apareceu no mercado como comprador de meios de produção e força de trabalho. Essas relações de produção entre o capitalista enquanto comprador e outros proprietários de mercadorias correspondem à função, ou forma, de "capital-dinheiro". No final do processo de produção, o capitalista

aparece como vendedor de seus bens, que adquirem expressão na função, ou forma, de "capital-mercadoria". Desta maneira, a metamorfose, ou "transformação de forma", do capital, reflete diferentes formas de relações de produção entre pessoas.

Mas isto ainda não esgota as relações de produção que vinculam o capitalista industrial a outros membros da sociedade. Em primeiro lugar, os capitalistas industriais de um ramo estão vinculados aos capitalistas industriais de todos os outros ramos através da concorrência de capital e de sua transferência de um ramo a outro. Esta relação se expressa na formação da "taxa média geral de lucro" e na venda dos bens a "preços de produção". Além disso, a própria classe capitalista está subdividida em vários grupos sociais ou subclasses: capitalistas industriais, comerciais e monetários (financeiros). Além desses grupos, existe ainda uma classe de proprietários de terra. As relações de produção entre esses diferentes grupos sociais criam novas "formas" econômicas e sociais: capital comercial e lucro comercial, capital portador de juros e juros, e renda da terra. O capital, "finalmente, abandona, por assim dizer, sua vida orgânica interior, para estabelecer relações externas de vida, relações em que já não se enfrentam *o capital e o trabalho*, mas de um lado *os capitais* e de outro os indivíduos, considerados simplesmente como *compradores e vendedores*" (*C.*, III, p. 59).[3] Aqui, o tema são os diferentes tipos de relações de produção, e particularmente as relações de produção: 1) entre *capitalistas e operários*; 2) entre os capitalistas e os membros da sociedade que aparecem como compradores e vendedores; 3) entre grupos *específicos* de capitalistas industriais, e entre os capitalistas industriais enquanto grupo e outros grupos de capitalistas (capitalistas comerciais e financeiros). O primeiro tipo de relação de produção, que é a base da sociedade capitalista, é examinado por Marx no Livro I de *O Capital*, o segundo tipo no Livro II, e o terceiro no Livro III. As relações de produção básicas da sociedade mercantil, as relações entre as pessoas enquanto produtoras de mercadorias, são examinadas por Marx em [*Contribuição*] *Para a Crítica da Economia Política*, e são reexaminadas na Secção I, do Livro I de *O Capital*, que tem por título "Mercadoria e Dinheiro", e que pode ser considerada como uma introdução ao sistema de Marx (no primeiro esboço, Marx pretendia chamar esta secção: "Introdução. Mercadorias, Dinheiro"; veja-se *Theorien über den Mehrwert*, 1910, Vol. III, p. VIII). O sistema de Marx examina vários tipos

(3) Grifos nossos (I.R.).

de relações de produção de complexidade crescente, bem como as crescentemente complexas formas econômicas das coisas que lhes correspondem.

As *categorias* básicas da Economia Política expressam, portanto, vários *tipos* de relações de produção que assumem a forma de coisas. "Na realidade, o valor, em si, é apenas uma expressão material para uma relação entre a atividade produtiva das pessoas" (*Theorien über den Mehrwert*, III, p. 218). "Portanto, quando Galiani diz que o valor é uma relação entre pessoas — 'La Ricchezza è una ragione tra due persone' — deveria acrescentar: disfarçada sob um envoltório material" (*C.*, I, p. 39, nota). "O sistema monetário não via no ouro e na prata, considerados como dinheiro, manifestações de um regime social de produção" (*C.*, I, p. 47). "O capital é uma relação social de produção. É uma relação de produção histórica."[4] O capital é "uma relação social expressa (*darstellt*) em coisas e através de coisas" (*Theorien über den Mehrwert*, III, p. 325). "O capital não é uma coisa material, mas uma determinada relação social de produção, correspondente a uma determinada formação histórica da sociedade, que toma corpo numa coisa material e lhe infunde um caráter social específico" (*C.*, III, p. 754).[5]

Marx explicou mais detalhadamente sua concepção das categorias econômicas enquanto expressão de relações de produção entre pessoas, quando tratou das categorias Valor, Dinheiro e Capital. Mas indicou, mais de uma vez, que outras noções de Economia Política expressam relações de produção entre pessoas. A mais-valia representa "uma forma histórica definida de processo social de produção" (*C.*, III, p. 756). A renda é uma relação social tomada como coisa (*C.*, III, p. 755). "A oferta e a demanda nada mais são que relações de uma determinada produção, como o são as trocas individuais."[6] A divisão do trabalho, o crédito, são relações da produção burguesa (*Ibid.*, pp. 120-136). Ou, como Marx afirmou de maneira geral, "as categorias

(4) Karl Marx, "Trabajo Asalariado y Capital" (Trabalho Assalariado e Capital), in Marx e Engels, *Obras Escogidas*, *op. cit.*, t. I, p. 76. Nesta edição, a passagem mencionada tem a seguinte tradução: "Também o *capital* representa relações sociais. São relações burguesas de produção, relações de produção da sociedade burguesa".

(5) Marx dizia, muito freqüentemente, que uma relação de produção "está representada" (*sich darstellt*) numa coisa, e uma coisa "representa" (*darstellt*) uma relação de produção.

(6) Karl Marx, *Miseria de la Filosofía*, Buenos Aires, Siglo XXI, 1970, p. 38. (*Nota da edição brasileira*: Existe edição em língua portuguesa, *Miséria da Filosofia*, Editorial Grijalbo, 1976, São Paulo, p. 42.)

econômicas são apenas as expressões teóricas, as abstrações, das relações sociais de produção" (*Ibid.*, p. 102).

Portanto, os conceitos básicos da Economia Política expressam diferentes relações de produção entre pessoas na sociedade capitalista. Mas, na medida que essas relações de produção só vinculam as pessoas através de coisas, a coisa desempenha uma *função* social específica, e adquire uma particular *forma* social que corresponde ao dado tipo de relação de produção. Se dissemos anteriormente que as categorias econômicas expressam relações de produção entre pessoas, adquirindo um caráter "material", podemos dizer também que elas expressam funções sociais, ou formas sociais, que são adquiridas pelas coisas enquanto intermediárias nas relações sociais entre pessoas. Iniciaremos nossa análise com a *função* social das coisas.

Marx falou várias vezes da *função* das coisas, funções que correspondem às diferentes relações de produção entre pessoas. Na expressão do valor, uma mercadoria "funciona como um equivalente" (*C.*, I, p. 15 e 35). "A função do dinheiro" representa uma série de funções diferentes: "função como medida de valor" (*Ibid.*, p. 76), "função como meio de circulação" ou "função como moeda" (*Ibid.*, pp. 76 e 84), função como "meio de pagamento" (*Ibid.*, pp. 85, 93 e 96), "função de entesouramento" (*Ibid.*, p. 101) e "função de dinheiro mundial" (*Ibid.*, p. 101). As diferentes relações de produção entre compradores e vendedores correspondem a diferentes funções do dinheiro. O capital é também uma função social específica: "... a condição de capital não corresponde às coisas como tais e sob qualquer circunstância, mas é uma função que, conforme as condições em que elas se encontrem, podem ou não desempenhar" (*C.*, II, p. 180). No capital-dinheiro, Marx distinguiu cuidadosamente a "função dinheiro" da "função capital" (*C.*, II, pp. 364 e 73). O objeto de estudo é aqui, obviamente, a função que o capital desempenha, vinculando diferentes classes sociais e seus representantes, capitalistas e trabalhadores assalariados; o objeto de estudo não é, certamente, a função técnica que os meios de produção desempenham no processo de produção material. Se capital é uma função social, então, como diz Marx, "sua subdivisão é justificada e relevante". O capital variável e o constante diferem em termos das diferentes funções que desempenham no "processo de expansão" do capital (*C.*, I, pp. 208-209); o capital variável vincula diretamente o capitalista ao operário, e transfere a força de trabalho do operário para o capitalista; o capital constante serve ao mesmo propósito indiretamente. Uma "diferença funcional" existe entre eles (*C.*, I, p. 210). O mesmo é verdadeiro para a divisão em capital fixo e circulante. "Não se

trata das definições [de capital fixo e capital circulante, I.R.] sob as quais podem ser incluídas as coisas. Trata-se de determinadas *funções*, expressas em determinadas *categorias*" (*C.*, II, p. 200; grifos nossos). Esta distinção entre as funções do capital fixo e circulante refere-se aos diferentes métodos de transferir o valor do capital para o produto, isto é, à reposição total ou parcial do valor do capital durante um período de produção (*Ibid.*, pp. 146-147). Esta distinção entre funções sociais no processo de transferência do valor (isto é, no processo de circulação), freqüentemente é confundida pelos economistas com uma distinção entre funções técnicas no processo de produção material, a saber, com uma distinção entre o desgaste gradual dos instrumentos de trabalho e o consumo total de matérias-primas e acessórias. Na secção II do Livro II de *O Capital*, Marx dedicou um grande esforço para mostrar que as categorias capital fixo e capital circulante expressam precisamente as funções sociais, acima mencionadas, de transferir valor. Essas funções estão, de fato, relacionadas às particulares funções técnicas dos meios de produção, mas não coincidem com elas. Não somente os diferentes elementos do capital produtivo (capital constante e variável, capital fixo e circulante) diferem uns dos outros por suas funções, mas a divisão do capital em capital-produtivo, capital-dinheiro e capital-mercadoria baseia-se também nas diferentes funções. As "funções de capital-mercadoria e capital-comercial" são distintas das "funções de capital-produtivo" (*C.*, II, pp. 73 e 110; *C.*, III, p. 266 e outras).

Assim, as diferentes categorias da Economia Política descrevem as diferentes funções sociais das coisas, correspondendo a diferentes relações de produção entre pessoas. Mas a *função* social que é realizada através de uma coisa confere a essa coisa um particular caráter social, uma determinada *forma* social, uma "determinação de forma" (*Formbestimmtheit*),[7] como Marx com freqüência escreveu. Uma função

(7) O conceito de *Formbestimmtheit* ou *Formbestimmung* desempenha um papel importante no sistema de Marx. O sistema se ocupa acima de tudo na análise de formas sociais de economia, ou seja, relações de produção entre pessoas. Ao invés de *Formbestimmtheit*, Marx dizia freqüentemente *Bestimmtheit*. V. Bazarov e I. Stepanov traduzem às vezes, muito corretamente, esta última palavra por "forma" (cf. *Kapital*, Livro III, t. II, pp. 365-366, e a tradução russa, p. 359). É completamente inadmissível traduzir *Bestimmtheit* como "nominação" ("*naznachenie*"), como faz com freqüência P. Rumyantsev (*Kritik der Politischen Oekonomie*, p. 10; tradução russa, p. 40). A tradução "determinação formal" ("*formal'noe opredelenie*") também é incorreta quanto ao sentido de Marx (*Nakoplenie kapitali i krizisy* (Acumulação de Capital e Crises) de S. Bessonova). Preferimos uma tradução exata: "determinação da forma" ou "definição da forma".

social específica, ou "*forma econômica* de coisa, corresponde a cada tipo de relação de produção entre pessoas. Marx indicou, mais de uma vez, a estreita relação entre a função e a forma. O paletó "funciona como equivalente, ou, o que é o mesmo, reveste forma equivalencial" (*C.*, I, p. 48). "Esta função específica no processo de circulação confere ao dinheiro, enquanto meio de circulação, uma nova determinação de forma" (*Kritik der Politischen Oekonomie*, p. 92 [*Crítica*, p. 191]). Se a função social de uma coisa dá a essa coisa uma forma sócio-econômica específica, é claro então que as categorias básicas da Economia Política (que consideramos acima como expressões de diferentes relações de produção e funções sociais de coisas) servem como expressões de formas sócio-econômicas que correspondem às coisas. Essas formas dão às coisas sua função enquanto "portadoras" das relações de produção entre pessoas. Marx chamou, freqüentemente, os fenômenos econômicos que analisou de "formas econômicas", "determinações de formas". *O sistema de Marx examina uma série de crescentemente complexas "formas econômicas" de coisas ou "determinações de formas" (Formbestimmtheiten), que correspondem a uma série de crescentemente complexas relações de produção entre pessoas.* No Prefácio à primeira edição do Livro I de *O Capital*, Marx apontou as dificuldades de "analisar as formas econômicas", particularmente a "forma-valor" e a "forma-dinheiro". A forma-valor, por sua vez, compreende várias formas: de um lado, toda expressão de valor contém uma "forma relativa" e uma "forma equivalencial", e, de outro, o desenvolvimento histórico do valor se expressa na crescente complexidade de suas formas: o valor, da "forma simples" até a "forma desenvolvida", passa para uma "forma geral" e uma "forma dinheiro". A formação do dinheiro é uma "nova determinação de forma" (*Kritik der Politischen Oekonomie*, p. 28). As diferentes funções do dinheiro são, simultaneamente, diferentes "determinações de forma" (*Ibid.*, p. 46). Assim, por exemplo, o dinheiro enquanto medida de valor e enquanto padrão de preços são "diferentes determinações de forma", cuja confusão levou a teorias errôneas (*Ibid.*, p. 54).[8] "As diversas *formas* específicas do dinheiro: simples equivalente de mercadorias, meio de circulação, meio de pagamento, entesouramento e dinheiro mundial, apontam, segundo o alcance e a relativa primazia de uma ou outra função, para fases muito distintas do processo de produção social" (*C.*, I, p. 123;

(8) Traduzido como "distinct forms of expression" (formas de expressão distintas), na edição inglesa da *Critique* (Crítica), 1904, p. 81. (*Nota da edição inglesa.*)

grifos nossos). O que se enfatiza aqui é a estreita vinculação entre as formas (funções) do dinheiro e o desenvolvimento das relações de produção entre pessoas.

A transição do dinheiro para o capital indica a emergência de uma nova *forma* econômica. "O capital é uma forma social adquirida pelos meios de produção quando são utilizados pelo trabalho assalariado" (*Theorien über den Mehrwert*, Vol. III, p. 383), uma particular "determinação social" (*Ibid.*, p. 547). O trabalho assalariado também é uma "determinação social do trabalho" (*Ibid.*, p. 563), isto é, uma determinada forma social de trabalho. Os elementos que compõem o capital produtivo (constante e variável, fixo e circulante), examinados quanto às diferenças de suas funções, representam também diferentes formas do capital (*C.*, II, pp. 146-147 e outras). O capital fixo representa uma "determinação de forma" (*C.*, II, p. 149). Da mesma maneira, o dinheiro, o capital produtivo e o capital-mercadoria são diferentes formas do capital (*C.*, II, p. 47). Uma particular função social corresponde a cada uma dessas formas. O capital-dinheiro e o capital-mercadoria são "formas específicas e distintas, que correspondem às funções do capital industrial" (*C.*, I, p. 73). O capital passa "de uma forma funcional a outra, de modo que o capital industrial... existe simultaneamente em suas várias fases e funções" (*Ibid.*, p. 93). Se essas funções tornam-se independentes uma da outra e são levadas a cabo por capitais separados, então esses capitais tomam a forma independente de capital-comercial-mercadoria e capital-comercial-dinheiro, "pelo fato de que as formas e funções determinadas que o capital assume transitoriamente aparecem como formas e funções independentes de uma parte separada do capital e nela enquadrada exclusivamente" (*C.*, III, p. 313).

Assim, as categorias econômicas expressam diferentes relações de produção entre pessoas e as funções sociais correspondentes, ou as formas sócio-econômicas de coisas. Essas funções ou formas têm um caráter social porque elas são inerentes, não às coisas enquanto coisas, mas às coisas que fazem parte de um determinado ambiente social, ou seja, às coisas através das quais as pessoas entram em certas relações de produção umas com as outras. Essas formas não refletem as propriedades das coisas, mas as propriedades do ambiente social. Algumas vezes, Marx falou simplesmente de "forma" ou "determinação de forma", mas o que ele queria dizer era precisamente "forma econômica", "forma social", "forma histórico-social", "determinação social da forma", "determinação econômica da forma", "determinação histórico-social" (ver, por exemplo, *C.*, I, pp. 103, 104, 106; *C.*, III, pp. 756, 768, 830; *Kapital*, Livro III, Vol. 2, pp. 351, 358, 360, 366; *Theorien über den Mehrwert*, Livro III, pp. 484-485, 547, 563; *Kritik der Politischen Oekonomie*, p. 20 e outras partes). Às vezes, Marx também diz que a coisa adquire uma "existência social", "existência formal" (*Formdasein*), "existência funcional", "existência ideal" (ver *C.*, I, pp. 83-87; *Theorien über den Mehrwert*, t. III, pp. 314, 349; *Kritik der Politischen Oekonomie*, pp. 28, 94, 100, 101). Esta existência social ou funcional das coisas contrapõe-se à sua "existência material", "existência real", "existência direta", "existência objetiva" (*C.*, I, p. 87; *Kritik der Politischen Oekonomie*, p. 102; *Kapital*, Livro III, Vol. II, pp. 359, 370, e Livro III, Vol. I, p. 19; *Theorien über den Mehrwert*, t. III, pp. 193, 292, 320 e 434). Da mesma maneira, a forma ou função social contrapõe-se ao "conteúdo material", "substância material", "conteúdo", "substância", "elementos da produção", elementos e condições materiais e objetivas de produção (*C.*, I, pp. 4, 84, 103, 104, 106; *C.*, III, p. 763; *Kritik der Politischen Oekonomie*, pp. 100-104, 121; *Theorien über den Mehrwert*, t. III, pp. 315, 316, 318, 326, 329, 424, e outras partes).[9] Todas essas expressões, que distinguem as funções técnicas e sociais das coisas, o *papel técnico* dos instrumentos e condições de trabalho e sua *forma social*, podem ser reduzidas à diferenciação básica que formulamos anteriormente. Trata-se da distinção básica entre o processo material da produção e suas formas sociais, dos dois diferentes aspectos (técnico e social) do processo unificado da atividade produtiva humana. A Economia Política trata das relações de produção entre as pessoas, isto é, das formas sociais do processo de produção, enquanto contrapostas aos aspectos técnico-materiais.

Significa isto que a teoria econômica de Marx, quando ele analisou a forma social de produção separadamente do aspecto técnico-material, isolou as relações de produção entre as pessoas do desenvolvimento das forças produtivas? Absolutamente não. Toda forma econômico-social analisada por Marx pressupõe, como dado, um determi-

(9) Deve-se observar que às vezes Marx utiliza os termos "função" e "forma" num sentido técnico-material, o primeiro termo muito freqüentemente, o segundo mais raramente. Isto cria uma inconveniência terminológica, mas em essência não impede Marx de estabelecer claras distinções entre os dois sentidos desses termos, exceto quanto a algumas passagens que são obscuras e contraditórias (por exemplo, no Livro II, Secção Segunda de *O Capital*). Por outro lado, os termos "substância" e "conteúdo" são utilizados por Marx não só para se referir ao processo material de produção, mas também a suas formas sociais.

nado estádio do processo técnico-material da produção. O desenvolvimento das formas valor e dinheiro pressupõe, como vimos, constante "intercâmbio de matéria (*Stoffwechsel*), a circulação de coisas materiais. O valor pressupõe o valor de uso. O processo de formação de valor pressupõe o processo de produzir valores de uso. O trabalho abstrato pressupõe uma totalidade de diferentes tipos de trabalho concreto aplicados em diferentes ramos de produção. O trabalho socialmente necessário pressupõe uma diferente produtividade do trabalho nas várias empresas do mesmo ramo. A mais-valia pressupõe um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas. O capital e o trabalho assalariado pressupõem uma forma social dos fatores técnicos de produção, materiais e pessoais. Após a compra de força de trabalho pelo capitalista, essa mesma diferença entre fatores materiais e pessoais de produção adquire a forma de capital constante e capital variável. A relação entre o capital constante e o variável, isto é, a composição orgânica do capital, baseia-se numa certa estrutura técnica. Uma outra diferenciação do capital, em fixo e circulante, pressupõe também uma diferença técnica entre o desgaste gradual dos instrumentos de trabalho e o consumo global dos objetos de trabalho e da força de trabalho. As metamorfoses, ou mudanças de forma do capital, baseiam-se no fato de que o capital produtivo organiza diretamente o processo material de produção. O capital-dinheiro ou o capital-mercadoria estão relacionados mais indiretamente ao processo material de produção, porque representam diretamente o estádio da troca. Assim, existe, por um lado, uma diferença entre lucro empresarial, lucro comercial e juros, e, de outro lado, entre trabalho produtivo e improdutivo (empregado no comércio). A reprodução do capital pressupõe a reprodução de suas partes componentes materiais. A formação da taxa média geral de lucro pressupõe diferentes composições técnicas e orgânicas do capital em ramos industriais individuais. A renda absoluta pressupõe uma diferença entre a indústria, de um lado, e a agricultura de outro. Diferentes níveis de produtividade do trabalho em diferentes empresas agrícolas, provocados por diferenças de fertilidade e localização dos lotes, expressam-se na forma de renda diferencial.

Vemos, assim, que as relações de produção entre pessoas desenvolvem-se com *base* num certo estado das forças produtivas. As categorias econômicas pressupõem certas condições técnicas. Mas, na Economia Política, as condições técnicas não aparecem como condições para o processo de produção tratado a partir de seus aspectos técnicos, mas apenas como pressupostos de determinadas formas econômico-sociais assumidas pelo processo de produção. O processo produtivo

aparece numa determinada forma econômico-social, a saber, na forma de economia mercantil-capitalista. A Economia Política trata precisamente desta forma de economia e da totalidade de relações de produção que lhe são próprias. A famosa teoria de Marx, segundo a qual o valor de uso é o pressuposto, e não a fonte, do valor de troca, deve ser formulada de maneira generalizada: a Economia Política trata das "formas econômicas", dos tipos de relações de produção entre pessoas na sociedade capitalista. Esta sociedade pressupõe certas condições do processo material de produção e dos fatores técnicos que são seus componentes. Mas Marx sempre protestou contra a transformação das condições do processo material de produção de pressupostos da Economia Política em seu objeto de estudo. Ele rejeitou as teorias que derivavam o valor a partir do valor de uso, o dinheiro a partir das propriedades técnicas do ouro, e o capital da produtividade técnica dos meios de produção. As categorias econômicas (ou formas sociais das coisas) estão certamente relacionadas de maneira estreita ao processo material de produção, mas não podem ser derivadas diretamente deste, mas apenas através de um vínculo indireto: as relações de produção entre as pessoas. Mesmo nas categorias em que os aspectos técnico e econômico estão intimamente relacionados, e quase se superpõem, Marx distinguiu muito habilmente um e outro, considerando o primeiro como pressuposto do segundo. Por exemplo, o desenvolvimento técnico dos fatores de produção pessoais e materiais é um pressuposto ou base sobre a qual se desenvolve a distinção "funcional", "formal" ou econômico-social, entre capital constante e variável. Mas Marx recusou-se decididamente a estabelecer uma distinção entre eles baseado no fato de que servem "como pagamento por um elemento materialmente diferente de produção" (*C.*, III, p. 51). Para ele, a diferença reside em seus papéis funcionalmente diferentes no processo de "expansão do capital" (*Ibid.*). A diferença entre capital fixo e circulante reside na maneira diversa pela qual se transfere seu valor aos produtos, e não na rapidez com que se desgastam fisicamente. Esta última distinção fornece uma base material, um pressuposto, um "ponto de partida" para a primeira, mas não para a distinção que estamos buscando, que possui um caráter econômico, e não técnico (*C.*, II, p. 174; *Theorien über den Mehrwert*, t. III, p. 558). Aceitar este pressuposto técnico como nosso objeto de estudo, significaria que a análise seria semelhante à dos economistas vulgares, aos quais Marx acusou de "grosseria" de método analítico, pois estavam interessados em "diferenças de forma" e as consideravam "apenas em seu aspecto material" (*C.*, III, p. 313).

A teoria econômia de Marx trata precisamente das "diferenças de forma" (formas econômico-sociais, relações de produção), que realmente se desenvolvem com base em certas condições técnico-materiais, mas que não devem ser confundidas com estas. É exatamente isto que representa uma inteiramente *nova formulação metodológica* dos problemas econômicos, que é a grande contribuição de Marx e distingue sua obra da dos seus predecessores, os economistas clássicos. A atenção dos economistas clássicos estava dirigida à descoberta das bases técnico-materiais de formas sociais que eles tomavam como dadas, e não sujeitas a análise posterior. O objetivo de Marx foi descobrir as leis de origem e desenvolvimento das formas sociais assumidas pelo processo de produção técnico-material a um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Esta diferença extremamente profunda entre o método analítico nos economistas clássicos e em Marx reflete estádios diferentes e necessários do desenvolvimento do pensamento econômico. A análise científica parte "dos resultados preestabelecidos do processo histórico" (*C.*, I, p. 40), a partir das numerosas formas econômico-sociais das coisas, que o analista já encontra estabelecidas e fixadas na realidade a seu redor (valor, dinheiro, capital, salários, etc.). Essas formas "já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens se esforcem por explicar, não o caráter *histórico* dessas formas, que consideram imutável, mas seu *conteúdo* (*Ibid.*; grifos nossos). Para descobrir o conteúdo dessas formas sociais, os economistas clássicos, em suas análises, reduziram formas complexas a formas simples (abstratas) e, desta maneira, finalmente chegaram às bases técnico-materiais do processo de produção. Através dessa análise, descobriram trabalho no valor, meios de produção no capital, meios de subsistência dos operários nos salários, produto excedente (propiciado pelo incremento da produtividade do trabalho) no lucro. Partindo de determinadas formas sociais, e tomando-as por formas eternas e naturais do processo de produção, eles não se perguntaram como haviam surgido essas formas. Para a Economia Política clássica, "o desenvolvimento genético de diferentes *formas* não constitui uma preocupação. Ela (a Economia Política clássica) quer apenas reduzi-las à sua unidade, através da análise, na medida que as toma de início como supostos dados" (*Theorien über den Mehrwert*, Vol. III, p. 572). Posteriormente, quando as dadas formas econômico-sociais são finalmente reduzidas a seu conteúdo técnico-material, os economistas clássicos dão sua tarefa por encerrada. Mas é precisamente onde eles interrompem sua análise que Marx começa. Na medida que Marx não estava limitado pelo horizonte da economia capitalista, e que a via apenas como uma das formas de economia pretéritas e socialmente possíveis, perguntou: por que o conteúdo técnico-material do processo de trabalho assume, num determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas, uma particular, determinada, forma social? A formulação metodológica de Marx a respeito dessa questão é aproximadamente a seguinte: por que o trabalho assume a forma de valor, os meios de produção a forma de capital, os meios de subsistência dos operários a forma de salários, a produtividade aumentada do trabalho a forma de mais-valia incrementada? Sua atenção dirigia-se à análise das formas sociais da economia e às leis de sua origem e desenvolvimento, e ao "processo de desenvolvimento de *formas* (*Gestaltungprozess*) em suas várias etapas" (*Ibid.*). Este método *genético* (ou dialético), que compreende análise e síntese, foi contraposto por Marx ao método *analítico* unilateral dos economistas clássicos. O que há de único, no método analítico de Marx, não consiste apenas no seu caráter histórico, mas ainda em seu caráter sociológico, na profunda atenção que é dada às formas sociais da economia. Começando pelas formas sociais como dadas, os economistas clássicos esforçaram-se para reduzir formas complexas a formas mais simples, através da análise, para finalmente descobrir sua *base técnico-material* ou *conteúdo*. Marx, no entanto, começando de um determinado estado do processo material de produção, esforçou-se por explicar a origem e o caráter das *formas sociais* que são assumidas pelo processo material de produção. Começou pelas formas simples e, através do método genético ou dialético, prosseguiu até as formas de complexidade crescente. É por isso que, como dissemos anteriormente, o interesse dominante de Marx encontra-se nas "formas econômicas", na "determinação de formas" (*Formbestimmtheiten*).

Capítulo 5

Relações de Produção e Categorias Materiais

À primeira vista, todos os conceitos básicos de Economia Política (valor, dinheiro, capital, lucro, salários, etc.) possuem um caráter material. Marx mostrou que, por trás de cada um deles, está oculta uma relação social de produção específica, que na economia mercantil só é realizada através de coisas, e confere às coisas um caráter determinado, objetivamente social, uma "determinação de forma" (mais precisamente: uma forma social), como diz Marx freqüentemente. Ao analisar qualquer categoria econômica, devemos, de início, indicar a relação social que ela expressa. A categoria material só entra no quadro de nossa análise se for expressão de uma relação social precisamente dada, determinada. Se a esta categoria material não estiver vinculada uma relação de produção entre pessoas determinadas, nós a colocaremos fora do quadro de nossa análise, e a deixaremos de lado. Classificamos os fenômenos econômicos em grupos, e construímos conceitos com base na identidade das relações de produção que os fenômenos expressam, e não com base na coincidência de suas expressões materiais. A teoria do valor, por exemplo, trata da troca entre produtores autônomos de mercadorias, de sua interação no processo de trabalho através dos produtos de seu trabalho. A flutuação do valor dos produtos no mercado interessa aos economistas não em si mesma, mas enquanto relacionada à distribuição do trabalho na sociedade, às relações de produção entre produtores independentes de mercadorias. Se a terra (que não é produto de troca), por exemplo, aparece na troca, então as relações de produção não vinculam, neste caso, produtores de mercadorias a produtores de mercadorias, mas a um proprietário de terras; se a flutuação de preço dos lotes de terra tem uma influência, no curso e distribuição do processo de produção, diferente das flutuações de

preço dos produtos do trabalho, então estamos tratando de uma relação social diferente, uma relação de produção diferente, que está por trás da mesma forma material de troca e valor. Esta relação social é submetida a uma análise especial, a saber, no contexto da teoria da renda. Deste modo, a terra, que tem preço, expressão monetária do valor (enquanto categoria material), não tem "valor" no sentido mencionado acima, isto é, o preço da terra não expressa no ato de troca a relação social funcional, que relaciona o valor dos produtos do trabalho à atividade de trabalho dos produtores mercantis independentes. Isto levou Marx à seguinte formulação, que freqüentemente tem sido mal interpretada: "Coisas que em si não são mercadorias, como por exemplo a consciência, a honra, etc., podem ser cotadas em dinheiro por seus possuidores, e receber, através do preço, o *cunho de mercadorias*. É cabível, portanto, que uma coisa tenha *preço* sem ter *valor*. Aqui, a expressão em dinheiro é algo puramente *imaginário*, como certas magnitudes matemáticas. Por outro lado, pode ocorrer também que esta forma imaginária de preço encerre uma proporção real de valor ou uma relação dela, como ocorre, por exemplo, com o *preço da terra inculta, que* não tem *valor nenhum*, pois nela não se materializa trabalho humano" (*C.*, I, p. 63-64). Essas palavras de Marx, que freqüentemente têm embaraçado e mesmo provocado zombaria dos críticos,[1] expressam uma idéia profunda sobre a possível divergência entre a forma social das relações de trabalho e a forma material que a elas corresponde. A forma material tem sua própria lógica e pode incluir outros fenômenos além das relações de produção que expressa numa determinada formação econômica. Por exemplo, além da troca de produtos do trabalho entre produtores mercantis independentes (o fato básico da economia mercantil), a forma material da troca inclui a troca de lotes de terra, a troca de bens que não podem ser multiplicados pelo tra-

(1) "Fenômenos reais, tal como o valor da terra, são apresentados como 'imaginários' e 'irracionais', enquanto conceitos imaginários, como o misterioso 'valor de troca', que não aparece na troca, são identificados como a única realidade" (Tugan-Baranovski, *Teoreticheskie osnovy marksizma* (Bases Teóricas do Marxismo), 4ª ed., 1918, p. 118). A passagem de Marx mencionada acima significa que, embora a compra e venda de terra não expresse diretamente relações entre produtores mercantis através dos produtos de seu trabalho, ela está apesar disso vinculada a essas relações e pode ser explicada em termos destas. Em outras palavras, a teoria da renda é derivada da teoria do valor. Riekes interpretou esta passagem de maneira incorreta, no sentido de que a proteção da propriedade territorial requer dispêndios, isto é, trabalho, que se expressa no preço da terra (Riekes, Hugo, *Wert und Tauschwert* (Valor e Valor de Troca), Berlim, L. Simion, s.d., p. 27).

balho, a troca numa sociedade socialista, etc. Do ponto de vista das formas materiais dos fenômenos econômicos, a venda de algodão e a venda de um quadro de Rafael, ou de um lote de terra, não diferem de maneira alguma uma da outra. Mas, do ponto de vista de sua natureza social, de seu nexo com relações de produção, e de seu impacto sobre a atividade de trabalho da sociedade, os dois fenômenos são de tipo diferente, e têm de ser analisados isoladamente.

Marx enfatizou, com freqüência, que um único e mesmo fenômeno aparece sob uma luz diferente, dependendo de sua forma social. Os meios de produção, por exemplo, não são capital na oficina do artesão que com eles trabalha, embora essas mesmas coisas se tornem capital quando expressam e ajudam a realizar uma relação de produção entre trabalhadores assalariados e seu empregador-capitalista. Mesmo nas mãos de um capitalista, os meios de produção só são capital dentro dos limites da relação de produção entre o capitalista e os trabalhadores assalariados. Nas mãos de um capitalista monetário, os meios de produção desempenham um papel social diferente. "Os meios de produção são capital se, do ponto de vista dos operários, funcionam como sua não-propriedade, isto é, como propriedade de outrem. Nesta forma, eles funcionam como opostos ao trabalho. *A existência dessas condições na forma de uma oposição ao trabalho transforma seu possuidor num capitalista, e os meios de produção que lhe pertencem em capital*. Mas, nas mãos do capitalista monetário A, falta ao capital este caráter de oposição que transforma seu dinheiro em capital e, desta maneira, a propriedade de dinheiro em propriedade de capital. *A determinação real da forma (Formbestimmtheit) através da qual dinheiro ou mercadorias são transformados em capital* desapareceu, neste caso. O capitalista monetário A não está, de maneira alguma, vinculado a um operário, mas apenas a outro capitalista, B" (*Theorien über den Mehrwert*, Vol. III, pp. 530-531, grifos de Marx). A determinação das formas sociais, que depende do caráter das relações de produção, é a base para a formação e classificação dos conceitos econômicos.

A Economia Política trata de categorias materiais determinadas, se elas estão vinculadas a relações sociais de produção. Inversamente, as relações de produção básicas da economia mercantil só se realizam e expressam numa forma material, e são analisadas pela teoria econômica precisamente nesta forma material. O caráter específico da teoria econômica, enquanto ciência que trata da economia mercantil-capitalista, reside precisamente no fato de que trata de relações de produção que adquirem formas materiais. É claro que a causa desta reificação das relações de produção reside no caráter espontâneo da economia mercantil. É precisamente porque a produção mercantil, *tema* da teoria econômica, se caracteriza pela espontaneidade, que a Economia Política, enquanto *ciência* da economia mercantil, trata de categorias materiais. A especificidade lógica do conhecimento econômico-teórico deve derivar-se exatamente daquele caráter material das categorias econômicas, e não diretamente da espontaneidade da economia nacional. A revolução que Marx realizou na Economia Política consiste em ele ter considerado as relações de produção sociais que estão por trás das categorias materiais. É este o verdadeiro objeto de estudo da Economia Política enquanto ciência social. Com esta nova abordagem "sociológica", os fenômenos econômicos apareceram sob uma nova luz, numa perspectiva diferente. As mesmas leis que haviam sido estabelecidas pelos economistas clássicos receberam um caráter e um significado inteiramente diferente, no sistema de Marx.[2]

(2) A ignorância acerca desta distinção essencial entre a teoria de Marx sobre o valor e a dos economistas clássicos explica a debilidade do livro de Rosenberg (Isaiah Rosenberg, *Ricardo und Marx als Werttheoretiker — eine Kritische Studie* (Ricardo e Marx como Teóricos do Valor — Um Estudo Crítico), Viena, Kommissionsverlag von I. Brand, 1904).

Capítulo 6

Struve e a Teoria do Fetichismo da Mercadoria

A abordagem de Marx às categorias econômicas enquanto expressões de relações sociais de produção (de que tratamos no capítulo anterior) provocou a crítica de P. Struve, em seu livro *Khozyaistvo i Tsena* (*Economia e Preço*). Struve reconhece o mérito da teoria do fetichismo de Marx, no sentido de que ela revelou, por trás do capital, uma relação social de produção entre as classes de capitalistas e operários. Mas não considera correto estender a teoria do fetichismo até o conceito de valor e a outras categorias econômicas. Struve e outros críticos de Marx transformam a teoria do fetichismo, de uma base geral fundamental do sistema de Marx, numa digressão isolada, ainda que brilhante.

A crítica de Struve está intimamente relacionada à sua classificação de todas as categorias econômicas em três classes: 1) categorias "econômicas" que expressam "relações econômicas de cada agente econômico com o mundo exterior",[1] por exemplo, o valor subjetivo (*tsennost*); 2) categorias "intereconômicas", que expressam "os fenômenos que surgem de interações entre unidades econômicas autônomas" (p. 17), por exemplo, o valor objetivo (de troca); 3) categorias "sociais", que expressam os "fenômenos que surgem de interações entre agentes econômicos que ocupam posições sociais diferentes" (p. 27), por exemplo, o capital.

Struve inclui apenas o terceiro grupo (categorias "sociais") dentro do conceito de relações sociais de produção. Em outras palavras, no lugar de relações de produção sociais, ele estabelece um conceito mais

(1) *Khozyaistvo i Tsena* (Economia e Preço), Vol. I, p. 17.

estreito, a saber, o de relações de produção entre classes sociais. Partindo deste ponto, Struve admite que as relações de produção (isto é, relações sociais e de classe) estão ocultas por trás da categoria de capital, mas de maneira alguma por trás da categoria de valor (Struve utiliza o termo "tsennost"), que exprime relações entre produtores mercantis iguais, independentes, autônomos, e portanto está relacionada à segunda classe de categorias "intereconômicas". Marx descobriu corretamente o fetichismo do capital, mas errou em sua teoria do fetichismo da mercadoria e do valor da mercadoria.

A inexatidão do raciocínio de Struve é resultado de sua infundada classificação das categorias econômicas em três classes. Em primeiro lugar, na medida que as categorias "econômicas" são expressões de atividades "puramente econômicas" (dentro da unidade econômica), separadas de todas as formas sociais de produção, elas encontram-se igualmente fora dos limites da Economia Política enquanto ciência social. As categorias "intereconômicas" não podem ser tão nitidamente distingüidas das categorias sociais como Struve sugere. A "interação entre unidades econômicas autônomas" não é apenas uma característica formal, aplicável a diferentes formações econômicas e a todas as épocas históricas. É um determinado fato social, uma determinada "relação de produção" entre unidades econômicas individuais, baseadas na propriedade privada e vinculadas pela divisão do trabalho, isto é, uma relação que pressupõe uma sociedade com uma certa estrutura social e que se desenvolve plenamente apenas na economia mercantil-capitalista.

Finalmente, quando examinamos as categorias "sociais", deve-se assinalar que Struve limitou-as, sem a adequada fundamentação, à "interação entre agentes econômicos que ocupam diferentes posições sociais". Mas já se mostrou que a "igualdade" entre produtores mercantis é um fato social, uma relação de produção determinada. O próprio Struve percebeu a estreita vinculação entre a categoria "intereconômica" (que expressa igualdade entre produtores mercantis) e a categoria "social" (que expressa a desigualdade social). Ele diz que as categorias sociais "são construídas em toda sociedade segundo o tipo de intercâmbio econômico, e parecem adquirir a forma de categorias intereconômicas... O fato de que as categorias sociais, no intercâmbio econômico, vistam as roupagens de categorias intereconômicas, cria uma aparência de identidade entre elas" (p. 27). Na realidade, este não é um exemplo de roupagem vestida erroneamente. O que temos à frente é uma das características básicas, extremamente específicas, da sociedade mercantil-capitalista. Consiste no fato de que, na vida eco-

nômica, as relações sociais não têm o caráter de uma dominação social direta de alguns grupos sociais sobre outros, mas se realizam através da "coerção econômica", isto é, elas se realizam através da interação de agentes econômicos individuais, autônomos, com base na concordância entre eles. Os capitalistas exercem o poder "não como governantes políticos ou teocráticos", mas enquanto "a personificação das condições de trabalho frente ao trabalho" (*C.*, III, p. 813). As relações entre as classes têm como ponto de partida as relações entre capitalistas e operários enquanto agentes econômicos autônomos. Essas relações não podem ser analisadas ou entendidas sem a categoria "valor".

O próprio Struve não conseguiu sustentar coerentemente seu ponto de vista. Em seu enfoque, o capital é uma categoria social. No entanto, ele o define como um "sistema de relações sociais interclasses e intraclasses" (pp. 31-32), isto é, relações entre classes de capitalistas e operários, de um lado, e relações entre capitalistas individuais no processo de distribuição da totalidade dos lucros entre eles, de outro. Mas as relações entre os capitalistas individuais não se realizam "pela interação de agentes econômicos que ocupam posições sociais *diferentes*". Por que então são eles subsumidos à categoria "social", capital? Isto significa que as categorias "sociais" não englobam apenas relações interclasses, mas também relações intraclasse, isto é, relações entre pessoas que se encontram na mesma posição de classe. O que nos impede, então, de ver o valor como uma categoria "social", de ver as relações entre produtores mercantis independentes como relações sociais de produção, ou, na terminologia de Struve, como relações sociais?

Vemos, portanto, que o próprio Struve não mantém uma nítida distinção entre dois tipos de relações sociais de produção: intereconômicas e sociais. Assim, ele está errado quando vê uma "inconsistência científica na construção" de Marx, segundo a qual a "categoria social, capital, enquanto uma 'relação' social, deriva-se da categoria econômica, valor" (*tsennost*) (p. 29). Em primeiro lugar, deve-se dizer que o próprio Struve, à página 30, se contradiz quando classifica o valor (*tsennost*) como uma categoria "intereconômica", e não econômica. Ao que parece, Struve relaciona o valor subjetivo (*tsennost*) a categorias "econômicas", e valor objetivo, de troca, a categorias "intereconômicas". (Pode-se ver isto comparando-se esta afirmação com seu raciocínio da página 25.) Mas Struve está bem familiarizado com o fato de que Marx derivou [o conceito de] capital do valor objetivo, e não subjetivo, ou seja, de acordo com a própria terminologia de Struve, da categoria intereconômica, e não da econômica. É por isso que Struve ataca Marx. Na verdade, a categoria "social", capital, bem como a categoria "intereconômica", valor, pertencem ao mesmo grupo de categorias, no sistema de Marx. Elas são relações sociais de produção, ou, como Marx disse algumas vezes, relações sócio-econômicas, isto é, cada uma delas expressa um aspecto econômico e sua forma social, ao contrário da artificial separação de Struve.

Reduzindo o conceito de relações de produção ao conceito de relações "sociais", ou, mais precisamente, de relações de classe, Struve está ciente de que Marx utiliza este conceito num sentido mais amplo. Struve diz: "Em *Miséria da Filosofia*, oferta e demanda, divisão do trabalho, crédito, dinheiro, são relações de produção. Finalmente, na página 130, lemos: 'uma fábrica moderna, baseada na aplicação de maquinaria, é uma relação social de produção, uma categoria econômica'. É óbvio que todos os conceitos econômicos geralmente utilizados em nossa época são aqui tratados enquanto relações sociais de produção. Isto é, sem dúvida, correto, se o conteúdo desses conceitos se refere, de uma ou de outra maneira, a relações sociais entre pessoas no processo da vida econômica" (p. 30). Mas, sem negar, poder-se-ia dizer, a exatidão do conceito de Marx, Struve, a despeito disso, acha esse conceito "excepcionalmente *indeterminado*" (p. 30), e acha mais correto limitar o âmbito deste conceito às categorias "sociais". Isto é extremamente característico de alguns críticos do marxismo. Depois da análise de Marx, não é mais possível ignorar o papel do aspecto social da produção, isto é, sua forma social. Se alguém não concorda com as conclusões de Marx, tudo que resta é separar o aspecto social do econômico, é desconsiderar o aspecto social, atribuir-lhe um campo separado. Isto foi feito por Struve; isto foi feito por Böhm-Bawerk, que baseou sua teoria nas motivações da "pura atividade econômica", isto é, nas motivações do agente econômico isolado de um dado contexto histórico e social — prometendo que mais tarde, em algum dia futuro, o papel e a significância das categorias "sociais" serão examinadas.

Restringindo a teoria do fetichismo ao domínio das categorias "sociais", Struve considera errado estender a teoria às categorias intereconômicas, por exemplo ao conceito de valor. Isto explica a dualidade de sua posição. Por um lado, ele tem grande consideração pela teoria de Marx do capital enquanto relação social. Mas, por outro, com relação a outras categorias econômicas, ele mesmo mantém um ponto de vista fetichista. "Todas as categorias intereconômicas expressam assim fenômenos e relações objetivas, mas ao mesmo tempo relações humanas — relações entre pessoas. Assim, o valor subjetivo transforma-se em valor objetivo (de troca); de um estado de espírito, de um senti-

mento atribuído aos objetos (coisas), torna-se sua propriedade" (p. 25). É impossível não ver aqui uma contradição. Por um lado, analisamos relações "objetivas, e ao mesmo tempo humanas", isto é, relações sociais de produção que se realizam através de coisas e se expressam em coisas. Por outro lado, estamos tratando aqui da "propriedade" das coisas em si mesmas. Struve conclui então: "É claro, a partir disto, que a 'reificação', 'objetivação' das relações humanas, isto é, o fenômeno que Marx chamou fetichismo da mercadoria, aparece no intercurso econômico como uma necessidade psicológica. Se a análise científica, consciente ou inconscientemente, se restringe ao intercurso econômico, o ponto de vista fetichista manifesta-se metodologicamente como o único ponto de vista correto" (p. 25). Se Struve quisesse provar que a teoria econômica não pode eliminar as categorias materiais, e que ela tem de examinar as relações de produção de uma economia mercantil em sua forma material, então obviamente ele estaria correto. Mas a questão é se, de acordo com Marx, analisamos as categorias materiais como a forma na qual se manifestam as relações de produção dadas, ou se as analisamos enquanto propriedade das coisas, como está propenso Struve.

Struve, com outro argumento ainda, tentou defender uma interpretação fetichista, material, das categorias "intereconômicas". "Ao considerar as categorias intereconômicas, Marx esqueceu que em suas manifestações concretas e reais elas estão inseparavelmente vinculadas às relações do homem com o mundo exterior, com a natureza e as coisas" (p. 26). Em outras palavras, Struve enfatizou o papel do processo de produção material. Marx levou suficientemente em consideração esse papel, em sua teoria da dependência de relações de produção com respeito ao desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, quando estudamos as formas sociais de produção, isto é, relações de produção, não podemos extrair conclusões sobre o significado das categorias materiais a partir do significado das coisas no processo de produção material. Marx lançou luz sobre a questão do particular inter-relacionamento entre o processo de produção material e sua forma social numa sociedade mercantil-capitalista. É sobre esta base, de fato, que ele construiu sua teoria do fetichismo da mercadoria.

Alguns dos críticos de Marx têm tentado restringir a teoria do fetichismo de uma maneira que é exatamente a oposta da de Struve. Struve reconhece o fetichismo do capital, mas não o fetichismo do valor. Em certa medida, encontramos exatamente o contrário em Hammacher. Segundo Hammacher, no primeiro volume da grande obra de Marx "o capital é definido como a totalidade das mercadorias que

representam trabalho acumulado", isto é, é dada uma definição material de capital, e somente no Livro III surge o "fetichismo do capital". Hammacher sustenta que Marx transferiu as características das mercadorias ao capital por pura analogia, considerando "mercadorias e capital como apenas quantitativamente diferentes".[2]

A afirmação de que, no Livro I de *O Capital*, o capital é definido como uma coisa e não como uma relação social, não precisa sequer ser refutada, porque contradiz todo o conteúdo do Livro I de *O Capital*. É igualmente errado achar que Marx via apenas uma diferença "quantitativa" entre mercadorias e capital. Marx assinalou que o capital "marca, desde sua aparição uma *época* no processo de produção social" (*C.*, I, p. 123). Mas tanto as mercadorias quanto o capital ocultam dentro de si relações sociais determinadas, por trás de uma forma material. O fetichismo da mercadoria, bem como o resultante fetichismo do capital, estão igualmente presentes na sociedade capitalista. Entretanto, é inexato restringir a teoria de Marx sobre o fetichismo apenas ao âmbito do capital, como faz Struve, ou apenas ao âmbito da simples troca mercantil. A materialização de relações sociais de produção reside na própria base da economia mercantil não-organizada, e deixa sua marca em todas as categorias básicas do raciocínio econômico cotidiano, e também na Economia Política enquanto ciência da economia mercantil-capitalista.

(2) Hammacher, Emil, *Das philosophisch-ökonomische System des Marxismus* (O Sistema Econômico-Filosófico do Marxismo), Leipzig, Duncker & Humblot, 1909, p. 546.

Capítulo 7

O Desenvolvimento da Teoria do Fetichismo por Marx

A questão da origem e desenvolvimento da teoria de Marx sobre o fetichismo permanece até hoje completamente não examinada. Embora Marx tenha sido bastante exaustivo ao indicar as origens de sua teoria do valor-trabalho em todos seus predecessores (nos três volumes de *Teorias sobre a Mais-Valia* ele apresenta uma longa relação dessas teorias), foi bastante parcimonioso em suas observações acerca da teoria do fetichismo. (No Volume III de *Theorien über den Mehrwert*, pp. 354-355, edição de 1910, Marx menciona uma forma embrionária da teoria do fetichismo na obra de Hodgskin. Em nossa opinião, as observações são muito obscuras, e se referem a um caso específico.) Embora a questão da relação entre a teoria do valor em Marx e a teoria dos economistas clássicos tenha sido discutida na literatura econômica com grande ardor, ainda que sem maior êxito, o desenvolvimento das idéias de Marx acerca do fetichismo da mercadoria não atraiu particular atenção.

Umas poucas observações sobre a origem da teoria de Marx sobre o fetichismo da mercadoria podem ser encontradas em Hammacher (no livro citado anteriormente). No entender deste, as origens dessa teoria são puramente "metafísicas"; Marx simplesmente transferiu para o domínio da economia as idéias de Feuerbach sobre a religião. Segundo Feuerbach, o desenvolvimento da religião representa um processo de "auto-alienação" do homem: este transfere sua própria essência para o mundo exterior, transforma-a em Deus, alheiando-a de si mesmo. De início, Marx aplica esta teoria da "alienação" aos fenômenos ideológicos: "todo o conteúdo da consciência representa uma alienação com relação às condições econômicas, sobre cuja base deve então ser explicada a ideologia" (Hammacher, *op. cit.*, p. 233). Posteriormente, Marx estende sua teoria ao campo das relações econômicas e revela nestas uma forma material "alienada". Hammacher diz que, "para quase todas as épocas históricas anteriores, o próprio modo de produção representava uma auto-alienação universal; as relações sociais tornavam-se coisas, isto é, a coisa expressava o que na realidade era uma relação. A teoria de Feuerbach sobre a alienação recebe assim um novo caráter" (*Ibid.*, p. 233). "As necessidades humanas se realizam e aparecem sob a forma de essências alienadas na religião, segundo Feuerbach, assim como o fazem as relações econômicas, na vida social, segundo Marx" (p. 234). Portanto, a teoria de Marx sobre o fetichismo representa "uma síntese específica de Hegel, Feuerbach e Ricardo" (p. 236), com influência primária de Feuerbach, como vimos. A teoria do fetichismo transfere a teoria filosófico-religiosa de Feuerbach sobre a alienação para o domínio da economia. Pode-se ver assim que esta teoria, segundo Hammacher, não contribui de maneira alguma para a compreensão dos fenômenos econômicos em geral e das formas mercantis em particular. "A chave para a compreensão da teoria de Marx reside na origem metafísica da teoria do fetichismo, mas não é uma chave para revelar a forma mercantil" (p. 544). A teoria do fetichismo contém uma extremamente valiosa "crítica à cultura contemporânea", uma cultura que é reificada e que reprime o homem vivo; mas, "enquanto uma teoria econômica do valor, o fetichismo da mercadoria é errado" (p. 546). "Economicamente insustentável, a teoria do fetichismo torna-se uma teoria sociológica extremamente valiosa" (p. 661).

A conclusão de Hammacher acerca da esterilidade da teoria de Marx sobre o fetichismo para compreensão de todo o sistema econômico, e particularmente da teoria do valor, é resultado da inexata compreensão de Hammacher sobre as origens dessa teoria. Hammacher refere-se à obra *A Sagrada Família*, escrita por Marx e Engels em fins de 1844, quando Marx ainda se encontrava sob influência das idéias dos socialistas utópicos, particularmente de Proudhon. Na realidade, encontramos nessa obra o embrião da teoria do fetichismo, na forma de um contraste entre relações "sociais" ou "humanas" e sua forma "alienada", materializada. A origem deste contraste era a amplamente difundida concepção dos socialistas utópicos acerca do caráter do sistema capitalista. Segundo os socialistas utópicos, este sistema caracteriza-se pelo fato de que o operário é forçado a "auto-alienar" sua personalidade, e "aliena" de si o produto de seu trabalho. A dominação das coisas, do capital sobre o homem, sobre o operário, expressa-se através dessa alienação.

Podemos citar algumas passagens de *A Sagrada Família*. A sociedade capitalista é, "na prática, uma relação de alienação do homem e de sua essência objetivada, bem como uma expressão econômica da auto-alienação humana" (*Literaturnoye nasledie, Herança Literária*, Vol. II, tradução russa, 1908, pp. 163-164). "A definição de compra já engloba a maneira pela qual o operário se relaciona com seu produto, enquanto objeto que está perdido para ele, que está alienado" (p. 175). "A classe dos proprietários e a classe proletária representam, da mesma maneira, a auto-alienação humana. Mas a primeira acha-se satisfeita e afirmada nesta auto-alienação. Vê nesta auto-alienação uma afirmação de seu poder. Sustenta nesta alienação uma imagem de sua existência humana. A segunda, entretanto, acha-se anulada nesta alienação. Vê nela sua própria debilidade, e a realidade de sua existência não-humana" (p. 155).

É contra este "ápice de desumanidade" da exploração capitalista, contra esta "separação de tudo que é humano, mesmo da aparência do humano" (p. 156), que o socialismo utópico ergue sua voz, em nome da justiça eterna e no interesse das massas trabalhadoras oprimidas. A realidade "desumana" é contrastada com a Utopia, o ideal do "humano". É precisamente por isto que Marx elogia Proudhon, contrastando-o com os economistas burgueses. "Algumas vezes, os economistas políticos destacam o significado do elemento humano, embora apenas um aspecto deste elemento, nas relações econômicas; mas fazem-no em casos excepcionais, a saber, quando atacam um abuso específico; às vezes (na maioria dos casos), tomam essas relações como dadas, com sua obviamente expressa negação de tudo que é humano, ou seja, em seu estrito sentido econômico" (p. 151). "Todas as conclusões da Economia Política pressupõem a propriedade privada. Este suposto básico é, a seus olhos, um fato incontestável, não suscetível de investigação posterior... Proudhon, no entanto, expõe a um exame crítico as bases da Economia Política, ou seja, a propriedade privada" (p. 149). "Fazendo do tempo de trabalho (que é a essência da atividade humana enquanto tal) a medida dos salários e do valor do produto, Proudhon torna o elemento humano decisivo. Na velha Economia Política, entretanto, o elemento decisivo era o poder material do capital e da propriedade territorial" (p. 172).

Na sociedade capitalista, portanto, o elemento "material", o poder do capital, domina. Isto não é uma interpretação ilusória, errônea (na consciência humana) de relações sociais entre pessoas, relações de dominação e subordinação, mas um fato real, social. "A propriedade, o capital, dinheiro, trabalho assalariado e categorias semelhantes, não representam em si fantasmas da imaginação, mas produtos bastante práticos, concretos, da auto-alienação do operário" (p. 176-177). Este elemento "material", que de fato domina na vida econômica, é contraposto ao elemento "humano" enquanto um ideal, uma norma, aquilo que deveria ser. As relações humanas e suas "formas alienadas" — são esses os dois mundos, o mundo do que deveria ser e o mundo do que é; é uma condenação da realidade capitalista em nome de um ideal socialista. Esta oposição entre os elementos humanos e materiais lembra-nos a teoria de Marx sobre o fetichismo da mercadoria, mas em sua essência move-se num universo de idéias diferente. Para transformar esta teoria da "alienação" das relações humanas numa teoria da "reificação" das relações sociais (isto é, na teoria do fetichismo da mercadoria), Marx teve de construir o caminho do socialismo utópico ao socialismo científico, dos elogios a Proudhon até uma crítica aguda de suas idéias, da negação da realidade em nome de um ideal à busca na própria realidade das forças para seu posterior desenvolvimento e movimento. De *A Sagrada Família*, Marx teve de deslocar-se até a *Miséria da Filosofia*. Na primeira dessas obras, Proudhon era elogiado por tomar como ponto de partida de suas observações a negação da propriedade privada; mais tarde, entretanto, Marx elaborou seu próprio sistema econômico precisamente pela análise da economia mercantil baseada na propriedade privada. Em *A Sagrada Família*, dá-se crédito à concepção de Proudhon de que o valor do produto se constitui com base no tempo de trabalho (enquanto "essência direta da atividade humana"). Mas na *Miséria da Filosofia*, Proudhon é submetido à crítica por causa dessa teoria. A formulação da "determinação do valor pelo tempo de trabalho" é transformada por Marx, de uma norma do que deveria ser, numa "expressão científica das relações econômicas da sociedade atual" (*Miséria da Filosofia*, p. 67). De Proudhon, Marx retorna parcialmente a Ricardo, da Utopia ele passa à análise da verdadeira realidade da economia capitalista.

A transição de Marx, da teoria do socialismo utópico para o socialismo científico, introduziu uma modificação essencial na teoria da "alienação" mencionada acima. Se a oposição que ele descrevera anteriormente, entre relações humanas e sua forma "material", significava uma oposição entre o que deveria ser e o que é, agora ambos os fatores em oposição são transferidos ao mundo tal como é, ao ser social. A vida econômica da sociedade contemporânea é, por um lado, a totalidade das relações sociais de produção, e, por outro, uma série de categorias "materiais" nas quais essas relações se manifestam. As relações de produção entre as pessoas e sua forma "material" é o con-

teúdo de uma nova oposição, originada na oposição anterior entre o elemento "humano" na economia e suas formas "alienadas". Desta maneira foi encontrada a formulação do fetichismo da mercadoria. Mas vários estádios eram necessários ainda, até que Marx desse a esta teoria sua formulação final.

Como se pode ver, a partir das citações de *Miséria da Filosofia*, Marx disse mais de uma vez que dinheiro, capital, e outras categorias econômicas não são coisas, mas relações de produção. Marx deu uma formulação geral a esses pensamentos, com as seguintes palavras: "As categorias econômicas não são mais que expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção" (*Miséria da Filosofia*, p. 104). Marx já percebera relações sociais de produção por trás das categorias materiais da economia. Mas ele ainda não perguntara por que as relações de produção entre as pessoas recebem esta forma material, numa economia mercantil. Este passo foi dado por Marx em [*Contribuição*] *Para a Crítica da Economia Política*, onde ele diz que "o trabalho que cria valor de troca se caracteriza pela apresentação, por assim dizer, às avessas, da relação social das pessoas, ou seja, como relação social entre coisas" (*Crítica*, p. 140). Aqui é dada a exata formulação do fetichismo da mercadoria. O caráter material, presente nas relações de produção da economia mercantil, é enfatizado, mas a causa desta "materialização" e de sua necessidade numa economia nacional sem regulação, não são ainda apontadas.

Nesta "materialização", Marx aparentemente vê antes de mais nada uma "mistificação", que é óbvia nas mercadorias e mais obscura no dinheiro e capital. Ele explica que esta mistificação é possível devido aos "hábitos adquiridos na vida cotidiana". "Não é outra coisa senão a rotina da vida cotidiana, o que faz parecer trivial e óbvio o fato de uma relação social de produção assumir a forma de um objeto, de tal maneira que a relação das pessoas em seu trabalho se apresenta como sendo um relacionamento de coisas consigo mesmas, e de coisas com pessoas" (p. 140-141). Hammacher está inteiramente correto quando acha que esta explicação do fetichismo da mercadoria, em termos de hábitos, é muito débil. Mas ele está profundamente errado quando afirma que esta é a única explicação dada por Marx. "É surpreendente" — diz Hammacher — "que Marx negligenciasse os fundamentos para este ponto essencial; em *O Capital* nenhuma outra explicação é dada" (Hammacher, *op. cit.*, p. 235). Se em *O Capital* esses "hábitos" não são mencionados, é porque a secção inteira do Capítulo I sobre o fetichismo da mercadoria contém uma explicação completa e profunda sobre este fenômeno. A ausência de regulação direta do processo social de produção leva necessariamente à regulação indireta do processo de produção, através do mercado, através dos produtos do trabalho, através de coisas. O tema de estudo é aqui a "materialização" das relações de produção e não apenas "mistificação" ou ilusão. Esta é uma das características da estrutura econômica da sociedade contemporânea. "O comportamento puramente atomístico dos homens, em seu processo *social* de produção, e, portanto, a forma *material* assumida por suas próprias relações de produção, subtraídas de seu controle e seus atos individuais conscientes, revelam-se antes de mais nada no fato de que os produtos de seu trabalho revestem, como caráter *geral*, a *forma de mercadorias*" (*C.*, I, p. 55). A materialização das relações de produção não surge de "hábitos", mas da estrutura interna da economia mercantil. O fetichismo é não apenas um fenômeno da consciência social, mas da existência social. Sustentar, como faz Hammacher, que a única explicação de Marx para o fetichismo era em termos de "hábitos", é negligenciar esta formulação definitiva do fetichismo da mercadoria que encontramos tanto no Livro I de *O Capital*, quanto no capítulo sobre "A Fórmula Trinitária", no Livro III. Assim, em *A Sagrada Família*, o elemento "humano" na economia é contrastado com o elemento "material", "alienado", como um ideal frente à realidade. Na *Miséria da Filosofia*, Marx desvenda relações sociais de produção por trás das coisas. Em [*Contribuição*] *Para a Crítica da Economia Política*, a ênfase é colocada no caráter específico da economia mercantil, que consiste no fato de que as relações sociais de produção são "reificadas". Uma descrição detalhada deste fenômeno e uma explicação de sua necessidade objetiva numa economia mercantil são encontradas no Livro I de *O Capital*, aplicadas principalmente aos conceitos de valor (mercadoria), dinheiro e capital. No Livro III, no capítulo sobre "A Fórmula Trinitária", Marx dá um desenvolvimento adicional, ainda que fragmentário, dos mesmos pensamentos aplicados às categorias básicas da economia capitalista, e enfatiza, particularmente, a "fusão" específica das relações sociais de produção com o processo de produção material.

Parte II
A Teoria de Marx Sobre o Valor-Trabalho

Os críticos de Marx, freqüentemente, lançam a ele a censura de não ter provado inteiramente sua teoria do valor-trabalho, mas simplesmente a decretado como algo óbvio. Outros críticos têm-se mostrado dispostos a ver algum tipo de prova nas primeiras páginas de *O Capital*, e lançam sua artilharia pesada contra as afirmações com que Marx inicia sua obra. Essa é a abordagem de Böhm-Bawerk em sua crítica (*Karl Marx e o Fechamento de Seu Sistema*: *A Teoria Positiva do Capital*). Os argumentos de Böhm-Bawerk parecem tão convincentes, à primeira vista, que se poderia, ousadamente, dizer que nenhuma crítica posterior foi formulada sem repeti-los. Entretanto, toda a crítica de Böhm-Bawerk se sustenta ou cai juntamente com os supostos sobre os quais é construída: a saber, que as cinco primeiras páginas de *O Capital* contêm a única base sobre a qual Marx construiu sua teoria do valor. Nada é mais errôneo do que essa concepção. Nas primeiras páginas de *O Capital*, Marx, através do método *analítico*, passa do valor de troca ao valor, e do valor ao trabalho. Mas o fundamento *dialético* completo da teoria de Marx sobre o valor só pode ser dado com base em sua teoria do fetichismo da mercadoria, a qual analisa a estrutura geral da economia mercantil. Somente após descobrir as bases da teoria de Marx sobre o valor torna-se claro o que Marx diz no famoso primeiro capítulo de *O Capital*. Só então a teoria de Marx sobre o valor, bem como numerosas críticas a ela, aparecem sob uma luz adequada. Somente após a obra de Hilferding[1] começou-

(1) "Böhm-Bawerks Marx-Kritik", Viena, 1904, e o artigo citado anteriormente, "Zur Problemstellung der theorestichen Oekonomie bei Karl Marx", *Die Neue Zeit*, Stuttgart, 1904.

se a compreender exatamente o caráter sociológico da teoria de Marx sobre o valor. O ponto de partida da teoria do valor-trabalho é um ambiente social determinado, uma sociedade com uma determinada estrutura produtiva. Esta concepção foi freqüentemente repetida pelos marxistas; mas, até Hilferding, ninguém fizera dela a pedra fundamental de todo o edifício da teoria de Marx sobre o valor. Hilferding merece um grande elogio por isto, mas, infelizmente, ele limitou-se a um tratamento geral dos problemas da teoria do valor, e não apresentou sistematicamente suas bases.

Como foi visto na *Primeira Parte*, sobre o fetichismo da mercadoria, a idéia central da teoria do fetichismo da mercadoria não é a de que a Economia Política desvenda relações de produção entre pessoas por trás das categorias materiais, mas a de que numa economia mercantil-capitalista essas relações entre as pessoas adquirem necessariamente uma forma material, e só podem ser realizadas sob esta forma. A habitualmente breve formulação dessa teoria sustenta que o valor da mercadoria depende da quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção; ou, numa formulação geral, que o trabalho está oculto por trás do, ou está contido no, valor: valor = trabalho "materializado". É mais exato expressar inversamente a teoria do valor: na economia mercantil-capitalista, as relações de produção entre os homens em seu trabalho necessariamente adquirem a forma de valor das coisas, e só podem aparecer nesta forma material; o trabalho social só pode expressar-se no valor. Aqui, o ponto de partida para a investigação não é o valor, mas o trabalho, não as transações de troca no mercado enquanto tais, mas a estrutura de produção da sociedade mercantil, a totalidade das relações de produção entre as pessoas. As transações de troca no mercado são as conseqüências necessárias, então, da estrutura interna da sociedade; elas são um dos aspectos do processo social de produção. A teoria do valor-trabalho não está baseada numa análise das transações de troca enquanto tais em sua forma material, mas na análise das relações sociais de produção que se expressam nas transações.

Capítulo 8

As Características Básicas da Teoria de Marx Sobre o Valor

Antes de abordar detalhadamente a teoria de Marx sobre o valor, consideramos necessário descrever suas características principais. Se não o fizermos, os aspectos isolados e problemas particulares da teoria do valor (que são bastante complexos e interessantes) poderão ocultar do leitor as principais idéias nas quais se fundamenta a teoria, e que a impregnam em todas suas partes. Obviamente, as características gerais da teoria de Marx, que apresentamos neste capítulo, só podem ser inteiramente desenvolvidas e fundamentadas nos capítulos seguintes. Por outro lado, o leitor encontrará nesses capítulos repetições das idéias aqui expressas, embora apresentadas com maior detalhe.

Todos os conceitos básicos da Economia Política expressam, como vimos, *relações sociais de produção entre as pessoas*. Se abordarmos a teoria do valor partindo desse ponto de vista, deparar-nos-emos então com a tarefa de demonstrar que o valor: 1) é uma relação social entre pessoas, 2) que assume uma forma *material*, e 3) está relacionado ao processo de *produção*.

À primeira vista, o valor, como outros conceitos da Economia Política, parece ser uma propriedade das coisas. Observando os fenômenos da troca, podemos ver que, no mercado, cada coisa é trocada por uma certa quantidade de outra coisa qualquer, ou — em condições de troca desenvolvida — é trocada por uma certa quantidade de dinheiro (ouro), com que se pode comprar qualquer outra coisa no mercado (dentro dos limites dessa soma de dinheiro, obviamente). Essa soma de dinheiro, ou preço das coisas, modifica-se quase que diariamente, segundo as flutuações do mercado. Hoje, havia uma escassez de tecido no mercado, e o seu preço subiu a 3 rublos e 20 copeques por arshin [1 arshin = 71 centímetros, aproximadamente — *tradutor*].

Dentro de uma semana, a quantidade de tecido ofertada ao mercado supera o fornecimento normal, e seu preço cai para 2 rublos e 75 copeques por arshin. Essas flutuações e desvios diários dos preços, quando considerados dentro de um período de tempo mais longo, oscilam em torno de um preço médio de, por exemplo, 3 rublos por arshin. Na sociedade capitalista, esse preço médio não é proporcional ao valor-trabalho do produto, isto é, à quantidade de trabalho necessário para sua produção, mas proporcional ao assim chamado "preço de produção", que é igual ao custo de produção desse produto mais o lucro médio sobre o capital investido. Entretanto, para simplificar a análise, podemos abstrair o fato de que o pano é produzido pelo capitalista com o concurso de trabalhadores assalariados. O método de Marx, como vimos anteriormente, consiste em destacar e analisar tipos individuais de relações de produção, que só em sua totalidade nos dão um quadro da economia capitalista. Neste momento, estamos interessados em apenas um tipo básico de relação de produção entre as pessoas na economia mercantil, a saber, a relação entre as pessoas enquanto produtores de mercadorias *isolados e formalmente independentes uns dos outros*. Sabemos apenas que o tecido é produzido pelos produtores mercantis e levado ao mercado para ser trocado ou vendido a outros produtores de mercadorias. Trata-se de uma sociedade de produtores mercantis, a chamada "economia mercantil simples", diferente da economia capitalista mais complexa. Nas condições da economia mercantil simples, os preços médios dos produtos são proporcionais a seu valor-trabalho. Em outras palavras, o valor representa o nível médio em torno do qual flutuam os preços de mercado, e com o qual coincidiriam se o *trabalho social* estivesse proporcionalmente distribuído entre os diversos ramos de produção. Estabelecer-se-ia assim um estado de equilíbrio entre os diferentes ramos de produção.

Toda sociedade baseada numa divisão do trabalho desenvolvida supõe, necessariamente, certa distribuição do trabalho social entre os vários ramos da produção. *Todo sistema com divisão de trabalho é, ao mesmo tempo, um sistema com distribuição de trabalho*. Na sociedade comunista primitiva, na família patriarcal camponesa, ou na sociedade socialista, o trabalho de todos os membros de uma determinada unidade econômica é distribuído de antemão, e conscientemente, entre as tarefas individuais, segundo o caráter das necessidades dos membros do grupo e o nível de produtividade do trabalho. Numa economia mercantil, ninguém controla a distribuição do trabalho entre ramos individuais de produção e empresas individuais. Nenhum fabricante de tecido sabe quanto de tecido a sociedade necessita num dado momento,

nem quanto tecido é produzido num dado momento por todas as empresas fabricantes de tecidos. Assim, a produção de tecido ora supera a demanda (superprodução), ora é inferior a esta (subprodução). Em outras palavras, a quantidade de trabalho social dispendido na produção de tecidos é ora demasiado grande, ora insuficiente. O equilíbrio entre a produção de tecidos e a dos outros ramos de produção é constantemente perturbado. A produção mercantil é um sistema de equilíbrio constantemente perturbado.

Mas, se assim é, como então a economia mercantil continua existindo como uma totalidade de diferentes ramos de produção que se complementam uns aos outros? A economia mercantil só pode existir porque cada perturbação de equilíbrio provoca uma tendência ao seu restabelecimento. Esta tendência ao restabelecimento do equilíbrio realiza-se através do mecanismo de mercado e dos preços de mercado. Na economia mercantil, nenhum produtor pode ordenar a outro que aumente ou diminua sua produção. Através de suas ações com relação às coisas, umas pessoas influem sobre a atividade produtiva de outras, e as induzem a aumentar ou reduzir a produção (embora elas mesmas não estejam conscientes desse fato). A superprodução de tecidos, e a conseqüente queda do preço abaixo do valor, induz os fabricantes de tecidos a reduzirem a produção; dá-se o oposto em caso de subprodução. O desvio dos preços de mercado relativamente aos valores é o mecanismo através do qual se eliminam a superprodução e a subprodução, e afirma-se a tendência ao restabelecimento do equilíbrio entre os ramos de produção da economia nacional.

A troca de duas diferentes mercadorias de acordo com seus valores corresponde ao estado de equilíbrio entre dois dados ramos de produção. Nesse equilíbrio, cessa toda transferência de trabalho de um ramo para outro. Mas, se assim ocorre, é óbvio então que a troca de duas mercadorias segundo seus valores iguala as vantagens dos produtores de mercadorias em ambos os ramos de produção, e elimina os motivos para a transferência de um ramo a outro. Na economia mercantil simples, essa igualação das condições de produção entre os diversos ramos significa que uma determinada quantidade de trabalho, dispendida pelos produtores de mercadorias em diferentes esferas da economia nacional, propicia a cada um deles um produto de igual valor. *O valor das mercadorias é diretamente proporcional à quantidade de trabalho necessário à produção dessas mercadorias*. Se, em média, são necessárias três horas de trabalho para a produção de um arshin de tecido, dado certo nível da técnica (o trabalho gasto nas matérias-primas, instrumentos de produção, etc. também é computado), e se são necessárias nove horas de trabalho para a produção de um par de botas (supondo que o trabalho do produtor de tecidos e do produtor de botas são de igual habilidade), então a troca de três arshins de tecido por um par de botas corresponde ao estado de equilíbrio entre ambos os tipos de trabalho. Uma hora de trabalho do produtor de botas e uma hora de trabalho do produtor de tecidos são igualadas, cada uma delas corresponde a igual parcela do ***trabalho total da sociedade***, distribuído entre todos os ramos de produção. Assim, o trabalho que cria valor aparece não só como trabalho quantitativamente distribuído, mas também como trabalho socialmente igualado (ou igual); dito mais brevemente, como trabalho "social", entendido como a massa total de trabalho homogêneo, igual, de toda a sociedade. O trabalho possui estas características sociais não somente numa economia mercantil, mas também, por exemplo, numa economia socialista. Nesta, os órgãos de contabilização do trabalho examinam, de antemão, o trabalho dos indivíduos como parte do trabalho unificado, total, da sociedade, expresso em unidades convencionais de trabalho social. Mas, na economia mercantil, o processo de socialização, de igualação e distribuição do trabalho, se realiza de maneira diversa. O trabalho dos indivíduos não aparece diretamente como trabalho social. Só se converte em social porque é igualado a algum outro trabalho, e esta igualação do trabalho é realizada através da troca. Na troca, os valores de uso concretos e as formas concretas de trabalho são inteiramente abstraídos. Assim, o trabalho, que consideramos anteriormente como trabalho *social*, como socialmente *igualado* e quantitativamente distribuído, adquire agora uma característica qualitativa e quantitativa particular, a qual só é inerente a uma economia mercantil: o trabalho aparece como trabalho *abstrato* e *socialmente necessário*. O valor das mercadorias é determinado pelo trabalho socialmente necessário, ou seja, pela quantidade de trabalho abstrato.

Mas, se o valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de uma unidade de produto, essa quantidade de trabalho depende, por sua vez, da produtividade do trabalho. O aumento da produtividade do trabalho reduz o trabalho socialmente necessário e o valor de uma unidade do produto. A introdução de máquinas, por exemplo, torna possível a produção de um par de botas em 6 horas, ao invés das 9 horas anteriormente necessárias. Deste modo, o valor do par de botas diminui de 9 para 6 rublos (admitindo-se que uma hora de trabalho do produtor de botas, que supomos trabalho médio, cria o valor de um rublo). As botas mais baratas começam a penetrar na zona rural e a deslocar as sandálias

grosseiras e as botas de fabricação caseira. A demanda por calçados aumenta e sua produção se expande. Na economia nacional, ocorre uma redistribuição das forças produtivas. Desta maneira, a força motriz que transforma todo o sistema de valor origina-se no processo técnico-material de produção. O aumento da produtividade do trabalho expressa-se numa diminuição da quantidade de trabalho concreto que é dispendida de fato, em média, na produção. Como resultado disto (devido ao duplo caráter do trabalho, como trabalho concreto e trabalho abstrato), a quantidade de trabalho considerado como "social" ou "abstrato", isto é, como parte do trabalho total, homogêneo, da sociedade, diminui. O aumento da produtividade do trabalho modifica a quantidade de trabalho abstrato necessária para a produção. Provoca uma modificação no valor dos produtos do trabalho. Uma modificação do valor dos produtos afeta, por sua vez, a distribuição do trabalho social entre os diversos ramos de produção. *Produtividade do trabalho — trabalho abstrato — valor — distribuição do trabalho social*: é este o esquema de uma economia mercantil na qual o valor desempenha o papel de regulador, estabelecendo o equilíbrio na distribuição do trabalho social entre os vários ramos da economia nacional (equilíbrio acompanhado de constantes desvios e perturbações). *A lei do valor é a lei de equilíbrio da economia mercantil.*

A teoria do valor analisa as leis de troca, as leis de igualação das coisas no mercado, somente se estas leis estiverem relacionadas às leis de produção e distribuição do trabalho na economia mercantil. Os termos de troca entre duas mercadorias (consideramos os termos médios de troca, e não os ocasionais preços de mercado) correspondem a um certo nível de produtividade nos ramos que fabricam esses artigos. A igualação das várias formas concretas de trabalho, enquanto componentes do trabalho social total, distribuído entre vários ramos, ocorre através da igualação das coisas, ou seja, dos produtos do trabalho enquanto valores. Assim, a interpretação corrente da teoria do valor como uma teoria que se limita às relações de troca entre as coisas é errônea. O objetivo dessa teoria é descobrir as leis de equilíbrio do trabalho (distribuição), por trás da regularidade na igualação das coisas (processo de troca). Também é incorreto considerar a teoria de Marx como uma análise das *relações entre o trabalho e as coisas*, coisas que são produtos do trabalho. A relação do trabalho com as coisas refere-se a uma determinada forma concreta de trabalho e a uma coisa concreta, determinada. É uma relação técnica que não constitui, em si mesma, o objeto da teoria do valor. O objeto da teoria do valor é a *inter-relação das diversas formas de trabalho* no processo de sua distri-

buição, estabelecida através da relação de troca entre as coisas, isto é, entre os produtos do trabalho. Assim, a teoria de Marx sobre o valor é inteiramente coerente com os já mencionados postulados gerais de sua teoria econômica, que não analisa as relações entre coisas, ou relações entre pessoas e coisas, mas sim as relações entre pessoas que estão vinculadas entre si através de coisas.

Até agora, consideramos o valor principalmente em seu aspecto *quantitativo*. Tratamos da *magnitude* do valor como o regulador da *distribuição quantitativa* do trabalho social entre ramos individuais da produção. Através dessa análise, chegamos ao conceito de trabalho abstrato, que também foi tratado principalmente em seu aspecto quantitativo, isto é, enquanto trabalho socialmente necessário. Devemos examinar agora, brevemente, o aspecto *qualitativo* do valor. Segundo Marx, o valor não é apenas um regulador da distribuição do trabalho social, mas também expressão das *relações* sociais de produção *entre as pessoas*. Deste ponto de vista, o valor é uma *forma social* adquirida pelos produtos do trabalho no contexto de determinadas relações de produção entre as pessoas. Devemos passar do valor como magnitude quantitativamente determinada para o valor abordado como uma forma social qualitativamente determinada. Em outras palavras, devemos passar da teoria da "magnitude do valor" para a teoria da "*forma* de valor" (*wertform*).[1]

Como já dissemos, numa economia mercantil o valor desempenha o papel de regulador da distribuição do trabalho. A origem deste papel do valor encontra-se nas características *técnicas* ou nas características *sociais* da economia mercantil? Ou seja, no estado de suas forças produtivas ou na forma das relações de produção entre as pessoas? Basta apenas formular a pergunta para respondê-la em termos das características sociais da economia mercantil. Nem toda distribuição do trabalho social confere ao produto do trabalho a forma de valor, mas apenas aquela distribuição de trabalho que não é diretamente organizada pela sociedade, mas regulada indiretamente através do mercado e da troca de coisas. Na comunidade comunista primitiva, ou numa aldeia feudal, o produto do trabalho tem "valor" (*tsennost*) no sentido de utilidade, valor de uso, mas não tem "valor" (*stoimost*). O

(1) Por forma de valor entendemos não as várias formas assumidas pelo valor no curso de seu desenvolvimento (por exemplo, forma simples, forma desenvolvida, e assim por diante), mas o valor concebido do ponto de vista de suas formas sociais, isto é, o valor enquanto forma.

produto adquire valor (*stoimost*) somente nas condições em que é produzido especificamente para venda, e adquire, no mercado, uma avaliação exata e objetiva que o iguala (através do dinheiro) a todas as outras mercadorias e lhe confere a propriedade de ser trocável por qualquer outra mercadoria. Em outras palavras, uma determinada forma de economia (economia mercantil), uma determinada forma de organização de trabalho, através de empresas isoladas, de propriedade privada, são os supostos. O trabalho não confere, por si mesmo, valor aos produtos; somente o *trabalho organizado numa determinada forma social* (na forma de uma economia mercantil). Se os produtores estão vinculados uns aos outros como organizadores da atividade econômica formalmente independentes e como produtores mercantis autônomos, então os valores* de seus trabalhos se confrontam no mercado enquanto "valores". A igualdade dos produtores mercantis, enquanto organizadores de unidades econômicas individuais e contraentes de relações de produção de troca, expressa-se na igualdade entre os produtos do trabalho como valores. O valor das coisas expressa um determinado tipo de relações de produção entre as pessoas.

Se o produto do trabalho só adquire valor numa determinada forma social de organização do trabalho, então o valor não representa uma "propriedade" do produto do trabalho, mas uma determinada "*forma social*" ou "*função social*" *que o produto do trabalho desempenha como elo de ligação entre produtores mercantis isolados*, como um "intermediário" ou um "portador" das relações de produção entre as pessoas. Assim, à primeira vista, o valor parece ser simplesmente uma propriedade das coisas. Quando dizemos: "uma mesa redonda de carvalho, pintada, custa ou tem o valor de 25 rublos", podemos mostrar que esta sentença nos dá informações sobre quatro propriedades da mesa. Mas, se refletirmos sobre elas, ficaremos convencidos de que as primeiras três propriedades da mesa são radicalmente diferentes da quarta. Aquelas propriedades caracterizam a mesa como uma coisa material e nos dão uma determinada informação acerca dos aspectos técnicos do trabalho do carpinteiro. Um homem com experiência acerca dessas propriedades da mesa, pode ter uma imagem do aspecto técnico da produção, pode ter uma idéia das matérias-primas, acessórios, métodos técnicos e mesmo habilidade técnica do carpinteiro. Mas não importa por quanto tempo ele estude a mesa, não apreenderá

(*) N. T.: Cf. edição em inglês: "the *values* of their labor" (os valores de seus trabalhos). Deve tratar-se de uma incorreção: ao invés de *values* (valores), o correto seria *products* (produtos). Ver a frase seguinte.

nada sobre as relações sociais (de produção) entre os produtores dessa mesa e as outras pessoas. Ele não poderá saber se o produtor é ou não um artífice independente, um artesão, um trabalhador assalariado, ou talvez um membro de uma comunidade socialista ou um carpinteiro amador que faz mesas para uso pessoal. As características do produto, expressas pelas palavras "a mesa tem o valor de 25 rublos" são de uma natureza inteiramente diferente. Essas palavras mostram que a mesa é uma mercadoria, que é produzida para o mercado, que seu produtor está vinculado aos outros membros da sociedade através de relações de produção entre possuidores de mercadorias, que a economia tem uma forma social determinada, a saber, a forma de economia mercantil. Não apreendemos nada quanto aos aspectos técnicos da produção ou à coisa em si, mas apreendemos alguma coisa acerca da forma social da produção e das pessoas que nela tomam parte. Isto significa que o "valor" (*stoimost*) não caracteriza coisas, mas relações humanas sob as quais as coisas são produzidas. Não é uma propriedade das coisas, mas uma forma social adquirida pelas coisas, devido ao fato de as pessoas manterem determinadas relações de produção umas com as outras através de coisas. O valor é uma "relação social tomada como uma coisa", uma relação de produção entre pessoas que toma a forma de uma propriedade das coisas. As relações de trabalho entre os produtores de mercadorias, ou o trabalho social, estão "materializadas" e "cristalizadas" no valor de um produto do trabalho. Isto significa que uma *determinada forma social de organização do trabalho é compatível com uma particular forma social do produto do trabalho*. "O trabalho que cria (mais exatamente: determina, *seztende*) valor de troca é uma *forma social* específica do trabalho." Ele "cria uma determinada *forma social* de riqueza, o valor de troca"[2] (grifos nossos). A definição do valor como expressão das relações de produção entre pessoas não contradiz a definição do valor como expressão do trabalho abstrato, que demos anteriormente. A diferença consiste apenas no fato de que, antes, analisamos o valor do ponto de vista de seu aspecto quantitativo (como uma magnitude), e agora de seu aspecto qualitativo (como uma forma social). Coerentemente com isso, o trabalho abstrato foi apresentado anteriormente em termos de seu aspecto quantitativo, e está agora sendo tratado em termos de seu aspecto qualitativo, ou seja, enquanto trabalho social em sua forma específica que pressupõe relações de produção entre as pessoas como produtoras de mercadorias.

(2) *Kritik der politischen Oekonomie*, p. 13. (Ver *Crítica*, *op. cit.*, pp. 137-138.)

A teoria de Marx sobre a "forma de valor" (isto é, sobre a forma social assumida pelo produto do trabalho) é resultado de uma forma de trabalho determinada. Esta teoria é a parte mais específica e original da teoria de Marx sobre o valor. O ponto de vista de que o trabalho cria valor era conhecido muito antes da época de Marx, mas na teoria de Marx adquiriu um significado inteiramente diferente. Marx efetuou uma distinção precisa entre o processo técnico-material de produção e suas formas sociais, entre o trabalho como uma totalidade de métodos técnicos (trabalho concreto) e o trabalho observado do ponto de vista de suas formas sociais na sociedade mercantil-capitalista (*trabalho abstrato ou trabalho humano em geral*). O caráter específico da economia mercantil consiste no fato de que o processo técnico-material de produção não é regulado diretamente pela sociedade, mas dirigido por produtores mercantis individuais. O trabalho concreto está vinculado diretamente ao trabalho privado de indivíduos isolados. O trabalho *privado* de produtores mercantis isolados está vinculado ao trabalho de todos os outros produtores de mercadorias, e torna-se *social* somente se o produto de um produtor é igualado como um valor a todas as outras mercadorias. Esta igualação de todos os produtos enquanto valores é, ao mesmo tempo (como mostramos), uma igualação de todas as formas concretas de trabalho dispendido nas várias esferas da economia nacional. Isto significa que o trabalho privado de indivíduos isolados não adquire o caráter de trabalho social na forma concreta em que foi dispendido no processo de produção, mas através da troca, que representa uma abstração das propriedades concretas de coisas individuais e formas individuais de trabalho. Na realidade, como a produção mercantil já está orientada para a troca durante o processo de produção, o produtor mercantil, já no processo de produção direta, antes do ato de troca, iguala seu produto com uma determinada soma de valor (dinheiro), e assim, também, o seu trabalho concreto com uma determinada quantidade de trabalho abstrato. Mas, em primeiro lugar, esta igualação do trabalho possui um caráter preliminar, "representado na consciência". A igualação ainda deve ser realizada no ato real de troca. Em segundo lugar, mesmo em sua forma preliminar, a igualação do trabalho, muito embora seja prévia ao ato de troca, é levada a cabo através da igualação das coisas enquanto valores "representados na consciência". Entretanto, desde que a igualação do trabalho através da igualação das coisas é um resultado da forma social da economia mercantil, na qual não existe organização e igualação social direta do trabalho, o trabalho abstrato é um conceito histórico e social. *O trabalho abstrato não exprime uma igualdade psicológica de várias formas de trabalho, mas uma igualação social de diferentes formas de trabalho, que se realiza na forma específica de igualação dos produtos do trabalho.*

O caráter específico da teoria de Marx sobre o valor consiste no fato de que ela explicou precisamente o *tipo* de trabalho que cria valor. Marx "analisou a propriedade de o trabalho produzir valor, e foi o primeiro a mostrar *qual* trabalho produzia valor, e por que e como o fazia. Ele descobriu que o valor nada mais era que *este* tipo de trabalho, cristalizado".[3] É precisamente esta explicação do "duplo caráter do trabalho" que Marx considerava a parte central de sua teoria sobre o valor.[4]

Assim, o duplo caráter do trabalho reflete a diferença entre o processo *técnico-material* de produção e sua *forma social*. Esta diferença, que explicamos no capítulo sobre o fetichismo da mercadoria, é a base de toda a teoria econômica de Marx, inclusive a teoria do valor. Esta diferença básica gera a diferença entre trabalho concreto e abstrato, que por sua vez se expressa na oposição entre valor *de uso* e *valor*. No Capítulo I de *O Capital*, a apresentação de Marx segue precisamente a ordem inversa. Ele inicia sua análise com os fenômenos de mercado que se podem observar, com a oposição entre valor de uso e valor de troca. A partir dessa oposição, que pode ser vista na superfície dos fenômenos, ele parece mergulhar para o duplo caráter do trabalho (trabalho concreto e abstrato). Então, no final do Capítulo I, na parte sobre a produção mercantil, ele revela as formas sociais que o processo técnico-material de produção assume. Marx aborda a sociedade humana a partir das coisas, e logo, do trabalho. Começa por coisas que são visíveis, e move-se para os fenômenos que têm de ser revelados através da análise científica. Marx utiliza este método analítico nas cinco primeiras páginas de *O Capital* para simplificar sua apresentação. Mas o curso *dialético* de seu pensamento deve ser interpretado na ordem inversa. Marx passa das diferenças entre o processo de produção e suas formas sociais, isto é, da estrutura social da economia mercantil, ao duplo caráter do trabalho, considerado sob os aspectos técnico e social, e à dupla natureza da mercadoria como valor de uso e valor de troca. Uma leitura superficial de *O Capital* pode levar alguém a achar que, ao opor valor de uso e valor de troca, Marx designava uma

(3) F. Engels, "Prefácio" ao Livro II de *El Capital*, p. 19 (os grifos são de Engels).

(4) *El Capital*, I, p. 9; *Correspondência Marx-Engels* (trad. russa de V. Adoratski), 1923, p. 168.

propriedade das coisas em si mesmas (essa é a interpretação de Böhm-Bawerk e de outros críticos de Marx). Na realidade, o problema é a diferença entre a existência "material" e "funcional" das coisas, entre o produto do trabalho e sua forma social, entre as coisas e as relações de produção entre as pessoas "fundidas" com as coisas, ou seja, relações de produção que se expressam através de coisas. O que é revelado, portanto, é uma inseparável vinculação entre a teoria de Marx sobre o valor e suas bases gerais, metodológicas, formuladas em sua teoria sobre o fetichismo da mercadoria. O valor é uma relação de produção entre produtores mercantis independentes; assume a forma de ser de propriedade das coisas e está vinculado à distribuição do trabalho. Ou, observando o mesmo fenômeno sob outro aspecto, o valor é a propriedade do produto do trabalho de cada produtor mercantil, que torna esse produto trocável pelos produtos de trabalho de qualquer outro produtor mercantil numa razão determinada correspondente a um dado nível de produtividade do trabalho nos diferentes ramos de produção. Estamos tratando de uma relação *humana*, que adquire a forma de ser de uma propriedade de *coisas*, e que está vinculada ao processo de distribuição do trabalho na produção. Em outras palavras, estamos tratando de *relações reificadas de produção entre pessoas*. A reificação do trabalho em valor é a conclusão mais importante da teoria do fetichismo, que explica a inevitabilidade da "reificação" das relações de produção entre as pessoas numa economia mercantil. A teoria do valor-trabalho não descobriu a condensação material do trabalho (como elemento da produção) em coisas que são produtos do trabalho — isto ocorre em todas as formações econômicas, e é a base técnica do valor, mas não sua causa. A teoria do valor-trabalho descobriu o fetiche, a expressão reificada do trabalho social no valor das coisas. O trabalho é "cristalizado" ou conformado em valor no sentido de que adquire, socialmente, "forma de valor". O trabalho se expressa e "reflete" (*sich darstellt*). A expressão "*sich darstellt*" é utilizada, freqüentemente, por Marx, para caracterizar a relação entre trabalho abstrato e valor. É simplesmente surpreendente o porquê de os críticos de Marx não notarem este vínculo inseparável entre a sua teoria do valor-trabalho e a da reificação, ou fetichização, das relações de produção entre pessoas. Eles interpretaram a teoria de Marx sobre o valor num sentido mecânico-naturalista, não num sentido sociológico.

A teoria de Marx analisa, assim, os fenômenos relacionados ao valor, de um ponto de vista quantitativo e qualitativo. A teoria de Marx sobre o valor é construída sobre dois fundamentos básicos: 1) a teoria da *forma do valor* como uma expressão material do trabalho abstrato, que pressupõe, por sua vez, a existência de relações sociais de produção entre produtores mercantis autônomos, e 2) a teoria da *distribuição do trabalho social* e a dependência da *magnitude* do valor com respeito à quantidade de trabalho abstrato, que, por sua vez, depende do nível de *produtividade do trabalho*. Esses são dois aspectos do mesmo processo: a teoria do valor analisa a forma social do valor, a forma em que o processo de distribuição do trabalho é levado a cabo na economia mercantil-capitalista. "A forma em que se manifesta esta distribuição proporcional do trabalho, numa sociedade em que a interconexão do trabalho social se apresenta na *troca individual* de produtos do trabalho, é precisamente o *valor de troca* desses produtos."[5] O valor aparece, assim, quantitativa e qualitativamente, como expressão do trabalho abstrato. Através do trabalho abstrato, o valor é vinculado simultaneamente à *forma* social do processo social de produção e a seu *conteúdo* técnico-material. Isto é óbvio se lembrarmos que o valor, bem como outras categorias econômicas, não expressa *relações humanas* em geral, mas particulares *relações de produção* entre pessoas. Quando Marx trata o valor como forma social do produto do trabalho, condicionado por uma determinada forma social de trabalho, coloca o aspecto *qualitativo*, *sociológico*, do valor em primeiro plano. Quando o processo de distribuição do trabalho e o desenvolvimento da produtividade do trabalho são levados a cabo numa dada forma social, quando as "massas quantitativamente determinadas de trabalho total da sociedade"[6] (subsumidas à lei de distribuição proporcional de trabalho) são examinadas, então o aspecto quantitativo (poder-se-ia dizer, matemático) dos fenômenos que se expressam através do valor torna-se importante. O erro básico da maioria dos críticos de Marx consiste em: 1) sua completa incapacidade de compreender o aspecto qualitativo, sociológico, da teoria de Marx sobre o valor, e 2) sua limitação do aspecto quantitativo ao exame de relações de troca, isto é, relações quantitativas de valor entre coisas; eles ignoraram as inter-relações quantitativas entre as quantidades de trabalho social distribuídas pelos diferentes ramos de produção e diferentes empresas, inter-relações que estão na base da determinação quantitativa do valor.

(5) Carta de Marx a Kugelmann, de 11 de julho de 1868, in Karl Marx e F. Engels, *Obras Escogidas*, *op. cit.*, t. II, p. 457. (Ver edição em português, in *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974, p. 227.) (Os grifos são de Marx.)

(6) *Ibid.* (Na edição brasileira, pp. 226-227.)

Examinamos brevemente dois aspectos do valor: qualitativo e quantitativo (ou seja, o valor como forma social e a magnitude do valor). Cada um desses rumos analíticos nos leva ao conceito de *trabalho abstrato* que, por sua vez (assim como o conceito de valor), aparecia primeiramente frente a nós seja em termos de seu aspecto qualitativo (forma social do trabalho), seja em termos de seu aspecto quantitativo (trabalho socialmente necessário). Assim, tínhamos de reconhecer o valor como a expresão do trabalho abstrato, em termos de seus aspectos qualitativo e quantitativo. O trabalho abstrato é o "*conteúdo*" ou "*substância*" que se expressa no valor de um produto do trabalho. Nossa tarefa é também examinar o valor deste ponto de vista, ou seja, do ponto de vista de seu nexo com o trabalho abstrato enquanto "substância" do valor.

Como resultado, chegamos à conclusão de que o completo conhecimento do valor, que é um fenômeno altamente complexo, requer um exame exaustivo do valor em termos de três aspectos: *magnitude* do valor, *forma* do valor e *substância* (conteúdo) do valor. Poder-se-ia dizer, também, que o valor deve ser examinado: 1) como um regulador da distribuição quantitativa do trabalho social, 2) como uma expressão das relações sociais de produção entre as pessoas, e 3) como uma expressão do trabalho abstrato.

Esta tripla divisão auxiliará o leitor a compreender a ordem de nossa explicação posterior. Em primeiro lugar, devemos tratar integralmente o *mecanismo que vincula valor e trabalho*. Os Capítulos 9 a 11 são dedicados a essa questão. No Capítulo 9, o valor é considerado como um regulador da distribuição do trabalho. No Capítulo 10, o valor é tratado como uma expressão de relações de produção entre pessoas e no Capítulo 11 é tratado do ponto de vista de seu relacionamento com o trabalho abstrato. Só essa exaustiva análise do mecanismo que vincula o valor e o trabalho, em sua íntegra, pode nos fornecer os fundamentos da teoria de Marx sobre o valor (é por isso que o conteúdo dos Capítulos 9 a 11 pode ser considerado o fundamento da teoria do valor-trabalho). Esta análise nos prepara para uma análise das partes componentes deste mecanismo: 1) o *valor* que é criado pelo trabalho, e 2) o *trabalho* que cria valor. O Capítulo 12 está dedicado à análise do *valor* em termos de sua forma, conteúdo (substância) e magnitude. Finalmente, os Capítulos 13 a 16 apresentam uma análise do trabalho (criador de valor) em termos desses mesmos três aspectos. Como o valor é uma expressão de relações sociais entre pessoas, devemos primeiramente dar uma caracterização geral do trabalho social (Capítulo 13). Numa economia mercantil, o trabalho social adquire

uma expressão mais precisa na forma de trabalho abstrato, que é a "substância" do valor (Capítulo 14). A redução do trabalho concreto a trabalho abstrato implica a redução de trabalho qualificado a trabalho simples (Capítulo 15) e, assim, a teoria do trabalho qualificado é um complemento da teoria do trabalho abstrato. Finalmente, o aspecto quantitativo do trabalho abstrato aparece na forma de trabalho socialmente necessário (Capítulo 16).

Capítulo 9

O Valor Como Regulador da Produção

Após a publicação do Livro I de *O Capital*, Kugelmann disse a Marx que, na opinião de muitos leitores, Marx não havia provado o conceito de valor. Na carta citada anteriormente, de 11 de julho de 1868, Marx respondeu a essa objeção de maneira bastante indignada: "Toda criança sabe que uma nação que parasse de trabalhar, não por um ano, mas por apenas algumas semanas, pereceria. Toda criança sabe, também, que as massas de produtos correspondentes às diferentes necessidades requerem massas diferentes e quantitativamente determinadas do trabalho total da sociedade. Que esta necessidade de distribuição do trabalho social em proporções definidas não pode ser extinguida, podendo apenas modificar-se a forma pela qual ela aparece, é evidente por si mesmo. Nenhuma lei natural pode ser extinguida. O que pode mudar, em circunstâncias historicamente diferentes, é apenas a forma sob a qual essas leis operam. E a forma sob a qual essa distribuição proporcional do trabalho se manifesta, num estado de sociedade em que a inter-relação do trabalho social aparece na troca privada de produtos individuais do trabalho, é precisamente o valor de troca desses produtos". [1]

Marx menciona aqui um dos fundamentos básicos de sua teoria sobre o valor. Na economia mercantil, ninguém realiza ou regula a distribuição do trabalho social entre os vários ramos industriais para que correspondam ao dado estádio das forças produtivas. Posto que os produtores individuais de mercadorias são autônomos na adminis-

(1) Carta de Marx a Kugelmann, de 11 de julho de 1868, *op. cit.*, p. 457 (edição em português, pp. 226-227).

tração da produção, a exata repetição e reprodução de um processo já dado de produção social é inteiramente impossível. Além disso, a expansão proporcional do processo é completamente impossível. Como as ações dos produtores mercantis isolados não são vinculadas ou constantes, são inevitáveis desvios diários em direção da expansão excessiva ou contração da produção. Se todo desvio tendesse a se desenvolver ininterruptamente, então não seria possível a continuidade da produção; a economia social, baseada na divisão de trabalho, sofreria um colapso. Na verdade, todo desvio de produção, seja para mais ou para menos, desencadeia forças que põem um fim ao desvio na direção dada, e dão origem a movimentos na direção oposta. A expansão excessiva da produção leva a uma queda de preços no mercado. Isto leva a uma redução da produção, abaixo mesmo do nível necessário. A redução posterior da produção faz cessar a queda de preços. A vida econômica é um mar de movimentos flutuantes. Não é possível, em momento algum, observar o estado de equilíbrio na distribuição do trabalho entre os vários ramos de produção. Mas, sem esse estado de equilíbrio, concebido teoricamente, o caráter e a direção do movimento de flutuação não podem ser explicados.

O estado de equilíbrio entre dois ramos de produção corresponde à troca de produtos com base em seus valores. Em outras palavras, este estado de equilíbrio corresponde ao nível médio de preços. Este nível médio é um conceito teórico. Os preços médios não correspondem aos movimentos reais dos preços concretos de mercado, mas os explicam. Esta formulação teórica, abstrata, sobre o movimento de preços é, de fato, a "lei de valor". Pode-se ver, então, que toda objeção à teoria do valor baseada no fato de que os preços concretos de mercado não coincidem com "valores" teóricos nada mais é que um mal-entendido. A inteira concordância entre preço de mercado e valor significaria a eliminação do único regulador que impede os diferentes ramos da economia social de se moverem em direções opostas. Isto levaria a um colapso da economia. "A *forma-preço* já contém em *si* a *possibilidade de incongruência quantitativa* entre o preço e a magnitude do valor, isto é, a possibilidade de um desvio entre o primeiro e a segunda. E isso não constitui um defeito dessa forma; pelo contrário, é exatamente isso que a capacita para ser a forma adequada de um regime de produção em que a norma só pode se impor como média cega de toda ausência de normas" (*C.*, I, p. 63).

Um determinado nível de preços de mercado, regulados pela lei do valor, pressupõe uma determinada distribuição do trabalho social entre os ramos individuais de produção, e modifica essa distribuição

numa certa direção. A certa altura, Marx fala das "flutuações barométricas dos preços de mercado" (*C.*, I, p. 290). Este fenômeno deve ser complementado. As flutuações dos preços de mercado são, na realidade, um barômetro, um indicador do processo de distribuição do trabalho social que ocorre nas profundezas da economia social. Mas um barômetro bastante incomum; um barômetro que não só indica o estado climático, mas que também o corrige. Um clima pode substituir outro sem indicação do barômetro. *Mas uma fase de distribuição do trabalho social só substitui outra através das flutuações dos preços de mercado e sob sua pressão.* Se o movimento dos preços de mercado vincula duas fases de distribuição do trabalho na economia social, estamos certos se supusermos uma estreita relação interna entre a atividade produtiva de agentes econômicos e o valor. Buscaremos a explicação dessas relações no processo de produção social, isto é, na atividade produtiva das pessoas, e não nos fenômenos que residem fora da esfera da produção ou não estão relacionados a ela por um nexo funcional permanente. Por exemplo, não buscaremos uma explicação nas avaliações subjetivas dos indivíduos, ou em inter-relações matemáticas entre preços e quantidades de bens, se essas relações são tratadas como dadas e isoladas do processo de produção. Os fenômenos relacionados ao valor só podem ser compreendidos em estreita relação com a atividade laboriosa da sociedade. A explicação do valor deve ser buscada no "trabalho" social. Esta é a nossa conclusão primeira e mais geral.

O papel do valor como regulador da distribuição do trabalho na sociedade foi explicado por Marx não só em sua carta a Kugelmann, mas também em várias partes de *O Capital*. Talvez essas observações sejam apresentadas em sua forma mais desenvolvida no Capítulo 12, item 4 do Livro I de *O Capital* (sobre a "Divisão do Trabalho dentro da Manufatura e Divisão do Trabalho dentro da Sociedade"): "Enquanto na manufatura a lei férrea da proporcionalidade atribui massas determinadas de operários a determinadas funções, na distribuição dos produtores de mercadorias e de seus meios de produção entre os diversos ramos sociais do trabalho reinam, em caótica mescla, o acaso e a arbitrariedade. É claro que as diversas esferas de produção procuram manter-se constantemente em equilíbrio, no sentido de que, por um lado, cada produtor de mercadorias tem necessariamente que produzir um valor de uso e, portanto, satisfazer uma determinada necessidade social e, como o volume destas necessidades varia quantitativamente, há um certo nexo interno que articula as diversas massas de necessidades, formando com elas um sistema primitivo e natural; por outro

lado, a *lei do valor* das mercadorias se encarrega de determinar qual parte do seu volume global de tempo de trabalho disponível a sociedade pode destinar à produção de cada tipo de mercadoria. Mas esta tendência constante de as diversas esferas de produção se manterem em equilíbrio manifesta-se apenas como reação contra o constante desequilíbrio. A norma que, no regime de divisão de trabalho dentro da oficina, é seguida *a priori*, como um plano preestabelecido, na divisão de trabalho dentro da sociedade vale apenas *a posteriori*, como uma lei natural interna, muda, perceptível tão somente nas flutuações barométricas dos preços de mercado" (*C.*, I, pp. 289-290).

A mesma idéia é apresentada por Marx no Livro III: "A distribuição deste trabalho social e a mútua complementação, o intercâmbio de matérias de seus produtos, a subordinação e conexão dentro do ramo social, são deixadas à ação fortuita dos distintos produtores capitalistas... a lei do valor atua aqui apenas como lei interna, que os agentes individuais consideram como uma lei natural cega, e é esta lei, deste modo, que impõe o equilíbrio social da produção em meio a flutuações fortuitas" (*C.*, III, pp. 212-213).

Assim, na ausência de uma distribuição proporcional do trabalho entre os vários ramos da economia, a economia mercantil não pode existir. Mas esta distribuição proporcional do trabalho só pode se realizar se as profundas contradições internas existentes na própria base da sociedade mercantil são superadas. De um lado, a sociedade mercantil é unificada numa economia social única, através da divisão do trabalho. As partes individuais dessa economia estão intimamente relacionadas e influenciam-se mutuamente. De outro, a propriedade privada e a atividade econômica autônoma dos produtores mercantis individuais fragmentam a sociedade numa série de unidades econômicas isoladas, independentes. Esta sociedade mercantil fragmentada "só se torna uma sociedade através da troca, que é o único processo econômico conhecido pela economia desta sociedade".[2] O produtor mercantil é formalmente autônomo. Ele age segundo seu próprio julgamento unilateral, guiado por seu próprio interesse e tal como o concebe. Mas, por causa do processo de troca, ele é vinculado a seu co-negociador (comprador ou vendedor), e através deste é vinculado diretamente a todo mercado, isto é, à totalidade de compradores e vendedores, em condições de concorrência que tendem a reduzir as condições do mercado a um mesmo nível. A relação de produção entre produtores

(2) Rudolf Hilferding, *Finanzkapital* (trad. russa, 1923, p. 6).

mercantis individuais no mesmo ramo de produção é criada através da troca, através do valor do produto do trabalho. Esse nexo é criado também entre diferentes ramos de produção, entre diferentes lugares no país e entre diferentes países. Este nexo não significa apenas que os produtores de mercadorias trocam entre si, mas também que eles tornam-se socialmente relacionados uns com os outros. Na medida que eles são vinculados na troca, através dos produtos do trabalho, tornam-se também vinculados em seus processos produtivos, em sua atividade de trabalho, porque no processo de produção direta eles têm de levar em consideração as condições presumidas do mercado. Através da troca e do valor das mercadorias, a atividade de trabalho de alguns produtores mercantis afeta a atividade de trabalho de outros, e provoca determinadas modificações. Por outro lado, essas modificações influenciam a própria atividade produtiva. As partes individuais da economia social ajustam-se umas às outras. Mas este ajuste só é possível se uma parte influenciar a outra através do movimento dos preços no mercado, movimento que é determinado pela "lei de valor". Em outras palavras, somente através do "valor" das mercadorias, a atividade de trabalho de produtores independentes separados conduz à unidade produtiva que é chamada economia social, às inter-relações e mútuos condicionamentos do trabalho de membros individuais da sociedade. O valor é a correia de transmissão do movimento dos processos de trabalho de uma parte a outra da sociedade, tornando essa sociedade um todo em funcionamento.

Vêmo-nos, assim, face ao seguinte dilema: numa economia mercantil em que a atividade de trabalho dos indivíduos não é regulada nem está sujeita a um ajuste mútuo direto, o nexo trabalho-produção entre produtores mercantis individuais pode realizar-se ou através do processo de troca, no qual os produtos do trabalho são igualados como valores, ou não se realizará absolutamente. Mas a inter-relação entre as várias partes individuais da economia social é um fato óbvio. Isto significa que a explicação deste fato deve ser buscada no movimento do valor das mercadorias. Por trás do movimento do valor, devemos descobrir as inter-relações entre as atividades de trabalho dos indivíduos. Confirmamos, assim, o nexo entre os fenômenos relacionados com o valor e atividade de trabalho das pessoas. Confirmamos o nexo geral entre "valor" e "trabalho". Aqui, nosso ponto de partida não é o valor, mas o trabalho. É errôneo representar isto como se Marx tivesse partido dos fenômenos relacionados com o valor em sua expressão material e, analisando-os, tivesse chegado à conclusão de que a propriedade comum das coisas trocadas e avaliadas só podia ser o trabalho. A linha de pensamento de Marx move-se exatamente na direção oposta. Na economia mercantil, o trabalho dos produtores mercantis individuais, que possui diretamente a forma de trabalho *privado*, só pode adquirir o caráter de trabalho *social*, isto é, submeter-se ao processo de *vinculação e coordenação mútuas*, através do *"valor" dos produtos do trabalho*. O trabalho enquanto fenômeno social só pode expressar-se no "valor". O caráter específico da teoria de Marx sobre o valor-trabalho consiste no fato de que Marx não baseia sua teoria nas propriedades do valor, isto é, nos *atos de igualação e avaliação de coisas*, mas nas propriedades do trabalho na economia mercantil, isto é, na análise da *estrutura e relações de produção* do trabalho. O próprio Marx percebia este caráter específico de sua teoria quando dizia: "A Economia Política analisou, sem dúvida, embora de modo imperfeito, o conceito de valor e sua magnitude, descobrindo o conteúdo que se ocultava sob essas formas. Mas não lhe ocorreu perguntar-se sequer por que este conteúdo reveste aquela forma, isto é, *por que o trabalho toma corpo no valor* e por que a medida do trabalho segundo o tempo de sua duração traduz-se na magnitude do valor do produto do trabalho (*C.*, I, pp. 44-45). Partindo da atividade de trabalho das pessoas, Marx mostrou que numa economia mercantil esta atividade assume inevitavelmente a forma de valor dos produtos do trabalho.

Os críticos da teoria de Marx sobre o valor opõem-se especialmente à posição "privilegiada" que é dada ao trabalho nessa teoria. Eles citam uma longa lista de fatores e condições que se modificam, quando os preços das mercadorias no mercado se alteram. Questionam a base sobre a qual o trabalho é destacado dessa lista e colocado numa categoria separada. A isto devemos responder que a teoria do valor não trata do trabalho enquanto fator técnico de produção, mas da atividade de trabalho das pessoas como a base da vida da sociedade e das formas sociais sob as quais este é realizado. Sem a análise das relações trabalho-produção da sociedade, não existe Economia Política. Esta análise mostra que, numa economia mercantil, o nexo trabalho-produção entre produtores mercantis só pode expressar-se numa forma material, na forma de valor dos produtos do trabalho.

Poder-se-ia objetar que nossa visão do nexo causal interno entre valor e trabalho (nexo causal que se segue necessariamente da própria estrutura da economia mercantil) é demasiado geral, e, indubitavelmente, será questionado pelos críticos da teoria de Marx sobre o valor. Veremos a seguir que a formulação da teoria do valor-trabalho, que demos agora em sua forma mais geral, adquirirá posteriormente um caráter mais concreto. Mas, nesta formulação geral, a apresentação do

problema do valor exclui, desde já, toda uma série de teorias e condena ao fracasso toda uma série de tentativas. Concretamente, as teorias que buscam as causas determinantes do valor e suas modificações, em fenômenos não relacionados diretamente ao trabalho das pessoas, ao processo de produção, estão excluídas de antemão (por exemplo, a teoria da escola austríaca, que parte das avaliações subjetivas de sujeitos individuais isolados do processo produtivo e das formas sociais concretas em que se realiza esse processo). Não importa quão perspicaz seja uma explicação dada por essa teoria, não importa com quanto êxito tenha descoberto certos fenômenos na modificação de preços, ela padece do erro básico que assegura todos seus sucessos específicos de antemão: ela não explica o mecanismo produtivo da sociedade contemporânea, nem as condições para seu funcionamento e desenvolvimento normais. Colocando o valor, a correia de transmissão, para fora do mecanismo produtivo da economia mercantil, esta teoria retira de si mesma qualquer possibilidade de compreensão da estrutura e movimento desse mecanismo. Devemos determinar o nexo entre valor e trabalho não só para compreender os fenômenos relacionados ao "valor", mas para compreender o fenômeno "trabalho" na sociedade contemporânea, isto é, a possibilidade de unidade dos processos produtivos numa sociedade composta de produtores mercantis individuais.

Capítulo 10

Igualdade de Produtores de Mercadorias e Igualdade de Mercadorias

A sociedade mercantil-capitalista, como toda sociedade baseada numa divisão de trabalho, não pode existir sem uma *distribuição proporcional de trabalho* entre ramos individuais de produção. Esta distribuição de trabalho só pode ser criada se as atividades de trabalho dos indivíduos estiverem *inter-relacionadas e mutuamente condicionadas*. Este nexo trabalho-produção só pode ser realizado através do processo de troca no mercado, através do *valor das mercadorias*, se a produção mercantil não estiver regulada socialmente. A análise do processo de troca, de suas formas sociais e seus vínculos com a produção da sociedade mercantil, este é, em essência, o objeto da teoria de Marx sobre o valor. [1]

No primeiro capítulo de *O Capital*, Marx assumiu tacitamente as premissas sociológicas da teoria do valor (que apresentamos anteriormente) e começou por analisar diretamente o ato de troca, onde se expressa a *igualdade das mercadorias trocadas*. Para a maioria dos críticos de Marx, essas premissas continuam sendo um livro fechado. Eles não percebem que a teoria de Marx sobre o valor é uma conclusão baseada na análise das relações sócio-econômicas que caracterizam a economia mercantil. Para eles, essa teoria nada mais é que "uma prova

(1) Simmel acha que a investigação econômica se inicia não com as coisas intercambiáveis, mas com o papel sócio-econômico da troca: "A troca é um fenômeno sociológico *sui generis*, uma forma e função primitivas da vida interindividual; não é de maneira alguma uma conseqüência lógica daquelas propriedades qualitativas e quantitativas das coisas que são chamadas utilidade e escassez" (Georg Simmel, *Philosophie des Geldes*, Leipzig, Duncker & Humblot, 1907, p. 59).

puramente lógica, uma dedução dialética a partir da própria natureza da troca".[2]

Sabemos que Marx, de fato, não analisou o ato de troca enquanto tal, isolado de uma determinada estrutura econômica de sociedade. Ele analisou as relações de produção de uma determinada sociedade, a sociedade mercantil-capitalista, e o papel da troca nessa sociedade. Se houve alguém que construiu uma teoria do valor com base na análise do ato de troca enquanto tal, isolado de um contexto sócio-econômico determinado, foi Böhm-Bawerk, e não Marx.

Mas, embora Böhm-Bawerk esteja errado ao dizer que Marx derivou a igualdade dos artigos trocados a partir de uma análise puramente lógica, do ato de troca, ele está correto ao afirmar que Marx colocou particular ênfase na igualdade, em sua análise do ato de troca na economia mercantil. "Tomemos agora duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja a proporção em que se troquem, *sempre* se poderá representá-la por uma igualdade, em que determinada quantidade de trigo seja equivalente a uma quantidade qualquer de ferro, por exemplo, 1 *quarter* de trigo = x quintais de ferro. O que esta igualdade nos diz? Que nos dois objetos distintos, em 1 *quarter* de trigo e em x quintais de ferro, há algo em comum de igual magnitude. Ambas as coisas, portanto, são iguais a uma terceira, que não é em si nem uma nem outra. Cada uma delas deve, conseqüentemente, enquanto valor de troca, ser redutível a este terceiro termo" (*C.*, I, pp. 2-5). É esta a passagem que os críticos de Marx vêem como o ponto central e o único fundamento de sua teoria sobre o valor, e é contra esta passagem que eles dirigem seus ataques principais. "Gostaria de assinalar, de passagem" — diz Böhm-Bawerk — "que o primeiro suposto, segundo o qual deve se manifestar uma 'igualdade' na troca de duas coisas, me parece muito antiquado, o que, no entanto, não importaria muito se não fosse também muito irrealista. Em linguagem simples, parece-me uma idéia errada. Onde existe igualdade e exato equilíbrio, não é provável que nenhuma modificação ocorra para perturbar o balanço. Quando, portanto, no caso da troca, o assunto se encerra com uma modificação na propriedade das mercadorias, isso indica antes a existência de alguma desigualdade ou preponderância que produz essa alteração."[3]

(2) Eugen von Böhm-Bawerk, *Karl Marx and the Close of his System* (Karl Marx e o Fechamento de Seu Sistema), Nova York, Augustus M. Kelley, 1949, p. 68.

(3) Böhm-Bawerk, *op. cit.*, p. 68.

Talvez seja supérfluo dizer que as objeções de Böhm-Bawerk não acertam seu alvo. Marx nunca afirmou que a troca é levada a cabo em condições de "exato equilíbrio"; ele indicou, mais de uma vez, que a "desigualdade" qualitativa das mercadorias é o resultado necessário da divisão do trabalho, e representa, ao mesmo tempo, um estímulo necessário para a troca. A atenção de Böhm-Bawerk dirigiu-se para a troca de mercadorias enquanto valores de uso e a avaliações subjetivas da utilidade das mercadorias que estimula a troca por parte dos indivíduos que nela participam. Enfatizou, assim, bastante corretamente, o fato da "desigualdade". Mas Marx estava interessado no ato de troca enquanto um fato social objetivo e, enfatizando a igualdade, pôs em relevo características essenciais desse fato social. Entretanto, ele não tinha em mente nenhum tipo de fantástico estado de "equilíbrio exato".[4]

Os críticos da teoria de Marx sobre o valor comumente vêem o centro de gravidade desta em sua definição da igualdade quantitativa de insumos de trabalho necessários para a produção de mercadorias, que são igualados uns aos outros no ato de troca. Mas Marx apontou, mais de uma vez, o outro lado de sua teoria do valor, o aspecto *qualitativo*, por assim dizer, em contraste com o aspecto quantitativo mencionado acima. Marx não estava interessado nas propriedades qualitativas das mercadorias enquanto valores de uso. Mas sua atenção estava voltada para as características qualitativas do ato de troca, como fenômeno econômico-social. É somente com base nessas características qualitativas e essencialmente sociológicas que alguém pode compreender o aspecto quantitativo do ato de troca. Quase todos os críticos da teoria de Marx sobre o valor padecem de uma completa ignorância com relação a este aspecto da teoria de Marx. Seus enfoques são tão unilaterais quanto a concepção oposta, que sustenta que o fenômeno do valor, como é tratado por Marx, não está de maneira alguma relacionado às proporções da troca, isto é, ao aspecto quantitativo do valor.[5]

Deixando de lado a questão da igualdade quantitativa das mercadorias trocadas, devemos indicar que numa economia mercantil os

(4) "O próprio ato de troca e o preço resultante dele influenciam... o comportamento de todos os compradores e vendedores posteriores, e assim não exercem influência na forma de desigualdade, mas na forma de igualdade, isto é, como expressões de equivalência" (Zwiedneck, "Über den Subjektivismus in der Preislehre", *Archiv fur Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 1914, Vol. 38, Parte II, pp. 22-23).

(5) Ver, por exemplo, F. Petry, *Der Soziale Gehalt der Marxschen Wertheorie*, Jena, 1916, pp. 27-28.

contatos entre unidades econômicas individuais privadas se realizam sob a forma de compra e venda, sob a forma de igualação de valores dados e recebidos pelas unidades econômicas individuais no ato de troca. O ato de troca é um ato de igualação. Esta *igualação das mercadorias trocadas* reflete as características sociais básicas da economia mercantil: *a igualdade dos produtores de mercadorias*. Não estamos nos referindo à sua igualdade no sentido de possuírem iguais meios de produção materiais, mas à sua igualdade enquanto produtores mercantis autônomos, independentes uns dos outros. Nenhum dentre eles pode afetar o outro de maneira direta, unilateralmente, sem um acordo formal com o outro. Em outras palavras, um produtor pode influenciar o outro, enquanto sujeito econômico independente, através dos termos do acordo. A ausência de coerção extra-econômica, a organização da atividade de trabalho dos indivíduos, não sobre princípios de direito público, mas com base no direito civil e no assim chamado livre-contrato, são os traços mais característicos da estrutura econômica da sociedade contemporânea. Neste contexto, a forma básica das relações de produção entre unidades econômicas privadas é a forma da troca, isto é, a igualação dos valores trocados. A igualdade das mercadorias na troca é a expressão material da relação de produção básica na sociedade contemporânea: a vinculação entre os produtores de mercadorias enquanto sujeitos econômicos iguais, autônomos e independentes.

Consideramos crucial a seguinte passagem de *O Capital*, para a compreensão das idéias de Marx que temos apresentado: "Aristóteles não podia *decifrar* por si mesmo, analisando a forma de valor, o fato de que na forma dos valores das mercadorias todos os trabalhos se expressam como *trabalho humano* igual e, portanto, como *equivalentes*, pois a sociedade grega estava baseada no *trabalho dos escravos* e tinha, portanto, como *base natural, a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho*. O segredo da expressão do valor, a *igualdade e equiparação do valor de todos os trabalhos*, enquanto são e pelo fato de serem todos eles trabalho humano em geral, só podia ser descoberto a partir do momento em que a *idéia da igualdade humana* já possuísse a firmeza de um preconceito popular. E para isto era necessário chegar a uma sociedade como a atual, em que a *forma-mercadoria* é a forma geral assumida pelos produtos do trabalho, na qual, portanto, a relação social preponderante é a relação entre uns homens e outros como *possuidores de mercadorias*" (*C.*, I, p. 26).[6] A igualdade dos produ-

(6) Obviamente, não estamos interessados aqui em determinar se Marx entendeu ou não com exatidão Aristóteles, ou se sua compreensão de Aristóteles é um tipo de

tores mercantis autônomos e independentes é o fundamento para a igualdade dos bens trocados. Esta é a característica básica da economia mercantil, de sua "estrutura celular", por assim dizer. A teoria do valor examina o processo de formação da unidade produtiva chamada economia social a partir de células separadas, poder-se-ia dizer independentes. Não é sem razão que Marx escreveu, no prefácio à primeira edição do Livro I de *O Capital*, que a "forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma-valor da mercadoria, é a forma da célula econômica da sociedade burguesa". Esta estrutura celular da sociedade mercantil representa, em si mesma, a totalidade das unidades econômicas iguais, formalmente independentes.

Na passagem sobre Aristóteles citada, Marx enfatiza que na sociedade escravista o conceito de valor não poderia ser deduzido da "forma de valor em si", isto é, da expressão material da igualdade das mercadorias trocadas. O mistério do valor só pode ser compreendido a partir das características da economia mercantil. Não é de espantar que os críticos, que não compreenderam o caráter sociológico da teoria de Marx sobre o valor, tivessem interpretado essa passagem sem discernimento. Segundo Dietzel, Marx "era guiado pelo axioma ético da *igualdade*". Este "fundamento ético é exposto na passagem em que Marx explica as deficiências da teoria de Aristóteles sobre o valor, assinalando que a base natural da sociedade grega era a desigualdade entre as pessoas e entre suas forças de trabalho".[7] Dietzel não compreende que Marx não está tratando de um postulado ético de igualdade, mas da igualdade dos produtores mercantis enquanto fato social básico da economia mercantil. Repetimos: não da igualdade no sentido de igual distribuição de bens materiais, mas no sentido de independência e autonomia entre os agentes econômicos que organizam a produção.

Se Dietzel transforma a sociedade de produtores mercantis iguais num postulado ético, Croce vê no princípio da igualdade um tipo de sociedade teoricamente concebido, pensado por Marx com base em considerações teóricas e para fins de contraste e comparação com a sociedade capitalista, que se baseia na desigualdade. O propósito dessa comparação é explicar as características específicas da sociedade capi-

"subjetivismo científico", como afirmou V. Zheleznov (*Ekonomicheskoe mirovozzrenie dvernih grekov* (A Concepção Econômica dos Antigos Gregos), Moscou, 1919, p. 244), sem fundamentação adequada, em nosso entender.

(7) Heinrich Dietzel, *Theoretische Sozialoekonomik*, Leipzig, C. F. Winter, 1895, p. 273.

talista. A igualdade dos produtores mercantis não seria um ideal ético, mas uma medida concebida teoricamente, um padrão com que avaliamos a sociedade capitalista. Croce recorda a passagem em que Marx diz que a natureza do valor só pode ser explicada numa sociedade em que a crença na igualdade das pessoas tenha adquirido a força de um preconceito popular.[8] Croce acha que Marx, para entender o valor na sociedade capitalista, tomou como tipo, como padrão teórico, um valor diferente (concreto), a saber, aquele que seria possuído pelos bens que podem ser multiplicados pelo trabalho numa sociedade sem as imperfeições da sociedade capitalista, e na qual a força de trabalho não fosse uma mercadoria. A partir daí, Croce extrai a seguinte conclusão sobre as propriedades lógicas da teoria de Marx sobre o valor: "O valor-trabalho de Marx não é apenas uma generalização lógica, é também um fato concebido e postulado como típico, isto é, algo mais que um simples conceito lógico".[9]

Dietzel transforma a sociedade de produtores mercantis iguais num postulado ético, enquanto Croce faz dela uma imagem concreta "inventada" que contrasta com a sociedade capitalista para explicar mais claramente as características desta sociedade. Entretanto, na realidade esta sociedade de produtores mercantis iguais nada mais é que uma generalização e uma abstração das características básicas da economia mercantil em geral e da economia capitalista em particular. A teoria do valor e sua premissa de uma sociedade de produtores mercantis iguais nos fornece uma análise de um aspecto da economia capitalista, a saber, a *relação de produção básica que une produtores mercantis autônomos*. Esta relação é básica porque gera a economia social (o objeto da Economia Política) como uma totalidade indiscutível, embora flexível. Marx exprimiu lucidamente o caráter lógico de sua teoria do valor, quando disse: "Até agora, conhecemos apenas a relação econômica entre os homens como possuidores de mercadorias, relação na qual o homem só entra na posse dos produtos do trabalho alheio desprendendo-se dos do seu próprio" (*C.*, I, p. 69). A teoria do valor não nos dá uma descrição de uma sociedade imaginária, que é o oposto da sociedade capitalista; ela nos dá uma generalização de um aspecto da sociedade capitalista.

Finalmente, na sociedade capitalista, as relações de produção entre as pessoas, enquanto membros de diferentes grupos sociais, não

(8) Benedetto Croce, *Historical Materialism and the Economics of Karl Marx*, Londres, Frank Cass & Co., 1966, pp. 60-66.

(9) *Ibid.*, p. 56.

estão circunscritas a relações entre elas enquanto produtores mercantis independentes. Entretanto, as relações entre os membros de diferentes grupos sociais na sociedade capitalista são levadas a cabo na forma e com base em suas inter-relações enquanto produtores mercantis autônomos. O capitalista e os operários estão vinculados um ao outro por relações de produção. O capital é a expressão material desta relação. Mas eles estão vinculados, e entram em acordo mútuo, enquanto produtores mercantis formalmente iguais. A categoria valor serve como expressão desta relação de produção, ou, mais exatamente, deste aspecto da relação de produção que os vincula. Os capitalistas industriais e os proprietários de terra, os capitalistas industriais e financeiros, também entram em acordo mútuo enquanto proprietários iguais de mercadorias, autônomos. Este aspecto das relações de produção entre vários grupos sociais expressa-se na teoria do valor. Explica-se assim uma característica da Economia Política enquanto ciência. Os conceitos básicos da Economia Política são construídos com base no valor, e à primeira vista parecem ser mesmo emanações lógicas do valor. O primeiro encontro com o sistema teórico de Marx pode levar à concordância com Böhm-Bawerk, para quem o sistema de Marx é um desenvolvimento lógico-dedutivo de conceitos abstratos e seu desenvolvimento imanente, puramente lógico, através do método de Hegel. Através de modificações mágicas, puramente lógicas, o valor é transformado em dinheiro, o dinheiro em capital, o capital em capital aumentado (isto é, capital acrescido de mais-valia), a mais-valia em lucro empresarial, juro e renda, etc. Böhm-Bawerk, que toma separadamente a teoria inteira de Marx sobre o valor, observa que as partes mais desenvolvidas do sistema de Marx são uma totalidade bem ajustada, derivadas coerentemente de um ponto de partida errôneo. "Nesta parte do meio do sistema marxista, o desenvolvimento e o nexo lógicos apresentam realmente uma coerência imponente e consistência intrínseca... Por errado que seja o ponto de partida, essas partes do meio do sistema, por sua extraordinária consistência lógica, firmam permanentemente a reputação do autor como uma força intelectual de primeira ordem."[10] Vindo de Böhm-Bawerk, um pensador inclinado precisamente ao desenvolvimento lógico dos conceitos, isto representa um grande elogio. Mas, na realidade, a força da teoria de Marx não reside tanto em sua consistência lógica interna quanto no fato de que sua teoria é inteiramente impregnada de um complexo, rico, conteúdo

(10) Böhm-Bawerk, *op. cit.*, pp. 88-89.

sócio-econômico retirado da realidade e esclarecido pelo poder do pensamento abstrato. Na obra de Marx, um conceito transforma-se em outro não em termos do poder de desenvolvimento lógico imanente, mas pela presença de uma série completa de condições sócio-econômicas concomitantes. Uma imensa revolução histórica (descrita por Marx no capítulo sobre a acumulação primitiva de capital) foi necessária para a transformação do dinheiro em capital.

Mas não estamos interessados aqui nesse aspecto da questão. Um conceito só surge de outro na presença de condições sócio-econômicas determinadas. O fato é que, na teoria de Marx, todo conceito posterior leva a marca do anterior. Todos os conceitos básicos do sistema econômico parecem variações lógicas do conceito de valor. O dinheiro é um valor que serve como equivalente geral. O capital é um valor que cria mais-valia. Os salários são o valor da força de trabalho. Lucro, juro e renda são partes da mais-valia. À primeira vista, esta emanação lógica dos conceitos econômicos básicos a partir do conceito de valor parece inexplicável. Mas pode ser explicada pelo fato de que as *relações de produção da sociedade capitalista*, expressas nos conceitos mencionados (capital, salários, lucro, juro, renda, etc.), aparecem sob a *forma de relações entre produtores mercantis independentes*, de relações que se expressam através do conceito de valor. O capital é uma variedade de valor, porque a relação de produção entre o capitalista e os operários reveste a forma de uma relação entre produtores mercantis iguais, isto é, agentes econômicos autônomos. O sistema de conceitos econômicos surge do sistema de relações de produção. A estrutura lógica da Economia Política enquanto ciência, expressa a estrutura social da sociedade capitalista.[11]

(11) F. Oppenheimer vê a "falha metodológica" de Marx e seu erro básico no fato de ele tomar a "premissa da igualdade social entre os participantes do ato de troca", que é a base da teoria do valor, como o ponto de partida para análise da sociedade capitalista com sua desigualdade de classe. Ele cita, com simpatia, a seguinte afirmação de Tugan-Baranovski: "Ao supor a igualdade social entre os participantes do ato de troca, abstraímo-nos da estrutura interna da sociedade em que este ato se realiza" (Franz Oppenheimer, *Wert und Kapitalprofit*, Jena, G. Fischer, 1916, p. 176). Oppenheimer reprova Marx por este ter ignorado a desigualdade de classe na sociedade capitalista, em sua teoria do valor.

Liefmann lança uma objeção oposta, contra a teoria econômica de Marx, a saber, que esta "assume de antemão a existência de classes determinadas" (Robert Liefmann, *Grundsatze der Volkswirtschaftlehre*, Stuttgart & Berlim, Deutsche Verlagsanstalt, 1920, p. 34). Em essência, Liefmann está correto: a teoria econômica de Marx supõe de antemão a desigualdade de classe da sociedade capitalista. Mas como as relações entre as classes na sociedade capitalista tomam a forma de relações entre produtores mercantis

A teoria do valor-trabalho dá uma formulação teórica à relação de produção básica da sociedade mercantil, relação de produção entre produtores mercantis iguais. Isto explica a vitalidade dessa teoria, que tem permanecido na linha de frente da ciência econômica por entre a tormentosa corrente de idéias econômicas que se substituíram umas às outras, e em meio a todos os ataques que lhe foram dirigidos, sempre sob formas novas e novas formulações. Marx destacou esta qualidade da teoria do valor-trabalho em sua carta a Kugelmann de 11 de julho de 1868: "A *história da teoria* mostra certamente que o conceito da relação de valor tem sido *sempre* o *mesmo* — Mais ou menos claro, mais ou menos envolto em ilusões, com maior ou menor precisão científica".[12] Hilferding também mencionou a vitalidade dessa teoria: "A teoria econômica, com o alcance que Marx lhe dá em suas *Teorias sobre a Mais-Valia*, é uma explicação da sociedade capitalista, que se baseia na produção mercantil. Esta base da vida econômica, que permaneceu inalterada durante um imenso e tormentoso desenvolvimento, explica o fato de que a teoria econômica reflete esse desenvolvimento, retendo leis básicas descobertas anteriormente e depois desenvolvendo-as, mas não as eliminando completamente. Isto significa que o desenvolvimento lógico da teoria acompanha o desenvolvimento real do capitalismo. Começando pelas primeiras formulações da lei do valor-trabalho em Petty e Franklin, e terminando pelas considerações mais sutis dos Livros II e III de *O Capital*, o processo de desenvolvimento da teoria econômica manifesta-se como um descobrimento lógico".[13] Esta continuidade do desenvolvimento histórico da teoria do valor explica seu lugar lógico central na ciência econômica. Este lugar lógico só pode ser entendido em termos do particular papel que a relação básica entre produtores mercantis separados, enquanto agentes econômicos autônomos, desempenha no sistema de relações de produção da sociedade capitalista.

Isto torna óbvia a imprecisão das tentativas de considerar a teoria do valor-trabalho inteiramente inaplicável à explicação da sociedade

independentes, o ponto de partida da análise é o valor, que supõe a igualdade social entre os participantes do ato de troca. A teoria de Marx sobre o valor supera a unilateralidade de Oppenheimer e Liefmann. Uma crítica detalhada das concepções de Oppenheimer e Liefmann encontra-se em nossa obra *Sovremennye ekonomisty na Zapade* (Economistas Ocidentais Contemporâneos).

(12) *Loc. cit.*, p. 458 (edição brasileira, p. 227).

(13) Hilferding, "Aus der Vorgeschichte der Marxschen Oekonomie", *Neue Zeit*, 1910-1911, Vol. II.

capitalista, e restringi-la a uma sociedade imaginária ou a uma sociedade mercantil simples que precede a sociedade capitalista. Croce pergunta "por que Marx, ao analisar os fenômenos econômicos da segunda ou terceira esfera (ou seja, os fenômenos de lucro e renda, *I.R.*), sempre usou conceitos que tinham lugar apenas na primeira" (isto é, na esfera do valor-trabalho, *I.R.*). "Se a correspondência entre trabalho e valor só se verifica na sociedade simplificada da primeira esfera, por que insistir em traduzir os fenômenos da segunda em termos da primeira?"[14] Críticas semelhantes baseiam-se numa compreensão unilateral da teoria do valor enquanto explicação de proporções exclusivamente quantitativas de troca numa economia mercantil simples, numa completa negligência do aspecto qualitativo da teoria do valor. Se a lei de proporções quantitativas de troca modifica-se na troca capitalista, comparativamente à troca mercantil simples, o aspecto qualitativo da troca é o mesmo em ambas as economias. Somente a análise do aspecto qualitativo torna possível abordar e compreender as proporções quantitativas. "A expropriação de uma parte da sociedade e o monopólio da propriedade de meios de produção pela outra parte modificam, obviamente, a troca, na medida que a desigualdade entre os membros da sociedade só pode tornar-se manifesta na troca. Mas desde que o ato de troca é uma relação de igualdade, a desigualdade toma então a forma de igualdade — não mais como igualdade de valor, mas como igualdade de preço de produção."[15] Hilferding deveria ter desenvolvido essa idéia e traduzido-a para a linguagem das relações de produção.

A teoria do valor, que toma como seu ponto de partida a igualdade das mercadorias trocadas, é indispensável para a explicação da sociedade capitalista com sua desigualdade, pois as relações de produção entre capitalistas e operários tomam a forma de relações entre produtores mercantis independentes, formalmente iguais. Todas as tentativas de separar a teoria do valor da teoria da economia capitalista são incorretas, restrinjam ou não a esfera de atividade da teoria do valor a uma sociedade imaginária (Croce) ou a uma economia mercantil simples, ou mesmo a uma transformação do valor-trabalho numa categoria puramente lógica (Tugan-Baranovski) — ou, finalmente, a uma nítida separação de categorias intereconômicas, isto é, a separação do valor e das categorias sociais, como o capital (Struve). (Ver Capítulo 6, "Struve e a Teoria do Fetichismo da Mercadoria".)

(14) Croce, *op. cit.*, p. 134.
(15) Hilferding, *Das Finanzkapital*, Viena, 1910 (edição russa, 1918, p. 23).

Capítulo 11

Igualdade de Mercadorias e Igualdade de Trabalho

A igualdade dos produtores mercantis enquanto agentes econômicos autônomos expressa-se na forma-troca: a troca é em essência uma troca de equivalentes, uma igualação das mercadorias trocadas. O papel da troca na economia nacional não se limita à sua forma social. Na economia mercantil, a troca é um dos componentes indispensáveis do processo de reprodução. Ela torna possível a distribuição adequada do trabalho e a continuidade da produção. Em sua *forma*, a troca reflete a estrutura social da economia mercantil. Em termos de seu *conteúdo*, a troca é uma das fases do processo de trabalho, do processo de reprodução. Formalmente, o ato de troca refere-se a uma *igualação de mercadorias*. Do ponto de vista do processo de produção, está intimamente relacionada à *igualação do trabalho*.

Assim como o valor exprime a igualdade de todos os produtos do trabalho, o trabalho (a substância do valor) expressa a igualdade do trabalho sob todas as formas e de todos os indivíduos. O trabalho é "igual". Mas em que consiste a igualdade desse trabalho? Para responder esta questão, devemos distinguir três tipos de trabalho igual:

1) Trabalho fisiologicamente igual.
2) Trabalho socialmente igualado.
3) Trabalho abstrato.

Como não trataremos aqui a primeira forma de trabalho (ver Capítulo 14), devemos explicar a diferença entre a segunda e a terceira forma de trabalho.

Numa economia organizada, as relações entre as pessoas são relativamente simples e transparentes. O trabalho adquire uma forma diretamente social, isto é, existe uma certa organização social e determinados órgãos sociais que distribuem o trabalho entre os membros

individuais da sociedade. Assim, o trabalho de cada indivíduo entra diretamente na economia social como trabalho concreto, com todas suas propriedades materiais concretas. O trabalho de cada indivíduo é social precisamente por ser diferente do trabalho de outros membros da comunidade e representar um complemento material de seus trabalhos. O trabalho, em sua forma concreta, é trabalho diretamente *social*. Portanto, é também trabalho *distribuído*. A organização social do trabalho consiste na distribuição do trabalho entre os diferentes membros da comunidade. A divisão do trabalho, ao contrário, baseia-se na decisão de algum órgão social. O trabalho é simultaneamente social e distribuído, o que significa que em sua forma técnico-material, concreta, ou útil, o trabalho possui essas duas propriedades.

Este trabalho é também *socialmente igualado*?

Se desconsiderarmos as organizações sociais que se baseavam numa extrema desigualdade de sexos e grupos individuais, e considerarmos uma grande comunidade com divisão de trabalho (por exemplo, uma grande comunidade familiar — *zadruga* — dos eslavos do Sul) podemos verificar que o processo de igualação tinha de, ou pelo menos podia, ocorrer nessa comunidade. Esse processo será mesmo mais necessário numa grande comunidade socialista. Sem a igualação do trabalho de diferentes formas e diferentes indivíduos, o órgão da comunidade socialista não pode decidir se é ou não mais útil dispender um dia de trabalho qualificado ou dois dias de trabalho simples, um mês de trabalho do indivíduo A ou dois meses de trabalho do indivíduo B, para produzir certos bens. Mas, numa comunidade organizada, esse processo de igualação do trabalho é basicamente diferente da igualação que ocorre numa economia mercantil. Imaginemos alguma comunidade socialista em que o trabalho está dividido entre os membros da comunidade. Um determinado órgão social iguala os trabalhos de vários indivíduos uns aos outros, na medida que, sem esta igualação, um plano social mais ou menos extenso não pode ser realizado. Mas, em tal comunidade, o processo de igualação do trabalho é secundário e complementa o processo de socialização e distribuição do trabalho. O trabalho é antes de mais nada trabalho socializado e distribuído. Podemos incluir aqui também a qualidade do trabalho socialmente igualado como uma característica derivada e adicional. A característica básica do trabalho é ser trabalho social e distribuído, e uma característica complementar é sua propriedade de ser trabalho socialmente igualado.

Vamos imaginar agora as modificações que ocorreriam na organização do trabalho de nossa comunidade se imaginássemos a comunidade não como uma entidade organizada, mas como uma união de unidades econômicas separadas, de produtores mercantis privados, isto é, como uma economia mercantil.

As características sociais do trabalho que observamos numa comunidade organizada também são encontradas numa economia mercantil. Também aqui podemos observar ***trabalho social, trabalho distribuído*** e ***trabalho socialmente igualado***. Mas todos esses processos de socialização, igualação e distribuição de trabalho são levados a cabo de forma inteiramente diferente. A combinação dessas propriedades é completamente diferente. Em primeiro lugar, numa economia mercantil não existe organização social direta do trabalho. O trabalho não é diretamente social.

Numa economia mercantil, o trabalho de um indivíduo isolado, de um produtor mercantil isolado, privado, não é regulado diretamente pela sociedade. Como tal, em sua forma concreta o trabalho não entra ainda diretamente na economia social. O trabalho só se torna social numa economia mercantil quando adquire a forma de trabalho socialmente igualado, ou seja, o trabalho de cada produtor mercantil só se torna social porque seu produto é igualado aos produtos de todos os outros produtores. Assim, o trabalho de um determinado indivíduo é igualado ao trabalho de outros membros da sociedade e a outras formas de trabalho. Não existe outra peculiaridade para determinar o caráter social do trabalho numa economia mercantil. Aqui, não existe um plano previamente traçado para a socialização e distribuição do trabalho. A única indicação do fato de que o trabalho de um certo indivíduo está incluído no sistema social da economia é a troca de produtos desse trabalho por todos os outros produtos.

Assim, se compararmos a economia mercantil a uma comunidade socialista, a propriedade de trabalho social e a propriedade de trabalho socialmente igualado parecem ter seus lugares trocados. Na comunidade socialista, a propriedade do trabalho como igual ou igualado era resultado do processo de produção, da decisão de produção de um órgão social que socializou e distribuiu o trabalho. Na economia mercantil, o trabalho só se torna social no sentido de que se torna igual a todas as outras formas de trabalho, no sentido de que se torna socialmente igualado. O trabalho social ou socialmente igualado, na forma específica que possui na economia mercantil, pode ser chamado trabalho *abstrato*.

Podemos apresentar algumas citações de obras de Marx que confirmam o que dissemos.

A mais notável está na [*Contribuição*] *Para a Crítica da Economia Política*, onde Marx diz que o trabalho torna-se "social assumindo... a forma da generalidade abstrata" (*Crítica*, p. 140). "Trabalho abstrato, e, nessa forma, trabalho social" — Marx freqüentemente caracteriza a forma social do trabalho numa economia mercantil com essas palavras. Podemos citar também a bastante conhecida frase de *O Capital*, de que, numa economia mercantil, "o caráter especificamente social dos trabalhos privados independentes uns dos outros consiste no que têm de igual como modalidades que são de trabalho humano" (*C.*, I, p. 39).

Assim, numa economia mercantil, o centro de gravidade da propriedade social do trabalho muda da característica de social para a característica de trabalho igual ou trabalho socialmente igualado, igualado através da igualação dos produtos do trabalho. O conceito de igualdade de trabalho desempenha esse papel central na teoria de Marx sobre o valor precisamente porque na economia mercantil o trabalho só se torna social se tiver a propriedade de ser igual.

Numa economia mercantil, as características de trabalho social, bem como de trabalho distribuído, tem sua origem na igualdade do trabalho. A distribuição do trabalho na economia mercantil não é uma distribuição consciente, coerente com necessidades determinadas, manifestadas previamente, mas é regulada pelo princípio de igual vantagem de produção. A distribuição de trabalho entre diferentes ramos de produção é realizada de tal maneira que os produtores mercantis, através do dispêndio de igual quantidade de trabalho, adquirem somas iguais de valor em todos os ramos de produção.

Podemos ver que a primeira propriedade do trabalho abstrato (isto é, do trabalho socialmente igualado na forma específica que possui numa economia mercantil) consiste no fato de que só se torna social se for igual. A segunda propriedade consiste no fato de que a igualação do trabalho é realizada através da igualação das coisas.

Numa sociedade socialista, o processo de igualação do trabalho e o processo de igualação das coisas (produtos do trabalho) são possíveis, mas estão separados um do outro. Quando o plano para produção e distribuição de diferentes formas de trabalho é estabelecido, a sociedade socialista efetua uma certa igualação de diferentes formas de trabalho, e simultaneamente iguala coisas (produtos de trabalho) do ponto de vista das necessidades sociais. "É verdade que mesmo então (no socialismo), será ainda necessário para a sociedade saber quanto de trabalho cada artigo de consumo requer para sua produção. Terá de ajustar seus planos de produção segundo seus meios de produção, que incluem, particularmente, as forças de trabalho que possui. Os efeitos úteis dos vários artigos de consumo, comparados uns com os outros, e com a quantidade de trabalho requerida para sua produção, determinarão em última análise o plano."[1] Quando o processo de produção estiver terminado, quando a distribuição das coisas produzidas entre os membros individuais da sociedade ocorrer, uma certa igualação de coisas com o propósito da distribuição, a avaliação consciente dessas coisas pela sociedade, será provavelmente indispensável.[2] É óbvio que a sociedade socialista não tem que avaliar as coisas, durante sua igualação (durante sua avaliação), em exata proporção ao trabalho dispendido em sua produção. Uma sociedade dirigida pelos objetivos de política social pode, por exemplo, introduzir conscientemente uma estimativa menor para as coisas que satisfazem necessidades culturais das amplas massas populares e uma estimativa maior para os bens de luxo. Mas mesmo se a sociedade socialista avaliasse essas coisas exatamente em proporção ao trabalho nelas dispendido, a decisão sobre a igualação das coisas estaria separada da decisão sobre a igualação do trabalho.

A coisa é diferente numa sociedade mercantil. Aqui, *não existe decisão social independente da igualação do trabalho*. A igualação das várias formas de trabalho é levada a cabo somente *sob a forma e através da igualação de coisas*, produtos do trabalho. A igualação de coisas sob a forma de valores no mercado afeta a divisão de trabalho na sociedade, e afeta a atividade de trabalho dos participantes na produção. A igualação e distribuição das mercadorias no mercado está intimamente relacionada ao processo de igualação e distribuição do trabalho na produção social.

Marx observou, com freqüência, que numa economia mercantil a igualação social do trabalho só se realiza sob uma forma material e através da igualação de mercadorias. "Os homens não relacionam entre si os produtos de seu trabalho como *valores* porque estes objetos lhes parecem *envoltórios simplesmente materiais* de um trabalho humano igual. Pelo contrário. Ao equiparar seus diversos *produtos, uns aos outros*, na troca, *como valores*, o que fazem é equiparar entre si seus diversos trabalhos, como modalidades de trabalho humano. Não o sabem, mas o *fazem*" (*C.*, I, p. 39). A igualação social do trabalho não

(1) F. Engels, *Anti-Dühring*, Ed. Grijalbo, México, p. 307. (Edição em português: Dinalivro, Lisboa, 1976.)

(2) Aqui temos em mente o primeiro período da economia socialista, quando a sociedade ainda regulará a distribuição dos produtos entre seus membros individuais.

existe de maneira independente; ela só se realiza através da igualação das coisas. Isto significa que a igualação social do trabalho só se realiza através das coisas. "A troca de produtos como mercadorias é um determinado método de troca de trabalho, um método de dependência do trabalho de um com relação ao de outro" (*Theorien über den Mehrwert*, Vol. III, p. 153). "A igualdade de todo tipo de trabalho humano expressa-se objetivamente em que seus produtos são todos, igualmente, valores" (*Kapital*, I, p. 39; *C.*, I, p. 38).[3] "O cérebro dos produtores privados limita-se a refletir este duplo caráter social de seus trabalhos privados nas formas reveladas na prática de mercado: o caráter socialmente útil de seus trabalhos privados, sob a forma de que o produto do trabalho há de ser útil, e útil para todos; o caráter social de igualdade entre os distintos trabalhos, sob a forma do caráter de valor, comum a todos esses objetos materialmente diferentes que são os produtos do trabalho" (*C.*, I, p. 39).

Não há nada mais errado que interpretar essas palavras como significando que a igualdade das coisas enquanto valores nada mais representa que uma expressão da igualdade fisiológica das várias formas de trabalho humano (ver, adiante, o capítulo sobre o "Trabalho Abstrato"). Esta concepção mecânico-materialista é estranha a Marx. Ele fala do caráter social da igualdade dos vários tipos de trabalho, do processo social de igualação do trabalho, indispensável para toda economia baseada numa divisão extensiva de trabalho. Na economia mercantil, este processo só se realiza através da igualação dos produtos do trabalho enquanto valores. Esta "materialização" do processo social de igualação sob a forma de uma igualação de coisas não significa a objetivação material do trabalho enquanto um elemento da produção, isto é, sua acumulação material nas coisas (produtos do trabalho).

"O trabalho de qualquer indivíduo, enquanto se apresente em valores de troca, possui este caráter social de igualdade e só se apresenta no valor de troca enquanto se relacione como igual com o trabalho de todos os outros indivíduos" (*Crítica*, pp. 138-139). Nessas palavras, Marx expressou claramente a inter-relação e o condicionamento mútuo do processo de igualação do trabalho e igualação das mercadorias enquanto valores na economia mercantil. Isto explica o

(3) Na edição original alemã, Marx não fala de "substância do valor" (ou seja, trabalho), mas de "objetivação do trabalho" (*Wertgegenständlichkeit*), ou, de maneira mais simples, de valor (esta é a maneira pela qual este termo é traduzido na edição francesa de *O Capital*, aos cuidados de Marx). Na tradução russa, este termo freqüentemente foi traduzido de maneira errônea como "substância do valor" (isto é, trabalho).

papel específico desempenhado pelo processo de troca no mecanismo da economia mercantil, como igualador dos produtos do trabalho enquanto valores. O processo de igualação e distribuição do trabalho está intimamente relacionado à igualação de valores. Modificações na magnitude de valor das mercadorias dependem do trabalho socialmente necessário dispendido nessas mercadorias, não porque a igualação de coisas não seja possível sem a igualação do trabalho nelas dispendido (segundo Böhm-Bawerk, é assim que Marx dá fundamento à sua teoria), mas porque a *igualação* social *do trabalho* só é levada a cabo, numa economia mercantil, sob a forma de uma *igualação de mercadorias*. A chave para a teoria do valor não pode ser encontrada no ato de troca enquanto tal, na igualação material das *mercadorias* como valores, mas na maneira pela qual o *trabalho* é igualado e distribuído na economia mercantil. Chegamos novamente à conclusão de que Marx descobriu as propriedades do "valor" analisando o "trabalho" numa economia mercantil.

Isto torna óbvio que Marx analisa o ato de troca na medida que este desempenha um papel específico no processo de reprodução e está intimamente relacionado com esse processo. Marx analisa o "valor" das mercadorias no vínculo destas com o "trabalho", com a igualação e distribuição do trabalho na produção. A teoria de Marx sobre o valor não analisa toda troca de coisas, mas apenas aquela que se verifica: 1) numa *sociedade mercantil*; 2) entre *produtores mercantis* autônomos; 3) quando está vinculada ao *processo de reprodução* de uma determinada maneira, representando assim uma das fases necessárias do processo de reprodução. A inter-relação do processo de troca e distribuição do trabalho na produção leva-nos (para o propósito de análise teórica) a nos concentrarmos no valor dos *produtos do trabalho* (em contraste com os bens naturais, que podem ter um preço; ver Capítulo 5) e, assim, somente nos produtos que podem ser *reproduzidos*. Se a troca de bens naturais (terra, por exemplo) é um fenômeno normal da economia mercantil, relacionado ao processo de produção, devemos incluí-la dentro do escopo da Economia Política. Mas deve ser analisada separadamente dos fenômenos relacionados ao valor dos produtos do trabalho. Não importa quanto o preço da terra influencia o processo de produção, o nexo entre eles será diferente do nexo funcional entre o valor dos produtos do trabalho e o processo de distribuição do trabalho na produção social. O preço da terra e, em geral, o preço dos bens que não podem ser multiplicados, não constitui uma exceção à teoria do valor-trabalho, mas encontra-se nas margens dessa teoria, em seus limites — limites que a própria teoria traça, enquanto uma

teoria sociológica que analisa as leis determinantes das modificações do valor e o papel do valor no processo de produção da sociedade mercantil.

Portanto, Marx não analisa toda troca de coisas, mas apenas a igualação de mercadorias através da qual a igualação social do trabalho é levada a cabo numa economia mercantil. Analisamos o valor das mercadorias enquanto manifestação da "igualdade social do trabalho". Devemos relacionar o conceito de "igualdade social do trabalho" ao conceito de *equilíbrio entre formas individuais de trabalho*. A "igualdade do trabalho" corresponde a um determinado estado da distribuição do trabalho na produção, a saber, a um estado de equilíbrio concebido teoricamente, no qual cessa a transferência de trabalho de um ramo de produção a outro. É óbvio que transferências de trabalho sempre ocorrerão, e são indispensáveis, na medida que existe uma constante distorção da proporcionalidade na distribuição do trabalho, devido à espontaneidade da economia. Mas essas transferências de trabalho servem precisamente para eliminar as distorções, os desvios em torno da média do equilíbrio teoricamente concebido entre os ramos individuais de produção. O estado de equilíbrio ocorre (teoricamente) quando os motivos que estimulam os produtores mercantis a se transferirem de um ramo para outro desaparecem, quando vantagens iguais de produção são criadas em ramos diferentes. A troca de produtos do trabalho entre diferentes ramos, de acordo com seus valores, a igualdade social dos diversos tipos de trabalho, corresponde ao estado de equilíbrio social da produção.

As leis deste equilíbrio, examinadas a partir de seu aspecto qualitativo, são diferentes para a economia mercantil simples e a economia capitalista. Esta diferença pode ser explicada pelo fato de que o equilíbrio objetivo na distribuição do trabalho social é criado através da concorrência, através da transferência de trabalho de um ramo a outro, transferência que está relacionada aos motivos subjetivos dos produtores mercantis.[4] Os diferentes papéis dos produtores mercantis no processo social de produção criam assim diferentes leis de equilíbrio na distribuição do trabalho. Numa economia mercantil simples, a igual vantagem de produção para os produtores mercantis empregados em diferentes ramos realiza-se através da troca de mercadorias segundo a quantidade de trabalho necessário à produção dessas mercadorias. S. Frank desconfia dessa proposição. Segundo Frank, "A propensão a igual rendimento nos diferentes ramos da economia pressupõe que o preço do produto seja proporcional aos dispêndios do produtor, de tal maneira que um certo montante de rendimento provirá de uma certa soma de despesas de produção. Esta proporcionalidade, entretanto, não pressupõe a igualdade entre o trabalho social dispendido pelo produtor e as quantidades de trabalho que ele obtém em troca de sua produção".[5]

S. Frank não se pergunta, porém, qual é o conteúdo da despesa de produção para o produtor mercantil simples, se não é o trabalho gasto na produção. Para o produtor mercantil simples, a diferença nas condições de produção em dois ramos diferentes aparece como diferentes condições para o emprego de trabalho nesses ramos. Numa economia mercantil simples, a troca de 10 horas de trabalho de um ramo de produção (por exemplo, da fabricação de calçados) pelo produto de 8 horas de trabalho de outro ramo (por exemplo, fabricação de tecidos), leva necessariamente (se o produtor de calçados e o de tecidos têm igual qualificação) a diferentes vantagens de produção nos dois ramos, e à transferência de trabalho da produção de calçados para a de tecidos. Assumindo a completa mobilidade do trabalho na economia mercantil, toda diferença mais ou menos significativa nas vantagens de produção gera uma tendência à transferência de trabalho do ramo de produção menos vantajoso para o mais vantajoso. Esta tendência permanece até que o ramo menos vantajoso enfrente a ameaça direta de

(4) A respeito, veja-se o seguinte comentário de Bortkiewicz: "A lei do valor é deixada suspensa no ar se não se admitir que os produtores que produzem para o mercado tentam obter a maior vantagem possível dispendendo o mínimo esforço, e que tem também condição de mudar de emprego" (Bortkiewicz, "Wertrechnung und Preisrechnung in Marxschen System", *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 1906, XXIII, nº 1, p. 39). Mas Bortkiewicz considera erroneamente esta proposição como uma contradição básica da interpretação de Hilferding sobre a teoria de Marx. Hilferding não ignora a concorrência, nem a inter-relação entre oferta e demanda, mas esta inter-relação "é regulada pelo preço de produção" (Hilferding, *Böhm-Bawerk's Criticism of Marx*, Nova York, Augustus Kelley, 1949, p. 193). Hilferding entende que as ações econômicas são levadas a cabo através das motivações dos agentes econômicos, mas observa: "Nada, exceto a tendência ao estabelecimento da igualdade de relações econômicas pode ser derivado das motivações dos agentes econômicos, motivações que são por sua vez determinadas pela natureza das relações econômicas" (*Finanzkapital*, ed. russa, p. 264). Esta tendência é a premissa para explicação dos fenômenos da economia mercantil-capitalista, mas não a única explicação. "A motivação dos agentes da produção capitalista deve ser derivada da função social das ações econômicas num dado modo de produção" (*Ibid.*, p. 241).

(5) S. Frank, *Teoriya Tsennosti Marksa i yeyo znachenie* (A Teoria de Marx Sobre o Valor e Seu Significado), 1900, pp. 137-138.

colapso econômico e ache impossível continuar a produção, devido às condições desfavoráveis para a venda de seus produtos no mercado.

Partindo dessas considerações, não podemos concordar com a interpretação da teoria do valor dada por A. Bogdanov: "Numa sociedade homogênea com divisão de trabalho, toda unidade econômica deve receber, em troca de seus produtos, uma quantidade de produtos (para seu próprio consumo) de valor igual ao de seus próprios produtos, para que a vida econômica seja mantida no mesmo nível do período anterior". "Se as unidades econômicas individuais receberem menos que isso, elas começam a enfraquecer e entrar em colapso, e deixam de ser capazes de desempenhar seu papel social anterior."[6] A troca de produtos não-proporcional ao trabalho gasto na fabricação desses produtos significa que as unidades econômicas individuais recebem da sociedade menos energia de trabalho do que dão. Isto significa que o curso normal da produção só é possível quando a troca de produtos é proporcional aos dispêndios de trabalho.[7]

Por mais original e sedutora que possa ser esta interpretação da teoria do valor-trabalho, baseada na "energia", não é satisfatória pelas seguintes razões: 1) pressupõe uma total ausência de produto excedente, e esta pressuposição é supérflua para a análise da economia mercantil e não corresponde à realidade; 2) se tal premissa for aceita, a lei de troca de produtos proporcionalmente a seus custos em trabalho deve ser vista como efetiva em todos os casos de interação entre unidades econômicas diferentes, mesmo se não existirem os fundamentos da economia mercantil. O que se obtém é uma fórmula aplicável a todos os períodos históricos e abstraída das propriedades da economia mercantil; 3) o argumento de A. Bogdanov pressupõe que essa dada economia deva receber (como resultado da troca) uma determinada quantidade de produtos do tipo que é necessário para a continuidade da produção, isto é, ele tem em mente a quantidade de produtos em termos físicos e não a soma de valores. A. Bogdanov descreve o *limite*

(6) *Kratkii kurs ekonomicheskoi nauki* (Curso Breve de Ciência Econômica), 1920, p. 63. O mesmo raciocínio pode ser encontrado em seu *Kurs politicheskoi ekonomii* (Curso de Economia Política), Vol. II, Parte IV, pp. 22-24.

(7) Tais argumentos também podem ser encontrados sob forma rudimentar na obra de N. Ziber: "A troca não-baseada em iguais quantidades de trabalho levaria à destruição de umas forças econômicas pelas outras. Isto não poderia, em caso algum durar por um período extenso. Apesar disso, somente um período longo é adequado para a análise científica" (N. Ziber, *Teoriya tsennosti i kapitala Rikardo* (A Teoria de Ricardo Sobre o Valor e o Capital), 1871, p. 88).

absoluto além do qual a troca de coisas entre uma dada unidade econômica e outras unidades econômicas torna-se destrutiva para a primeira e a priva de sua capacidade de continuar a produção. Entretanto, analisando a economia mercantil, o papel decisivo é desempenhado pela vantagem *relativa* de produção, para os produtores mercantis em ramos diferentes, e a transferência de trabalho dos ramos menos vantajosos para os mais vantajosos. Nas condições de produção mercantil simples, igual vantagem de produção em ramos diferentes pressupõe uma troca de mercadorias que é proporcional às *quantidades de trabalho* gastas em sua produção.

Na sociedade capitalista, onde o produtor mercantil não gasta seu trabalho e sim seu capital, o mesmo princípio de igual vantagem expressa-se numa fórmula diferente: para *capital igual*, lucro igual. A taxa de lucro regula a distribuição de capital entre os diferentes ramos de produção, e esta distribuição do capital dirige por sua vez a distribuição do trabalho entre esses ramos. O movimento dos preços no mercado está relacionado à distribuição do trabalho através da distribuição do capital. O movimento dos preços é determinado pelo valor-trabalho, através dos preços de produção. Muitos críticos do marxismo dispuseram-se a ver nisto a falência da teoria de Marx sobre o valor.[8] Eles negligenciaram o fato de que a teoria analisava não só o aspecto

(8) Assim, por exemplo, Hainisch diz: "O que é o valor-trabalho depois dessas explicações (de *O Capital*, Livro III, I.R.)? É um conceito arbitrariamente construído, e não o valor de troca da realidade econômica. Não é o fato real, que era ponto de partida de nossa análise, e que queríamos explicar" (Hainisch, *Die Marxsche Mehrwerttheorie* (A Teoria de Marx Sobre a Mais-Valia), 1915, p. 22). As palavras de Hainisch são típicas de toda uma corrente de críticas ao marxismo causadas pela publicação do Livro III de *O Capital*. Os críticos mais argutos não atribuem qualquer significação à ostensiva "contradição" entre os Livros I e III de *O Capital*, ou pelo menos não a consideram essencial. (Ver J. Schumpeter, "Epochen der Dogmen und Methodengeschichte", *Grundriss der Sozialoekonomik*, I, 1914, p. 82, e F. Oppenheimer, *Wert und Kapitalprofit*, Jena, G. Fischer, 1916, pp. 172-173.) Eles dirigem críticas agudas às premissas básicas da teoria de Marx sobre o valor. Por outro lado, os críticos que insistem nas contradições entre a teoria de Marx sobre o valor e sua teoria do preço de produção, reconhecem que a lógica da teoria do valor não pode ser desafiada. "De fato, é possível aduzir objeções formais às deduções aplicadas na teoria de Marx sobre o valor, e na realidade elas têm sido aduzidas. Mas, indubitavelmente, essas objeções não atingiram seu objetivo" (Heimann, "Methodologisches zu den Problemen des Wertes", *Archiv fur Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 1913, XXXVII, nº 3, p. 755). A impossibilidade de "refutar Marx partindo da teoria do valor" foi reconhecida mesmo por Dietzel. Ele aponta o calcanhar de Aquiles do sistema de Marx na teoria das crises. (Dietzel, *Vom Lehrwert der Wertlehre*, Leipzig, A. Deichert, 1921, p. 31).

quantitativo, mas acima de tudo o aspecto qualitativo (social) dos fenômenos relacionados com o valor. "*Reificação*" ou "*fetichização*" das relações de trabalho, *relações de produção* expressas no *valor* dos produtos; igualdade entre *produtores mercantis* enquanto agentes econômicos; o papel do valor na *distribuição do trabalho* entre os diferentes ramos de produção — toda esta cadeia de fenômenos, que não foi examinada de maneira adequada pelos críticos de Marx, e foi esclarecida pela teoria de Marx sobre o valor, refere-se em igual medida à economia mercantil simples e à economia capitalista. Mas o aspecto quantitativo do valor também interessava a Marx, desde que estivesse relacionado à função do valor como regulador da distribuição do trabalho. As proporções quantitativas em que as coisas são trocadas são expressões da lei de distribuição proporcional do trabalho social. Valor-trabalho e preço de produção são diferentes manifestações da mesma lei de distribuição do trabalho, em condições de produção mercantil simples e na sociedade capitalista.[9] O equilíbrio e a alocação de trabalho são as bases do valor e de suas variações, tanto na produção mercantil simples quanto na economia capitalista. Este é o significado da teoria do valor-"trabalho" de Marx.

Nos três capítulos anteriores tratamos do mecanismo que relaciona o trabalho e o valor. No Capítulo 9, o valor foi antes de mais nada tratado como o regulador da distribuição do trabalho social; no Capítulo 10, como expressão das relações sociais de produção entre as pessoas; no Capítulo 11, como a expressão do trabalho abstrato. Podemos voltar agora a uma análise mais detalhada do conceito de valor.

(9) Ver adiante, Capítulo 18, "Valor e Preço de Produção".

Capítulo 12

Conteúdo e Forma de Valor

Para entender o que significa na obra de Marx o conceito de "valor" de um produto, em contraste com a concepção de Marx do valor de troca, devemos antes de mais nada examinar como Marx chegou ao conceito de "valor". Como é sabido, o valor de um produto, por exemplo, 1 *quarter* de trigo, só pode expressar-se no mercado sob a forma de um produto concreto determinado, que é adquirido em troca do primeiro produto, por exemplo, sob a forma de 20 libras-peso de graxa para sapatos, 2 *arshins* de seda, 1/2 onça de ouro, etc. Assim, o "valor" do produto só pode aparecer em seu "valor de troca", ou, mais exatamente, em seus diferentes valores de troca. Por que, no entanto, Marx não limitou sua análise ao valor de troca do produto e, particularmente, às proporções quantitativas de troca de um produto por outro? Por que achou necessário construir o conceito de valor paralelo ao conceito de valor de troca e diferente deste?

Em [*Contribuição*] *Para a Crítica da Economia Política*, Marx ainda não distinguia nitidamente entre valor de troca e valor. Na *Crítica*, Marx iniciou sua análise pelo valor de uso, indo a seguir para o valor de troca, e daí passou diretamente para o valor (que ele ainda chamava *tauschwert*). Esta transição é suave e imperceptível, na obra de Marx, como se fosse algo óbvio.

Mas essa transição é feita por Marx de maneira bastante diferente em *O Capital*, e é muito interessante comparar as duas primeiras páginas de *Crítica* e de *O Capital*.

As duas primeiras páginas de ambas as obras concordam perfeitamente uma com a outra. Em ambas, a exposição se inicia pelo valor de uso passando então para o valor de troca. A afirmação de que o

valor de troca é uma forma de inter-relação ou proporção quantitativa em que se trocam os produtos por outro, é encontrada nas duas obras. Mas, depois disso, os dois textos divergem. Se, na *Crítica*, Marx passou imperceptivelmente do valor de troca para o valor, em *O Capital*, ao contrário, ele parece permanecer num determinado ponto, como se previsse as objeções de seus opositores. Após a afirmação comum a ambos os livros, Marx assinala: "Parece, pois, como se o valor de troca fosse algo puramente casual e relativo, como se, portanto, fosse uma *contradictio in adjecto* a existência de um valor de troca interno, imanente à mercadoria (*valeur intrinseque*). Mas examinemos a coisa mais perto" (*C.*, I, p. 4).

Pode-se perceber aqui que Marx tinha em mente um opositor que desejava mostrar não existir nada além de valores de troca relativos, que o conceito de valor era inteiramente supérfluo na Economia Política. Quem era o opositor aludido por Marx?

Este opositor era [Samuel] Bailey, que sustentava que o conceito de valor é totalmente desnecessário na Economia Política, que é mister restringir-se à observação e análise das proporções individuais em que são trocados os diversos bens. Bailey, que teve mais sucesso em sua superficialidade do que na sua engenhosa crítica a Ricardo, tentou minar as fundações da teoria do valor-trabalho. Ele sustentava que é errado falar do valor de uma mesa. Podemos apenas falar que a mesa é trocada ora por três cadeiras, ora por duas libras de café, etc.; a magnitude do valor é algo inteiramente relativo e varia em ocasiões diferentes. A partir disso, Bailey extraiu conclusões que o levaram à negação do conceito de valor como conceito que difere do valor relativo de um determinado produto num determinado ato de troca. Imaginemos o seguinte caso: o valor de uma mesa é igual a três cadeiras. Um ano mais tarde, a mesa é trocada por seis cadeiras. Achamos que temos razão se dissermos que muito embora o valor de troca da mesa tenha se modificado, seu valor permaneceu inalterado. Só o valor da cadeira baixou, à metade de seu valor anterior. Bailey achava esta afirmação sem sentido. Na medida que a relação de troca entre a mesa e as cadeiras se alterou, a relação entre as cadeiras e a mesa também se alterou, e o valor da mesa consiste apenas nisto.

Para refutar a teoria de Bailey, Marx achou necessário desenvolver (em *O Capital*) a concepção de que o valor de troca não pode ser compreendido se não for reduzido a algum elemento comum, a saber, o valor. A primeira parte do Capítulo I de *O Capital* é dedicada a fundamentar esta idéia de transição do valor de troca para o valor e do valor para a base comum subjacente a ambos, ou seja, o trabalho. A segunda parte é um complemento da primeira, na medida que nesta o conceito de trabalho é analisado com maior detalhe. Podemos dizer que Marx passou das diferenças que se manifestam na esfera do valor de troca para o fator comum que está na base de todos os valores de troca, ou seja, o valor (e em última análise o trabalho). Marx mostra aqui a inexatidão da concepção de Bailey quanto à possibilidade de restringir a análise à esfera do valor de troca. Na terceira parte, Marx percorre o caminho inverso, e explica a maneira pela qual o valor de um determinado produto expressa-se em seus vários valores de troca. Antes, Marx fora levado pela análise ao fator comum, e agora ele dirige-se do fator comum para as diferenças. Antes, ele refutara a concepção de Bailey, e agora ele complementa a teoria de Ricardo, que não explicou a transição do valor para o valor de troca. Para refutar a teoria de Bailey, Marx teve de desenvolver posteriormente a teoria de Ricardo.

Na realidade, a tentativa de Bailey, de mostrar que não existe outro valor a não ser o valor de troca, foi significativamente facilitada pela unilateralidade de Ricardo. Ricardo não conseguira mostrar como o valor se expressa numa forma determinada de valor. Marx tinha, assim, duas tarefas: 1) tinha de mostrar que o valor deve ser revelado por trás do valor de troca; 2) tinha de provar que a análise do valor leva necessariamente às diferentes formas de sua manifestação, ao valor de troca.

Como Marx efetuou essa transição do valor de troca ao valor?

Os críticos e os comentadores de Marx sustentam usualmente que seu argumento central consiste na famosa comparação entre trigo e ferro, na página 3 do Livro I da edição alemã de *O Capital*. Se o trigo e o ferro são igualados um ao outro, raciocinou Marx, deve então existir algo comum a ambos e em igual magnitude. Eles devem ser iguais a uma terceira coisa, e esta é precisamente seu valor. Afirma-se costumeiramente que é este o principal argumento de Marx. Quase todos os críticos da teoria de Marx voltam-se contra este argumento. Desafortunadamente, toda obra dirigida contra Marx sustenta que este tentou provar a necessidade do conceito de valor através do raciocínio puramente abstrato.

Mas o que tem sido inteiramente negligenciado é a seguinte circunstância: o parágrafo em que Marx trata da igualdade entre o trigo e o ferro é simplesmente uma dedução do parágrafo anterior, que diz: "Uma determinada mercadoria, um *quarter* de trigo, por exemplo, troca-se nas mais diversas proporções por outras mercadorias, por exemplo: por x graxa, por y seda, por z ouro, etc. Mas como x graxa, y

seda, *z* ouro, etc. representam o valor de troca de um *quarter* de trigo, *x* graxa, *y* seda, *z* ouro, etc. têm necessariamente que ser valores de troca permutáveis entre si ou iguais. Segue-se daí: primeiro, que os diversos valores de troca da mesma mercadoria expressam todos eles algo igual; segundo, que o valor de troca não é e não pode ser senão a expressão de um conteúdo dele diferenciável, sua 'forma de manifestar-se' " (*C.*, I, p. 4).

Como se pode ver nessa passagem, Marx não examina o caso individual de igualação de uma mercadoria a outra. O ponto de partida do argumento é a afirmação de um fato bem conhecido sobre a economia mercantil, o fato de que todas as mercadorias podem ser igualadas umas às outras, e o fato de que uma determinada mercadoria pode ser igualada a uma infinidade de outras mercadorias. Em outras palavras, o ponto de partida de todo o raciocínio de Marx é a estrutura concreta da economia mercantil, e não o método puramente lógico de comparação de duas mercadorias entre si.

Portanto, Marx parte do fato da múltipla igualação de todas as mercadorias entre si, ou do fato de que toda mercadoria pode ser igualada a inúmeras outras mercadorias. Esta premissa, entretanto, não é em si mesma suficiente para todas as conclusões a que Marx chegou. Na base dessas conclusões a que Marx chegou. Na base dessas conclusões há ainda um suposto tácito que Marx formula em vários outros lugares.

Outra premissa consiste no seguinte: assumimos que a troca de um *quarter* de trigo por qualquer outra mercadoria está sujeita a alguma regularidade. A regularidade desses atos de troca deve-se à sua dependência do processo de produção. Rejeitamos a premissa de que um *quarter* de trigo possa ser trocado por qualquer quantidade arbitrária de ferro, café, etc. Não podemos concordar com a premissa de que as proporções de troca sejam estabelecidas a cada vez, no próprio ato de troca, e que tenham, portanto, um caráter puramente acidental. Pelo contrário, afirmamos que as possibilidades de troca de uma mercadoria determinada por qualquer outra mercadoria estão submetidas a certas regularidades baseadas no processo de produção. Em tal caso, o argumento completo de Marx toma a forma seguinte.

Diz Marx: tomemos, não a troca casual de duas mercadorias, trigo e ferro, mas a troca sob a forma que ela realmente assume numa economia mercantil. Veremos então que cada objeto pode ser igualado a todos os demais objetos. Em outras palavras, vemos uma infinidade de proporções de troca desse determinado produto com todos os outros. Mas essas proporções de troca não são acidentais; são regulares, e sua regularidade é determinada por causas que residem no processo de produção. Chegamos assim à conclusão de que o valor de um *quarter* de trigo se expressa ora em duas libras de café, ora em três cadeiras, e assim por diante, independentemente do fato de que o valor do *quarter* de trigo tenha permanecido o mesmo em todos esses casos. Se supusermos que em cada uma das infinitas proporções de troca o *quarter* de trigo tem um valor diferente (e é a isso que pode ser reduzida a afirmação de Bailey), então estaríamos admitindo o completo caos no fenômeno da formação do preço, no grandioso fenômeno da troca de produtos através da qual a inter-relação compreensiva de todas as formas de trabalho se realiza.

O raciocínio acima fez Marx chegar à conclusão de que muito embora o valor do produto se manifeste necessariamente no valor de troca, ele teria de submeter a análise do valor à do valor de troca e independentemente deste. "No curso de nossa investigação, voltaremos novamente ao valor de troca, como expressão necessária ou forma obrigatória de manifestação do valor, que estudaremos por ora independentemente desta forma" (*C.*, I, p. 6). Coerentemente com isto, na primeira e segunda partes do Capítulo I de *O Capital*, Marx analisou o conceito de valor para passar ao valor de troca. Esta distinção entre valor e valor de troca leva-nos a perguntar: o que é o *valor*, em contraste com o valor de troca?

Se tomarmos o enfoque mais popular e mais amplamente defendido, então, infelizmente, podemos dizer que o valor é usualmente considerado como sendo o trabalho necessário à produção de determinadas mercadorias. Entretanto, o valor de troca de determinadas mercadorias é visto como um outro produto pelo qual a primeira mercadoria é trocada. Se uma determinada mesa é produzida em três horas de trabalho e é trocada por três cadeiras, dir-se-ia usualmente que o valor da mesa, igual a três horas de trabalho, estava expresso em outro produto diferente da própria mesa, a saber, em três cadeiras. As três cadeiras constituem o valor de troca da mesa.

Esta definição popular usualmente deixa obscuro se o valor é *determinado* pelo trabalho, ou se o valor *é* em si mesmo trabalho. Obviamente, do ponto de vista da teoria de Marx, é exato dizer que o valor de troca é determinado pelo trabalho, mas devemos perguntar então o que é o valor determinado pelo trabalho, e para esta questão normalmente não encontramos resposta adequada nas explicações populares.

É por isso que o leitor, freqüentemente, tem idéia de que o valor do produto nada mais é do que o trabalho necessário para sua pro-

dução. Tem-se uma falsa impressão da completa identidade entre trabalho e valor.

(20) Essa concepção é amplamente difundida na literatura antimarxista. Poder-se-ia dizer que grande parte dos mal-entendidos e más interpretações que podem ser encontradas na literatura antimarxista estão baseadas na falsa impressão de que, segundo Marx, trabalho é valor.

(21) Esta falsa impressão decorre, freqüentemente, da incapacidade de compreender a terminologia e significado da obra de Marx. Por exemplo, a afirmação de Marx, bastante conhecida, de que o valor é trabalho "coagulado" ou "cristalizado", é normalmente interpretada como significando que trabalho é valor. Esta impressão errônea é criada também pelo duplo significado do verbo russo "representar" (*predstavlyat'*). Valor "representa" trabalho — é assim que nós traduzimos o verbo alemão "*darstellen*". Mas esta frase russa pode ser entendida não somente no sentido de que o valor é uma representação, ou expressão, do trabalho, o único sentido coerente com a teoria de Marx — mas também no sentido de que valor é trabalho. Essa impressão, a mais difundida na literatura crítica dirigida contra Marx, é obviamente inteiramente falsa. O trabalho não pode ser identificado com valor. O trabalho é apenas a substância do valor e, para chegar ao valor no sentido pleno da palavra, o trabalho como substância do valor deve ser tratado em seu vínculo inseparável com a "forma de valor" (*Wertform*) social.

(22) Marx analisa o valor em termos de sua *forma*, *substância*, e *magnitude* (*Wertform*, *Wertsubstanz*, *Wertgrösse*). "O ponto crucial, decisivo, consiste em revelar a necessária conexão interna entre forma, substância e magnitude do valor" (*Kapital*, I, 1867, p. 34). A vinculação entre esses três aspectos estava oculta dos olhos do analista porque Marx as estudou separadamente uma da outra. Na primeira edição alemã de *O Capital*, Marx destacou várias vezes que o tema era a análise dos vários aspectos de um mesmo objeto: o valor. "Conhecemos agora a *substância* do valor. É o *trabalho*. Conhecemos a *medida* de *sua magnitude*. É o *tempo de trabalho*. O que resta é sua *forma*, que transforma o *valor* em *valor de troca* (*Ibid.*, p. 6; grifos de Marx). "Até agora definimos apenas a substância e a magnitude do valor. Voltaremos agora à análise da *forma* de *valor*" (*Ibid.*, p. 13). Na segunda edição do Livro I de *O Capital*, essas frases foram excluídas, mas o primeiro capítulo é dividido em partes com títulos separados: o título da primeira parte é "Substância e Magnitude do Valor"; a terceira parte é intitulada "Forma do Valor ou Valor de Troca".

Quanto à segunda parte, dedicada ao duplo caráter do trabalho, é apenas um complemento da primeira parte, isto é, da teoria da substância do valor.

(23) Se deixarmos agora de lado o aspecto quantitativo, ou a magnitude do valor, e nos limitarmos ao aspecto qualitativo, podemos dizer que o valor tem de ser considerado em termos de "substância" (conteúdo) e "forma de valor".[1] A obrigatoriedade de analisar o valor em termos desses dois fatores nele compreendidos significa a obrigatoriedade de manter um método genético (dialético) na análise. Este método contém tanto a análise como a síntese.[2] Por um lado, Marx toma como ponto de partida a análise do valor como forma acabada do produto do trabalho e, através da análise, ele revela o conteúdo (substância) que está compreendido nessa forma, isto é, o trabalho. Marx segue aqui o caminho aberto pelos economistas clássicos, particularmente Ricardo, e que Bailey se recusou a seguir. Mas, por outro lado, como Ricardo em sua análise havia se limitado à redução de forma (valor) a conteúdo (trabalho), Marx queria mostrar por que este conteúdo adquire uma determinada forma social. Marx não se move apenas de forma a conteúdo, mas também de conteúdo a forma. Ele faz da "forma de valor" o objeto de sua investigação, a saber, o valor enquanto forma social do produto do trabalho — a forma que os economistas clássicos tomaram como dada e, assim, não tiveram que explicar.

(24) Reprovando Bailey por limitar sua análise ao aspecto quantitativo do valor de troca e ignorar o valor, Marx observa que a escola clássica, por outro lado, ignorara a "forma de valor", muito embora submetesse o próprio valor (isto é, o conteúdo do valor, sua dependência do trabalho) à análise. "A Economia Política sem dúvida analisou, embora de modo imperfeito, o conceito de valor e sua magnitude, descobrindo o conteúdo que se ocultava sob essas formas. Mas não lhe ocorreu perguntar-se sequer por que este conteúdo reveste aquela forma, isto é, por que o trabalho toma corpo no valor, e por que a medida do trabalho segundo o tempo de sua duração se traduz na magnitude de valor do produto do trabalho" (*C.*, I, pp. 44-45). Os

(1) Aqui e adiante, "forma de valor" (*Wertform*) não significa as várias formas adquiridas pelo valor em seu desenvolvimento (por exemplo, as formas acidental, desenvolvida e geral do valor), mas a própria forma de valor, que é considerado enquanto forma social do produto do trabalho. Em outras palavras, não temos em mente as diversas "formas de valor", mas o "valor como forma".

(2) Quanto a esses métodos, ver acima, o final do Capítulo 4.

economistas clássicos descobriram o trabalho por trás do valor; Marx mostrou que as relações de trabalho entre as pessoas e o trabalho socialmente necessário adquirem a forma material de valor dos produtos do trabalho, numa economia mercantil. Os clássicos mostraram o conteúdo do valor, o trabalho dispendido na fabricação do produto. Marx estudou acima de tudo a "forma de valor", isto é, o valor enquanto expressão material das relações de trabalho entre as pessoas e do trabalho social (abstrato).[3]

A "forma do valor" joga um papel importante na teoria de Marx sobre o valor. Entretanto, ela não atraiu a atenção dos críticos (exceto Hilferding).[4] O próprio Marx menciona "a forma do valor" em várias passagens, incidentalmente. A terceira parte do Capítulo I de *O Capital* tem o título "Forma do Valor ou Valor de Troca". Mas Marx não se detém na explicação da forma de valor, e passa rapidamente para suas várias modificações, para as particulares "formas de valor": acidental, expandida, geral e monetária. Essas diferentes "formas de valor", que estão presentes em toda apresentação popular da teoria de Marx, obscurecem a "forma de valor" enquanto tal. Marx elaborou a "forma de valor" em maior detalhe na passagem anteriormente mencionada: "Um dos principais defeitos da Economia Política clássica é o de não ter conseguido extrair jamais, da análise da mercadoria, e mais especialmente do valor desta, *a forma de valor que o converte em valor de troca*. Precisamente na pessoa de seus melhores representantes, como Adam Smith e Ricardo, estuda a forma de valor como algo perfeitamente indiferente ou exterior à própria natureza da mercadoria. A razão disso não está apenas em que a análise da magnitude do valor

(3) Deixamos de lado a polêmica questão sobre se Marx interpretou ou não corretamente os clássicos. Admitimos que, em relação a Ricardo, Marx estava correto quando dizia que Ricardo examinara a quantidade do valor e, parcialmente, o conteúdo, ignorando a forma de valor. (Ver *Theorien über den Mehrwert*, Vol. II, t. I, p. 12 e Vol. III, pp. 163-164.) Para uma análise mais detalhada, ver nosso artigo "As Características Básicas da Teoria de Marx Sobre o Valor e Suas Diferenças da Teoria de Ricardo", incluído em Rosemberg, *Teoriya stoimosti u Rikardo i Marksa* (Teoria do Valor em Ricardo e Marx), Moscou, Moskovskii Rabochii, 1924.

(4) O significado da forma de valor para a compreensão da teoria de Marx foi notado por S. Bulgakov em seus velhos e interessantes artigos "Chto takoye trudovaya tsennost" (O Que É Valor-Trabalho), nos *Sborniki pravovedeniya i obshchestvennykh znanii* (Ensaios Sobre Jurisprudência e Ciência Social), 1896, V-VI, p. 234, e "O Nekotorykh osnovnykh ponyatiyakh politicheskoi ekonomii" (Sobre Alguns Conceitos Básicos de Economia Política), em *Nauchnom Obozrenii* (Panorama Científico), 1898, n.º 2, p. 337.

absorve completamente sua atenção. A causa é mais profunda. *A forma de valor assumida pelo produto do trabalho é a forma mais abstrata e, ao mesmo tempo, a mais geral, do regime burguês de produção, caracterizado assim como uma modalidade específica de produção social* e, paralelamente, e por isso mesmo, como uma modalidade histórica. Portanto, quem vê nela a forma natural eterna da produção social, deixará necessariamente de ver o que há de específico na forma de valor e, portanto, na forma-mercadoria, que, ao se desenvolver, conduz à forma-dinheiro, à forma-capital, etc." (*C.*, I, p. 45; grifos nossos).

Assim, *a forma-valor é a forma mais geral da economia mercantil*; é característica da forma social adquirida pelo processo de produção a um determinado nível de desenvolvimento histórico. Na medida que a Economia Política analisa uma forma social de produção historicamente transitória, a produção mercantil capitalista, a "forma de valor" é uma das pedras fundamentais da teoria de Marx sobre o valor. Como se pode perceber nas frases citadas acima, a "forma de valor" está intimamente relacionada à "forma-mercadoria", isto é, à característica básica da economia contemporânea, o fato de que os produtos do trabalho são produzidos por produtores autônomos, privados. O vínculo de trabalho entre os produtores só aparece através da troca de mercadorias. Nessa forma "mercantil" de economia, o trabalho social necessário para a produção de um determinado produto não é expresso diretamente em unidades de trabalho, mas indiretamente, na "forma-valor", na forma de outros produtos que são trocados por esse determinado produto. O produto do trabalho transforma-se numa mercadoria; possui valor de uso e a "forma-valor" social. Assim, o trabalho social é "reificado", adquire a "forma-valor", isto é, a forma de uma propriedade aderida às coisas e que parece pertencer às coisas em si. Este trabalho "reificado" (e não o trabalho social como tal) é precisamente o que representa valor. É isto que temos em mente quando dizemos que o valor já compreende, em si, a "forma de valor" social.

O que é, entretanto, essa "forma de valor" que, em contraste com o valor de troca, está compreendida no conceito de valor?

Mencionarei apenas uma das definições mais claras da forma-valor, da primeira edição de *O Capital*: "A *forma social* de mercadorias e a *forma-valor* (*Wertform*), ou *forma de intercambiabilidade* (*form der Austauschbarkeit*), são, assim, uma e a mesma" (*Kapital*, I, 1867, p. 28; os grifos são de Marx). Como podemos ver, a forma-valor é chamada uma forma de intercambiabilidade ou uma forma social do

produto do trabalho, consistente no fato de que ele pode ser trocado por qualquer outra mercadoria se esta intercambiabilidade está determinada pela quantidade de trabalho necessário para a produção dessa determinada mercadoria. Desta maneira, quando passamos do valor de troca ao valor, não abstraímos a forma social do produto do trabalho. Abstraímo-nos apenas do produto concreto em que se expressa o valor da mercadoria, mas ainda temos em mente a forma social do produto do trabalho, sua capacidade de ser trocado em determinada proporção por qualquer outro produto.

Nossa conclusão pode ser formulada da maneira seguinte: Marx analisa a "forma-valor" (*Wertform*) separadamente do valor de troca (*Tauschwert*). Para incluir a forma social do produto do trabalho no conceito de valor, temos de dividir a forma social do produto em duas formas: *Wertform* e *Tauschwert*. Pela primeira, entendemos a forma social do produto que ainda não está concretizada em coisas determinadas, mas representa uma propriedade abstrata das mercadorias. Para incluir no conceito de valor as propriedades da forma social do produto do trabalho, e mostrar assim a inadmissibilidade da identificação do conceito de valor com o conceito de trabalho, identificação freqüentemente abordada pelas apresentações populares de Marx, temos de provar que o valor deve ser examinado não apenas quanto ao aspecto da substância do valor (isto é, trabalho), mas também quanto ao aspecto da "forma-valor". Para incluir a forma-valor no próprio conceito de valor, temos de separá-la do valor de troca, que é tratado separadamente do valor por Marx. Dividimos assim a forma social do produto em duas partes: a forma social, que ainda não adquiriu uma forma concreta (ou seja, "forma-valor"), e a forma que já possui uma forma concreta e independente (ou seja, valor de troca).

Após termos analisado a "forma-valor", devemos passar ao exame do conteúdo ou substância do valor. Todos os marxistas concordam que o conteúdo do valor é o trabalho. Mas o problema é o tipo de trabalho que se está considerando. Sabemos que as formas mais diferentes podem ocultar-se por trás da palavra "trabalho". Que tipo de trabalho, precisamente, constitui o conteúdo do valor?

Após termos estabelecido uma distinção entre trabalho socialmente igualado em geral, que pode existir em diferentes formas de divisão social do trabalho, e trabalho abstrato, que só existe numa economia mercantil, devemos formular a seguinte pergunta: por substância ou conteúdo do valor, Marx entende *trabalho socialmente igualado em geral* (isto é, trabalho social em geral) ou *trabalho abstratamente universal*? Em outras palavras, quando falamos do trabalho como o conteúdo do valor, incluímos no conceito de trabalho todas as características que estavam incluídas no conceito de trabalho abstrato, ou tomamos trabalho no sentido de trabalho socialmente igualado, não incluindo nele as propriedades que caracterizam a organização social do trabalho na economia mercantil? O conceito de trabalho como "conteúdo" do valor coincide com o conceito de trabalho "abstrato" que cria valor? À primeira vista, pode-se encontrar na obra de Marx argumentos em favor de ambos os significados do conteúdo do valor. Podemos encontrar argumentos que parecem sustentar que o trabalho como conteúdo do valor é algo mais pobre do que o trabalho abstrato, ou seja, trabalho sem essas propriedades sociais que lhe pertencem numa economia mercantil.

Que argumentos são encontrados em favor desta solução?

Por conteúdo do valor, Marx refere-se, freqüentemente, a algo que pode adquirir a forma social de valor, mas pode também tomar outra forma social. Por conteúdo compreende-se algo que pode tomar várias formas sociais. O trabalho socialmente igualado possui exatamente essa capacidade, mas não o trabalho abstrato (isto é, o trabalho que já adquiriu uma forma social determinada). O trabalho socialmente igualado pode tomar a forma de trabalho organizado numa economia mercantil e a forma de trabalho organizado, por exemplo, numa economia socialista. Em outras palavras, num determinado caso consideramos a igualação social do trabalho abstratamente, não dando atenção às modificações que são provocadas no conteúdo (isto é, trabalho) por uma ou outra de suas formas.

Pode-se encontrar o conceito de conteúdo de valor neste sentido, na obra de Marx? Podemos responder afirmativamente a esta questão. Lembremo-nos, por exemplo, nas palavras de Marx, que "o valor de troca é apenas uma determinada maneira social de expressar o trabalho dispendido em um objeto" (*C.*, I, p. 46). É óbvio que o trabalho aqui é tratado como o conteúdo abstrato que pode assumir esta ou aquela forma social. Quando Marx, na bastante conhecida carta a Kugelmann de 11 de julho de 1868, diz que a divisão social do trabalho manifesta-se na economia mercantil na forma de valor, está tratando novamente do trabalho socialmente distribuído como conteúdo que pode revestir esta ou aquela forma social. No segundo parágrafo da parte sobre o fetichismo da mercadoria, Marx diz diretamente que "o conteúdo da determinação do valor" pode ser encontrado não apenas na economia mercantil, mas também na família patriarcal ou no domínio feudal. Aqui também, como se pode ver, o trabalho é tratado como o conteúdo que pode adotar várias formas sociais.

(35) Entretanto, pode-se encontrar também, na obra de Marx, argumentos em favor do ponto de vista oposto, segundo o qual devemos considerar o trabalho abstrato como o conteúdo do valor. Em primeiro lugar, encontramos na obra de Marx algumas afirmações que dizem isso diretamente, como, por exemplo, a seguinte: "Elas (as mercadorias) estão relacionadas ao trabalho *abstrato* como a sua *substância* social geral" (*Kapital*, I, 1867, p. 28; grifos nossos). Esta afirmação parece não deixar dúvida quanto ao fato de que o trabalho abstrato é não apenas o único criador de valor, mas também a substância e conteúdo do valor. Chegamos a esta mesma conclusão com base em considerações metodológicas. O trabalho socialmente igualado adquire a forma de trabalho abstrato na economia mercantil, e é somente a partir deste trabalho abstrato que se segue a necessidade do valor como forma social do produto do trabalho. Segue-se daí que o conceito de trabalho abstrato, em nosso esquema, precede diretamente o conceito de valor. Poder-se-ia dizer que este conceito de trabalho abstrato deve ser tomado como base, como conteúdo e substância do valor. Não se pode esquecer que, com respeito à questão da relação entre conteúdo e forma, Marx adotou o ponto de vista de Hegel e não o de Kant. Kant tratava a forma como algo externo ao conteúdo e como algo que adere ao conteúdo desde fora. Do ponto de vista da filosofia de Hegel, o conteúdo não é em si algo a que a forma adere desde o exterior. Ao contrário, através de seu desenvolvimento, o próprio conteúdo dá origem à forma que estava já latente no conteúdo. A forma decorre necessariamente do próprio conteúdo. Esta é uma premissa básica da metodologia de Hegel e de Marx, premissa oposta à metodologia de Kant. A partir desse ponto de vista, a forma de valor surge necessariamente da substância do valor. Assim, devemos tomar o trabalho abstrato, em toda a variedade de suas propriedades sociais características a uma economia mercantil, como a substância do valor. E, finalmente, se tomarmos o trabalho abstrato como conteúdo do valor, conseguimos uma significativa simplificação de todo o esquema de Marx. Neste caso, o trabalho como conteúdo do valor não difere do trabalho que cria valor.

(36) Chegamos à paradoxal posição de que Marx às vezes considera o trabalho social (ou socialmente igualado), e às vezes o trabalho abstrato, como o conteúdo do valor.

(37) Como podemos nos livrar desta contradição? A contradição desaparece se lembrarmos que o método dialético inclui ambos os métodos de análise que tratamos acima, o método de análise de forma para conteúdo e o método de contéudo para forma. Se partirmos do valor

como uma forma social determinada, previamente dada, e se perguntarmos qual é o conteúdo dessa forma, é claro então que esta forma expressa apenas, em geral, o fato de que é dispendido trabalho social. O valor é visto como uma forma que expressa o fato da igualação social do trabalho, fato que ocorre não somente numa economia mercantil, mas pode ocorrer em outras economias. Passando analiticamente de formas acabadas a seu conteúdo, encontramos o trabalho socialmente igualado como conteúdo do valor. Mas chegaremos a outra conclusão, se tomarmos como ponto de partida não a forma acabada, mas o próprio conteúdo (isto é, trabalho) do qual segue-se necessariamente a forma (isto é, valor). Para passar do trabalho, considerado como conteúdo, para o valor como a forma, devemos incluir o conceito de trabalho na forma social que lhe corresponde na economia mercantil, isto é, devemos reconhecer agora o trabalho abstratamente universal como o conteúdo do valor. É possível que a aparente contradição na determinação do conteúdo do valor, que encontramos na obra de Marx, possa ser explicada precisamente em termos da diferença entre os dois métodos.

(38) Na medida que analisamos separadamente a forma e o conteúdo do valor, devemos tratar da relação entre os dois. Que relação existe entre trabalho e valor? A resposta geral a esta questão é: o valor é a forma adequada e exata para expressar o conteúdo do valor (isto é, trabalho). Para deixar clara esta idéia, voltemos ao exemplo anterior: a mesa é trocada por três cadeiras. Dizemos que este processo de troca é determinado por uma certa regularidade e depende do desenvolvimento e modificações na produtividade do trabalho. Mas o valor de troca é a forma social do produto do trabalho que expressa não só as alterações de trabalho, mas também mascara e oculta essas alterações. Oculta-as pela simples razão de que o valor de troca pressupõe uma relação de valor entre duas mercadorias — entre a mesa e as cadeiras. Assim, alterações na proporção de troca entre esses dois objetos não nos dizem se a quantidade de trabalho dispendido na produção da mesa ou a quantidade de trabalho dispendido na produção das cadeiras se modificou. Se a mesa, depois de um certo tempo, for trocada por seis cadeiras, o valor de troca da mesa se modificou. Entretanto, o valor da mesa em si pode não ter absolutamente se modificado. Para analisar, de forma pura, a dependência da modificação da forma social do produto com relação à quantidade de trabalho dispendido em sua produção, Marx teve de dividir esse dado evento em duas partes, parti-lo, e dizer que devemos analisar separadamente as causas que determinam o valor "absoluto" da mesa e as causas que determinam o valor

"absoluto" das cadeiras, e que um mesmo ato de troca (ou seja, o fato de que a mesa agora é trocada por seis cadeiras ao invés de três) pode ser afetado seja por causas que agem sobre a mesa, seja por causas cujas raízes estão na produção de cadeiras. Para tratar separadamente o efeito de cada uma dessas cadeias causais, Marx teve de dividir as modificações do valor de troca da mesa em duas partes, e assumir que essas modificações eram provocadas por causas que residiam exclusivamente na mesa, isto é, modificações na produtividade do trabalho necessário à produção da mesa. Em outras palavras, ele teve de supor que as cadeiras, bem como todas as outras mercadorias pelas quais nossa mesa se trocaria, mantinham seu valor anterior. Somente sob este suposto o valor é a forma inteiramente exata e adequada de expressar o trabalho em seus aspectos *qualitativo* e *quantitativo*.

Examinamos até agora o nexo entre a substância e a forma do valor quanto a seu aspecto qualitativo. Devemos examinar agora este mesmo nexo quanto a seu aspecto quantitativo. Passamos, assim, da substância e forma para o terceiro aspecto do valor, a *magnitude* do valor. Marx trata o trabalho social não somente quanto ao seu aspecto qualitativo (o trabalho enquanto substância do valor), mas ainda o aspecto quantitativo (quantidade de trabalho). Da mesma maneira, Marx examina o valor quanto a seus aspectos qualitativo (como forma, ou forma do valor) e quantitativo (magnitude do valor). Quanto ao aspecto qualitativo, as relações entre a "substância" e a "forma de valor" significam relações entre o trabalho socialmente abstrato e sua forma "reificada", isto é, o valor. Aqui, a teoria de Marx sobre o valor vincula-se diretamente a sua teoria sobre o fetichismo da mercadoria. Com respeito ao aspecto *quantitativo*, estamos interessados nas relações entre a quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário e a magnitude de valor do produto, cuja modificação é a base para o movimento regular de preços de mercado. A magnitude do valor modifica-se de acordo com a quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário, mas, devido ao duplo caráter do trabalho, as modificações na quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário são provocadas por modificações na quantidade de trabalho concreto, isto é, pelo desenvolvimento do processo técnico-material de produção, particularmente da produtividade do trabalho. Assim, o *sistema de valor* inteiro baseia-se num grandioso sistema de contabilidade social espontânea e comparação dos produtos do *trabalho* de vários tipos desempenhados pelos diferentes indivíduos enquanto partes do trabalho social abstrato total. Este sistema está oculto e não pode ser visto na superfície dos fatos. Por sua vez, *este sistema de trabalho social abstrato total* é posto em movimento pelo desenvolvimento das *forças produtivas materiais*, que são o fator último de desenvolvimento da sociedade em geral. A teoria do valor de Marx está assim vinculada à sua teoria do materialismo histórico.

Na teoria de Marx encontramos, de um lado, uma síntese magnífica do conteúdo e forma de valor, e de outro, os aspectos qualitativo e quantitativo do valor. Numa passagem, Marx assinala que Petty confundiu duas definições de valor: "o valor enquanto forma do trabalho social" e "a magnitude do valor, que é determinada por igual tempo de trabalho, segundo a qual o trabalho é considerado como a fonte do valor" (*Theorien über den Mehrwert*, Vol. I, 1905, p. 11). A grandiosidade de Marx consiste precisamente no fato de que ele forneceu uma síntese de ambas essas definições de valor. O "valor enquanto a expressão material das relações de produção entre as pessoas" e o "valor enquanto uma magnitude determinada pela quantidade de trabalho ou tempo de trabalho" — essas duas definições encontram-se inseparavelmente vinculadas na obra de Marx. O aspecto quantitativo do conceito de valor, em cuja análise os economistas clássicos se concentraram predominantemente, é examinado por Marx com base na análise do aspecto qualitativo do valor. É precisamente a teoria da forma do valor ou do "valor como a forma do trabalho social" que representa a parte mais específica da teoria de Marx sobre o valor, em contraste com a teoria dos economistas clássicos. Nos cientistas burgueses, encontramos, freqüentemente, a idéia de que o traço característico da obra de Marx, em comparação com os economistas clássicos, consiste em seu reconhecimento do trabalho como a "fonte" ou "substância" do valor. Como se pode ver nas passagens de Marx que citamos, o reconhecimento do trabalho como a fonte do valor pode ser encontrado também nos economistas interessados principalmente no fenômeno quantitativo relacionado ao valor. Particularmente, o reconhecimento do trabalho como a fonte do valor pode ser encontrado também em Smith e Ricardo. Mas procuraríamos em vão, nesses autores, por uma teoria do "valor enquanto a forma do trabalho social".

Antes de Marx, a atenção dos economistas clássicos e de seus epígonos estava voltada seja para o *conteúdo* do valor, principalmente seu aspecto quantitativo (quantidade de trabalho), seja para o *valor de troca relativo*, isto é, as proporções quantitativas de troca. Os dois extremos da teoria do valor foram submetidos à análise: o fato do desenvolvimento da produtividade do trabalho e da técnica como causa interna das modificações do valor, e o fato das modificações relativas do valor das mercadorias no mercado. Mas a vinculação direta estava

faltando: "forma de valor", isto é, o valor como forma caracterizada pela reificação das relações de produção e transformação do trabalho social numa propriedade dos produtos do trabalho. Isto explica as repreensões de Marx a seus predecessores, que à primeira vista alguém poderia dizer serem contraditórias. Ele repreende Bailey por examinar as proporções de troca, isto é, o valor de troca, ignorando o valor. Vê a falha dos clássicos em terem examinado o valor e a magnitude do valor, o conteúdo, e não a "forma-valor". Os predecessores de Marx, como se apontou, davam atenção ao *conteúdo* do valor principalmente quanto ao seu aspecto quantitativo (o trabalho e a magnitude do valor) e, da mesma maneira, ao aspecto quantitativo do valor de troca. Negligenciaram o aspecto *qualitativo* do trabalho e valor, a propriedade característica da economia mercantil. É precisamente a análise da "forma-valor" que confere um caráter sociológico e traços específicos ao conceito de valor. Esta "forma-valor" une os extremos da cadeia: o desenvolvimento da produtividade do trabalho e os fenômenos do mercado. Na ausência da forma-valor, esses extremos se separam e cada um deles é transformado numa teoria unilateral. Analisamos os dispêndios de trabalho a partir do aspecto técnico, independentemente da forma social do processo material de produção (o valor-trabalho enquanto categoria lógica), e as modificações relativas dos preços no mercado, uma teoria de preços que procura explicar as flutuações de preços fora da esfera do processo de trabalho e isolada do fato básico da economia social, do desenvolvimento das forças produtivas.

(42) Mostrando que sem a forma-valor não existe valor, Marx compreendeu argutamente que esta forma social, sem o conteúdo-trabalho que a preenche, permanece vazia. Ao observar a negligência da forma-valor por parte dos economistas clássicos, Marx nos adverte para outro perigo, a saber, o de superestimar a forma-valor social às expensas de seu conteúdo-trabalho. "Daí que surgisse, por antítese, um sistema mercantilista restaurado (Ganilh, etc.), que vê no valor apenas a forma social, ou antes, sua simples aparência, desnuda de toda substância" (*C.*, I, p. 45, nota).[5] Noutro lugar, Marx diz sobre o mesmo Ganilh:

(5) No original alemão, Marx diz: *substanzlosen Schein*, simplesmente (p. 47). Os tradutores que não prestam a devida atenção à distinção entre a forma e o conteúdo (substância), acham necessário incluir a palavra *independente*, que não se encontra em Marx. Struve traduz *substanzlosen* como "sem conteúdo", que reflete com exatidão o conceito de Marx, que via na "substância" do valor o seu conteúdo, em contraste com a forma.

"Ganilh está inteiramente certo quando diz que Ricardo e a maioria dos economistas consideram o trabalho sem a troca, embora o sistema deles repouse, como todo o sistema burguês, no valor de troca".[6] Ganilh está certo ao enfatizar o significado da troca, isto é, a forma social determinada da atividade laboriosa entre as pessoas que se expressa na "forma-valor". Mas ele exagera o significado da troca, às expensas do processo laborioso-produtivo: "Ganilh imagina, como os mercantilistas, que *a magnitude do valor é em si mesma o produto da troca*, quando de fato somente a forma de valor, ou a forma de *mercadoria* que o produto recebe através da troca, o é".[7] A forma de valor é complementada pelo conteúdo-trabalho, a magnitude do valor depende da quantidade de trabalho abstrato. O trabalho, por sua vez, que está intimamente relacionado ao sistema de valor através de seu aspecto abstrato ou social, está intimamente relacionado ao sistema de produção material através de seu aspecto técnico-material ou concreto.

(43) Como resultado da análise do valor do ponto de vista de seu conteúdo (isto é, trabalho) e de sua forma social, obtemos as seguintes vantagens: rompemos abertamente com a difundida identificação entre valor e trabalho, e definimos assim, de maneira mais exata, o relacionamento entre o conceito de valor e o conceito de trabalho. Definimos também de maneira mais acurada a relação entre valor e valor de troca. Antes, quando o valor era tratado simplesmente como trabalho, e não lhe eram dadas características sociais distintivas, o valor era por um lado equiparado ao trabalho e, por outro, separado do valor de troca por um abismo. No conceito de valor, os economistas freqüentemente duplicavam o mesmo trabalho. A partir deste conceito de valor eles não podiam passar ao conceito de valor de troca. Quando consideramos agora o valor em termos de conteúdo e forma, relacionamos o valor ao

(6) *Theories of Surplus-Value* (Teorias Sobre a Mais-Valia), Moscou, Foreign Languages Publishing House (Editora em Línguas Estrangeiras), 1956, Vol. I, p. 199 (*Nota da edição brasileira*: Trata-se da edição preparada a partir das *Theorien über den Mehrwert*, Teil I, Dietz Verlag, Berlim, 1956; as citações de Rubin referem-se à edição feita por Kautsky e as traduções realizadas a partir desta. Kautsky introduziu modificações no texto original de Marx, enquanto as edições da Dietz Verlag e as demais que a seguiram obedecem ao plano original, feito por Marx. Utilizaremos, sempre que se mencionar as *Teorias Sobre a Mais-Valia*, conforme edições feitas a partir da realizada por Dietz Verlag, a edição em espanhol *Teorías Sobre la Plusvalía*, Buenos Aires, Editorial Cartago, 1974 (t. 1) e 1975 (t. 2 e 3). Com respeito à citação acima, ver *Teorías Sobre la Plusvalía*, Editorial Cartago, Buenos Aires, t. 1, 1974, p. 173.

(7) *Teorías Sobre la Plusvalía*, Edit. Cartago, *op. cit.*, p. 174.

conceito que o precede, trabalho abstrato (e em última análise ao processo material de produção), o conteúdo. Por outro lado, através da forma de valor já relacionamos o valor ao conceito que o segue, valor de troca. De fato, uma vez que determinamos que o valor não representa trabalho em geral, mas trabalho que tem a "forma de intercambiabilidade" de um produto, devemos passar então diretamente do valor para o valor de troca. Desta maneira, o conceito de valor é visto, por um lado, como inseparável do conceito de trabalho e, por outro, do conceito de valor de troca.

Capítulo 13

Trabalho Social

Chegamos à conclusão de que numa economia mercantil a igualação do trabalho é levada a cabo através da igualação dos produtos do trabalho. Atos individuais de igualação social do trabalho não existem na economia mercantil. Por isso mesmo é errado apresentar o problema de maneira a sugerir que alguém iguala de antemão as diferentes formas de trabalho, comparando-as por intermédio de determinadas unidades de medida, após o que os produtos do trabalho são trocados proporcionalmente segundo as quantidades já medidas e igualadas do trabalho que contém. Partindo deste ponto de vista, que ignora o caráter anárquico, espontâneo, da economia mercantil-capitalista, os economistas acharam, freqüentemente, que a tarefa da teoria econômica era encontrar um *padrão* de valor que tornasse *possível na prática* comparar e medir a quantidade dos diversos produtos no ato de troca mercantil. Pareceu-lhes que a teoria do valor-trabalho enfatizava o trabalho precisamente como este padrão de valor. Daí que sua crítica objetivasse demonstrar que o trabalho não podia ser aceito como um conveniente padrão de valor, dada a ausência de unidades de trabalho estabelecidas com precisão com as quais medir as diversas formas de trabalho, diferentes entre si em termos de intensidade, qualificação, periculosidade à saúde, etc.

Os economistas acima mencionados não conseguiram libertar-se de uma idéia errônea que instalara seu ninho na Economia Política e que atribuía à teoria do valor uma tarefa que não lhe era própria, a saber, encontrar um padrão prático de valor. Na realidade, a teoria do valor tem uma tarefa inteiramente diferente, teórica e não prática. Não nos é necessário buscar um padrão prático de valor que torne *possível* a

igualação dos produtos do trabalho no mercado. Esta igualação ocorre *na realidade*, todos os dias, no processo de troca no mercado. Neste processo, surge espontaneamente um padrão de valor, a saber, o dinheiro, que é indispensável para esta igualação. A troca mercantil não necessita de nenhum tipo de padrão pensado pelos economistas. A tarefa da teoria do valor é inteiramente diferente, qual seja, compreender e explicar *teoricamente* o processo de igualação de mercadorias que ocorre regularmente no mercado, em estreita relação com a igualação e distribuição do trabalho social no processo de produção, isto é, descobrir a relação *causal* entre ambos esses processos e as leis de suas modificações. *A análise causal dos processos de igualação das diversas mercadorias e diversas formas de trabalho efetivamente realizados*, e não a descoberta de padrões práticos para sua comparação — esta é a tarefa da teoria do valor.

A confusão essencial entre padrão de valor e a lei das modificações do valor, na obra de Smith, provocou um grande dano à Economia Política que pode ser sentido ainda hoje. O grande serviço de Ricardo consiste em ter posto de lado o problema da descoberta de um padrão prático de valor e colocado a teoria do valor sobre uma base científica estrita, de análise *causal* das modificações dos preços de mercado dependentes das modificações na produtividade do trabalho.[1] Neste sentido, Marx é seu seguidor, criticando agudamente a visão do trabalho como "padrão invariável do valor". "O problema de um padrão invariável de valor é, na realidade, apenas uma expressão errônea da busca dos conceitos e natureza do próprio valor" (*Theorien über den Mehrwert*, III, p. 159). "O serviço de Bailey consiste no fato de que, com suas objeções, pôs a descoberto a confusão entre 'padrão de valor' (como está representado no dinheiro, uma mercadoria que existe junto às demais mercadorias) e padrão imanente e substância do valor" (*Ibid.*, p. 163). A teoria do valor não busca um "padrão externo" do valor, mas sua "causa", "a gênese e a natureza imanente do valor" (*Ibid.*, pp. 186, 195). A análise causal das modificações do valor das mercadorias que depende das modificações da produtividade do trabalho — a análise desses eventos reais, dos pontos de vista *qualitativo e quantitativo*, é o que Marx chama o estudo da "*substância*" e "*padrão imanente*" do valor. "Padrão imanente" não significa aqui a quantidade tomada como unidade de medida, mas uma "quantidade

(1) Ver I. Rubin, *Istoriya ekonomicheskoi mysli* (História do Pensamento Econômico), 2ª ed., 1928, Caps. XXII e XXVIII.

vinculada a algum tipo de existência ou algum tipo de qualidade".[2] A afirmação de Marx, de que o trabalho é um padrão imanente de valor, deve ser entendida apenas no sentido de que as modificações quantitativas do trabalho necessário à produção do produto provocam modificações quantitativas no valor do produto. Assim, o termo "padrão imanente" foi transferido por Marx, juntamente com muitos outros termos, da filosofia para a Economia Política. Não pode ser considerado como inteiramente bem sucedido, na medida que uma leitura superficial deste termo leva o leitor a pensar principalmente numa medida de igualação ao invés de uma análise causal das modificações quantitativas dos eventos. Esta terminologia infeliz, vinculada à incorreta interpretação do raciocínio de Marx nas primeiras páginas de *O Capital*, levou até mesmo os marxistas a introduzirem na teoria do valor um problema que é estranho a ela, a saber, o da descoberta de um padrão prático de valor.

A igualação do trabalho numa economia mercantil não é estabelecida por alguma unidade de medida previamente determinada, mas é levada a cabo através da igualação das mercadorias na troca. Devido ao processo de troca, o produto, bem como o trabalho do produtor mercantil, está sujeito a modificações substanciais. Não estamos falando aqui de modificações naturais, materiais. A venda de vestidos não pode levar a quaisquer modificações na forma natural do vestido em si, nem no trabalho do costureiro, nem na totalidade dos processos de trabalho já concluídos. Mas a venda do produto modifica sua forma de valor, sua função ou forma social. A venda afeta indiretamente a atividade de trabalho dos produtores mercantis. Coloca seus trabalhos numa determinada relação com o trabalho de outros produtores mercantis da mesma profissão, isto é, modifica a função social do trabalho. As modificações a que o produto do trabalho está submetido, no processo de troca, podem ser caracterizadas da seguinte maneira: 1) o produto adquire a capacidade de ser trocado diretamente por qualquer outro produto do trabalho social, ou seja, mostra seu caráter de produto social; 2) o produto adquire este caráter social, de forma que é igualado a um determinado produto (ouro) que possui a qualidade de ser trocável por *todos* os demais produtos; 3) a igualação de

(2) Otto Bauer, "Istoriya Kapitala", *Sborniki Osnovnye problemy politicheskoi ekonomii* (Problemas Básicos de Economia Política), 1922, p. 47. Esta é a bastante conhecida definição de medida, dada por Hegel. Ver Kuno Fischer, *Geschichte der neuern Philosophie*, Vol. 8, Heidelberg, C. Winter, 1901, p. 490, e G. F. Hegel, *Sämtliche Werke*, Vol. III, Livro I, Leipzig, F. Meiner, 1923, p. 340.

todos os produtos entre si, que se realiza pela comparação com o ouro (dinheiro) compreende também a igualação das várias formas de trabalho, que diferem pelos distintos níveis de *qualificação*, isto é, pela extensão da aprendizagem, e 4) a igualação de produtos de um dado tipo e qualidade, produzidos sob diferentes condições técnicas, isto é, com um dispêndio de diferentes quantidades individuais de trabalho.

As modificações enunciadas, que o produto sofre durante o processo de troca, são acompanhadas por modificações análogas no trabalho do produtor mercantil: 1) o trabalho do produtor mercantil isolado *privado* manifesta seu caráter de trabalho *social*; 2) essa dada forma *concreta* de trabalho é igualada a outras formas concretas de trabalho. Esta igualação multilateral de trabalho inclui também: 3) a igualação de diferentes formas de trabalho que diferem em termos de *qualificação*, e 4) a igualação de diferentes dispêndios *individuais* de trabalho, que são gastos na produção de unidades de produtos de um determinado tipo e qualidade. Desta maneira, através do processo de troca, o trabalho *privado* adquire uma característica complementar na forma de trabalho *social*, o trabalho *concreto* na forma de trabalho *abstrato*, o trabalho *complexo* é reduzido a trabalho *simples*, e o trabalho *individual* a trabalho *socialmente necessário*. Em outras palavras, o trabalho do produtor mercantil, que no processo de produção assume diretamente a forma de trabalho privado, concreto, qualificado (isto é, diferente por um determinado nível de qualificação que em alguns casos pode-se dizer que é igual a zero) e individual, adquire propriedades sociais no processo de troca, que o caracterizam como trabalho social, abstrato, simples e socialmente necessário.[3] Não se trata de quatro processos separados de transformação do trabalho, como alguns analistas apresentam o problema; são diferentes aspectos do mesmo processo de igualação de trabalho, que se realiza através da igualação dos produtos do trabalho como valores. O ato unívoco de igualação de mercadorias como valores deixa de lado e cancela as propriedades do trabalho como privado, concreto, qualificado e individual. Todos esses aspectos estão tão intimamente relacionados que,

(3) Na produção mercantil, isto é, produção destinada de antemão à troca, o trabalho adquire as mencionadas propriedades sociais já no processo de produção direta, embora apenas como propriedades "latentes" ou "potenciais", que ainda devem realizar-se no processo de troca. O trabalho possui assim um duplo caráter. Ele aparece diretamente como trabalho privado, concreto, qualificado e individual, e simultaneamente e de maneira potencial, como trabalho social, abstrato, simples e socialmente necessário (ver o capítulo seguinte).

em [*Contribuição*] *Para a Crítica da Economia Política*, Marx ainda não fizera distinção suficientemente clara entre eles, e apagou os limites entre trabalho abstrato, simples e socialmente necessário (*Crítica*, pp. 137-138). Em *O Capital*, por outro lado, essas definições são desenvolvidas por Marx com tal clareza e rigor que a atenção do leitor deve captar a estreita relação entre elas como expressões de diferentes aspectos da igualação do trabalho no processo de sua distribuição. Este processo pressupõe: 1) inter-relação de todos os processos de trabalho (trabalho social); 2) igualação de esferas individuais da produção ou esferas de trabalho (trabalho abstrato); 3) igualação de formas de trabalho com diferentes qualificações (trabalho simples) e 4) igualação do trabalho aplicado nas empresas individuais de uma dada esfera de produção (trabalho socialmente necessário).

Entre as quatro definições de trabalho criador de valor (mencionadas acima), o conceito de trabalho abstrato é central. Isto se explica pelo fato de que numa economia mercantil, como mostraremos a seguir, o trabalho só se torna social sob a forma de trabalho abstrato. Além disso, a transformação do trabalho qualificado em trabalho simples é apenas uma parte de um processo maior de transformação do trabalho concreto em abstrato. Finalmente, a transformação do trabalho individual em socialmente necessário é apenas o aspecto quantitativo do mesmo processo de transformação do trabalho concreto em abstrato. Precisamente por isso, o conceito de trabalho abstrato é um conceito central na teoria de Marx sobre o valor.

Como temos indicado com freqüência, a economia mercantil é caracterizada pela independência formal entre produtores mercantis separados, de um lado, e inter-relações materiais de suas atividades de trabalho, de outro. Entretanto, de que maneira o trabalho privado de um produtor mercantil individual é incluído no mecanismo do trabalho social e responsável por seu movimento? Como o trabalho *privado* torna-se *social* e como a totalidade de unidades econômicas separadas, privadas, dispersas, transforma-se numa economia social relativamente unificada, caracterizada pela massa de fenômenos de repetição regular estudados pela Economia Política? Este é o problema básico da Economia Política, o problema da própria possibilidade e condições de existência da economia mercantil-capitalista.

Numa sociedade com uma economia organizada, o trabalho de um indivíduo, em sua forma concreta, é regulado e dirigido diretamente por um órgão social. Aparece como parte do trabalho social total, como trabalho social. Numa economia mercantil, o trabalho de um produtor mercantil autônomo, que se baseia nos direitos da pro-

priedade privada, aparece originariamente como trabalho privado. "Não se toma como ponto de partida o trabalho dos indivíduos, na condição de trabalho coletivo, mas inversamente os trabalhos particulares de indivíduos privados, trabalhos estes que apenas no processo de troca se confirmam como trabalho social geral, por eliminação de seu caráter original. Por isso, o trabalho social geral não é uma pressuposição acabada, mas sim um resultado vindo a ser" (*Crítica*, p. 149). O trabalho do produtor de mercadorias mostra seu caráter social, não como trabalho concreto dispendido no processo de produção, mas apenas como trabalho que tem de ser igualado a todas as outras formas de trabalho através do processo de troca. Como pode, entretanto, o caráter social do trabalho expressar-se na troca? Se um vestido é o produto do trabalho privado de um costureiro, poder-se-ia dizer então que a venda do vestido, ou sua troca por ouro, iguala o trabalho privado do costureiro a outra forma de trabalho privado, a saber, o trabalho do produtor de ouro. Como pode a igualação de um trabalho *privado* com outro trabalho *privado* dar ao primeiro um caráter *social*? Isto só é possível no caso de o trabalho privado do produtor de ouro já estar igualado a todas as outras formas concretas de trabalho privado, isto é, se o seu produto, ouro, puder ser trocado diretamente por qualquer outro produto e, conseqüentemente, desempenhar o papel de equivalente geral ou dinheiro. O trabalho do costureiro, na medida que é igualado com o trabalho do produtor de ouro, é desta maneira igualado e vinculado também a *todas* as formas concretas de trabalho. Igualado a elas como forma de trabalho que a elas equivale, o trabalho do costureiro transforma-se de concreto em geral ou *abstrato*. Estando vinculado aos demais no sistema unificado de trabalho social total, o trabalho do costureiro transforma-se de trabalho privado em *social*. A igualação extensiva (através do dinheiro) de todas as formas concretas de trabalho e sua transformação em trabalho abstrato cria simultaneamente entre elas um nexo social, transformando o trabalho privado em social. "O tempo de trabalho de um só indivíduo aparece diretamente como *tempo de trabalho geral* e este *caráter geral* do trabalho individualizado aparece como *caráter social* dele" (*Crítica*, p. 139; os grifos são de Marx.).[4] Somente enquanto "grandeza *geral*" o trabalho torna-se uma "grandeza *social*" (*Ibid.*). "Trabalho *geral* e, sob esta forma, trabalho *social*", diz Marx com freqüência. No primeiro capítulo de *O*

(4) Em *Para a Crítica da Economia Política*, Marx chamou o trabalho abstrato de trabalho "geral".

Capital, Marx enumera três propriedades da forma equivalente do valor: 1) o valor de uso torna-se uma forma na qual se expressa o valor; 2) o trabalho concreto torna-se uma forma de manifestação do trabalho abstrato, e 3) o trabalho privado adquire a forma de trabalho diretamente social (*C.*, I, pp. 22-26). Marx inicia sua análise com os fenômenos que ocorrem na superfície do mercado sob forma material; ele começa pela oposição entre valor de uso e valor de troca. Busca a explicação para esta oposição na oposição entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Prosseguindo com esta análise das formas sociais de organização do trabalho, volta-se para o problema central de sua teoria econômica, a oposição entre trabalho privado e social. Na economia mercantil, a transformação do trabalho *privado* em *social* coincide com a transformação de trabalho *concreto* em *abstrato*. O nexo social entre a atividade de trabalho dos produtores mercantis individuais só se realiza através da igualação de todas as formas concretas de trabalho, e esta igualação é levada a cabo sob a forma de uma igualação de todos os produtos do trabalho enquanto valores. Inversamente, a igualação das várias formas de trabalho e a abstração de suas propriedades concretas é a única relação social que transforma a totalidade de unidades econômicas privadas numa economia social unificada. Isto explica a especial atenção que Marx deu ao conceito de trabalho abstrato em sua teoria.

Capítulo 14

Trabalho Abstrato

A teoria do trabalho abstrato é um dos pontos centrais da teoria de Marx sobre o valor. Segundo Marx, o trabalho abstrato "cria" valor. Marx atribuiu importância decisiva à distinção entre trabalho concreto e abstrato. "Ninguém, até agora, havia posto em relevo criticamente este duplo caráter do trabalho, representado pela mercadoria. E como este ponto é o eixo em torno do qual gira a compreensão da economia política, temos de nos deter para examiná-lo com todo cuidado" (*C.*, I, p. 9). Após a publicação do Livro I de *O Capital*, Marx escreveu a Engels: "O melhor de meu livro é: 1) (nisto reside toda a compreensão dos fatos) o *duplo caráter do trabalho*, que é posto em relevo já no primeiro capítulo, segundo se expresse em valor de uso ou valor de troca; 2) o estudo da *mais-valia independentemente de suas formas específicas*, como o lucro, o juro, a renda da terra, etc."[1]

Quando vemos a importância decisiva que Marx deu à teoria do trabalho abstrato, é de surpreender que esta teoria tenha recebido tão pouca atenção na literatura marxista. Alguns autores passam por sobre esta questão em completo silêncio. A. Bogdanov, por exemplo, transforma o trabalho abstrato em "trabalho abstratamente simples" e, deixando de lado o problema do trabalho abstrato e concreto, ele se restringe ao problema do trabalho simples e qualificado.[2] Muitos críticos do marxismo também preferem colocar o trabalho simples no

(1) Carta de Marx a Engels, de 24 de agosto de 1867; ver *El Capital, op. cit.*, Vol. I (Apêndice "Cartas Sobre el Tomo I de *El Capital*"), p. 688.

(2) A. Bogdanov, *Kurs politicheskoi ekonomii* (Curso de Economia Política), Vol. II, Parte 4, p. 18.

lugar do trabalho abstrato, Karl Diehl,[3] por exemplo. Nas apresentações populares da teoria de Marx sobre o valor, os autores parafraseiam em suas próprias palavras as definições dadas por Marx na segunda parte do Capítulo I de *O Capital*, sobre o "duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias". Kautsky escreve: "Por um lado, o trabalho se nos aparece como um dispêndio produtivo de força de trabalho humana em geral; por outro, como atividade humana específica, para obtenção de um determinado objeto. O primeiro aspecto do trabalho constitui o elemento comum a todas as atividades produtivas realizadas pelo homem; o segundo varia com a natureza da atividade".[4] Esta definição geralmente aceita pode ser reduzida à seguinte afirmação, bastante simples: trabalho concreto é o dispêndio de energia humana sob uma determinada forma (fabricação de vestuário, tecelagem, etc.). O trabalho abstrato é o dispêndio de energia humana enquanto tal, independentemente de formas determinadas. Definido desta maneira, o conceito de trabalho abstrato é um conceito *fisiológico*, desprovido de todos os elementos sociais e históricos. O conceito de trabalho abstrato existe em todas as épocas históricas, independentemente desta ou daquela forma social de produção.

Se até mesmo marxistas definem usualmente o trabalho abstrato no sentido de um dispêndio de energia fisiológica, não precisamos então nos surpreender por este conceito estar amplamente disseminado na literatura antimarxista. Segundo P. Struve, por exemplo: "Dos fisiocratas e de seus sucessores ingleses, Marx aceitou o ponto de vista mecânico-naturalista, que é tão surpreendente em sua teoria do trabalho como substância do valor. Esta teoria é o coroamento de todas as teorias *objetivas* do valor. Ela materializa diretamente o valor, transformando-o na substância econômica dos bens econômicos, semelhante à matéria física que é substância das coisas físicas. Esta substância econômica é algo material, porque o trabalho que cria valor é entendido por Marx num sentido puramente físico, como um dispêndio abstrato de energia nervosa e muscular, independentemente do conteúdo intencional concreto deste dispêndio, que se distingue por sua infinita variedade. O trabalho abstrato em Marx é um conceito fisiológico, um conceito ideal, e em última análise um conceito que pode ser

(3) Karl Diehl, *Sozialwissenschaftliche Erläuterungen zu David Ricardos Grundgesetzen der Volkswirtschaft und Besteurung*, Vol. I, Leipzig, F. Meiner, 1921, pp. 102-104.

(4) K. Kautsky, *The Economic Doctrines of Karl Marx*, Londres, A. & C. Black, 1925, p. 16.

reduzido a trabalho mecânico" (Prefácio de Struve à edição russa do Livro I de *O Capital*, 1906, p. 28). Segundo Struve, o trabalho abstrato é, para Marx, um conceito fisiológico; é por isso que o valor criado pelo trabalho abstrato é algo material. Esta interpretação é partilhada por outros críticos de Marx. Gerlach observou que, segundo Marx, "o valor é algo comum a todas as mercadorias, é a condição para sua intercambiabilidade, e representa uma *reificação do trabalho humano abstrato*".[5] Gerlach dirige suas observações críticas contra o seguinte ponto da teoria de Marx sobre o valor: "*É inteiramente impossível reduzir o trabalho humano a trabalho simples fisiologicamente*... Na medida que o trabalho humano está sempre acompanhado e condicionado pela consciência, devemos nos recusar a reduzi-lo ao movimento de músculos e nervos, pois nesta redução existe sempre algum tipo de resto que não é redutível a semelhante análise" (*Ibid.*, pp. 49-50). "Tentativas anteriores, de mostrar experimentalmente o *trabalho humano abstrato*, aquilo que é *geral* no trabalho humano, que é sua distinção específica, não tiveram sucesso; a redução do trabalho a energia muscular e nervosa não é possível" (*Ibid.*, p. 50). A afirmação de Gerlach de que o trabalho não pode ser reduzido ao dispêndio de energia fisiológica, porque sempre contém um elemento consciente, não pode de maneira alguma ser relacionada ao conceito de "trabalho abstrato" criado por Marx com base em sua análise das propriedades da economia mercantil. No entanto, estes argumentos de Gerlach parecem tão convincentes que são freqüentemente repetidos por críticos da teoria de Marx sobre o valor.[6] Encontramos uma versão ainda mais surpreendente de uma concepção naturalista do trabalho abstrato na obra de L. Buch: o trabalho, sob forma abstrata, é tratado como "o processo de transformação de energia potencial em trabalho mecânico".[7] A atenção é dirigida aqui não tanto para a quantidade de energia fisiológica dispendida, mas antes para a quantidade de trabalho mecânico recebido. Mas a base teórica do problema é puramente naturalista, negligenciando inteiramente o aspecto social do processo de trabalho, isto é, precisamente o aspecto que é o objeto de estudo direto da Economia Política.

(5) Otto Gerlach, *Über die Bedingungen wirtschaftlicher Thätigkeit*, Jena, G. Fischer, 1890, p. 18.

(6) Por exemplo, K. Diehl, *op. cit.*, p. 104.

(7) Leo von Buch, *Über die Elemente der politischen Oekonomie*, I Theil; *Intensitat der Arbeit, Wert und Preis der Waren*; Leipzig, Duncker & Humblot, 1896, p. 149.

Somente uns poucos analistas compreenderam que as características do trabalho abstrato não coincidem de maneira alguma com uma igualdade fisiológica de diferentes dispêndios de trabalho. "O caráter universal do trabalho não é um conceito de ciência natural que inclui somente um conteúdo fisiológico. O trabalho privado é universal-abstrato e, por fim, também social, enquanto expressão da atividade de possuidores de direitos."[8] Mas a concepção geral de Petry, para quem a teoria de Marx sobre o valor não representa *wertgesetz* mas *wertbetrachtung*, não é uma explicação de um "processo real nos objetos", mas uma "condição subjetiva do conhecimento" (*Ibid.*, p. 50). Isto retira de Petry qualquer possibilidade de formular o problema do trabalho abstrato de maneira exata.[9]

Outra tentativa de introduzir um aspecto social no conceito de trabalho abstrato é encontrada na obra de A. Nezhdanov (Cherevanin). Segundo Nezhdanov, o conceito de trabalho abstrato não expressa uma igualdade fisiológica de dispêndios de trabalho, mas um processo social de igualação de diferentes formas de trabalho na produção. Isto é "um importante e indispensável processo social que é levado a cabo por toda organização sócio-econômica consciente... Este processo social que caracteriza a redução de diferentes formas de trabalho a trabalho abstrato é levado a cabo inconscientemente na sociedade mecantil".[10]

Tomando o trabalho abstrato como expressão do processo de igualação do trabalho em toda economia, A. Nezhdanov negligencia a forma particular que a igualação do trabalho adquire numa economia mercantil; nesta, a igualação não é levada a cabo diretamente no processo de produção, mas através da troca. O conceito de trabalho abstrato expressa a forma histórica específica de igualação do trabalho. É um conceito não só social, mas também histórico.

Podemos ver que a maioria dos autores entendeu o trabalho abstrato de maneira simplificada — no sentido de trabalho fisiológico. Isto se deve ao fato de que esses autores não tiveram contato com a teoria de

(8) F. Petry, *Der soziale Gehalt der Marxschen Werttheorie*, Jena, 1916, pp. 23-24.

(9) Uma excelente análise e crítica do livro de Petry encontra-se num artigo de R. Hilferding, in *Grunberg's Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterwegung*, 1919, pp. 439-448. Ver também nosso *Sovremennye ekonomisty na Zapade* (Economistas Ocidentais Contemporâneos), 1927.

(10) "Teoriya tsennosti i pribyli Marksa pered sudom Fetichista" (A Teoria de Marx Sobre o Valor Frente ao Julgamento dos Fetichistas), *Nauchnoye Obozrenie* (Panorama Científico), 1898, nº 8, p. 1393.

Marx em sua inteireza. Para fazer isso, eles deveriam ter-se voltado a uma análise detalhada do texto de Marx, na parte sobre o fetichismo da mercadoria, e em particular em [*Contribuição*] *Para a Crítica da Economia Política*, onde Marx desenvolveu esta teoria de maneira mais completa. Ao invés disso, esses autores preferiram limitar-se a uma repetição literal de umas poucas sentenças que Marx dedicou ao trabalho abstrato, na segunda parte do Capítulo I de *O Capital*.

Na parte acima mencionada de *O Capital*, Marx de fato parece dar base para interpretação do trabalho abstrato exatamente de maneira fisiológica. "Se prescindirmos do caráter concreto da atividade produtiva, e portanto da utilidade do trabalho, o que permanece dele em pé? Permanece, simplesmente, o ser um dispêndio de força de trabalho humana. O trabalho do alfaiate e do tecelão, ainda que representem atividades produtivas qualitativamente distintas, tem em comum o ser um dispêndio produtivo de cérebro humano, de músculos, nervos, braços, etc., portanto, neste sentido, são ambos trabalho humano" (*C.*, I, p. 11). Ao concluir, Marx reforça essa idéia de maneira ainda mais nítida: "Todo trabalho é, de um lado, dispêndio da força de trabalho humana no sentido fisiológico e, como tal, como trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato, constitui o valor da mercadoria. Mas todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho humana sob uma forma especial e voltada a uma finalidade e, como tal, como trabalho concreto e útil, produz valores de uso" (*C.*, I, pp. 13-14). Tanto os defensores quanto adversários do marxismo encontram apoio nas passagens citadas e entendem o trabalho abstrato num sentido fisiológico. Os primeiros repetem esta definição, não a analisando criticamente. Os outros lançam contra ela toda uma série de objeções e às vezes fazem disto seu ponto de partida para a refutação da teoria do valor-trabalho. Nem os primeiros nem os últimos percebem que a concepção simplificada do trabalho abstrato (que foi apresentada acima), baseada à primeira vista numa interpretação literal das palavras de Marx, não pode ser coerente com a teoria de Marx sobre o valor em sua inteireza, nem com uma série de passagens isoladas de *O Capital*.

Marx não se cansou de repetir que o valor é um fenômeno social, que a existência do valor (*Wertgegenstandlichkeit*) tem "uma materialidade puramente social" (*C.*, I, p. 15) e não contém um único átomo de matéria. Segue-se daí que o trabalho abstrato, que cria valor, deve ser entendido como uma categoria social na qual não se pode encontrar um único átomo de matéria. De duas coisas, uma é possível: se o trabalho abstrato é um dispêndio de energia humana em forma fisiológica, então o valor possui também um caráter material reificado; ou então, o valor é um fenômeno social, e o trabalho abstrato deve ser entendido também como um fenômeno social, relacionado a uma determinada forma social de produção. Não é possível reconciliar um conceito fisiológico de trabalho abstrato com o caráter histórico do valor que ele cria. O dispêndio fisiológico de energia como tal é o mesmo para todas as épocas e, poder-se-ia dizer, esta energia criava valor em todas as épocas. Chegamos à interpretação mais grosseira da teoria do valor, que contradiz nitidamente a teoria de Marx.

Só pode haver uma maneira de sair dessas dificuldades: na medida que o conceito de valor possui um caráter histórico e social na obra de Marx (e esta precisamente é sua contribuição e a característica distintiva de sua teoria), devemos então construir o conceito de trabalho abstrato, que cria valor, sobre a mesma base. Se não permanecermos nas definições preliminares que Marx deu nas primeiras páginas de sua obra, e nos dedicarmos a traçar o posterior desenvolvimento de seu pensamento, encontraremos na obra de Marx elementos suficientes para uma teoria sociológica do trabalho abstrato.

Para compreender com exatidão a teoria de Marx sobre o trabalho abstrato, não podemos nos esquecer por um minuto de que Marx põe o conceito de trabalho abstrato em nexo inseparável com o conceito de valor. O trabalho abstrato "cria" valor, é o "conteúdo" ou "substância" do valor. A tarefa de Marx não era (como temos observado com freqüência) reduzir o valor, analiticamente, a trabalho abstrato, mas deduzir o valor dialeticamente a partir do trabalho abstrato. E isto não é possível se o trabalho abstrato for compreendido como nada mais que trabalho num sentido fisiológico. Não é, portanto, acidental que os autores que sustentam coerentemente uma interpretação fisiológica do trabalho abstrato sejam forçados a atingir conclusões que contradizem nitidamente a teoria de Marx, a saber, que o trabalho abstrato em si não cria valor.[11] Quem quiser sustentar a bastante conhecida afirmação de Marx, de que o trabalho abstrato cria valor e se expressa no valor, deve renunciar ao conceito fisiológico do trabalho abstrato. Mas isto não significa que negamos o fato óbvio de que em toda forma social de economia a atividade de trabalho das pessoas se realiza através do dispêndio de energia fisiológica. O trabalho fisiológico é o pressuposto

(11) Ver "Otvet kritikam" (Resposta aos críticos), em I. I. Rubin, *Ocherkipo teorii stoimosti Marksa* (Ensaios Sobre a Teoria Marxista do Valor), Moscou, Gosudarstvennoe Izdatelstvo, 1928, que foi agregado cómo apêndice à terceira edição.

do trabalho abstrato, no sentido de que não se pode falar em trabalho abstrato se não existir dispêndio de energia fisiológica por parte das pessoas. Mas este dispêndio de energia fisiológica permanece exatamente como pressuposto, e não como objeto de nossa análise.

Em toda forma social de economia, o trabalho humano é, simultaneamente, trabalho técnico-material e fisiológico. A primeira qualidade só é possuída pelo trabalho na medida que este se encontre submetido a um plano técnico definido e orientado para a produção dos produtos necessários à satisfação de necessidades humanas; a segunda qualidade só é possuída pelo trabalho na medida que o trabalho represente um dispêndio da energia fisiológica acumulada no organismo humano, que deve ser resposta regularmente. Se o trabalho não criasse produtos úteis, ou não fosse acompanhado pelo dispêndio de energia do organismo humano, todo o quadro da vida econômica da humanidade seria inteiramente diferente do que é na realidade. Assim, o trabalho tratado isoladamente desta ou daquela organização social de economia é um pressuposto tanto técnico-material quanto biológico de toda atividade econômica. Mas este pressuposto da investigação econômica não pode ser transformado em objeto de análise. O dispêndio de energia fisiológica enquanto tal não é trabalho abstrato nem cria valor.

Até agora examinamos a versão fisiológica do trabalho abstrato em sua forma mais grosseira. Os defensores desta forma grosseira sustentam que o valor do produto é criado pelo trabalho abstrato enquanto dispêndio de uma certa soma de energia fisiológica. Mas existem também interpretações mais refinadas desta interpretação fisiológica, que sustentam aproximadamente o seguinte: a igualdade dos produtos como valores é criada através da igualdade de todas as formas de trabalho humano enquanto dispêndios de energia fisiológica. O trabalho não é mais tratado aqui simplesmente como um dispêndio de uma certa soma de energia fisiológica, mas em termos de sua homogeneidade fisiológica com todas as demais formas de trabalho. Aqui, o organismo humano não é tratado simplesmente como fonte de energia fisiológica em geral, mas também como fonte capaz de prover trabalho sob qualquer forma concreta. O conceito de trabalho fisiológico em geral foi transformado num conceito de trabalho *fisiologicamente igual* ou *homogêneo*.

No entanto, este trabalho fisiologicamente homogêneo não é o objeto, mas antes o pressuposto, da investigação econômica. Na realidade, se o trabalho enquanto dispêndio de energia fisiológica é um pressuposto biológico de qualquer economia humana, então a homogeneidade fisiológica do trabalho é um pressuposto biológico de qualquer divisão social do trabalho. A homogeneidade física do trabalho humano é um pressuposto indispensável para a transferência de pessoas de uma forma de trabalho a outra e, desta maneira, para o processo social de redistribuição do trabalho social. Se as pessoas nascessem como as abelhas e as formigas, com instintos de trabalho determinados que limitassem de antemão suas capacidades de trabalho a uma forma de atividade, então a divisão do trabalho seria um fato biológico, e não social. Se o trabalho social tem de realizar-se nesta ou naquela esfera de produção, todo indivíduo deve ser capaz de transferir-se de uma forma de trabalho a outra.

Assim, a igualdade fisiológica do trabalho é uma condição necessária para a igualação e distribuição sociais do trabalho em geral. Somente com base na igualdade e homogeneidade fisiológicas do trabalho humano, isto é, a variedade e flexibilidade da atividade de trabalho das pessoas, é possível a transferência de uma atividade a outra. A origem do sistema social de divisão do trabalho, particularmente o sistema de produção mercantil, só é possível sobre essa base. Quando falamos, portanto, de trabalho abstrato, temos como pressuposto o trabalho igualado, e a igualação social do trabalho pressupõe a homogeneidade fisiológica do trabalho, sem o que a divisão social do trabalho enquanto um processo social não poderia ser levada a cabo, de forma alguma.

A homogeneidade fisiológica do trabalho humano é um pressuposto biológico, e não a causa do desenvolvimento da divisão social do trabalho. (Este pressuposto, por sua vez, é o resultado de um longo processo de desenvolvimento humano, particularmente dos instrumentos de trabalho e de alguns órgãos do corpo: a mão e o cérebro.) O nível de desenvolvimento e as formas de divisão social do trabalho são determinados por causas puramente sociais e estas, por sua vez, determinam em que medida a variedade de atividades de trabalho que o organismo humano pode desempenhar potencialmente realmente se manifestam na variedade de atividades de trabalho dos homens enquanto membros da sociedade. Num sistema de castas estrito, a homogeneidade fisiológica do trabalho humano não pode se expressar em significativa medida. Numa pequena comunidade baseada na divisão do trabalho, a homogeneidade fisiológica do trabalho manifesta-se num pequeno círculo de pessoas, e o caráter humano do trabalho não pode expressar-se. Somente sobre a base da produção mercantil, caracterizada por um amplo desenvolvimento da troca, uma transferência em massa de indivíduos de uma atividade a outra, e a indiferença dos indivíduos para com a forma concreta de trabalho, é possível desenvolver-se o caráter

homogêneo de todas as atividades de trabalho enquanto formas de trabalho humano em geral. A homogeneidade fisiológica do trabalho humano era um pressuposto necessário da divisão social do trabalho, mas somente a um nível determinado de desenvolvimento social e numa forma social determinada de economia o trabalho dos indivíduos assume o caráter de uma forma de manifestação de trabalho humano em geral. Não estaríamos exagerando se disséssemos que talvez o conceito de homem em geral, e de trabalho humano em geral, surgiram sobre a base da economia mercantil. Era precisamente isto que Marx queria mostrar quando indicou que o caráter humano geral do trabalho se expressa no trabalho abstrato.

Temos de chegar à conclusão de que trabalho fisiológico em geral, ou trabalho fisiologicamente igual, não são em si mesmos trabalho abstrato, muito embora sejam seus supostos. O trabalho igual, que se expressa na igualdade do valor, deve ser tratado como trabalho socialmente igualado. Na medida que o valor do produto do trabalho é uma função social, e não natural, o trabalho que cria este valor não é uma substância fisiológica, mas uma "substância social". Marx expressou esta idéia com clareza e de maneira breve em sua obra *Salário, Preço e Lucro*: "Como os *valores de troca* das mercadorias nada mais são que *funções sociais*, e nada têm a ver com suas propriedades *naturais*, a primeira coisa que temos a fazer é nos perguntarmos: qual a *substância social* comum a todas as mercadorias? É o *trabalho*. Para produzir uma mercadoria é necessário dispender nela ou incorporar a ela uma determinada quantidade de trabalho. E não simplesmente *trabalho*, mas *trabalho social*".[12] E na medida que este trabalho é igual, o que está sob consideração é o trabalho socialmente igual, ou socialmente igualado.

Assim, não devemos nos limitar às características do trabalho enquanto igual, mas devemos distinguir três tipos de trabalho igual, como já mencionamos no Capítulo 11.

1) Trabalho *fisiologicamente igual*
2) Trabalho *socialmente igualado*
3) Trabalho *abstrato*, ou *abstrato-universal*, ou seja, trabalho socialmente igualado na forma específica que adquire numa economia mercantil.

(12) "*Salario, precio y ganancia*", in Karl Marx e F. Engels, *Obras Escogidas*, *op. cit.*, t. I, p. 395. (*Nota da edição brasileira*: Ver *Salário, Preço e Lucro*, in *Marx — Os Pensadores*, Abril Cultural, São Paulo, 1978, trad. de Leandro Konder.)

Embora o trabalho abstrato seja uma propriedade específica da economia mercantil, o trabalho socialmente igualado pode ser encontrado, por exemplo, numa comuna socialista. O trabalho abstrato não só não coincide com o trabalho fisiologicamente igual, como também não pode absolutamente ser identificado com o trabalho socialmente igualado (ver, antes, Capítulo 11). Todo trabalho abstrato é trabalho social e socialmente igualado, mas nem todo trabalho socialmente igualado pode ser considerado trabalho abstrato. Para que o trabalho socialmente igualado assuma a forma específica de trabalho abstrato, característica da economia mercantil, são necessárias duas condições, como Marx mostrou com exatidão: é necessário que 1) a igualdade dos diferentes tipos de trabalho e dos indivíduos expresse "o caráter social específico de trabalho privado realizado independentemente" (*C.*, I, p. 30), ou seja, que o trabalho só se torne trabalho social enquanto trabalho igual, e 2) que esta igualação do trabalho se realize sob uma forma *material*, isto é, "assuma no produto a forma de valor" (*Ibid.*).[13] Na ausência dessas condições, o trabalho é fisiologicamente igual. Pode ser também socialmente igualado, mas não é abstrato-universal.

Se alguns autores confundem erroneamente trabalho abstrato com trabalho fisiologicamente igual, outros cometem um erro igualmente inaceitável, ainda que não tão grosseiro: confundem o trabalho abstrato com trabalho socialmente igualado. Seu raciocínio pode ser reduzido ao seguinte: o órgão de uma comuna socialista, como vimos, iguala o trabalho de diferentes formas e indivíduos com a finalidade de contabilização e distribuição do trabalho, isto é, reduz todo o trabalho a uma unidade geral que é necessariamente abstrata; o trabalho adquire assim o caráter de trabalho abstrato.[14] Se esses autores insistem em que estão certos ao chamar o trabalho socialmente igualado de "abstrato", podemos reconhecer esse direito: todo autor tem o direito de designar com qualquer termo de sua escolha um fenômeno, muito embora essa terminologia arbitrária possa ser muito perigosa e criar grande confusão na ciência. Mas nosso argumento não diz respeito ao

(13) "Nesta forma concreta de produção, na produção mercantil... o caráter especificamente social dos trabalhos privados independentes uns dos outros consiste no que tem de igual como modalidades de trabalho humano, revestindo a forma do caráter de valor dos produtos do trabalho" (*C.*, I, pp. 39-40).

(14) Uma visão aproximadamente semelhante pode ser encontrada no artigo de I. Dashkovski, "Abstraktnyi trud i ekonomicheskie kategorii Marksa" (O Trabalho Abstrato e as Categorias Econômicas de Marx), *Podznamenem marksizma* (Sob a Bandeira do Marxismo), 1926, nº 6. Dashkovski também confunde o trabalho abstrato com trabalho fisiológico. (Ver Rubin, "Otvet kritikam", *loc. cit.*)

nome que se dá ao trabalho socialmente igualado, mas a algo diferente. Encaremos a questão: o que entendemos por "trabalho abstrato", que cria valor e se expressa no valor, segundo a teoria de Marx? Devemos mencionar novamente que Marx não somente queria reduzir analiticamente o valor a trabalho, mas também deduzir analiticamente o valor a partir do trabalho. E, deste ponto de vista, é claro que nem o trabalho fisiologicamente igual, nem o trabalho socialmente igualado enquanto tal, criam valor. O trabalho abstrato que Marx tratou é não só trabalho socialmente igualado, como também trabalho socialmente igualado numa forma específica, característica da economia mercantil. No sistema de Marx, o conceito de trabalho abstrato está inseparavelmente relacionado às características básicas da economia mercantil. Para provar isto, devemos explicar com maior detalhe as concepções de Marx acerca do trabalho abstrato.

Marx inicia sua análise com as mercadorias, nas quais distingue dois aspectos: o técnico-material e o social (ou seja, valor de uso e valor). Dois aspectos semelhantes são distinguidos por Marx no trabalho incorporado nas mercadorias. O trabalho concreto e o abstrato (técnico-material e social) são um e o mesmo trabalho incorporado nas mercadorias. O aspecto social deste trabalho, que cria valor e se expressa no valor, é o trabalho abstrato.

Comecemos pela definição dada por Marx de trabalho concreto: "Como criador de valores de uso, ou seja, como trabalho útil, é, portanto, condição de vida do homem, e condição *independente de todas as formas de sociedade*; uma necessidade perene e natural, sem a qual não se poderia conceber o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, nem, conseqüentemente, a vida humana" (*C.*, I, p. 10; grifos nossos). É óbvio que o trabalho abstrato está vinculado a uma "forma social" definida, e expressa determinadas relações entre os homens no processo de produção. Trabalho concreto é a definição de trabalho em termos de suas *propriedades técnico-materiais*. O trabalho abstrato compreende a definição de *formas sociais* de organização do trabalho humano. Esta não é uma definição genérica e específica de trabalho, mas a análise do trabalho a partir de dois pontos de vista: técnico-material e social. O conceito de trabalho abstrato expressa as características da organização social do trabalho numa sociedade mercantil-capitalista.[15]

(15) "Como vemos, a diferença entre o trabalho considerado como fonte de valor de uso e o mesmo trabalho enquanto criador de valor, com a qual nos deparamos ao analisar a mercadoria, se nos apresenta agora ao estudarmos os diversos aspectos do processo de produção" (*C.*, I, p. 147), isto é, o processo de produção sob seu aspecto técnico e social. Ver F. Petry, *Der soziale Gehalt der Marxschen Werttheorie*, Jena, 1916, p. 22.

Para uma interpretação acurada da oposição entre trabalho concreto e abstrato, devemos começar pela oposição traçada por Marx entre trabalho privado e trabalho social, que examinamos acima.

O trabalho é social se for examinado como parte da massa total de trabalho social homogêneo ou, como diz Marx com freqüência, se for visto em termos de sua "relação com o trabalho total da sociedade". Numa grande comunidade socialista, o trabalho dos membros da comunidade, em sua forma concreta (por exemplo, o trabalho de um produtor de calçados) está diretamente incluído no mecanismo unificado de trabalho da sociedade e é igualado a um determinado número de unidades de trabalho social (se nos referirmos à fase inicial de uma economia socialista, quando o trabalho dos indivíduos ainda é avaliado pela sociedade — ver o final deste capítulo para um exame mais detalhado deste tópico). O trabalho em sua forma concreta é, neste caso, diretamente trabalho social. É diferente numa economia mercantil, onde o trabalho concreto dos produtores não é diretamente trabalho social, mas *privado*, ou seja, trabalho de um produtor mercantil privado, um proprietário privado de meios de produção, e um organizador autônomo da atividade econômica. Este trabalho privado só pode tornar-se social através da sua igualação com todas as outras formas de trabalho, através da igualação de seus produtos (ver Capítulo 11). Em outras palavras, o trabalho concreto não se torna social por possuir a forma de trabalho concreto que produz valores de uso concretos, sapatos, por exemplo, mas apenas se esses sapatos forem igualados a uma dada soma de dinheiro (e através do dinheiro com todos os demais produtos enquanto valores). Assim, o trabalho materializado nos sapatos é igualado a todas as outras formas de trabalho e, conseqüentemente, despoja-se de sua forma concreta determinada e se torna trabalho impessoal, uma partícula da massa global de trabalho social homogêneo. Analogamente, da mesma maneira que os produtos concretos do trabalho (sapatos, por exemplo) só mostram seu caráter como valor se o produto despojar-se de sua forma concreta e for igualado a uma dada soma de unidades monetárias abstratas, o trabalho privado e concreto contido no produto só mostra seu caráter social se despojar-se de sua forma concreta e for igualado, numa determinada proporção, com todas as demais formas de trabalho, ou seja, igualado com uma

dada quantidade de trabalho impessoal, homogêneo, abstrato, "trabalho em geral". A transformação do trabalho *privado* em trabalho *social* só pode realizar-se através da transformação do trabalho *concreto* em trabalho *abstrato*. Por outro lado, a transformação do trabalho concreto em abstrato já significa sua inclusão na massa de trabalho social homogêneo, isto é, sua transformação em trabalho social. O trabalho abstrato é uma espécie de trabalho social ou socialmente igualado em geral. É o trabalho social ou socialmente igualado sob a forma específica que possui numa economia mercantil. O trabalho abstrato não é apenas trabalho socialmente igualado, isto é, abstraído das propriedades concretas, trabalho impessoal e homogêneo. É trabalho que só se torna social como trabalho impessoal e homogêneo. O conceito de trabalho abstrato pressupõe que o *processo de despersonalização ou igualação do trabalho seja um processo unificado através do qual o trabalho é "socializado"*, ou seja, que esteja incluído na massa total de trabalho social. Esta igualação do trabalho pode ocorrer, mas apenas mentalmente e como previsão, no processo de produção direta, *antes* do ato de troca. Mas, na realidade, ela ocorre através do ato de troca, através da igualação (ainda que mental e prevista) do produto desse dado trabalho a uma determinada soma de dinheiro. Ainda que esta igualação preceda a troca, deve, não obstante, efetuar-se no processo real de troca.

O papel do trabalho que descrevemos, lhe é característico precisamente numa economia mercantil e é particularmente surpreendente se a sociedade mercantil for comparada a outras formas de economia. "Tomemos outro exemplo: os serviços *in natura* e os fornecimentos em espécie da Idade Média. *Os trabalhos determinados*[16] *dos indivíduos em sua forma natural, a particularidade, e não a generalidade*[17] *do trabalho, é isto que constitui, neste caso, o vínculo social*. Tomemos, finalmente, o trabalho coletivo em sua forma natural, espontânea, tal como aparece no limiar da história de todos os povos civilizados. Aqui é evidente que o trabalho não reveste o caráter social pelo fato de que o trabalho do indivíduo assumia a forma abstrata da generalidade, ou seu produto a forma de equivalente geral. É a comunidade que, baseando-se na produção, impede que o trabalho do indivíduo seja trabalho privado e que seu produto seja produto privado e, ao contrário, faz o trabalho individual aparecer diretamente como função de um órgão

(16) Marx escreveu "específico" (*osobennyi*) (*Besonderheit*), isto é, o caráter concreto do trabalho. (*Crítica*, p. 140.)

(17) Na *Crítica*, Marx chamou o trabalho abstrato de "geral", como mencionamos anteriormente.

dentro do organismo social. O trabalho que se apresenta no valor de troca é pressuposto como trabalho do indivíduo particularizado, e se torna social assumindo a forma do seu oposto direto: a forma da generalidade abstrata" (*Crítica*, p. 140). A mesma idéia é repetida por Marx em *O Capital*. Diz ele sobre a sociedade medieval: "[aqui] o que constitui a forma diretamente social do trabalho é a forma natural deste, seu caráter concreto, e não seu caráter geral, como no regime de produção de mercadorias" (*C.*, I, p. 42). Da mesma maneira, na produção agrícola da família patriarcal camponesa "os diversos trabalhos que engendram esses produtos, a agricultura e a pecuária, o fiar e o tecer e cortar, etc., são, por sua forma natural, funções sociais" (*Ibid.*, p. 43).

Assim, em contraste com a família patriarcal ou o domínio feudal, onde o trabalho em sua forma concreta possuía um caráter diretamente social, na sociedade mercantil a única relação social entre as unidades econômicas independentes, privadas, realiza-se através de uma troca e igualação multilaterais de produtos das mais variadas formas de trabalho concretas, isto é, através da abstração de suas propriedades concretas, através da transformação do trabalho concreto em abstrato. O dispêndio de energia humana como tal, num sentido fisiológico, não é ainda trabalho abstrato, trabalho que cria valor, muito embora esse dispêndio seja sua premissa. O que caracteriza o trabalho abstrato é a *abstração das formas concretas de trabalho, relação social básica entre produtores mercantis separados*. O conceito de trabalho abstrato pressupõe uma determinada forma social de organização do trabalho numa economia mercantil: os produtores individuais de mercadorias não estão diretamente vinculados no próprio processo de produção, na medida que este processo representa a totalidade das atividades de trabalho concretas; este vínculo se realiza através do processo de troca, isto é, através da abstração dessas propriedades concretas. O trabalho abstrato não é uma categoria fisiológica, mas uma categoria *social* e *histórica*. O trabalho abstrato difere do trabalho concreto não só em termos de suas propriedades negativas (abstração das formas concretas de trabalho), mas ainda em termos de sua propriedade positiva (a igualação de todas as formas de trabalho numa troca multilateral dos produtos do trabalho). "O trabalho materializado no valor das mercadorias não se representa tão somente de um modo negativo, como trabalho no qual se faz abstração de todas as formas concretas e qualidades úteis dos trabalhos reais, mas com isso colocamos em relevo, ademais, de modo expresso, seu próprio caráter positivo. O que fazemos é reduzir todos os trabalhos reais ao caráter de

trabalho humano comum a todos eles, ao dispêndio de força de trabalho humana" (*C.*, I, p. 33). Em outras passagens, Marx enfatiza que esta redução das formas concretas de trabalho a trabalho abstrato é levada a cabo de maneira definitiva no processo de troca. Entretanto, no processo de produção direta, esta redução tem um caráter de previsão ou ideal, posto que a produção é destinada à troca (ver adiante). Na teoria de Marx sobre o valor, a transformação do trabalho concreto em abstrato não é um ato teórico de abstração com a finalidade de encontrar uma unidade geral de medida. Esta transformação é um fato social real. A expressão teórica deste fato social, qual seja, a *igualação social* das diferentes formas de trabalho, e não sua *igualdade fisiológica*, constitui a categoria trabalho abstrato. Negligenciar esta natureza positiva, social, do trabalho abstrato, tem levado à interpretação do trabalho abstrato como um cálculo dos dispêndios de trabalho num sentido fisiológico, ou seja, uma propriedade puramente negativa de abstração das formas específicas do trabalho concreto.

O trabalho abstrato surge e se desenvolve na medida que a troca se torna a forma social do processo de produção, transformando assim o processo de produção em produção mercantil. Na ausência da troca como forma social de produção, não pode existir trabalho abstrato. Assim, à medida que o mercado e a esfera da troca se difundem, à medida que as unidades econômicas individuais são impelidas para a troca, à medida que essas unidades são transformadas numa economia social unificada e mais tarde numa economia mundial, ampliam-se as propriedades características do trabalho que chamamos trabalho abstrato. Nesse sentido, Marx escreveu: "só o comércio exterior, o desenvolvimento do mercado até constituir um mercado mundial, transforma o dinheiro em dinheiro mundial, e o trabalho *abstrato* em trabalho social. A riqueza abstrata, o valor, o dinheiro — e, conseqüentemente, o trabalho *abstrato* — se desenvolvem à medida que o trabalho concreto se desenvolve numa totalidade de variadas formas de trabalho abarcadas pelo mercado mundial" (*Theorien über den Mehrwert*, III, p. 301; grifos de Marx). Quando a troca está restrita aos limites nacionais, o trabalho abstrato não existe ainda em sua forma mais desenvolvida. O caráter abstrato do trabalho atinge sua inteireza quando o comércio internacional vincula e unifica todos os países, e quando o produto do trabalho nacional perde suas propriedades concretas específicas por estar destinado ao mercado mundial e igualado aos produtos do trabalho das mais variadas indústrias nacionais. Este conceito de trabalho abstrato está, com efeito, longe do conceito de dispêndios de trabalho num sentido fisiológico, sem referência às propriedades qualitativas da atividade de trabalho ou às formas sociais da sua organização.

Na produção baseada na troca, o produtor não está interessado no valor de uso do produto que faz, mas unicamente em seu valor. Os produtos não lhe interessam enquanto resultados do trabalho concreto, mas enquanto resultado do trabalho abstrato, isto é, na medida que podem despojar-se de sua forma útil inata e se transformar em dinheiro, e através do dinheiro numa série infinita de diferentes valores de uso. Se, do ponto de vista do valor, uma dada ocupação é menos vantajosa para um produtor que outra, ele passa de uma atividade concreta a outra, pressupondo-se que na economia mercantil existe plena mobilidade de trabalho. A troca cria a indiferença do produtor para com seu trabalho concreto (obviamente na forma de uma tendência, que é interrompida e debilitada por influências contrárias). "A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro, e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente. Neste caso, o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade, em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade. Esse estado de coisas se encontra mais desenvolvido na forma de existência mais moderna da sociedade burguesa — nos Estados Unidos. Aí, pois, a abstração da categoria 'trabalho', 'trabalho em geral', trabalho *sans phrase* [sem rodeios], ponto de partida da Economia moderna, torna-se pela primeira vez praticamente verdadeira. Assim, a abstração mais simples, que a Economia moderna situa em primeiro lugar e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, só aparece, no entanto, nesta abstração praticamente verdadeira como categoria da sociedade mais moderna." "Este exemplo mostra de uma maneira muito clara como até as categorias mais abstratas — precisamente por causa de sua natureza abstrata —, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas e não possuem plena validez senão para estas condições e dentro dos limites destas."[18] Citamos este longo excerto da obra de Marx porque aqui ele demonstrou definitivamente a impossibilidade de definir fisiologicamente "trabalho

(18) K. Marx, "*Introdução à Crítica da Economia Política*", *op. cit.*, pp. 119-120.

abstrato" ou "trabalho em geral". O "trabalho em geral" existe, à primeira vista, em todas as formas de sociedade, mas na realidade é produto de condições históricas de uma economia mercantil e só "possui significância plena" nesta economia. O trabalho abstrato torna-se uma relação social entre os membros da sociedade ao realizar-se através da troca e da igualação de produtos das mais variadas formas de trabalho: "Dentro deste mundo [o das mercadorias], é o caráter geral e humano do trabalho que constitui seu caráter especificamente social" (*C.*,I, p. 33) e somente este caráter de trabalho abstraído das propriedades concretas lhe confere o caráter de trabalho abstrato que cria valor. No valor, "o caráter *geral* do trabalho individual" aparece "como seu caráter *social*" — Marx repete constantemente esta idéia em [*Contribuição*] *Para a Crítica da Economia Política*.

Assim, na medida que o valor pode ser deduzido dialeticamente do trabalho, devemos entender por trabalho o trabalho que é organizado na forma social determinada existente numa economia mercantil. Quando falamos de trabalho fisiologicamente igual ou mesmo de trabalho em geral socialmente igualado, este trabalho não cria valor. Podemos nos aproximar de outro conceito menos concreto de trabalho apenas se restringirmos nossa tarefa a uma redução puramente analítica de valor a trabalho. Se partirmos do valor como uma forma social acabada, dada, do produto do trabalho (que não requer uma explicação especial) e se perguntarmos a que trabalho este valor pode ser reduzido, responderemos de maneira breve: a trabalho igual. Em outras palavras, se o valor só pode ser deduzido dialeticamente do trabalho abstrato, que se distingue como forma social concreta, a redução analítica do valor a trabalho pode se limitar à definição do caráter do trabalho como trabalho socialmente igualado em geral,[19] ou mesmo trabalho fisiologicamente igual. É possível que isto, precisamente, explique o fato de Marx, na segunda parte do Capítulo I de *O Capital*, ter reduzido valor a trabalho pelo método analítico e sublinhado o caráter do trabalho como fisiologicamente igual, sem insistir mais longamente na forma social de organização do trabalho na economia mercantil.[20] Por outro lado, onde quer que Marx deseje deduzir dialeticamente o valor a partir do trabalho abstrato, ele enfatiza a forma social do trabalho na economia mercantil como característica do trabalho abstrato.

Tendo explicado a natureza social do trabalho abstrato e sua relação com o processo de troca, devemos responder a certas observações críticas[21] que foram lançadas contra nossa concepção de trabalho abstrato. Alguns críticos dizem que nossa concepção de trabalho abstrato pode levar à conclusão de que o trabalho abstrato só se origina no ato de troca, do que se segue que o valor também se origina apenas na troca. No entanto, do ponto de vista de Marx, o valor, e dessa maneira também o trabalho abstrato, deve existir já no processo de produção. Isto implica numa questão bastante séria e profunda sobre a relação entre produção e troca. Como resolver esse problema? Por um lado, o valor e o trabalho abstrato já devem existir no processo de troca, embora, em várias outras passagens, Marx diga que o trabalho abstrato pressupõe o processo de troca.

Podemos citar vários exemplos. Segundo Marx, Franklin percebeu o trabalho como abstrato, mas não compreendeu que ele era abstratamente geral, trabalho social que surge da completa alienação do trabalho individual (*Crítica*, pp. 156-157). O principal erro de Franklin foi, portanto, não levar em consideração o fato de que o trabalho abstrato surge da alienação do trabalho individual.

(19) Ver antes, Capítulo 12, as citações em que Marx reconhece o trabalho socialmente igualado como a substância do valor.

(20) Na primeira edição alemã de *O Capital*, Marx resumiu a diferença entre o trabalho concreto e o abstrato da seguinte maneira: "Segue-se do que dissemos que uma mercadoria não possui duas formas diferentes de trabalho, mas um *único e mesmo trabalho* é definido de maneiras diferentes e mesmo opostas, conforme esteja relacionado ao *valor de uso* das mercadorias como seu *produto*, ou ao *valor mercantil* como sua expressão *material*" (*Kapital*, I, 1867, p. 13; grifos de Marx). O valor não é produto do trabalho, mas uma expressão material, fetiche, da atividade laboriosa das pessoas. Infelizmente, na segunda edição Marx substituiu este resumo que destaca o caráter social do trabalho social pela bem conhecida sentença conclusiva da Parte 2 do Capítulo I, que deu a muitos comentadores uma base para compreender o trabalho abstrato num sentido fisiológico: "todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho no sentido fisiológico" (*C.*, I, p. 13). Parece que o próprio Marx percebeu a inexatidão da caracterização preliminar de trabalho abstrato que dera na segunda edição de *O Capital*. Prova notável disso é o fato de que na edição francesa do Livro I de *O Capital* (1875), Marx achou necessário completar essa caracterização: aqui, na página 18, Marx deu simultaneamente ambas definições de trabalho abstrato; primeiramente, ele repete a definição citada acima, da primeira edição de *O Capital*, após a qual segue-se a definição da segunda edição. Não se deve esquecer que, como regra geral, na edição francesa de *O Capital*, Marx simplificou e, em alguns lugares, abreviou sua exposição. Neste ponto, porém, ele sentiu ser necessário complementar e complexar a caracterização de trabalho abstrato, reconhecendo assim, ao que parece, a insuficiência da definição de trabalho abstrato, dada na segunda edição.

(21) Ver "Otvet kritikam", *loc. cit.*, de Rubin.

Este caso não constitui uma frase isolada na obra de Marx. Em edições posteriores de *O Capital*, Marx sublinhou, com crescente acuidade, a idéia de que numa economia mercantil somente a troca transforma o trabalho concreto em abstrato.

Podemos analisar a passagem bastante conhecida que citamos anteriormente: "os homens não relacionam os produtos de seu trabalho entre si como valores porque estes objetos lhes pareçam envoltórios simplesmente materiais de um trabalho humano igual. Pelo contrário. Ao equiparar seus diversos *produtos uns aos outros* na troca, *como valores*, o que fazem é equiparar entre si seus diversos trabalhos, como modalidades de trabalho humano" (*C.*, I, p. 39). Na primeira edição de *O Capital*, esta passagem tinha o significado exatamente oposto. Na obra original de Marx, esta passagem diz: "Os homens relacionam seus produtos uns aos outros como valores na medida que estas coisas são para eles apenas envoltórios materiais de trabalho humano homogêneo", etc. (*Kapital*, I, 1867, p. 38). Para evitar interpretação no sentido de que as pessoas igualam conscientemente seu trabalho com os demais de antemão, como abstrato, Marx modificou inteiramente o significado de sua sentença na segunda edição, e sublinhou o significado de que a igualação do trabalho como trabalho abstrato só ocorre através da troca de produtos do trabalho. Esta é uma modificação significativa entre a primeira e a segunda edição.

Mas, como dissemos, Marx não se limitou à segunda edição do Livro I de *O Capital*. Ele corrigiu também o texto posterior para a edição francesa de 1875. Aqui, escreveu que introduzira modificações que não tinha sido possível incluir na segunda edição alemã. Com isso, Marx atribuiu à edição francesa de *O Capital* um valor científico independente, paralelo ao da edição alemã original.

Na segunda edição de *O Capital* encontra-se a frase bastante conhecida: "Para encontrar a igualdade *toto coelo* dos diversos trabalhos, temos forçosamente de nos abstrair de sua desigualdade real, reduzi-los ao caráter comum a todos eles, como desgaste de força de trabalho humana, como trabalho humano abstrato" (*C.*, I, p. 39). Na edição francesa, Marx, no final dessa frase, substituiu o ponto por uma vírgula e adicionou: "e somente a troca realiza esta redução, ao opor os produtos de diferentes formas de trabalho uns aos outros sobre a base de igualdade" (edição francesa de *O Capital*, 1875, p. 29). Esta inserção é significativa e mostra como Marx estava distante da interpretação fisiológica do trabalho abstrato. Como se pode conciliar essas afirmações de Marx, que podem ser multiplicadas, com sua visão básica de que o valor é criado na produção?

Não é difícil conciliar essas visões.

O problema é que, ao tratar da questão da relação entre troca e produção, não são adequadamente distingüidos dois conceitos de troca. Devemos distinguir a troca enquanto forma social do processo de reprodução, da troca enquanto fase particular deste processo de reprodução, alternando-se com a fase de produção direta.

À primeira vista, parece que a troca é uma fase separada do processo de reprodução. Podemos perceber que o processo de produção direta vem primeiro, e a fase de troca vem a seguir. Aqui a troca está separada da produção e permanece oposta a ela. Mas a troca não é apenas uma fase separada do processo de reprodução; ela coloca sua marca no processo inteiro de reprodução. É uma forma social particular do processo social de produção. Produção baseada na troca privada — são essas as palavras com que Marx caracterizava, com freqüência, uma economia mercantil. A partir deste ponto de vista, "a troca de produtos enquanto mercadorias é uma forma determinada de trabalho social ou produção social" (*Theorien über den Mehrwert*, III, 1921, p. 153). Se prestarmos atenção ao fato de que a troca é uma forma social do processo de produção, forma que deixa sua marca no próprio curso do processo de produção, então muitas das afirmações de Marx tornar-se-ão completamente claras. Quando Marx repete constantemente que o trabalho abstrato é resultado apenas da troca, isto significa que é o resultado de uma dada forma social do processo de produção. É apenas na medida que o processo de produção adquire a forma de produção mercantil, isto é, produção baseada na troca, que o trabalho adquire a forma de trabalho abstrato e os produtos do trabalho adquirem a forma de valor.

Assim, a troca é antes de mais nada uma forma de processo de produção, ou uma forma de trabalho social. Desde que a troca é realmente a forma dominante do processo de produção, ela deixa sua marca no processo de produção direta. Em outras palavras, desde que uma pessoa produza após ter deixado o ato de troca, e antes de adentrar no próximo ato de troca, o processo de produção direta adquire determinadas propriedades que correspondem à organização da economia mercantil baseada na troca. Mesmo que o produtor mercantil permaneça em sua oficina e num dado momento não entre na troca com os demais membros da sociedade, ele já sente a pressão de todas aquelas pessoas que entram no mercado como seus compradores, concorrentes, compradores de seus concorrentes, etc., em última análise, a pressão de todos os membros da sociedade. Essa relação econômica e essas relações de produção, que se realizam diretamente na

troca, estendem sua influência mesmo depois do ato concreto de troca ter-se encerrado. Esses atos deixam uma nítida marca social no indivíduo e no produto de seu trabalho. Já no próprio processo de produção direta, o produtor aparece como *produtor mercantil*, seu trabalho possui o caráter de trabalho *abstrato* e seu produto o caráter de *valor*.

Entretanto, é necessário estar prevenido, aqui, dos erros seguintes. Muitos autores acham que, como o processo de produção direta já possui propriedades sociais determinadas, isto significa que os produtos do trabalho e o trabalho, na fase de produção direta, estão caracterizados em todos os detalhes pelas mesmas propriedades que os caracterizam na fase de troca. Essa afirmação é errônea porque, ainda que ambas as fases (a fase de produção direta e a fase da troca) estejam intimamente relacionadas uma à outra, isto não significa que a fase de produção tornou-se fase de troca. Existe certa semelhança entre as duas fases, mas também é preservada uma certa diferença. Em outras palavras, reconhecemos que, a partir do momento em que a troca se torna a forma dominante de trabalho social e as pessoas produzem especialmente para a troca, o caráter do produto do trabalho como valor é tomado em consideração na fase de produção direta. Mas este caráter do produto do trabalho como valor não é ainda o caráter que ele adquire quando é de fato trocado por dinheiro, quando, nas palavras de Marx, seu valor "ideal" transforma-se em valor "real" e a forma social de mercadorias é substituída pela forma social de dinheiro.

Isto é verdadeiro também para o trabalho humano. Sabemos que os produtores de mercadorias, em seus atos de produção, levam em consideração o estado do mercado e da demanda durante o processo de produção direta. Eles produzem exclusivamente para transformar seu produto em dinheiro e, desta maneira, seu trabalho privado e concreto em trabalho social e abstrato. Mas esta inclusão do trabalho do indivíduo no mecanismo de trabalho da sociedade inteira é apenas preliminar e conjectural: está ainda sujeito à dura verificação no processo de troca, verificação que pode dar resultados positivos ou negativos para esse determinado produtor mercantil. Assim, a atividade de trabalho dos produtores de mercadorias na fase de produção é diretamente trabalho privado e concreto, e só é trabalho social indiretamente, ou de maneira latente, como diz Marx.

Assim, quando lemos a obra de Marx, e particularmente suas descrições acerca de como a troca influencia o valor e o trabalho abstrato, devemos perguntar sempre o que Marx tinha em mente nesse dado caso: a troca como forma do próprio processo de produção, ou a troca como uma fase separada, oposta à fase de produção. Na medida que se ocupa da troca como uma forma do processo de produção, Marx diz claramente que sem a troca não existe nem trabalho abstrato nem valor. O trabalho só adquire o caráter de trabalho abstrato na medida que a troca se desenvolve. Quando Marx fala na troca como fase separada, em oposição à fase de produção, ele diz que mesmo antes do processo de troca o trabalho e o produto do trabalho possuem características sociais determinadas, mas que essas características devem realizar-se no processo de troca. No processo de produção direta, o trabalho ainda não é trabalho abstrato no pleno sentido da palavra, ainda deve tornar-se (*werden*) trabalho abstrato. Inúmeras afirmações com este teor podem ser encontradas nas obras de Marx. Podemos citar duas passagens da *Crítica*: "Mas, de fato, os trabalhos individuais que se apresentam nestes valores de uso particulares somente se tornam trabalho geral, e desta forma trabalho social, trocando-se efetivamente entre si proporcionalmente ao tempo de duração do trabalho contido neles. O tempo de trabalho social existe, por assim dizer, apenas de forma latente nestas mercadorias e se manifesta somente em seu processo de troca" (*Crítica*, p. 149). Em outra parte, Marx escreve: "As mercadorias se defrontam agora com uma dupla existência, efetivamente, como valores de uso, e, idealmente, como valores de troca. Agora apresentam mutuamente a dupla forma do trabalho contido nelas: aí o trabalho real e particular se encontra efetivamente no seu valor de uso, enquanto o trabalho abstrato e geral assume um modo de ser representado em seu preço (*Ibid.*, pp. 166-167).

Marx sustenta que a mercadoria e o dinheiro não perdem suas diferenças em razão do fato de toda mercadoria poder se transformar em dinheiro; cada um deles é na realidade o que o outro é idealmente, e idealmente o que é o outro na realidade. Todas essas afirmações mostram que não devemos pensar o problema de maneira muito literal. Não devemos pensar que, na medida que no processo de produção direta os produtores de mercadorias estão diretamente vinculados uns aos outros por relações de produção, então seus produtos e seu trabalho já possuem um caráter diretamente social. A realidade não é assim. O trabalho do produtor de mercadorias é diretamente privado e concreto, mas adquire uma propriedade social complementar, "ideal" ou "latente", na forma de trabalho abstrato-geral e social. Marx ria-se sempre dos utopistas, que sonhavam com o desaparecimento do dinheiro e acreditavam no dogma de que "o trabalho especial do indivíduo particular, contido na mercadoria é [diretamente] trabalho social" (*Crítica*, p. 179).

Devemos responder agora à seguinte questão: pode o trabalho abstrato, que tratamos como pura "substância social", ter uma determinação *quantitativa*, isto é, uma *magnitude* determinada? É óbvio que, do ponto de vista da teoria de Marx, o trabalho abstrato tem uma magnitude determinada, e exatamente por causa disso o produto do trabalho não só adquire a forma social de valor como tem um valor de magnitude determinada. Para compreender a possibilidade de caracterização quantitativa do trabalho abstrato, devemos recorrer novamente à comparação do trabalho abstrato com o trabalho socialmente igualado que é encontrado numa comunidade socialista. Suponhamos que os órgãos da comunidade socialista igualem o trabalho de diferentes tipos e dos diferentes indivíduos. Por exemplo, um dia de trabalho simples é tomado como uma unidade, e um dia de trabalho qualificado como três unidades; um dia de trabalho do operário com experiência A é tomado como igual a dois dias de trabalho do operário inexperiente B, e assim por diante. Com base nesses princípios gerais, os órgãos de contabilidade social sabem que o operário A dispendeu no processo social de produção 20 unidades de trabalho, e o operário B, 10 unidades. Significa isto que o operário A trabalhou na realidade o dobro do tempo de B? Absolutamente não. Este cômputo tampouco significa que A gastou duas vezes mais energia fisiológica que B. Do ponto de vista da duração real do tempo de seu trabalho, é possível que A e B tenham trabalhado igual número de horas. É possível que, do ponto de vista da quantidade de energia fisiológica dispendida no processo de trabalho, A tenha gasto menos energia que B. A despeito disso, a quantidade de "trabalho social" que representa a quota de A é maior que a quantidade de trabalho que representa a quota de B. Este trabalho representa pura "substância social". As unidades desse trabalho são unidades de uma massa homogênea de trabalho social, calculadas e igualadas por órgãos sociais. Simultaneamente, o trabalho social tem uma magnitude completamente determinada, mas (e não se deve esquecer isto) uma magnitude de caráter puramente social. As 20 unidades de trabalho que constituem a quota de A não representam o número de horas trabalhadas, nem o montante de energia fisiológica realmente dispendida, mas um número de unidades sociais de trabalho, isto é, uma *magnitude social*. O trabalho abstrato é precisamente uma magnitude social desse tipo. Numa economia mercantil espontânea, ele desempenha o papel do trabalho socialmente igualado numa economia socialista organizada conscientemente. Assim, Marx menciona constantemente que o trabalho abstrato é uma "substância social" e sua magnitude uma "magnitude social".

Somente através dessa interpretação sociológica do trabalho abstrato podemos entender a proposição central de Marx de que o trabalho abstrato "cria" valor ou encontra sua expressão na forma de valor. O conceito fisiológico de trabalho abstrato poderia levar facilmente a uma concepção naturalista do valor, a uma concepção que contradiz nitidamente a teoria de Marx. Segundo Marx, o trabalho abstrato e o valor distinguem-se pela mesma natureza social e representam magnitudes puramente sociais. Trabalho abstrato significa "determinação social do trabalho", e o valor, a propriedade social do produto do trabalho. Somente o trabalho abstrato, que pressupõe determinadas relações de produção entre as pessoas, cria valor, e não o trabalho no sentido técnico-material ou fisiológico.[22] As relações entre trabalho abstrato e valor não podem ser pensadas como relações entre causas físicas e efeitos físicos. O valor é a expressão material do trabalho social, na forma específica que o trabalho possui numa economia mercantil, qual seja, trabalho abstrato. Isto significa que o valor é trabalho "coagulado", "o simples coágulo de trabalho humano indistinto", "cristalização desta substância social" do trabalho (*C.*, I, p. 6). Devido a essas observações, Marx foi freqüentemente atacado e acusado de uma construção "naturalista" da teoria do valor. Mas essas observações só podem ser compreendidas de maneira apropriada comparando-as com a teoria de Marx sobre o fetichismo da mercadoria e a

(22) É por isso que Stolzmann está errado. Ele escreve: "Se o significado e o caráter de todos os eventos econômicos decorre de suas 'funções sociais', por que isto não é verdade também para o trabalho, por que o trabalho não encontra seu caráter em sua função social, isto é, na função que lhe pertence na presente ordem econômica, a qual é o objeto a ser explicado?" (Stolzmann, *Der Zweck in der Volkswirtschaft*, 1909, p. 533). Na realidade, o trabalho criador de valor não foi abordado por Marx como um fator técnico de produção, mas do ponto de vista das formas sociais de sua organização. Segundo Marx, a forma social do trabalho não está suspensa num vazio: ela está intimamente relacionada ao processo material de produção. Somente através de uma má interpretação total da forma social do trabalho no sistema de Marx é possível afirmar que "o trabalho é para Marx simplesmente um fator técnico de produção" (S. Prokopovich, *K kritike Marksa* (Para uma Crítica de Marx), 1901, p. 16), ou considerar "um erro fundamental de Marx que, ao explicar o valor em termos de trabalho, negligencie as diferentes avaliações de diferentes formas de trabalho" como um fator de produção (G. Cassel, "Grundriss einer elementaren Preislehre", *Zeitschrift für die Gesamte Staatswissenschaft*, 1899, nº 3, p. 447). O próprio Marshall vê o erro de Marx em este ter ignorado a "qualidade do trabalho" (Marshall, *Principles of Economics* (Princípios de Economia), 1910, p. 503). A questão é se estamos interessados nas propriedades sociais ou técnicas do trabalho. Marx estava interessado nas formas sociais ou qualidade social do trabalho numa economia mercantil, uma forma que está expressa no ato de abstração das propriedades técnicas de diferentes formas de trabalho.

"reificação" das relações sociais. O primeiro postulado de Marx é o de que as relações sociais de produção entre as pessoas se expressam sob uma forma material. Segue-se daí que o trabalho social (ou seja, abstrato) expressa-se sob a forma de valor. Assim, o valor é *trabalho* "reificado", "materializado", e simultaneamente uma expressão das *relações* de produção *entre pessoas*. Essas duas definições de valor se contradizem se tratarmos do trabalho fisiológico, mas complementam-se perfeitamente se tratarmos do trabalho *social*. O trabalho abstrato e o valor possuem uma natureza social, e não técnico-material ou fisiológica. O valor é uma propriedade social (ou forma social) de um produto do trabalho, assim como o trabalho abstrato é uma "substância social" que está na base desse valor. A despeito disso, o trabalho abstrato, assim como o valor que ele cria, possui não só um aspecto qualitativo mas também quantitativo. Ele tem uma magnitude determinada, da mesma maneira que a tem o trabalho social contabilizado pelos órgãos de uma comunidade socialista.

Para encerrar a questão da determinação quantitativa do trabalho abstrato, devemos explicar um possível mal-entendido que poderia surgir. À primeira vista, parece que se o trabalho abstrato é resultado da igualação social do trabalho através da igualação dos produtos do trabalho, o único critério de igualdade ou desigualdade de dois dispêndios de trabalho é o fato da igualdade (ou desigualdade) no processo de troca. A partir desse ponto de vista, não podemos falar de igualdade ou desigualdade de dois dispêndios de trabalho antes do momento de sua igualação social através do processo de troca. Por outro lado, se no processo de troca esses dois dispêndios de trabalho são igualados socialmente, devemos considerá-los iguais, ainda que não o sejam (por exemplo, com respeito ao número de horas de trabalho) no processo de produção direta.

Tal afirmativa leva a falsas conclusões. Ela nos retira o direito de dizer que, no processo de troca, iguais quantidades de trabalho, e às vezes quantidades bastante desiguais (por exemplo, na troca de produtos de trabalho altamente qualificado por produtos de trabalho não-qualificado, ou na troca de produtos a preços de produção numa economia capitalista, etc.), são igualadas socialmente. Teríamos de admitir que a igualação social do trabalho no processo de troca é levada a cabo independentemente dos aspectos quantitativos que caracterizam o trabalho no processo de produção direta (por exemplo, a duração, a intensidade, a extensão do treinamento para um dado nível de qualificação, e assim por diante) e, desta maneira, faltaria à igualação social qualquer regularidade, posto que estaria determinada exclusivamente pela espontaneidade do mercado.

É fácil mostrar que a teoria do trabalho abstrato, desenvolvida anteriormente, nada tem em comum com a falsa impressão acima mencionada. Podemos voltar novamente ao exemplo da comunidade socialista. Os órgãos da comunidade socialista reconheceram ao operário A o direito a 20 horas de trabalho social, e ao operário B o direito a 10 horas de trabalho social. Esses cálculos seriam efetuados pelos órgãos da comunidade socialista com base nas propriedades que caracterizam o trabalho no processo de produção técnico-material (por exemplo, sua duração, intensidade, quantidade de bens produzidos, e assim por diante). Se os órgãos da comunidade socialista tomassem como único critério decisivo a quantidade de energia fisiológica dispendida pelos operários (supomos que esta quantidade possa ser determinada através de investigação psicofisiológica), para determinar a participação quantitativa de cada operário, diríamos que os fundamentos para a igualação social do trabalho são as propriedades do trabalho que o caracterizam em termos de seu aspecto fisiológico e não de seu aspecto técnico-material. Mas isto não modificaria o problema. Em ambos os casos poderíamos dizer que o ato de igualação social dos dois dispêndios de trabalho é levado a cabo com base nas características situadas fora do ato mesmo de igualação. Mas não se segue daí, de maneira alguma, que a igualdade social dos dois dispêndios de trabalho, determinada com base em sua igualdade fisiológica, seja idêntica à sua igualdade fisiológica. Mesmo se supusermos que uma dada expressão numérica de duas quantidades de trabalho social (20 horas e 10 horas de trabalho social) coincida exatamente com a expressão numérica de duas quantidades de energia fisiológica (20 unidades e 10 unidades de energia fisiológica), existe ainda uma diferença essencial entre a natureza do trabalho social e o dispêndio de energia fisiológica, entre a igualação social do trabalho e sua igualdade fisiológica. Isto é ainda mais válido naqueles casos em que a igualação social não é regulada com base em uma, mas com base em toda uma série de propriedades que caracterizam o trabalho em seus aspectos técnico-material ou fisiológico. Neste caso, o trabalho socialmente igual não é apenas qualitativamente diferente do trabalho fisiologicamente igual, mas a determinação quantitativa do primeiro só pode ser compreendida como resultado da igualação social do trabalho. As características qualitativas, bem como quantitativas, do trabalho social, não podem ser compreendidas sem a análise da forma social do processo de produção no qual a igualação social do trabalho tem lugar.

É precisamente este o estado de coisas que encontramos numa economia mercantil. A igualdade de duas quantidades de trabalho abstrato significa sua igualdade enquanto partes do trabalho social total — uma igualdade que só se estabelece, no processo de igualação social do trabalho, através da igualação dos produtos do trabalho. Afirmamos, assim, que, numa economia mercantil, a igualdade *social* de dois dispêndios de trabalho, ou sua igualdade sob a forma de trabalho *abstrato*, se estabelece através do processo de troca. Mas isto não nos impede de descobrir uma série de propriedades quantitativas que distinguem o trabalho em termos de seus aspectos técnico-material e fisiológico, e que influenciam causalmente a determinação quantitativa do trabalho abstrato antes do ato de troca e independentemente dele. As propriedades mais importantes são: 1) a *duração do dispêndio de trabalho*, ou a quantidade de *tempo de trabalho*; 2) a *intensidade* do trabalho; 3) a *qualificação* do trabalho; e 4) a *quantidade de produtos* produzidos numa unidade de tempo. Podemos examinar brevemente cada uma dessas propriedades.

Marx considera a *quantidade de tempo de trabalho* dispendida pelo operário como a propriedade básica que caracteriza a determinação quantitativa do trabalho. Este método de determinação quantitativa do trabalho segundo o tempo de trabalho é característico do método sociológico de Marx. Se estivéssemos considerando a determinação quantitativa do trabalho num laboratório psicofisiológico, teríamos de tomar como uma unidade de trabalho certa quantidade de energia fisiológica dispendida. Mas, quando consideramos a distribuição do trabalho social entre indivíduos e ramos de produção — distribuição que se realiza conscientemente numa comunidade socialista, e espontaneamente numa economia mercantil —, as diferentes quantidades de *trabalho* aparecem como diferentes quantidades de *tempo de trabalho*. Assim, Marx substitui, com freqüência, trabalho por tempo de trabalho, e examina o tempo de trabalho como a substância materializada no produto (*Crítica*, pp. 18 e 20).

Marx toma, assim, o tempo de trabalho ou a "magnitude extensiva do trabalho" como medida básica do trabalho (*C.*, I, p. 434). Junto a esta propriedade, Marx coloca a *intensidade* do trabalho, a "magnitude intensiva do trabalho", ou seja, "o dispêndio de uma determinada quantidade de trabalho num determinado período de tempo", como propriedade complementar e secundária (*Ibid.*). Uma hora de trabalho de maior intensidade é reconhecida como igual, por exemplo, a 1 1/2 hora de trabalho de intensidade normal. Em outras palavras, o trabalho mais intensivo é reconhecido como igual ao trabalho de maior duração. A intensidade é transformada em unidades de tempo de trabalho ou a magnitude intensiva é calculada como magnitude extensiva. Esta redução da intensidade do trabalho a tempo de trabalho atesta de maneira surpreendente em que medida Marx subordinou as propriedades características do trabalho, vistas a partir de seu aspecto fisiológico, às propriedades de caráter social que desempenham um papel decisivo no processo social de distribuição do trabalho.

O papel subordinado da intensidade do trabalho com relação ao tempo de trabalho é mostrado de maneira ainda mais surpreendente nas observações posteriores de Marx. Segundo Marx, a propriedade de intensidade do trabalho é levada em consideração para determinar uma quantidade de trabalho abstrato, apenas quando esse dado dispêndio de trabalho difere em maior ou menor extensão comparativamente ao nível médio. Mas "se a intensidade do trabalho aumentasse simultaneamente e por igual em todos os ramos industriais, o novo grau, mais elevado, de intensidade, converter-se-ia no grau social médio normal e deixaria, portanto, de contar como magnitude extensiva" (*C.*, I, p. 439).[23] Em outras palavras, se, num dado país, hoje ou há cinqüenta anos, um milhão de dias de trabalho (de oito horas cada um) são dispendidos para a produção todos os dias, a soma de valor criado diariamente permanece inalterada ainda que a intensidade média de trabalho aumente, por exemplo, uma vez e meia, durante esse meio século e, assim, a quantidade de energia fisiológica dispendida aumenta. Este raciocínio por parte de Marx prova que não se pode confundir trabalho fisiológico com trabalho abstrato, e que o montante de energia fisiológica não pode ser tomado como propriedade qualitativa básica que determina o montante de trabalho abstrato e a magnitude do valor criado. Marx considera o tempo de trabalho como

(23) Marx expressou a mesma idéia mais nitidamente em *Theorien über den Mehrwert*, III, pp. 365-366: "Se esta intensificação do trabalho se tornasse geral, o valor das mercadorias teria então de baixar, em correspondência com a menor quantidade de tempo de trabalho nelas dispendido". Se, com uma elevação geral da intensidade do trabalho, são dispendidas 12 horas, ao invés das 15 horas anteriores, num dado produto, então na concepção de Marx o valor do produto cai (posto que é determinado pelo tempo de trabalho e pelo número de horas dispendidas). O montante de energia fisiológica dispendida nos produtos não se modificou (ou seja, em 12 horas é dispendida agora tanta energia quanto se dispendia anteriormente em 15 horas). Assim, do ponto de vista dos defensores de uma interpretação fisiológica do valor-trabalho, o valor do produto teria permanecido inalterado.

medida do valor, e a intensidade do trabalho tem apenas um papel complementar e subordinado.

Dedicaremos o próximo capítulo ao problema do trabalho *qualificado*. Aqui, mencionaremos apenas que Marx, fiel à sua visão geral do tempo de trabalho como medida do valor, reduziu um dia de trabalho qualificado a um dado número de dias de trabalho simples, isto é, novamente a tempo de trabalho.

Até agora, examinamos a igualação de quantidades de trabalho dispendidas em ramos diversos de produção. Se considerarmos os diferentes dispêndios de trabalho num mesmo ramo de produção (mais exatamente, dispêndios para a produção de bens do mesmo tipo e qualidade), sua igualação está sujeita ao seguinte princípio: dois dispêndios de trabalho são reconhecidos como iguais se criarem *iguais quantidades de um dado produto*, ainda que de fato esses dispêndios de trabalho possam ser muito diferentes um do outro em termos de duração do tempo de trabalho, intensidade, e assim por diante. O dia de trabalho de um operário mais altamente qualificado, ou que trabalhe com melhores meios de produção, é igualado a dois dias de trabalho de um operário menos qualificado, ou de um operário que trabalhe com piores meios de produção, ainda que a quantidade de energia fisiológica dispendida no primeiro caso seja muito menor que no segundo caso. Aqui, a propriedade decisiva que determina a característica quantitativa do trabalho como abstrato e socialmente necessário não constitui de maneira alguma o montante de energia fisiológica dispendida. Aqui também, Marx reduz o trabalho de um operário que se distingue por sua habilidade ou por meios de produção melhores a tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, Marx iguala trabalho a uma determinada quantidade de tempo de trabalho.

Podemos ver que a característica quantitativa do trabalho abstrato é *condicionada causalmente* por uma série de propriedades, que caracterizam o trabalho em termos de seus aspectos técnico-material e fisiológico, no processo de produção direta, antes do processo de troca e independentemente deste. Mas, se dois dispêndios de trabalho dados, independentes do processo de troca, diferem em termos de duração, intensidade, nível de qualificação e produtividade técnica, a *igualação social* desses dispêndios de trabalho só se realiza numa economia mercantil através da troca. Trabalho *socialmente igualado* e trabalho *abstrato* diferem qualitativa e quantitativamente do trabalho examinado em termos de seus aspectos técnico-material ou fisiológico.

Capítulo 15

Trabalho Qualificado

No processo de troca, os produtos de diferentes formas concretas de trabalho são igualados e, assim, também o trabalho é igualado. Se as outras condições permanecem inalteradas, as diferenças nas formas de trabalho concretas não desempenham nenhum papel na economia mercantil, e o produto de uma hora de trabalho do produtor de calçados é igualado ao produto de uma hora de trabalho do alfaiate. Entretanto, as diferentes formas de trabalho ocorrem em condições desiguais; diferem uma da outra segundo sua intensidade, sua periculosidade para a saúde, a duração da aprendizagem, e assim por diante. O processo de troca elimina as diferenças entre as formas de trabalho; elimina simultaneamente as diferentes condições e converte diferenças qualitativas em quantitativas. Devido a essas condições diferentes, o produto de um dia de trabalho do produtor de calçados é trocado, por exemplo, pelo produto de dois dias de trabalho de um operário de construção não-qualificado ou de um escavador, ou pelo produto de meio dia de trabalho de um joalheiro. No mercado, produtos produzidos com diferentes quantidades de tempo são igualados como valores. À primeira vista, esta concepção contradiz a premissa básica da teoria de Marx, segundo a qual o valor do produto do trabalho é proporcional ao tempo de trabalho dispendido em sua produção. Vejamos como essa contradição pode ser resolvida.

Entre as diferentes condições de trabalho acima mencionadas, as mais importantes são a intensidade de dada forma de trabalho e a duração da aprendizagem e preparação necessárias a dada forma de trabalho ou profissão. A questão da intensidade do trabalho não é um problema teórico especial e o trataremos de passagem. No entanto, nossa atenção principal será dedicada à questão do trabalho qualificado.

Em primeiro lugar, definiremos trabalho *qualificado* e *simples*. Trabalho simples é "o emprego dessa simples força de trabalho que todo homem comum e corrente, em média, possui em seu organismo corporal, sem necessidade de *educação especial*" (*C.*, I, p. 11; grifos nossos). Em contraste com o trabalho simples, chamaremos trabalho qualificado aquele que requer um aprendizado especial, ou seja, "uma aprendizagem mais longa ou profissional e uma educação geral mais importante que a média dos trabalhadores".[1] Poder-se ia pensar que o trabalho simples, médio, é uma magnitude igual entre diferentes povos e que não se modifica no curso do desenvolvimento histórico. O trabalho simples médio tem um caráter diferente em países diferentes e diferentes épocas culturais, mas representa uma determinada magnitude para cada sociedade determinada num dado momento de seu desenvolvimento (*C.*, I, p. 11). O trabalho que qualquer operário médio pode desempenhar na Inglaterra, exigiria algum tipo de preparo do operário na Rússia. O trabalho que o operário russo médio é capaz de efetuar no presente seria considerado trabalho acima da média, em termos de complexidade, na Rússia de cem anos atrás.

A diferença entre o trabalho qualificado e o simples se manifesta: 1) no maior *valor dos produtos* produzidos pelo trabalho qualificado, e 2) no maior *valor* da *força de trabalho* qualificada, ou seja, no salário maior do trabalhador assalariado qualificado. De um lado, o produto de um dia de trabalho do joalheiro possui um valor duas vezes maior que o produto do trabalho de um dia do produtor de calçados. De outro lado, o operário-joalheiro obtém do empresário-joalheiro um salário maior que o produtor de calçados recebe de seu empresário. O primeiro fenômeno é uma propriedade da economia mercantil enquanto tal, e caracteriza as relações entre as pessoas enquanto produtoras de mercadorias. O segundo fenômeno é propriedade apenas da economia capitalista, e caracteriza as relações entre as pessoas como relações entre capitalistas e trabalhadores assalariados. Na medida que, na teoria do valor, que estuda as propriedades da economia mercantil como tal, tratamos apenas do valor das mercadorias e não do valor da força de trabalho, consideraremos neste capítulo apenas o valor dos produtos do trabalho qualificado, deixando de lado a questão do valor da força de trabalho qualificada.

(1) Otto Bauer, "Qualifizierte Arbeit und Kapitalismus", *Die Neue Zeit*, Stuttgart, 1906, Bd. I, nº 20.

O conceito de trabalho qualificado deve ser distinguido com exatidão de dois outros conceitos, que são com ele freqüentemente confundidos: *habilidade* (ou *destreza*) e *intensidade*. Ao falar do trabalho qualificado temos em mente o nível de qualificação *média* (aprendizado) que é necessário para o emprego em dada *forma* de trabalho, dada profissão ou especialidade. Esta qualificação média deve ser distinguida da qualificação *individual* do produtor isolado, no contexto da *mesma* profissão ou especialidade. O trabalho do joalheiro requer, em média, um alto nível de qualificação, mas diferentes joalheiros mostram, em seu trabalho, graus diferentes de experiência, aprendizado e habilidade; diferem um do outro em termos de destreza ou habilidade de seu trabalho (*C.*, I, pp. 6-7 e 148). Se o produtor de calçados produz, em média, um par de sapatos por dia, e um determinado produtor de calçados mais hábil e melhor treinado produz dois pares, então, naturalmente, o produto de um dia de trabalho do produtor de calçados mais qualificado (dois pares de sapatos) terá um valor duas vezes superior ao produto de um dia de trabalho do produtor de calçados de habilidade média (um par de sapatos). Isto é óbvio, na medida que o valor é determinado, como mostraremos detalhadamente no próximo capítulo, não pelo indivíduo, mas pelo trabalho socialmente necessário para a produção. Diferenças de habilidade ou destreza entre os dois diferentes produtores de calçados podem ser medidas com precisão, em termos da diferente quantidade de produtos que produzem durante o mesmo período (dados os mesmos instrumentos de trabalho e iguais condições). Assim, o conceito de habilidade ou destreza do trabalho entra na teoria do trabalho socialmente necessário e não apresenta dificuldades teóricas especiais. A questão do trabalho qualificado apresenta problemas muito maiores. Este está relacionado a diferentes valores de produtos produzidos em tempo igual por dois produtores de *diferentes* profissões, produtores cujos produtos não são comparáveis um com o outro. Os analistas que reduzem o trabalho qualificado à habilidade simplesmente evitam o problema. Assim, L. Boudin sustenta que o maior valor do produto do trabalho qualificado pode ser explicado pelo fato de que o trabalho qualificado produz maior quantidade de produtos.[2] F. Oppenheimer diz que Marx, que se concentrou na qualificação "adquirida" resultante de "educação e

(2) Louis B. Boudin, *The Theoretical System of Karl Marx in the Light of Recent Criticism* (O Sistema Teórico de Karl Marx à Luz da Crítica Recente), Chicago, Charles H. Kerr & Co., 1907.

treinamento mais longos", descobriu a qualificação "inata". Mas, em nosso entender, Oppenheimer incluiu nesta qualificação "inata" a habilidade individual de produtores particulares, que está relacionada ao trabalho socialmente necessário, e não ao trabalho qualificado, como pensa Oppenheimer.[3]

Outros analistas têm tentado reduzir o trabalho qualificado a trabalho mais *intenso*. A intensidade, ou tensão do trabalho, é determinada pela quantidade de trabalho dispendida por unidade de tempo. Assim como podemos observar diferenças individuais na intensidade de trabalho entre dois produtores da mesma profissão, podemos observar também as diferentes intensidades médias de trabalho em duas profissões diferentes (*C.*, I, pp. 336, 438, 471). Bens produzidos por trabalho de mesma duração mas de diferente intensidade possuem valor diferente, na medida que a quantidade de trabalho abstrato depende não apenas da duração do tempo de trabalho dispendido, mas também da intensidade do trabalho (ver final do capítulo anterior).

Alguns analistas, como dissemos acima, tentaram resolver o problema do trabalho qualificado vendo, neste, trabalho de maior intensidade ou tensão. "O trabalho complexo só pode produzir maior valor que o simples em condições nas quais é mais intenso que o trabalho simples", diz Liebknecht.[4] Esta maior intensidade do trabalho qualificado se expressa, antes de mais nada, num maior dispêndio de energia mental, em maior "atenção, esforço intelectual e desgaste mental". Suponhamos que o produtor de calçados dispenda 1/4 de unidade de energia mental por unidade de trabalho muscular, e o joalheiro dispenda 1 1/2 unidade. Neste exemplo, uma hora de trabalho do sapateiro representa 1 1/4 unidade de energia (tanto muscular como mental), e uma hora de trabalho do joalheiro representa 2 1/2 unidades de energia, ou seja, o trabalho do joalheiro cria duas vezes mais valor. O próprio Liebknecht está consciente de que tal suposto tem um caráter "hipotético".[5] Achamos que esse suposto é não

(3) Franz Oppenheimer, *Wert und Kapitalprofit*, Jena, G. Fischer, 2ª ed., 1922, p. 63, pp. 65-66. Uma crítica detalhada das concepções de Oppenheimer encontra-se em nosso artigo *Sovremennye ekonomisty na Zapade* (Economistas Ocidentais Contemporâneos), 1927.

(4) Wilhelm Liebknecht, *Zur Geschichte der Werttheorie in England*, Jena, G. Fischer, 1902, p. 102. O autor deste livro é filho de Wilhelm Liebknecht e irmão de Karl Liebknecht. Uma crítica detalhada das idéias de Liebknecht foi dada em nossa introdução à tradução russa desta *História da Teoria do Valor na Inglaterra*, de Liebknecht.

(5) *Ibid.*, p. 103.

só infundado, mas desmentido pelos fatos. Estamos considerando formas de trabalho qualificado que criam mercadorias de maior valor devido à extensão da aprendizagem. Mas, em termos de intensidade, elas não excedem a intensidade de formas de trabalho menos qualificadas. Devemos explicar por que o trabalho qualificado, ***independentemente*** de seu nível de intensidade, cria um produto de maior valor.[6]

Estamos face ao seguinte problema: por que o dispêndio de igual tempo de trabalho em duas profissões diferentes, com diferentes níveis médios de qualificação (extensão do aprendizado), cria mercadorias de diferente valor? Na literatura marxista, é possível observar duas abordagens diferentes para a solução desta questão. Uma delas pode ser encontrada na obra de A. Bogdanov. Ele observa que uma força de trabalho qualificada "normalmente só pode funcionar sob a condição de que as mais significativas e variadas necessidades do próprio operário estejam satisfeitas, isto é, sob a condição de que ele consuma uma quantidade maior dos diferentes produtos. Assim, a força de trabalho complexa tem *maior valor-trabalho* e custa à sociedade um montante maior de seu trabalho. *É por isso que* esta força de trabalho fornece à sociedade um trabalho vivo mais complexo, ou seja, 'multiplicado' ".[7] Se o trabalhador qualificado absorve cinco vezes mais bens de consumo e, conseqüentemente, energia social que o trabalhador simples, então uma hora de trabalho do trabalhador qualificado produzirá um valor cinco vezes maior que uma hora de trabalho simples.

Consideramos o argumento de Bogdanov inaceitável, em primeiro lugar por sua metodologia. Na essência, Bogdanov deduz o maior valor do produto do trabalho qualificado a partir do maior valor da força de trabalho qualificada. Ele explica o valor das ***mercadorias*** em termos do valor da ***força de trabalho***. No entanto, o caminho analítico de Marx foi exatamente o oposto. Na teoria do valor, quando

(6) Na tradução feita para o russo por P. Rumyantsev de *Contribuição à Crítica da Economia Política* (*Nota da edição brasileira*: A obra de Marx *Zur Kritik der politischen oekonomie*, literalmente, traduz-se por *Para a crítica da Economia Política*, como se encontra na citada tradução de J. A. Giannotti e Edgar Malagodi. No entanto, a obra tem sido traduzida inúmeras vezes, e é inclusive conhecida, como *Contribuição à Crítica da Economia Política*), o trabalho complexo é chamado "trabalho de maior *tensão*" (1922, p. 38). Esta palavra não deve confundir o leitor, pois não é um termo de Marx. Na edição original, Marx o chamou "trabalho de maior potencial" (p. 6).

(7) A. Bogdanov e I. Stepanov, *Kurs politicheskoi ekonomii* (Curso de Economia Política), Vol. II, nº 4, p. 19. Os grifos são de Bogdanov.

explica o valor das mercadorias produzidas pelo trabalho qualificado, Marx analisa as relações entre as pessoas enquanto produtoras de mercadorias, ou a produção mercantil simples: a este estádio da investigação, o valor da força de trabalho em geral e do trabalho qualificado em particular ainda não existe para Marx (*C.*, I, p. 12, nota).[8] Na obra de Marx, o valor das mercadorias é determinado pelo trabalho abstrato, que em si representa uma quantidade social e não tem valor. Entretanto, na obra de Bogdanov, o trabalho, ou tempo de trabalho, que determina o valor, tem também, por sua vez, valor. O valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho nelas materializado, e o valor deste tempo de trabalho é determinado pelo valor dos bens de consumo necessários à subsistência do trabalhador.[9] Temos, assim, um círculo vicioso, do qual A. Bogdanov tenta sair através de um argumento que, em nossa opinião, não é convincente.[10]

Independentemente desses defeitos metodológicos, devemos notar que Bogdanov indica apenas o limite absoluto mínimo abaixo do qual não pode cair o valor dos produtos do trabalho qualificado. O valor deve, sob quaisquer circunstâncias, ser suficiente para preservar a força de trabalho qualificada em seu nível anterior, de maneira tal que não seja forçada a desqualificar-se (cair para um nível de qualificação mais baixo). Mas, como indicamos, exceto quanto ao nível mínimo *absoluto*, a vantagem *relativa* das diferentes formas de trabalho desempenha um papel decisivo na economia mercantil.[11] Suponhamos que o valor do produto de um dado tipo de trabalho qualificado é inteiramente adequado para manter a força de trabalho qualificada do produtor, mas não suficiente para tornar o trabalho na dada profissão relativamente mais vantajoso do que o trabalho em outras profissões que requerem um período de aprendizado mais curto. Nessas condições, iniciar-se-á uma transferência de trabalho para fora dessa dada profissão; isto continuará até que o valor dos produtos dessa dada profissão se eleve a um nível que estabeleça uma relativa igualdade nas condições de produção e um estado de equilíbrio entre as diferentes formas de trabalho. Na análise do problema do trabalho qualificado,

(8) Numa passagem, Marx afasta-se de seu método usual e tende a tratar o valor do produto do trabalho qualificado como dependente do valor da força de trabalho qualificada. Ver *Theorien über den Mehrwert*, III, pp. 197-198.

(9) Ver F. Engels, *Anti-Dühring*, *op. cit.*, p. 182.

(10) *Op. cit.*, p. 20.

(11) Ver nossas objeções semelhantes para com A. Bogdanov no capítulo sobre "Igualdade de Mercadorias e Igualdade do Trabalho".

devemos tomar como ponto de partida não o equilíbrio entre o consumo e a produtividade dessa dada forma de trabalho, mas o *equilíbrio entre diferentes formas de trabalho*. Aproximamo-nos, assim, do ponto de partida básico da teoria de Marx sobre o valor, aproximamo-nos da distribuição do trabalho social entre os diferentes ramos da economia social.

Nos capítulos anteriores desenvolvemos a idéia de que a troca de produtos das diferentes formas de trabalho em termos de seus valores corresponde ao estado de equilíbrio entre dois dados ramos de produção. Esta postura geral é inteiramente aplicável a casos em que são trocados os produtos de duas formas de trabalho que possuem diferentes níveis de qualificação. O valor do produto do trabalho qualificado deve exceder o valor do produto do trabalho simples (ou do trabalho de menor qualificação em geral) por um montante de valor que compense as diferentes condições de produção e estabeleça o equilíbrio entre essas formas de trabalho. O produto de uma hora de trabalho do joalheiro é igualado no mercado ao produto de duas horas de trabalho do produtor de sapatos, porque o equilíbrio na distribuição do trabalho entre esses dois ramos de produção se estabelece exatamente nessa dada proporção de troca, e cessa a transferência de trabalho de um ramo de produção a outro. O problema do trabalho qualificado é reduzido à análise das *condições de equilíbrio entre diferentes formas de trabalho que diferem em termos de qualificação*. Este problema ainda não está resolvido, mas está colocado de maneira exata. Ainda não respondemos nossa questão, mas já delineamos o método, o caminho que nos levará até nosso objetivo.

Um grande número de analistas marxistas tomaram este caminho.[12] Eles concentraram sua principal atenção no fato de que o produto do trabalho qualificado é não apenas o resultado do trabalho dispendido em sua produção, mas também do trabalho necessário para o *aprendizado* do trabalhador nessa profissão. Este último trabalho também entra no valor do produto e o torna correspondentemente mais caro. "Naquilo que tem de dar pelo produto do trabalho qualificado, a sociedade paga, conseqüentemente, um equivalente do valor que os trabalhos qualificados teriam criado se tivessem sido consumidos dire-

(12) R. Hilferding, *Böhm-Bawerk's Criticism of Marx* (A Crítica de Böhm-Bawerk a Marx), Nova York, Augustus M. Kelley, 1949; H. Deutsch, *Qualifizierte Arbeit und Kapitalismus*, Viena, C. W. Stern, 1904; Otto Bauer, *op. cit.*; V. N. Poznyakov, *Kvalifitsirovannyi trud i teoryia tsennosti Marksa* (Trabalho Qualificado e a Teoria de Marx Sobre o Valor), 2ª edição.

tamente pela sociedade",[13] e não gastos no treinamento de força de trabalho qualificada. Esses trabalhos qualificados são constituídos pelo trabalho do mestre artesão e do instrumento dispendidos para treinamento do trabalhador de uma dada profissão, e do trabalho do próprio estudante durante o período de treinamento. Ao examinar a questão de se o trabalho do instrutor entra ou não no valor do produto do trabalho qualificado, O. Bauer está inteiramente correto ao tomar como ponto de partida de seu raciocínio as condições de equilíbrio entre os diferentes ramos de produção. Ele chega às seguintes conclusões: "Juntamente com o valor criado pelo trabalho, dispendido no processo direto de produção, e com o valor transferido do instrutor para a força de trabalho qualificada, também o valor criado pelo instrutor no processo de treinamento é um dos fatores determinantes do valor dos produtos que são produzidos pelo trabalho qualificado no estádio da produção mercantil simples".[14]

Assim, o trabalho dispendido no treinamento dos produtores de uma dada profissão entra no valor do produto do trabalho qualificado. Mas em profissões que diferem em termos de qualificações mais elevadas e maior complexidade do trabalho, o treinamento dos trabalhadores é usualmente realizado através de uma seleção, a partir de um número maior de estudantes mais capacitados. Dentre três indivíduos, estudantes de engenharia, talvez apenas um se gradue e atinja o objetivo. Assim, o dispêndio de trabalho de três estudantes e o dispêndio correspondentemente aumentado de trabalho do instrutor são necessários para a preparação de um engenheiro. Assim, a transferência de estudantes para uma dada profissão, dos quais apenas um terço tem a probabilidade de atingir o objetivo, só ocorre em suficiente medida se o valor maior dos produtos dessa dada profissão puder compensar os inevitáveis (e até certo ponto desperdiçados) dispêndios de trabalho. Permanecendo iguais as demais condições, o valor médio do produto de uma hora de trabalho, em profissões nas quais o treinamento requer dispêndios de trabalho de numerosos concorrentes, será maior que o valor médio de uma hora de trabalho em profissões nas quais essas dificuldades não existem.[15]

(13) Hilferding, *op. cit.*, p. 145.

(14) Bauer, *op. cit.*, pp. 131-132.

(15) Esta concepção, que se encontra já em Adam Smith, foi particularmente enfatizada por L. Lyubimov (*Kurs politicheskoi ekonomii* (Curso de Economia Política), 1923, pp. 72-78). Infelizmente, L. Lyubimov misturou as questões sobre o que determina o valor médio dos produtos de um trabalho altamente qualificado, por exemplo, engenheiros, artistas, etc. com a questão sobre o que determina o preço *individual* de um dado objeto *não-reprodutível* (um quadro de Rafael). Quando ele trata de bens reprodutíveis produzidos em massa (o trabalho de um engenheiro, por exemplo, pode ser tratado como trabalho que produz — com poucas exceções — produtos homogêneos e reprodutíveis), podemos obter o valor de uma unidade de produto dividindo o valor da produção total de uma dada profissão pelo número de produtos homogêneos produzidos por essa profissão. Mas isto não é possível para objetos individuais, não-reprodutíveis. O fato de que o dispêndio de trabalho desperdiçado, de milhares de pintores que fracassaram, seja compensado no preço de um quadro de Rafael, ou de que o dispêndio de trabalho desperdiçado de centenas de pintores mal-sucedidos seja compensado no preço de um quadro de Salvador Rosa, não pode de maneira alguma ser derivado do fato de o valor *médio* do produto de uma hora de trabalho de um pintor ser igual ao valor do produto do trabalho de cinco horas de trabalho simples (a cada hora de trabalho do pintor adiciona-se uma hora de trabalho dispendido pelo pintor em seu aprendizado, e três horas de trabalho dispendidas na educação de três pintores que fracassaram). L. Lyubimov está inteiramente certo quando submete o valor do produto de um trabalhador altamente qualificado à lei do valor. Mas não pode negar o fato do monopólio com relação ao preço individual de objetos não-reprodutíveis. P. Maslov comete o erro oposto. Ele atribui um caráter monopolístico também ao valor médio dos produtos do trabalho altamente qualificado. (Ver seu *Kapitalism* (Capitalismo), 1914, pp. 191-192).

O objetivo de Marx não era submeter o preço dos objetos não-reprodutíveis à lei do valor. Ele não fez isto pela simples razão de que a lei do valor deve explicar exatamente as leis das atividades *produtivas* humanas. Em sua teoria do valor, Marx não trata do valor dos produtos que "não se pode reproduzir através do trabalho, como ocorre com antiguidades, obras de arte de determinados mestres, etc." (*C.*, III, p. 590).

Esta circunstância aumenta o valor do produto do trabalho altamente qualificado.[16]

Como podemos ver, a redução do trabalho qualificado a trabalho simples é um dos resultados do processo social objetivo de igualação de diferentes formas de trabalho que, na sociedade capitalista, se realiza através da igualação das diferentes mercadorias no mercado. Não temos de repetir o erro de Adam Smith, que "troca a equação objetiva que o processo da sociedade realiza forçadamente com os trabalhos desiguais, pela igualdade subjetiva de direitos dos trabalhos individuais" (*Crítica*, p. 160). O produto de uma hora de trabalho do joalheiro não é trocado pelo produto de duas horas de trabalho do produtor de calçados porque o joalheiro considere, subjetivamente, seu trabalho duas vezes mais valioso que o do produtor de calçados. Ao contrário, as avaliações subjetivas conscientes dos produtores são deter-

(16) Na sociedade capitalista, os juros sobre os gastos com aprendizagem às vezes são adicionados; em alguns casos são tratados como capital investido. Ver Maslov, *op. cit.*, p. 191, e Bauer, *op. cit.*, p. 142. O que ocorre aqui, entretanto, não é a produção de um novo valor, mas apenas uma redistribuição de valor produzido anteriormente.

minadas pelo processo objetivo de igualação de diferentes mercadorias e, através destas, pela igualação de diferentes formas de trabalho no mercado. Finalmente, o joalheiro é motivado a calcular de antemão que o produto de seu trabalho terá um valor duas vezes maior que o produto do trabalho do produtor de calçados. Em sua consciência, ele antecipa o que acontecerá no mercado, apenas porque sua consciência fixa e generaliza a experiência prévia. O que acontece aqui é análogo ao que Marx descreveu quando explicou a maior taxa de lucro obtida naqueles ramos da economia capitalista que estão associados a um risco especial, dificuldades, etc. "Quando os preços médios e os preços comerciais a eles correspondentes se firmam durante algum tempo, os capitalistas adquirem a *consciência* de que neste processo se compensam *determinadas diferenças*, e as incluem em seus cálculos mútuos" (*C.*, III, p. 211; grifos de Marx). Da mesma maneira, no ato de troca o joalheiro leva em consideração, antecipadamente, sua alta qualificação. Esta alta qualificação é "levada em consideração como causa de compensação válida de uma vez por todas" (*C.*, III, p. 211). Mas este cálculo é apenas o resultado do processo social de troca, resultado de ações conflitantes de um grande número de produtores de mercadorias. Se tomarmos o trabalho de um trabalhador não-qualificado (um escavador) como trabalho simples, e se tomarmos uma hora desse trabalho como unidade, então uma hora de trabalho do joalheiro é igual, digamos, a 4 unidades, não porque o joalheiro avalie seu trabalho e lhe atribua o valor de 4 unidades, mas porque seu trabalho é igualado no mercado a 4 unidades de trabalho simples. A redução do trabalho complexo a trabalho simples é um processo real que se efetiva através do processo de troca, e, em última análise, reduz-se à *igualação de diferentes formas de trabalho* no processo de distribuição do trabalho social, não às diferentes avaliações das diferentes formas de trabalho ou à definição de diferentes *valores de trabalho*.[17] Na medida que ocorre a igualação de diferentes formas de trabalho na economia mercantil, através da igualação dos produtos do trabalho enquanto valores, a redução do trabalho qualificado a trabalho simples não pode ocorrer de nenhuma outra maneira, a não ser pela igualação dos produtos do trabalho. "Por mais complexo que seja o trabalho a que uma mercadoria deve sua existência, o valor a equipara a seguir ao produto do trabalho simples, e, como tal valor, representa apenas, portanto, uma

(17) Como afirmam Oppenheimer e outros. Ver Oppenheimer, *Wert und Kapitalprofit*, 2ª edição, 1922, pp. 69-70.

determinada quantidade de trabalho simples" (*C.*, I, p. 44). "O valor das mais diversas mercadorias expressa-se em toda parte em dinheiro, isto é, numa determinada quantidade de ouro ou prata. E, precisamente *por causa disto*, as diferentes formas de trabalho representadas por esses valores são reduzidas, em diferentes proporções, a quantidades determinadas de uma mesma forma de trabalho simples, a saber, o trabalho que produz ouro e prata."[18] O suposto de que a redução do trabalho qualificado a trabalho simples deve ocorrer de antemão e preceder a troca, para tornar possível o ato de igualação dos produtos do trabalho, omite as próprias bases da teoria de Marx sobre o valor.

Como vemos, para explicar o elevado valor dos produtos do trabalho qualificado não temos de repudiar a teoria do valor-trabalho; devemos apenas compreender claramente a idéia básica dessa teoria enquanto uma teoria que analisa a lei de equilíbrio e distribuição do trabalho social na economia mercantil-capitalista. A partir deste ponto de vista, podemos avaliar os argumentos daqueles críticos de Marx [19] que fazem do problema do trabalho qualificado o principal alvo de seus ataques e vêem este como a parte mais vulnerável da teoria de Marx. As objeções desses críticos podem ser reduzidas a duas proposições básicas: 1) não importa como os marxistas possam explicar as *causas* do elevado valor dos produtos do trabalho qualificado, permanece como *fato* da troca que os produtos com desiguais quantidades de trabalho são trocados como equivalentes, o que contradiz a teoria do valor-trabalho; 2) os marxistas não conseguem mostrar o critério ou *padrão* através do qual poderíamos igualar de *antemão* uma unidade de trabalho qualificado, por exemplo, uma hora de trabalho de joalheiro, com um determinado número de unidades de trabalho simples.

A primeira objeção baseia-se na errônea impressão de que a teoria do valor-trabalho faz a igualdade das mercadorias depender exclusivamente da igualdade fisiológica dos dispêndios de trabalho necessários para sua produção. Com esta interpretação da teoria do valor-trabalho, não se pode negar o fato de que uma hora de trabalho do joalheiro e quatro horas de trabalho do produtor de calçados representam, do ponto de vista fisiológico, quantidades desiguais de trabalho. Toda tentativa de representar uma hora de trabalho qualificado

(18) *Nota da edição inglesa*: Rubin cita a edição russa do Livro I de *O Capital*, traduzido por V. Bazarov e I. Stepanov, 1923, p. 170.
(19) Ver Böhm-Bawerk, *op. cit.*

como trabalho fisiologicamente condensado e igual, em termos de energia, a várias horas de trabalho simples, parece sem perspectivas e metodologicamente incorreta. O trabalho qualificado é, de fato, trabalho potencial condensado, multiplicado; não fisiologicamente, mas socialmente condensado. A teoria do valor-trabalho não afirma a *igualdade fisiológica*, mas a *igualação social* do trabalho, que, por sua vez, obviamente ocorre com base nas propriedades que caracterizam o trabalho quanto a seus aspectos técnico-material e fisiológico (ver o final do capítulo anterior). No mercado, os produtos não são trocados em termos de quantidade de trabalho iguais, mas igualadas. É nossa tarefa analisar as leis de igualação social das diversas formas de trabalho no processo de distribuição social do trabalho. Se essas leis explicam as causas da igualação de uma hora de trabalho do joalheiro a quatro horas de trabalho não-qualificado do operário, então nosso problema está resolvido, a despeito da igualdade ou desigualdade fisiológica dessas quantidades de trabalho socialmente igualadas.

A segunda objeção dos críticos de Marx atribui à teoria econômica uma tarefa que de maneira alguma lhe é própria: encontrar um padrão de valor que tornasse possível, operacionalmente, comparar diferentes tipos de trabalho entre si. No entanto, a teoria do valor não está preocupada com a análise ou busca de um *padrão operacional* de igualação; ela procura uma explicação *causal* do processo *objetivo* de igualação de diferentes formas de trabalho que realmente ocorre numa sociedade mercantil capitalista.[20] Na sociedade capitalista, este processo ocorre espontaneamente; não é organizado. A igualação das diferentes formas de trabalho não ocorre diretamente, mas se estabelece através da igualação dos produtos do trabalho no mercado, é resultado das ações conflitantes de um grande número de produtores de mercadorias. Nessas condições, "a sociedade é o único contador competente que pode calcular o nível de preços, e o método que a sociedade emprega para esse fim é o método da concorrência".[21] Aqueles críticos de Marx que atribuem ao trabalho simples o papel de padrão prático e de unidade para igualação do trabalho, colocam em essência uma sociedade organizada no lugar da economia capitalista. Numa economia organizada as diferentes formas de trabalho são igualadas uma à

(20) Ver o capítulo sobre "O Trabalho Social", anterior.

(21) Rudolf Hilferding, *Böhm-Bawerk's Criticism of Marx* (publicada conjuntamente com Eugen von Böhm-Bawerk, *Karl Marx and the Close of his System*), Nova York, Augustus, M. Kelley, 1949, pp. 146-147.

outra diretamente, sem a troca de mercado ou a concorrência, sem a igualação das coisas como valores no mercado.

Rejeitando esta confusão entre pontos de vista teóricos e práticos, e sustentando coerentemente um ponto de vista teórico, achamos que a teoria do valor explica, de maneira inteiramente adequada, a *causa* do elevado valor do trabalho altamente qualificado bem como as *modificações* desses valores. Se o período de treinamento diminui, ou se, no geral, os dispêndios de trabalho necessários para o treinamento numa dada profissão se reduzem, o valor dos produtos desta profissão cai. Isto explica toda uma série de eventos na vida econômica. Assim, por exemplo, a partir da segunda metade do século XIX, o valor do produto do trabalho dos empregados no comércio bem como o valor de sua força de trabalho caíram significativamente. Isto pode ser explicado pelo fato de que "a formação anterior, os conhecimentos comerciais e de línguas, etc. se reproduzem cada vez mais rapidamente, mais facilmente, de maneira mais geral e mais barata à medida que progridem a ciência e a educação popular" (*C.*, III, p. 293).

Neste capítulo, como no anterior, tomamos como nosso ponto de partida um estado de equilíbrio entre os diversos ramos de produção social e as diferentes formas de trabalho. Mas, como sabemos, a economia mercantil-capitalista é um sistema no qual o equilíbrio é destruído constantemente. O equilíbrio aparece apenas na forma de uma tendência que é destruída e adiada por fatores contrabalanceadores. No terreno do trabalho qualificado, a tendência ao estabelecimento do equilíbrio entre as diferentes formas de trabalho é mais débil, na medida que um longo período de qualificação ou altos custos de aprendizado numa dada profissão colocam grandes obstáculos à transferência de trabalho dessa dada profissão a outra mais simples. Quando aplicamos um esquema teórico à realidade viva, o efeito retardado desses obstáculos deve ser levado em consideração. As dificuldades em ser admitido a profissões mais elevadas dão a essas profissões certa forma de monopólio. Por outro lado, "alguns ramos de trabalho inferiores, e, por isso, constantemente abarrotados e mal retribuídos" (*C.*, I, p. 366) são acessíveis. Freqüentemente, a dificuldade em ser admitido a profissões com maiores qualificações, e a seleção que ocorre nesta admissão, atiram muitos concorrentes malsucedidos a profissões inferiores, aumentando assim a sobreoferta nessas profissões.[22] Além disso, a crescente complexidade técnica e organizativa do processo capitalista de

(22) Maslov, *Kapitalism*, p. 192.

produção intensifica a demanda por novas formas de trabalho qualificado, aumentando desproporcionalmente o pagamento desta força de trabalho e de seus produtos. Isto é, por assim dizer, um prêmio pelo tempo dispendido em adquirir qualificações (que pode ser mais longo ou mais curto). Este prêmio surge no processo dinâmico de modificação nas qualificações do trabalho. Mas, tão logo o desvio dos preços de mercado em relação aos valores não refute, mas torne possível, a realização da lei do valor, o "prêmio por qualificação", que significa a ausência de equilíbrio entre diferentes formas de trabalho, leva, por sua vez, ao aumento do trabalho qualificado e à distribuição das forças produtivas na direção do equilíbrio da economia social.

Capítulo 16

Trabalho Socialmente Necessário

Nos capítulos anteriores concentramo-nos principalmente na análise do aspecto *qualitativo* do trabalho que cria valor; podemos agora nos voltarmos para uma análise mais direta do aspecto *quantitativo*.

Como se sabe, quando Marx afirmava que as modificações na magnitude do valor das mercadorias dependiam de modificações na quantidade de trabalho dispendido em sua produção, ele não tinha em mente o trabalho individual que de fato é dispendido por um dado produtor na produção de uma determinada mercadoria, mas apenas a quantidade *média* de trabalho necessário para a produção desse dado produto, a um *dado nível de desenvolvimento das forças produtivas*. "Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, em condições normais de produção e com o grau médio de destreza e intensidade de trabalho imperantes na sociedade. Assim, por exemplo, após introduzir-se na Inglaterra o tear a vapor, o volume de trabalho necessário para transformar em tela uma determinada quantidade de fio ficou seguramente reduzido à metade. O tecedor manual inglês continuava dispendendo nesta operação, naturalmente, o mesmo tempo de trabalho que antes, mas agora o produto de seu trabalho individual representava apenas meia hora de trabalho social, ficando portanto limitado à metade de seu valor primitivo" (*C.*, I, pp. 6-7).

A magnitude do tempo de trabalho socialmente necessário é determinada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, compreendidas, num sentido amplo, como a totalidade de elementos de produção materiais e humanos. O tempo de trabalho socialmente

necessário modifica-se não só em relação às modificações nas "condições de produção", isto é, dos elementos técnico-materiais e organizacionais, mas também em relação às modificações na força de trabalho, na "habilidade e intensidade do trabalho".

Na primeira etapa de sua análise, Marx supunha que todos os exemplares de um dado tipo de produto eram produzidos em condições iguais, normais, médias. O trabalho individual dispendido em cada exemplar coincidia quantitativamente com o trabalho socialmente necessário, e o valor individual com o valor social ou de mercado. Aqui, a diferença entre trabalho individual e trabalho socialmente necessário, entre valor individual e social (de mercado) não é ainda levada em consideração. Marx fala, assim, simplesmente em "valor", nessas passagens, e não em "valor de mercado" (não se menciona valor de mercado no Livro I de *O Capital*).

Nas etapas posteriores de sua análise, Marx supôs que os diferentes exemplares de um dado tipo de mercadoria fossem produzidos sob condições técnicas diferentes. Aqui, aparece a oposição entre valor *individual* e *social* (de *mercado*). Em outras palavras, o conceito de valor é desenvolvido com maior extensão, e definido com mais exatidão, como valor social ou de mercado. Da mesma maneira, o tempo de trabalho socialmente necessário é oposto ao tempo de trabalho *individual*, que difere entre empresas do mesmo ramo de produção. Expressamos assim a propriedade da economia mercantil de o *mesmo preço* ser estabelecido para todas as mercadorias de um dado tipo e qualidade que são trocadas no mercado. Isto independe das condições técnicas individuais em que são produzidas essas mercadorias e da quantidade de trabalho individual dispendido em sua produção nas diferentes empresas. Uma sociedade baseada na economia mercantil não regula diretamente a atividade de trabalho das pessoas, mas através do valor dos produtos do trabalho, através das mercadorias. O mercado não leva em consideração as propriedades e desvios individuais na atividade de trabalho dos produtores mercantis individuais em unidades econômicas individuais. "Para esse efeito, cada mercadoria é considerada como um exemplar médio de sua espécie" (*C.*, I, p. 7). Toda mercadoria individual não é vendida segundo seu valor individual, mas segundo o valor social médio, que Marx chama *valor de mercado** no Livro III de *O Capital*.

(*) N. T.: A edição em espanhol de Pasado y Presente, seguindo a terminologia utilizada em *El Capital*, Fondo de Cultura Económica, fala em "Valor comercial" onde traduzimos "valor de mercado" (*market-value*, em inglês).

Todas as empresas do mesmo ramo de produção podem ser dispostas numa série, segundo o seu nível de desenvolvimento técnico, começando pelas mais produtivas e terminando com as mais atrasadas. A despeito das diferenças quanto ao valor individual do produto em cada uma dessas empresas ou grupo de empresas (para simplificar, seguiremos Marx ao distinguir três tipos de empresas: com alta, média e baixa produtividade), seus bens são vendidos no mercado pelo mesmo preço, que é determinado, em última análise (através do desvio e destruição), pela média ou valor de mercado: "As mercadorias cujo valor individual é inferior ao valor comercial [N.T.Br. = valor de mercado] realizam uma mais-valia ou lucro extraordinário, enquanto aquelas cujo valor individual é superior ao valor comercial não conseguem realizar uma parte da mais-valia nelas contida" (*C.*, III, p. 183). Esta diferença entre o valor de mercado e o valor individual que cria várias vantagens de produção para as empresas com diferentes níveis de produtividade do trabalho, é o motor primeiro do ***progresso técnico*** na sociedade capitalista. Toda empresa capitalista tenta introduzir as últimas melhorias técnicas para reduzir o valor de produção individual em comparação com o valor médio de mercado e obter a possibilidade de extrair sobrelucro. Empresas com tecnologia atrasada tentam reduzir o valor individual de seus produtos, se possível até o nível do valor de mercado; de outra maneira, elas são ameaçadas pela concorrência de empresas mais produtivas e se vêem frente ao colapso econômico. A vitória da produção em grande escala sobre a pequena, o aumento do progresso técnico e a concentração da produção em empresas maiores e tecnicamente mais perfeita, são as conseqüências da venda de mercadorias no mercado segundo seu valor médio de mercado, independentemente do valor individual.

Se supusermos um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas num determinado ramo de produção (o ramo é definido como a totalidade de empresas, com níveis de produtividade muito diferentes), o valor de mercado é uma magnitude determinada. Mas é errôneo achar que o valor de mercado é determinado ou estabelecido de antemão, que é computado com base numa técnica dada. Como observamos, a técnica de diferentes empresas é diferente. O valor de mercado é uma magnitude estabelecida como resultado do conflito de mercado entre um grande número de vendedores — produtores de mercadorias que produzem sob diferentes condições técnicas e que fornecem ao mercado mercadorias com valores individuais diferentes.

Como já observamos no Capítulo 13, a transformação do trabalho individual em socialmente necessário ocorre através do processo de troca, que transforma o trabalho privado e concreto em trabalho social e abstrato; "É necessário que os distintos valores individuais se nivelem em torno de *um* valor social, o valor comercial [valor de mercado — N.T.Br.] a que nos referimos mais acima, para o que é necessário que exista uma concorrência entre os produtores do mesmo tipo de mercadoria e, além disso, que exista um mercado no qual todos eles coloquem à venda seus produtos" (*C.*, III, pp. 184-185). O valor de mercado é resultante da luta no mercado entre os vários produtores de um dado ramo de produção (levamos em consideração aqui condições normais de mercado, o que pressupõe um equilíbrio entre oferta e demanda e, desta maneira, o equilíbrio entre esse dado ramo de produção e outros ramos; ver mais adiante). De maneira semelhante, o trabalho socialmente necessário, que determina o valor de mercado, é resultante de *diferentes níveis de produtividade do trabalho* em diferentes empresas. O trabalho socialmente necessário determina o valor de mercado das mercadorias apenas na medida que o mercado reúne todos os produtores de dado ramo de produção e os coloca em iguais condições de troca no mercado. Dependendo da amplitude do mercado e da subordinação dos produtores mercantis isolados às forças de mercado, o valor de mercado criado é uniforme para todas mercadorias de um dado tipo e qualidade. Da mesma maneira, adquire importância o trabalho socialmente necessário. O valor de mercado é estabelecido através da concorrência entre produtores do mesmo ramo de produção. Mas, na sociedade capitalista desenvolvida, existe também a concorrência de capitais investidos em diferentes ramos de produção. A transferência de capitais de um ramo a outro, isto é, "a concorrência de capitais em esferas de produção diferentes... fixa o preço de produção que nivela a taxa de lucro entre diferentes esferas" (*Ibid.*). O valor de mercado adquire a forma de preço de produção.

Se o valor de mercado se estabelece apenas como resultado do processo social de concorrência entre empresas com diferentes níveis de produtividade, devemos perguntar então qual grupo de empresas determina este valor de mercado. Em outras palavras, que magnitude representa o trabalho socialmente necessário médio que determina o valor de mercado? "O valor comercial [valor de mercado — N.T.Br.] deve ser considerado, por um lado, como o valor médio das mercadorias produzidas numa esfera de produção; por outro, como o valor individual das mercadorias produzidas sob as condições médias de sua esfera de produção e que constituem a grande massa de produtos da mesma" (*C.*, III, p. 183). Se fizermos o suposto simplificador de que para a *totalidade* de mercadorias de um *dado ramo de produção*, o valor de mercado coincide com o valor individual (muito embora divirja do valor individual de exemplares individuais), então o valor de mercado das mercadorias igualará a soma de todos valores individuais de mercadorias do dado ramo dividida pelo número de mercadorias. Mas, numa fase posterior de análise, devemos supor que por trás do ramo inteiro de produção a soma dos valores de mercado pode desviar-se da soma de valores individuais (o que ocorre, por exemplo, na agricultura); a coincidência dessas duas somas é preservada apenas para a totalidade de *todos* os ramos de produção ou para a economia social *inteira*. No caso presente, o valor de mercado não coincidirá exatamente com a soma de todos os valores individuais dividida pelo número de mercadorias de um dado tipo. Neste caso, a determinação quantitativa dos valores de mercado está sujeita às leis que seguem: na visão de Marx, em condições normais o valor de mercado se aproxima do valor individual da *massa dominante* de produtos de um dado ramo de produção. Se uma grande parte das mercadorias é produzida em empresas com produtividade média do trabalho, e somente uma parte insignificante é produzida sob piores condições, então o valor de mercado será regulado pelas empresas de produtividade média, ou seja, o valor de mercado se aproxima do valor individual dos produtos produzidos por este tipo de empresa. Este é o caso mais freqüente. Se "a quantidade de mercadorias produzidas sob condições mais desfavoráveis representa uma proporção maior, comparada não só com o outro extremo (vale dizer, com as produzidas em melhores condições), mas com as condições médias", então "a massa produzida sob condições mais desfavoráveis regulará o valor comercial [de mercado] ou o valor social" (*C.*, III, p. 188), ou seja, aproximar-se-á dos valores individuais dessas mercadorias (mas apenas em alguns casos coincidirá inteiramente com eles, por exemplo, na agricultura). Finalmente, se as mercadorias produzidas sob melhores condições dominam o mercado, então elas exercerão uma influência decisiva sobre o valor de mercado. Em outras palavras, o trabalho *socialmente necessário* pode se aproximar do trabalho de produtividade *média* (isto ocorre na maioria dos casos), bem como do trabalho de *maior* ou *menor* produtividade. É necessário apenas que o trabalho de maior (ou menor) produtividade forneça ao mercado a maior quantidade de mercadorias para que se torne o trabalho médio (não no sentido de produtividade média, mas

no sentido de produtividade mais difundida) de um dado ramo de produção.[1]

9 Segundo o raciocínio de Marx que apresentamos, ele pressupõe um curso normal da produção, a correspondência entre a oferta de mercadorias e a efetiva demanda, ou seja, aqueles casos em que os compradores adquirem o montante total de mercadorias de um dado tipo, segundo seu valor normal de mercado. Como vimos, o valor de mercado é determinado pelo trabalho de produtividade alta, média ou baixa; todas essas formas de trabalho podem representar trabalho *socialmente necessário*, dependendo da estrutura técnica de um dado ramo de produção e das inter-relações entre as empresas com diferentes níveis de produtividade desse ramo. Mas todos esses diferentes casos, em que os valores de mercado são determinados sob condições normais de oferta e demanda, devem ser distinguidos estritamente de casos onde existe divergência entre oferta e demanda, quando o preço de mercado é mais elevado que o valor de mercado (demanda excessiva), ou quando o preço de mercado é mais baixo que o valor de mercado (oferta excessiva). "Prescindimos aqui do caso de abarrotamento de mercado, em que sempre é a parte produzida sob melhores condições

(1) Karl Diehl alega, inexatamente, que Marx considera como trabalho socialmente necessário apenas o trabalho dispendido em empresas de produtividade média. Mas se num determinado ramo de produção a massa de produtos produzidos em piores condições for dominante, o valor de mercado será determinado pelo trabalho de mais baixa produtividade. "Aqui, como resultado de determinadas condições de oferta, o tempo de trabalho socialmente necessário não é o fator decisivo, mas antes uma magnitude maior" (K. Diehl, *Über das Verhaltnis von Wert und Preis im Okonomischen System von Marx*, Jena, 1898, pp. 23-24). Tal enfoque só poderia ser relevante para casos de divergência entre oferta e demanda que provoquem o desvio dos preços relativamente aos valores de mercado; nesses casos, o trabalho socialmente necessário não é decisivo, mas antes uma magnitude que seja maior ou menor que o mesmo. Mas Diehl compreende que o raciocínio de Marx não se refere a tais casos de desvios de preços relativamente aos valores de mercado (sobre isto, ver adiante), mas que se refere exatamente à "correspondência da massa geral de produtos com as necessidades sociais" (*Ibid.*, p. 24), isto é, o equilíbrio entre o dado ramo de produção e outros ramos. Mas, se o equilíbrio ocorre quando o valor de mercado é determinado pelo trabalho de mais baixa produtividade, é precisamente este o trabalho considerado como socialmente necessário.

Se Diehl considera apenas o trabalho de produtividade média como socialmente necessário, outros autores estão dispostos a reconhecer como tal apenas o trabalho de maior produtividade, dispendido sob as melhores condições técnicas. "O valor de troca real de todos os valores depende do tempo de trabalho necessário com os métodos técnicos de produção mais desenvolvidos, do tempo de trabalho 'socialmente necessário'" (W. Liebknecht, *Zur Geschichte der Werttheorie in England*, Jena, 1902, p. 94). Como vimos no texto, também esta idéia diverge da teoria de Marx.

que regula o preço comercial [preço de mercado]; mas aqui não se trata mais do preço comercial enquanto distinto do valor comercial [de mercado], mas das diversas determinações do próprio valor comercial" (*C.*, III, p. 187). Como podemos explicar as modificações do valor de mercado, que dependem da dominância numérica de um ou outro grupo de empresas (de produtividade alta, média ou baixa)?

10 A resposta a esta questão pode ser encontrada no mecanismo de distribuição do trabalho e equilíbrio entre diferentes ramos de produção social. O valor de mercado corresponde ao estado teoricamente definido de equilíbrio entre diferentes ramos de produção. Se as mercadorias são vendidas segundo seus valores de mercado, então o estado de equilíbrio é mantido, ou seja, a produção de um dado ramo não se expande ou contrai às custas de outros ramos. O equilíbrio entre diferentes ramos de produção, a correspondência entre a produção social e as necessidades sociais e a coincidência dos preços de mercado com os valores de mercado — todos esses fatores são estreitamente relacionados e concomitantes. "Para que o preço comercial [de mercado] de mercadorias idênticas, mas talvez produzidas cada uma delas com um matiz individual, corresponda ao valor comercial, não difira deste nem por excesso nem por falta, é necessário que a pressão que os distintos vendedores exercem entre si seja suficientemente grande para lançar ao mercado a massa de mercadorias que as necessidades sociais reclamam, ou seja, a quantidade pela qual a sociedade se encontra em condições de pagar o valor comercial" (*C.*, III, p. 185). A coincidência dos preços com os valores de mercado corresponde ao estado de equilíbrio entre os diferentes ramos de produção. As diferenças na determinação do valor de mercado pelo trabalho de produtividade alta, média ou baixa, tornam-se claras se concentrarmos nossa atenção no papel dos valores de mercado no mecanismo de distribuição e equilíbrio do trabalho. Se as empresas com alta produtividade são dominantes, ou, mais exatamente, se as massas de produtos produzidas sob melhores condições são dominantes, o valor de mercado não pode ser regulado pelo valor da produção sob condições médias ou inferiores, na medida que isto traria um aumento do sobrelucro nas empresas de produtividade mais elevada e levaria a uma expansão significativa da produção dessas empresas. Esta expansão da produção (no caso do papel dominante deste grupo de empresas) levaria no mercado a um excesso de demanda e à gravitação dos preços ao nível do valor em empresas de alta produtividade. Raciocínio semelhante pode ser aplicado aos casos de predominância numérica de outro grupo de empresas, ou seja,

aquelas com produtividade média ou baixa. Diferentes casos de *regulação dos valores de mercado* (ou, o que é a mesma coisa, a determinação do trabalho *socialmente necessário*) podem ser explicados pelas diferentes *condições de equilíbrio entre o dado ramo de produção e outros ramos*. Este equilíbrio depende da dominância de empresas com níveis de produtividade diferentes, isto é, em última análise depende do nível de desenvolvimento das *forças produtivas*.

Assim, o trabalho socialmente necessário, que determina o valor de mercado das mercadorias num dado ramo de produção, pode ser o trabalho de produtividade alta, média ou baixa. Qual o trabalho socialmente necessário, isso depende do nível de desenvolvimento das forças produtivas no dado ramo de produção, e, antes de mais nada, da dominância quantitativa de empresas com diferentes níveis de produtividade (como mencionamos acima, não estamos considerando o número de empresas, mas a massa de mercadorias nelas produzidas).[2] Mas isto não é tudo.

Suponhamos que dois ramos de produção têm distribuições quantitativas inteiramente iguais de empresas com diferentes níveis de produtividade. Digamos que as empresas de produtividade média representam 40% e as empresas com produtividade superior e inferior 30% cada. Existe, entretanto, a seguinte diferença essencial entre os dois ramos de produção. No primeiro ramo, a produção das empresas melhor equipadas pode se expandir rápida e significativamente (devido, por exemplo, às particulares vantagens na concentração da produção; à capacidade de receber do exterior, ou de se produzir domesticamente de maneira rápida, as máquinas necessárias; à abundância de matérias-primas; à disponibilidade de força de trabalho adequada para a produção fabril, etc.). No outro ramo, a produção em larga escala só pode se expandir mais lentamente e em menor extensão. Pode-se dizer de antemão que no primeiro ramo o valor de mercado tenderá a estabelecer-se (obviamente se as demais condições forem as mesmas) a um nível menor que no segundo ramo, ou seja, no primeiro ramo o valor de mercado estará mais próximo aos dispêndios de trabalho das empresas com maior produtividade. No entanto, o valor de mercado no segundo ramo pode elevar-se. Se o valor de mercado no

(2) "Qual grupo de empresas (com diferentes níveis de produtividade, *I.R.*), determinará, em última análise, o valor médio, depende das inter-relações numéricas ou das inter-relações quantitativas proporcionais entre o grupo de empresas num dado ramo" (*Theorien über den Mehrwert*, Vol. II, t. I, p. 56).

primeiro ramo aumentasse tão rapidamente quanto no segundo, o resultado seria uma rápida e significativa expansão da produção das empresas com maior produtividade, uma sobreoferta no mercado, o rompimento do equilíbrio entre oferta e demanda, a queda de preços. Para o primeiro ramo, a manutenção do equilíbrio com outros ramos de produção pressupõe que o valor de mercado se aproxime dos dispêndios das empresas com maior produtividade. No segundo ramo de produção, o equilíbrio da economia social é possível com um maior nível do valor de mercado, ou seja, quando os preços se aproximam dos dispêndios de trabalho das empresas com produtividade média e baixa.

Finalmente, são possíveis casos em que o equilíbrio da economia social ocorra em condições tais que o valor de mercado não seja determinado por dispêndios de trabalho individuais num dado grupo de empresas (por exemplo, as da alta produtividade), mas pela quantidade média de dispêndios de trabalho nesse dado grupo, mais aqueles do grupo mais próximo. Isto pode ocorrer com freqüência se, no dado ramo de produção, as empresas não estão divididas em três grupos segundo sua produtividade, como supusemos, mas em dois grupos, de alta e baixa produtividade. É óbvio que o "valor médio" não é considerado aqui como uma média matemática: pode estar mais próximo do grupo com maior ou menor produtividade, dependendo das condições de equilíbrio entre o dado ramo e os demais ramos de produção. Assim, L. Boudin simplifica excessivamente a questão quando diz que, no caso da introdução de melhoramentos técnicos e novos métodos de produção, "o valor das mercadorias produzidas... não será medido pelo dispêndio médio de trabalho, e sim pelo método antigo ou pelo novo método".[3]

Assim, os diferentes casos de determinação do valor de mercado (ou seja, determinação do trabalho socialmente necessário) são explicados pelas diferentes condições de equilíbrio entre o dado ramo e outros ramos da economia social, dependendo do nível de desenvolvimento das forças produtivas. O aumento da *força produtiva do trabalho* num dado ramo de produção, que altera as *condições de equilíbrio* deste ramo com outros ramos, modifica a magnitude do trabalho *socialmente necessário* e o *valor de mercado*. O tempo de trabalho "muda ao se modificar a capacidade produtiva do trabalho" (*C.*, I, p.

(3) Louis B. Boudin, *The Theoretical System of Karl Marx*, Chicago, Charles H. Kerr & Co., 1907, p. 70.

7). "Em geral, quanto maior for a capacidade produtiva do trabalho, tanto mais curto será o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto menor a quantidade de trabalho nele cristalizada, e tanto mais reduzido seu valor. E, ao contrário, quanto menor for a capacidade produtiva do trabalho, tanto maior será o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e tanto maior o valor deste" (*C.*, I, p. 8). Na teoria de Marx, o conceito de trabalho *socialmente necessário* está intimamente relacionado ao conceito de *força produtiva do trabalho*. Numa economia mercantil, o desenvolvimento das forças produtivas encontra sua expressão econômica nas modificações do trabalho socialmente necessário e nas modificações do valor de mercado das mercadorias individuais determinadas pelo trabalho socialmente necessário. O movimento do valor no mercado é um reflexo do processo de desenvolvimento da produtividade do trabalho. Uma surpreendente formulação desta idéia foi dada por Sombart em seu bem conhecido artigo dedicado ao Livro III de *O Capital*. "O valor é uma forma histórica específica, na qual se expressa a força produtiva do trabalho social, que governa, em última análise, todos os fenômenos econômicos."[4] Sombart, entretanto, estava errado ao ver na teoria do trabalho socialmente necessário toda a teoria de Marx sobre o valor. A teoria do trabalho socialmente necessário compreende apenas o aspecto quantitativo, não o qualitativo, do valor. "O fato de que a quantidade de trabalho contida nas mercadorias seja uma quantidade *socialmente necessária* para a produção das mercadorias, e desta maneira, que o tempo de trabalho seja o *tempo de trabalho necessário* — esta definição refere-se apenas à *magnitude do valor*" (*Theorien über den Mehrwert*, III, pp. 160-161). Sombart restringiu-se ao aspecto da teoria de Marx que examinava a dependência das modificações na magnitude do valor quanto ao movimento do processo material de produção, e ele não notou a parte mais original da teoria de Marx, ou seja, a teoria da "forma de valor".[5]

15 Indicamos acima que os diferentes casos de determinação do valor de mercado que examinamos devem ser estritamente distinguidos

(4) Werner Sombart, "Zur Kritik des Oekonomischen Systems von Marx", *Braun's Archiv für soziale Gesetzgebung und Statistik*, 1894, Vol. VII, p. 577.

(5) Este defeito básico da interpretação de Sombart foi notado por S. Bulgakov em seu artigo "Chto takoe trudovaya tsennost" (O Que É Valor-Trabalho), *Sborniki pravovedeniya i obshchestvennykh znanii* (Ensaios Sobre Jurisprudência e Ciência Social), 1896, Vol. VI, p. 238.

dos casos de desvio dos preços em relação ao valor de mercado, que resultam de excessiva oferta ou demanda. Se o valor de mercado é determinado pelos valores médios sob condições normais, então, quando ocorre demanda excessiva, o preço de mercado desviar-se-á do valor de mercado em direção ascendente, aproximando-se dos dispêndios das empresas com baixa produtividade. Ocorrerá o inverso no caso de oferta excessiva. Se a quantidade de produtos no mercado "é maior ou menor que sua demanda, dar-se-ão divergências do preço comercial relativamente ao valor comercial" (*C.*, III, p. 189). Marx distinguia rigorosamente os casos em que o valor de mercado é determinado, por exemplo, pelos dispêndios nas empresas com maior produtividade, devido ao fato de maior quantidade de mercadorias ser produzida nessas empresas, dos casos em que o valor é normalmente determinado pelo valor médio mas, devido à sobreoferta, o preço de mercado é mais elevado que o valor de mercado e é determinado pelos dispêndios nas empresas com maior produtividade (*C.*, III, pp. 187 e 189-190). No primeiro caso, a venda de bens segundo os dispêndios de trabalho nas empresas com alta produtividade significa um estado *normal* de negócios no mercado, e existe *equilíbrio* entre o dado ramo de produção e outros ramos. No segundo caso, a venda de mercadorias de acordo com os mesmos dispêndios é provocada por sobreoferta *anormal* no mercado, e provoca inevitavelmente uma contração da produção no dado ramo, ou seja, significa uma *ausência de equilíbrio* entre os ramos individuais. No primeiro caso, as mercadorias são vendidas segundo seus *valores de mercado*. No segundo caso, o *preço das mercadorias* se desvia dos valores de mercado determinados pelo trabalho socialmente necessário.

16 Neste contexto, podemos ver claramente o erro cometido por aqueles intérpretes de Marx que dizem que mesmo em casos de sobreoferta (ou escassez de mercadorias) no mercado, as mercadorias são vendidas segundo o trabalho socialmente necessário dispendido em sua produção. Por trabalho socialmente necessário eles entendem não apenas o trabalho necessário para a produção de um exemplar de determinada mercadoria, com um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas, mas toda a soma de trabalho que a sociedade como um todo pode dispender na produção de um dado tipo de mercadoria. Se, com um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas, a sociedade pode dispender um milhão de dias de trabalho na produção de sapatos (obtendo um milhão de pares), e se a sociedade dispende 1 250 000 dias, então os 1 250 000 pares de sapatos produzidos representam um milhão de dias de trabalho socialmente necessário, e um

par de sapatos representa 0,8 dias de trabalho. Um par de sapatos não é vendido por 10 rublos (se supusermos que o trabalho de um dia cria um valor de 10 rublos), mas por 8 rublos. Podemos dizer que, devido à produção excessiva, a quantidade de trabalho socialmente necessário contida num par de sapatos se modificou, mesmo que a técnica para produção de sapatos não tenha se modificado de maneira alguma? Ou talvez devêssemos dizer: embora a quantidade de trabalho socialmente necessário requerida para a produção de um par de sapatos não tenha se alterado, devido à oferta excessiva os sapatos são vendidos a um preço de mercado que está abaixo do valor de mercado determinado pelo trabalho socialmente necessário. Os intérpretes de Marx acima mencionados respondem à questão da primeira forma, estabelecendo assim um conceito "econômico" de trabalho necessário, ou seja, reconhecendo que o trabalho socialmente necessário se modifica não só em relação às alterações na força produtiva do trabalho, mas também em relação às alterações no equilíbrio entre oferta e demanda. Ao definir a dependência do trabalho socialmente necessário com relação à força produtiva do trabalho, respondemos da segunda forma. Uma coisa é, devido às melhorias da técnica, redução do tempo necessário para a produção de um par de sapatos de 10 para 8 horas. Isto significa um decréscimo do trabalho socialmente necessário, uma queda de valor, uma queda geral dos preços de sapatos, como um fenômeno permanente, normal. Coisa bem distinta é, devido à sobreoferta de sapatos, um par de sapatos ser vendido a 8 rublos, ainda que 10 rublos sejam necessários para a produção de sapatos, como antes. Isto é um estado anormal de negócios no mercado, que leva à contração da produção de sapatos; é uma queda de preços temporária e eles tenderão a retornar a seu nível anterior. No primeiro caso, temos uma modificação nas condições de produção, isto é, modificações no tempo de trabalho necessário.[6] No segundo caso, "embora cada parte do produto custe apenas o tempo de trabalho socialmente necessário (supomos aqui que as demais condições de produção permanecem iguais), gastou-se neste ramo uma quantidade de trabalho social excessiva, uma quantidade maior que a necessária com relação à massa geral".[7]

Aqueles que propõem ampliar o conceito de trabalho socialmente necessário cometem os seguintes erros metodológicos fundamentais:

(6) Marx, *Teorias Sobre a Mais-Valia* (tradução russa de V. Zheleznov, Vol. I, p. 151; tradução russa de Plekhanov, Vol. I, pp. 184-185).

(7) *Ibid.*

1) Confundem um estado normal de negócios no mercado com um estado anormal, as leis de *equilíbrio* entre os diferentes ramos de produção com casos de *rompimento* do equilíbrio que podem ser apenas temporários.

2) Ao fazer isto, destróem o conceito de trabalho *socialmente necessário*, que pressupõe o equilíbrio entre o dado ramo de produção e outros ramos.

3) Ignoram o mecanismo de desvio dos preços de mercado com relação aos valores, tratando de maneira inexata a venda de bens a qualquer preço sob quaisquer condições anormais no mercado, como uma venda que corresponde ao valor. O *preço* é confundido com *valor*.

4) Rompem a estreita relação entre o conceito de trabalho socialmente necessário e o conceito de *força produtiva do trabalho*, permitindo assim que o primeiro se modifique sem mudanças correspondentes no segundo.

Faremos uma análise detalhada da versão "econômica" do trabalho socialmente necessário no próximo capítulo.

Capítulo 17

Valor e Necessidade Social

1. *Valor e demanda*

Os defensores da assim chamada concepção "econômica" de trabalho socialmente necessário dizem: uma mercadoria só pode ser vendida segundo seu valor sob a condição de que a quantidade geral de mercadorias de um dado tipo corresponda ao volume das necessidades sociais por esse tipo de bens ou, o que é a mesma coisa, que a quantidade de trabalho realmente dispendida no dado ramo de indústria coincida com a quantidade de trabalho que a sociedade possa dispender na produção do dado tipo de mercadorias, supondo um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas. É óbvio, entretanto, que esta última quantidade de trabalho depende do volume da necessidade social por esses dados produtos ou do montante da demanda por eles. Isto significa que o valor das mercadorias não depende apenas da *produtividade do trabalho* (que representa a quantidade de trabalho necessário para a produção das mercadorias, sob dadas condições técnicas médias), mas também do volume de *necessidades sociais* ou demanda. Os adversários desta concepção objetam que modificações na demanda, não acompanhadas por modificações na produtividade do trabalho e na técnica de produção, provocam apenas desvios temporários dos preços de mercado relativamente aos valores de mercado, mas não modificações de longo prazo, permanentes, nos preços médios, ou seja, elas não provocam modificações do próprio

valor. Para compreender este problema é necessário examinar o efeito do mecanismo de demanda e oferta (ou concorrência).[1]

"Na oferta e demanda... a oferta é sempre igual à soma dos vendedores ou produtores de um determinado tipo de mercadorias, e a demanda igual à soma dos compradores ou consumidores (produtivos ou individuais) do mesmo tipo de mercadoria" (*C.*, III, p. 196). Vamos nos deter em primeiro lugar na demanda. Devemos defini-la com maior exatidão: a demanda é igual à soma dos compradores multiplicada pela quantidade média de mercadorias que cada um deles compra, ou seja, a demanda é igual à soma das mercadorias que conseguem encontrar compradores no mercado. À primeira vista, parece que o volume de demanda é uma quantidade determinada com exatidão, que depende do volume da necessidade social pelo dado produto. Mas não é este o caso. "A determinação quantitativa desta necessidade é algo absolutamente elástico e flutuante. Sua fixidez é pura aparência. Se os meios de subsistência fossem mais *baratos*, ou os salários em dinheiro mais *elevados*, os operários comprariam mais artigos de consumo e ampliar-se-ia a 'necessidade social' por este tipo de mercadorias" (*C.*, III, p. 192; grifos nossos). Como podemos ver, o volume da demanda está determinado não só pela necessidade determinada do dia presente, mas também pelo montante de *renda* ou *capacidade para pagar* dos compradores e os *preços* das mercadorias. A demanda de uma população camponesa por algodão pode ser expandida: 1) pela maior necessidade da população camponesa por algodão, ao invés de linho tecido em casa (deixamos de lado a questão das causas econômicas e sociais desta modificação das necessidades); 2) por um aumento da renda ou poder aquisitivo dos camponeses; 3) por uma queda no preço do algodão. Supondo uma dada estrutura de necessidades e um dado poder aquisitivo (isto é, dada a distribuição de renda na sociedade), a demanda por uma particular mercadoria se modifica relativamente às modificações em seu preço. A demanda "move-se no sentido inverso ao preço, aumentando quando este diminui e vice-versa" (*C.*, III, p. 194). "A ampliação ou redução do mercado depende do preço de cada merca-

(1) O leitor poderá encontrar a história da assim chamada versão "técnica" ou "econômica" do trabalho socialmente necessário nos seguintes livros: T. Grigorovichi, *Die Wertlehre bei Marx und Lassalle*, Viena, 1910; Karl Diehl, *Sozialwissenschaftliche erläuterungen zu David Ricardos Grundgesetzen der Volkswirtschaft und Besteuerung*, Vol. I, Leipzig, F. Meiner, 1921; ver também o debate no jornal *Pod znamenem Marksizma* (Sob a Bandeira do Marxismo) de 1922-1923, especialmente os artigos de M. Dvolaitski, A. Mendelson, V. Metylev.

doria e acha-se em razão inversa à alta ou baixa desse preço" (*Ibid.*, p. 119). A influência do mencionado barateamento das mercadorias sobre a expansão do consumo dessas mercadorias será mais intensa se este barateamento não for transitório e sim de longa duração, ou seja, se o barateamento for resultado da elevação da produtividade do trabalho no dado ramo, e de uma queda no valor do produto" (*C.*, III, p. 611).

Assim, o volume de demanda por uma dada mercadoria se modifica ao modificar-se o preço da mercadoria. *A demanda é uma quantidade determinada apenas para um dado preço das mercadorias.* A dependência do volume de demanda quanto às modificações no preço tem um caráter desigual para mercadorias diferentes. A demanda por bens de subsistência (por exemplo, pão, sal, etc.) caracteriza-se pela baixa elasticidade, ou seja, as flutuações do volume de consumo dessas mercadorias, e assim da demanda pelas mesmas, não são tão significativas quanto as flutuações de preço. Se o preço do pão cair à metade da quantia inicial, o consumo de pão não aumentará duas vezes, porém menos. Isto não significa que o barateamento do pão não aumenta a demanda por pão. O consumo direto de pão aumenta até certo ponto. Além disso, "uma parte do grão pode ser transformada em aguardente ou cerveja. E o aumento de consumo destes dois artigos não se acha circunscrito, de maneira alguma, dentro de limites estreitos" (*C.*, III, p. 611). Finalmente, o "barateamento da produção de trigo pode trazer como conseqüência que este cereal desloque o centeio ou a aveia como artigo fundamental de alimentação das massas populares" (*Ibid.*), o que aumenta a demanda por trigo. Desta maneira, mesmo os bens de subsistência estão submetidos à lei geral, segundo a qual o volume de *consumo*, e assim o volume de *demanda* por uma dada mercadoria, varia inversamente à modificação em seu *preço*. Esta dependência da demanda com relação ao preço é perfeitamente óbvia se lembrarmos o caráter limitado do poder aquisitivo das massas da população e, em primeiro lugar, dos trabalhadores assalariados, na sociedade capitalista. Somente as mercadorias baratas são acessíveis para as massas trabalhadoras. Somente à medida que certas mercadorias se tornam mais baratas elas entram nos padrões de consumo da maioria da população e tornam-se objeto de demanda de massa.

Na sociedade capitalista, a necessidade social em geral, e também a necessidade social acompanhada de poder de compra, ou a demanda correspondente, não representam, como vimos, uma magnitude fixa, determinada com exatidão. A magnitude de uma particular demanda é determinada por um dado preço. Se dissermos que a demanda por tecido num dado país, durante um ano, é de 240 000 arshins, devemos agregar então: "a um dado preço", por exemplo, 2 rublos e 75 copeques por arshin. Assim, a demanda pode ser representada num quadro que mostre as diferentes quantidades demandadas aos diferentes preços. Analisemos o seguinte quadro de demanda por tecido:[2]

QUADRO 1

Preço, em rublos (por arshin)	*Demanda (em arshins)*
7 r. — c.	30.000
6 r. — c.	50.000
5 r. — c.	75.000
3 r. 50 c.	100.000
3 r. 25 c.	120.000
3 r. — c.	150.000
2 r. 75 c.	240.000
2 r. 50 c.	300.000
2 r. — c.	360.000
1 r. — c.	450.000

Este quadro pode ser ampliado para cima ou para baixo: para cima até o ponto em que as mercadorias encontrarão um pequeno número de compradores das classes ricas da sociedade; para baixo até o ponto em que a necessidade da maioria da população por tecido esteja tão plenamente satisfeita que um barateamento posterior do tecido não provocará uma expansão adicional de demanda. Entre esses dois extremos, um número infinito de combinações do volume de demanda e do nível de preços é possível. Qual dessas possíveis combinações ocorre na realidade? Com base apenas na demanda, não podemos perceber se o volume de demanda por 30 000 arshins, a 7 rublos por arshin, terá maior probabilidade de se verificar que um volume de demanda por 450 000 arshins a 1 rublo por arshin, ou se é mais provável uma combinação situada entre esses dois extremos. O *volume real de demanda* é determinado pela magnitude da *produtividade do trabalho* que se expressa no *valor* de um arshin de tecido.

(2) Os números absolutos e a taxa de crescimento da demanda são inteiramente arbitrários.

Voltemos às condições sob as quais o tecido é produzido. Suponhamos que todas as fábricas de tecido produzem tecido sob as mesmas condições técnicas. A produtividade do trabalho na manufatura de tecido situa-se num nível em que é preciso dispender 2 3/4 horas de trabalho (inclusive despesas com matérias-primas, máquinas, e assim por diante) para a produção de um arshin de tecido. Se supusermos que uma hora de trabalho cria um valor igual a um rublo, chegaremos então ao valor de mercado de 2 rublos e 75 copeques por arshin. Numa economia capitalista, o preço médio do tecido não é igual ao valor-trabalho mas ao preço de produção. Neste caso, suponhamos que o preço de produção é igual a 2 rublos e 75 copeques. Em nossa análise posterior, trataremos geralmente o valor de mercado como igual ao valor-trabalho ou ao preço de produção. Um valor de mercado de 2 rublos e 75 copeques é um mínimo abaixo do qual o preço do tecido não pode cair por muito tempo, na medida que tal queda de preços provocaria uma redução na produção de tecido e uma transferência de capital para outros ramos. Suponhamos também que o valor de um arshin de tecido seja igual a 2 rublos e 75 copeques, a despeito de uma maior ou menor quantidade de tecido ser produzida. Em outras palavras, a produção aumentada de tecido não altera a quantidade de trabalho ou os custos de produção dispendidos na fabricação de um arshin de tecido. Neste caso, o valor de mercado de 2 rublos e 75 copeques, "o mínimo com que os produtores se contentarão, é também... o máximo"[3] acima do qual o preço não pode elevar-se por muito tempo, na medida que tal acréscimo de preço provocaria uma transferência de capital de outros ramos e uma expansão da produção de tecidos. Assim, de uma infinita quantidade de possíveis combinações entre volume de demanda e preço, apenas *uma* combinação pode existir por um período *longo*, a saber, uma combinação que no Quadro 1 ocupa o sétimo lugar a partir de cima: 2 rublos e 75 copeques — 240 000 arshins. Obviamente, essa combinação não se manifesta de maneira exata, mas representa o estado de equilíbrio, o nível médio, ao redor do qual os preços reais de mercado e o volume real de demanda flutuarão. O valor de mercado de 2 rublos e 75 copeques determina o volume de demanda efetiva, 240 000 arshins, e a oferta (ou seja, o volume de produção) será atraída até este montante. O aumento da produção, até

(3) John Stuart Mill, *Principles of Political Economy*, Nova York, Augustus M. Kelley, 1965, pp. 451-452. (*Nota da edição brasileira*: Ver, em espanhol, *Principios de Economia Política*, México, Fondo de Cultura Económica, 1943, tradução de Teodoro Ortiz.)

o nível de 300 000 arshins, por exemplo, provocará, como se pode ver no Quadro 1, uma queda dos preços abaixo do valor de mercado, até aproximadamente 2 rublos e 50 copeques, o que é desvantajoso para os produtores e os força a reduzir a produção. O inverso ocorrerá no caso de uma contração da produção abaixo de 240 000 arshins. As proporções normais de produção, ou oferta, igualarão 240 000 arshins. Assim, todas as combinações de nossa tabela, exceto uma, só podem existir temporariamente, expressando uma situação anormal do mercado, e indicando um desvio do preço de mercado com relação ao valor de mercado. Dentre todas as possíveis combinações, apenas uma corresponde ao valor de mercado: 2 rublos e 75 copeques para 240 000 arshins representa um estado de equilíbrio. O valor de mercado de 2 rublos e 75 copeques pode ser chamado *preço de equilíbrio* ou preço normal, e a quantidade produzida de 240 000 arshins pode ser chamada *quantidade de equilíbrio*,[4] que representa simultaneamente a oferta e demanda normal.

Entre a infinidade de combinações instáveis de demanda encontramos apenas uma combinação estável de equilíbrio que consiste do *preço (valor) de equilíbrio* e sua correspondente *quantidade de equilíbrio*. A estabilidade desta combinação pode ser explicada em termos da estabilidade do preço (valor) de produção, não pela estabilidade da quantidade de equilíbrio. O mecanismo da economia capitalista não explica por que o volume de demanda tende a ser uma quantidade de 240 000 arshins, a despeito de todas as flutuações para cima e para baixo. Mas este mecanismo explica plenamente que os preços de mercado tendam para o valor (ou preço de produção) de 2 rublos e 75 copeques, a despeito de todas as flutuações. Assim, também o volume de demanda tende para 240 000 arshins. O *estado da tecnologia* determina o *valor* do produto, e o *valor*, por sua vez, determina o *volume normal de demanda* e a correspondente *quantidade normal de oferta*, se supusermos um dado nível de necessidades e um dado nível de renda da população. O desvio da oferta real com relação à normal (ou seja, superprodução ou subprodução) provoca um desvio do preço de mer-

(4) Os termos "preço de equilíbrio" e "quantidade de equilíbrio" foram utilizados por Marshall, *Principles of Economics*, 1910, p. 345. O adjetivo "normal" é utilizado aqui não no sentido de algo que "deveria ser", mas no sentido de um nível médio que corresponde ao estado de equilíbrio e que expressa uma regularidade no movimento de preços. (*Nota da edição brasileira*: Ver, em português, *Princípios de Economia*, Alfred Marshall, Epasa, Rio de Janeiro, 1946, tradução de Rômulo de Almeida e Ottomyr Strauch, a partir da 8ª ed. em língua inglesa (1938).

cado com relação ao valor. Este desvio do preço, por sua vez, traz uma tendência à modificação da oferta real na direção da oferta normal. Se todo este sistema de flutuações, ou este mecanismo de demanda e oferta, girar ao redor de quantidades — valores — constantes, que são determinadas pela técnica de produção, então as modificações desses valores, resultantes do desenvolvimento das forças produtivas, provocam modificações correspondentes em todo o mecanismo de oferta e demanda. Um novo centro de gravidade é criado no mecanismo de mercado. As modificações nos valores alteram o volume de demanda normal. Se, devido ao desenvolvimento das forças produtivas, a quantidade de trabalho socialmente necessário requerida para produzir um arshin de tecido caísse de 2 3/4 até 2 1/2 horas, e assim o valor de um arshin de tecido caísse de 2 rublos e 75 copeques para 2 rublos e 50 copeques, então o montante de demanda normal e oferta normal estabelecer-se-ia ao nível de 300 000 arshins (se as necessidades e o poder aquisitivo da população permanecessem inalterados). *Modificações no valor provocam modificações na demanda e oferta.* "Portanto, se a oferta e a demanda regulam o preço comercial, ou melhor, as oscilações dos preços comerciais [de mercado] com relação ao valor comercial [de mercado], temos que, por outro lado, o valor comercial regula a proporção entre a oferta e a demanda e é o centro em torno do qual as flutuações de oferta e demanda fazem oscilar os preços comerciais" (*C.*, III, p. 185). Em outras palavras, o valor (ou preço normal) determina a demanda normal e a oferta normal. Os desvios da demanda ou oferta real com relação a seus níveis normais determinam o "preço comercial, ou melhor, as oscilações dos preços comerciais com relação ao valor comercial", desvios que, por sua vez, trazem consigo um movimento para o equilíbrio. O valor regula os preços através da demanda normal e oferta normal. Podemos chamar estado de equilíbrio entre oferta e demanda ao estado em que as mercadorias são vendidas segundo seus valores. E, na medida que a venda das mercadorias por seus valores corresponde ao estado de equilíbrio entre diferentes ramos de produção, somos levados à seguinte conclusão: o *equilíbrio entre demanda e oferta ocorre* se houver *equilíbrio entre os vários ramos de produção.* Cometeríamos um erro metodológico se tomássemos o equilíbrio entre oferta e demanda como ponto de partida da análise econômica. O equilíbrio na distribuição do trabalho social entre os diferentes ramos de produção permanece como ponto de partida, como em nossa análise anterior.

Embora os enfoques de Marx sobre oferta e demanda, que ele expressou no Capítulo X do Livro III de *O Capital* (e em outras partes),

sejam fragmentários, isto não significa que não encontramos na obra de Marx indicações que atestam o fato de que ele entendia o mecanismo de demanda e oferta no sentido apresentado acima. Segundo Marx, o preço de mercado corresponderá ao valor de mercado sob a condição de que "a massa de mercadorias reclamadas pelas necessidades sociais, ou seja, a quantidade pela qual a sociedade se encontra em condições de pagar o valor comercial" (*Ibid.*) seja lançada ao mercado pelos vendedores. Nas palavras de Marx, "as necessidades sociais" dependem da quantidade de mercadorias que encontram compradores no mercado a um preço igual ao valor, ou seja, da quantidade de mercadorias que chamamos "demanda normal" ou "oferta normal". Marx fala, em outras partes, da "diferença entre a quantidade de mercadorias produzidas e a quantidade a que são vendidas as mercadorias por seu valor comercial" (*Ibid.*, p. 189), ou seja, da diferença entre "demanda normal" e real. Explicam-se, assim, várias passagens nas obras de Marx, passagens nas quais ele fala das necessidades sociais "usuais" e do volume "usual" de demanda e oferta. Ele tinha em mente a "demanda normal" e a "oferta normal" que correspondem a um dado valor e se modificam caso o valor se altere. Marx disse, acerca de um economista inglês: "Este homem tão sábio não compreende que, no caso de que se trata, é precisamente a modificação efetuada no *cost of production* e também, portanto, no *valor*, o que determina a variação da *demanda* e, conseqüentemente, a proporção entre esta e a oferta, e que esta variação quanto à demanda provoca uma variação quanto à *oferta*, o que provaria exatamente o contrário do que o nosso pensador se propõe demonstrar; provaria, com efeito, que a variação do custo de produção não se encontra regulada, de maneira alguma, pela proporção entre a oferta e a demanda, mas que é ela, pelo contrário, que regula essa proporção" (*C.*, III, p. 194; grifos nossos).

Vimos que as modificações no valor (se os requerimentos e o poder aquisitivo da população permanecem inalterados) provocam modificações no volume normal de demanda. Vejamos agora se aqui existe também uma relação inversa: se uma modificação de longo alcance na demanda provoca uma modificação no valor do produto, quando a técnica de produção permanece inalterada. Estamos nos referindo a constantes modificações de longo alcance, na demanda, e não a modificações temporárias que influenciam apenas os preços de mercado. Tais modificações de longo alcance (por exemplo, o aumento da demanda por um dado produto), que são independentes das modificações no valor dos produtos, podem ocorrer seja devido a um aumento do poder aquisitivo da população, seja devido ao aumento das

necessidades por um dado produto. A intensidade das necessidades pode aumentar devido a causas sociais ou naturais (por exemplo, modificações de longo alcance nas condições climáticas podem criar uma demanda maior por roupas de inverno). Trataremos essa questão com maior detalhe, adiante. Por ora, aceitaremos como dado que a demanda por tecido se alterou, devido, por exemplo, ao aumento das requisições para roupas de inverno. Modificações na demanda expressam-se no fato de que agora um maior número de compradores concorda em pagar um preço mais elevado pelo tecido, ou seja, que um número maior de compradores e uma demanda maior correspondem a cada preço do tecido. O quadro adquire a seguinte forma:

QUADRO 2

Preço, em rublos (por arshin)	*Demanda (em arshins)*
7 r. — c.	50.000
6 r. — c.	75.000
5 r. — c.	100.000
3 r. 50 c.	150.000
3 r. 25 c.	200.000
3 r. — c.	240.000
2 r. 75 c.	280.000
2 r. 50 c.	320.000
2 r. — c.	400.000
1 r. — c.	500.000

O preço de mercado que correspondia ao valor, no Quadro 1, era de 2 rublos e 75 copeques, e o volume normal de demanda e oferta era de 240 000 arshins. A modificação na demanda mostrada no Quadro 2 aumentou o preço de mercado do tecido para cerca de 3 rublos por arshin, na medida que existem apenas 240 000 arshins de tecido no mercado. Segundo nossa tabela, esta era a quantidade procurada pelos compradores ao preço de 3 rublos. Todos os produtores vendem suas mercadorias, não por 2 rublos e 75 copeques, como antes, mas por 3 rublos. Na medida que a técnica de produção não se modificou (suposto nosso), os produtores receberam um sobrelucro de 25 copeques por arshin. Isto provoca uma expansão da produção e mesmo, talvez, uma transferência de capital de outras esferas (através da expansão do crédito que os bancos concedem à indústria de tecido). A produção se expandirá até atingir o ponto em que o equilíbrio entre a indústria de tecido e outros ramos de produção seja reestabelecido. Isto ocorre quando a indústria de tecido aumenta sua produção de 240 000 para 280 000 arshins, que será vendida ao preço anterior de 2 rublos e 75 copeques. Este preço corresponde ao estado da técnica e ao valor de mercado. O aumento ou diminuição da *demanda* não pode provocar uma elevação ou queda no *valor* do produto, se as condições técnicas de produção não se modificarem, mas pode provocar o *aumento* ou *diminuição* da produção num ramo. No entanto, o valor do produto é determinado exclusivamente pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas e pela técnica de produção. Conseqüentemente, a demanda não influencia a magnitude do valor; ao contrário, é o valor que, combinado com a demanda que é por ele parcialmente determinada, determina o volume de produção num dado ramo, ou seja, a distribuição das forças produtivas. "A urgência das necessidades influencia a distribuição das forças produtivas na sociedade, mas o valor relativo dos diferentes produtos é determinado pelo trabalho dispendido em sua produção."[5]

Se reconhecermos a influência de modificações na *demanda* sobre o *volume* de produção, em sua expansão e contração, estaremos contradizendo o conceito básico da teoria econômica de Marx, de que o desenvolvimento da economia é determinado pelas condições de produção, pela composição e nível de desenvolvimento das forças produtivas? Absolutamente não. Se as modificações na demanda por uma dada mercadoria influenciam o volume de sua produção, essas modificações, por sua vez, são provocadas pelas seguintes causas: 1) as modificações no *valor* de uma dada mercadoria, por exemplo, seu barateamento como resultado do desenvolvimento das forças produtivas num dado ramo de produção; 2) modificações no *poder aquisitivo* ou renda de diferentes grupos sociais; isto significa que a demanda é determinada pela renda das diferentes classes sociais (*C.*, III, pp. 197-198), e "acha-se essencialmente condicionada pela relação das distintas classes entre si e por sua respectiva posição econômica" (*Ibid.*, p. 185) que, por sua vez, se modifica correspondentemente às modificações nas forças produtivas; 3) finalmente, modificações na intensidade ou urgência das *necessidades* por uma dada mercadoria. À primeira vista,

(5) P. Maslov, *Teoriya razvitiya narodnogo khozyaistva* (Teoria do Desenvolvimento da Economia Nacional), 1910, p. 238.

parece que, no último caso, fazemos a produção depender do consumo. Entretanto, devemos perguntar o que provoca modificações na urgência das necessidades por uma dada mercadoria. Supomos que, se o preço dos arados de ferro e o poder aquisitivo da população permanecerem os mesmos, e a necessidade de arados aumentar devido à substituição de arados de madeira por arados de ferro na agricultura, a necessidade aumentada provocará uma elevação temporária nos preços de mercado dos arados, acima de seu valor, e como resultado a produção de arados aumentará. A necessidade ou demanda aumentada provoca uma expansão da produção. Entretanto, este aumento da demanda foi provocado pelo desenvolvimento das forças produtivas, não num dado ramo de produção (na produção de arado), mas em outros ramos (na agricultura). Tomemos outro exemplo, que está relacionado aos bens de consumo. A propaganda antialcoólica bem sucedida reduz a demanda por bebidas alcoólicas; seu preço cai, temporariamente, abaixo do valor e, como resultado, a produção das destilarias diminui. Escolhemos propositadamente um exemplo em que a redução de produção é provocada por causas sociais de caráter ideológico, e não econômico. É óbvio que os sucessos da propaganda antialcoólica foram provocados pelo nível econômico, social, cultural e moral dos diferentes grupos sociais, nível que, por sua vez, se modifica como resultado de uma complexa série de condições sociais que o envolvem. Essas condições sociais podem ser explicadas, em última análise, pelo desenvolvimento das atividades produtivas da sociedade. Finalmente, podemos passar das condições econômicas e sociais que modificam a demanda para fenômenos naturais que também podem influenciar o volume de demanda, em alguns casos. Modificações acentuadas e permanentes nas condições climáticas podem reforçar ou enfraquecer a necessidade por roupas de inverno e provocar uma expansão ou contração da produção de tecidos. Aqui, não há necessidade de mencionar que as modificações na demanda provocadas apenas por causas puramente naturais e independentes de causas sociais são raras. Mas mesmo esses casos não contradizem a visão da primazia da produção sobre o consumo. Esta visão não deveria ser entendida como se a produção fosse levada a cabo automaticamente, em algum tipo de vácuo, fora da sociedade de pessoas vivas com suas diversas necessidades que se baseiam em exigências biológicas (comida, proteção do frio, etc.). Mas os *objetos* com que o homem satisfaz suas necessidades e a *maneira* de satisfazer essas necessidades são determinadas pelo *desenvolvimento da produção*, e elas, por sua vez, modificam o caráter dessas determinadas *necessidades* e podem mesmo criar *novas* necessidades. "A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca e garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes."[6] Sob esta forma particular, a fome é o resultado de um longo desenvolvimento histórico e social. Da mesma maneira, exatamente, as modificações das condições climáticas trazem consigo necessidades por dados bens, por tecido, ou seja, por tecido de determinada qualidade e manufatura, isto é, necessidade cujo caráter é determinado pelo desenvolvimento precedente da sociedade e, em última análise, de suas forças produtivas. O aumento quantitativo da demanda por tecido é diferente para as diferentes classes sociais e depende de seus rendimentos. Se, num dado período de produção, um determinado nível de necessidades por tecido (necessidade baseada em exigências biológicas) é um fato dado de antemão, ou um pré-requisito da produção, então esse estado de necessidades por tecido é, por sua vez, o resultado do desenvolvimento social prévio. "Pelo próprio processo de produção convertem-se [os pré-requisitos da produção] de fatores espontâneos em fatores históricos e se, em relação a um período, aparecem como pressuposição natural à produção, em relação a outro constituem seu resultado histórico" (*Ibid.*, p. 114). O caráter e a modificação da necessidade por um dado produto, ainda que basicamente uma exigência biológica, são determinados pelo desenvolvimento das forças produtivas, que pode ocorrer na dada esfera de produção ou em outras esferas; que pode ocorrer no presente ou num período histórico anterior. Marx não nega a influência do consumo sobre a produção nem as interações entre eles (*Ibid.*, p. 116). Mas seu objetivo é encontrar a regularidade social nas modificações das necessidades, regularidade que pode ser explicada, em última análise, em termos da regularidade do desenvolvimento das forças produtivas.

2. *Valor e distribuição proporcional de trabalho*

Chegamos à conclusão de que o volume de demanda por um dado produto é determinado pelo valor do produto, e se altera quando o valor se modifica (se as necessidades e o poder produtivo* da população

(6) Marx, "*Introdução [Para a Crítica da Economia Política]*", São Paulo, *op. cit.*, p. 110.

(*) N. T.: Parece-nos que onde se diz *poder produtivo* (*productive power*, na ed. em inglês), quer se dizer *poder aquisitivo*. Ver adiante, p. 218.

são dados). O desenvolvimento das forças produtivas num dado ramo modifica o valor de um produto e, assim, o volume de demanda social pelo produto. Como se pode ver no Quadro de demanda nº 1, um determinado volume de demanda corresponde a um dado valor do produto. O volume de demanda é igual ao número de unidades de produto procuradas a um dado preço. *A multiplicação do valor de uma unidade de produto (que é determinado pelas condições técnicas de produção), pelo número de unidades que serão vendidas a esse dado valor, expressa a necessidade social que pode pagar pelo dado produto.*[7] É a isto que Marx chamava "necessidades sociais quantitativamente definidas" por um dado produto (*C.*, III, p. 592), o "volume social" da necessidade (*Ibid.*, p. 189), a "quantidade determinada de necessidades sociais" (*Ibid.*, p. 191). "Quantidades determinadas de produção social nos distintos ramos de produção" (*Ibid.*), "sua reprodução anual na escala estabelecida", correspondem a esta necessidade social. Este volume de produção usual, normal, depende "de que o trabalho se distribua proporcionalmente entre os diversos ramos de produção proporcionalmente a estas necessidades sociais, quantitativamente estabelecidas" (*C.*, III, p. 592).

Assim, uma determinada magnitude de valor por unidade de mercadoria determina o número de mercadorias que encontram compradores, e o produto desses dois números (valor vezes quantidade) expressa o volume de necessidade social, pelo que Marx entendia sempre necessidade social capaz de pagar (*C.*, III, pp. 184-185, 191, 195-196). Se o valor de um arshin é de 2 rublos e 75 copeques, o número de arshins de tecido que são procurados no mercado é igual a 240 000. O volume de necessidade social é expresso pelas seguintes quantias: 2 rublos e 75 copeques × 240 000 = 660 000 rublos. Se um rublo representa um valor criado por uma hora de trabalho, então são dispendidas 660 000 horas de trabalho social na produção de tecido, dada uma proporcional distribuição do trabalho entre os particulares ramos de produção. Este montante não é determinado de antemão por ninguém, na sociedade capitalista; ninguém o confere e ninguém está preocupado com sua manutenção. Ele é estabelecido apenas como resultado da concorrência no mercado, num processo constantemente interrompido por desvios e rompimentos, processo no qual "reinam o acaso e a arbitrariedade" (*C.*, I, p. 289), como dizia Marx repetidamente (*C.*, I, p. 140). Esta cifra expressa apenas o nível médio ou o centro estável ao redor do qual flutuam os volumes reais de demanda e oferta. A estabilidade deste montante de necessidade social (660 000) é explicada exclusivamente pelo fato de que representa uma combinação da multiplicação de duas cifras, uma das quais (2 rublos e 75 copeques) é o valor por unidade de mercadoria, determinado pelas técnicas de produção, e representa um centro estável ao redor do qual flutuam os preços de mercado. A outra cifra, 240 000 arshins, depende da primeira. O volume de demanda social e produção social num dado ramo flutuam em redor da cifra de 660 000, exatamente porque os preços de mercado flutuam ao redor do valor de 2 rublos e 75 copeques. A estabilidade de um dado volume de necessidade social é resultado da estabilidade de uma dada magnitude de valor como centro das flutuações dos preços de mercado.[8]

Os defensores da interpretação "econômica" do trabalho socialmente necessário colocaram o processo inteiro de cabeça para baixo, tomando seu resultado final, a cifra de 660 000 rublos, o valor da massa toda de mercadorias de um dado ramo, como ponto de partida de sua análise. Eles dizem: dado um particular nível de desenvolvimento das forças produtivas, a sociedade pode dispender 660 000 horas de trabalho na produção de tecido. Essas horas de trabalho criam um valor de 660 000 rublos. O valor das mercadorias do dado ramo deve, portanto, ser igual a 660 000 rublos, não pode ser maior nem menor. Esta quantidade definitivamente fixada determina o valor de uma unidade específica de uma mercadoria; esta cifra é igual ao *quociente* resultante da divisão de 660 000 pelo número de unidades produzidas. Se são produzidas 240 000 unidades de tecido, então o valor de um arshin é igual a 2 rublos e 75 copeques; se a produção aumentar para 264 000 arshins, então o valor cairá para 2 rublos e 50 copeques; se a produção cair para 220 000 arshins, então o valor se elevará a 3 rublos. Cada uma dessas combinações (2 r. 75 c. × 240 000; 2 r. 50 c. × 264 000; 3 r. × 220 000)

(7) Por necessidade social, Marx entendia, freqüentemente, a quantidade de produtos procurados no mercado. Mas essas diferenças terminológicas não nos interessam aqui. Nosso objetivo não é definir certos termos, mas distinguir diversos conceitos, a saber: 1) valor por unidade de mercadoria; 2) a quantidade de unidades de uma mercadoria que é procurada no mercado a um dado valor; 3) a multiplicação do valor unitário da mercadoria pelo número de unidades procuradas no mercado a um dado valor. Aqui o importante é enfatizar que o volume de necessidade social por produtos de um dado tipo não é independente do valor por unidade da mercadoria, e pressupõe este valor.

(8) Temos em mente, aqui, estabilidade sob determinadas condições. Isto não exclui modificações, se essas condições se modificarem.

é igual a 660 000. O valor de uma unidade de produto pode se modificar (2 r 75 c.; 2 r. 50 c.; 3 r.) mesmo se a técnica de produção não se alterar. O valor geral de todos os produtos (660 000 rublos) possui um caráter constante e estável. O montante geral de trabalho necessário numa dada esfera de produção, dada uma proporcional distribuição do trabalho (660 000 horas de trabalho), possui também um caráter estável e constante. Em dadas condições, esta magnitude constante pode ser combinada de diferentes maneiras com dois fatores: o valor por unidade de mercadoria e o número de bens manufaturados (2 r. 75 c. × 240 000 = 2 r. 50 c. × 264 000 = 3 r. × 220 000 = 660 000). Desta maneira, o valor da mercadoria não é determinado pelo montante de trabalho necessário para a *produção de uma unidade de mercadoria*, mas pelo *montante total de trabalho alocado na dada esfera de produção*,[9] dividido *pelo número de bens manufaturados*.

Esta argumentação resumida dos defensores da assim chamada versão "econômica" do trabalho socialmente necessário é, a nosso ver, inadequada pelas seguintes razões:

1) Tomando a quantidade de trabalho alocada numa dada esfera de produção (resultado do processo complexo de concorrência no mercado) como *ponto de partida* da análise, a versão "econômica" imagina a sociedade capitalista segundo o modelo de uma sociedade socialista organizada, na qual a distribuição proporcional do trabalho é *calculada de antemão*.

2) A interpretação não analisa a questão de o que determina a quantidade de trabalho alocada numa dada esfera, quantidade que, na sociedade capitalista, não é determinada por ninguém conscientemente, nem mantida conscientemente por ninguém. Tal análise mostraria que a quantidade de trabalho mencionada é o resultado ou produto do valor por unidade vezes a quantidade de produtos demandados no mercado a um dado preço. O *valor* não é determinado pela quantidade de trabalho na *dada esfera*, mas, antes, essa quantidade *pressupõe* o valor como uma magnitude que depende da técnica de produção.

3) A interpretação econômica não deduz o volume estável, constante (sob dadas condições), de trabalho alocado numa dada esfera (660 000 horas de trabalho), a partir do valor *estável* por unidade de mercadoria (2 rublos e 75 copeques, ou 2 3/4 horas de trabalho). Ao contrário, esta interpretação deduz o caráter estável do valor da massa total de produtos de uma dada esfera de produção, a partir da multiplicação de dois diferentes fatores (valor por unidade e quantidade). Isto significa que ela conclui que a magnitude do valor por unidade de produto (2 rublos e 75 copeques, 2 rublos e 50 copeques, 3 rublos) é *instável* e mutante. Dessa maneira, ela nega inteiramente o significado do valor por unidade de produto como o centro de gravidade das flutuações de preço e como regulador básico da economia capitalista.

4) A interpretação econômica não leva em consideração o fato de que, dentre todas as possíveis combinações que resultam 660 000, com um dado estado de técnica (e com o dispêndio precisamente de 2 3/4 horas de trabalho socialmente necessário para a produção de um arshin de tecido), apenas uma combinação é estável: a combinação de equilíbrio constante (a saber, 2 r. 75 c. × 240 000 = 660 000). No entanto, as demais combinações podem ser apenas temporárias, combinações transitórias de desequilíbrio. A interpretação econômica confunde o estado de *equilíbrio* com um estado de *equilíbrio perturbado*, o valor com preço.

Devemos distinguir dois aspectos da interpretação econômica: primeiro, esta interpretação tenta averiguar certos *fatos*, e segundo, tenta *explicar* esses fatos teoricamente. Afirma que toda modificação no volume de produção (se a técnica não se altera) provoca uma modificação inversamente proporcional no preço de mercado do dado produto. Devido a esta proporcionalidade inversa nas modificações de ambas as quantidades, o produto da multiplicação dessas duas quantidades é uma quantidade imutável, constante. Assim, se a produção de tecido diminui de 240 000 arshins para 220 000, ou seja, diminui a 11/12 avos, o preço por arshin de tecido aumenta de 2 r. e 75 c. para 3 rublos, ou seja, aumenta para 12/11 avos. A multiplicação do número de mercadorias pelo preço por unidade, em ambos os casos, é igual a 660 000. Para explicar isto, a interpretação econômica afirma que a quantidade de trabalho alocada numa dada esfera de produção (660 000 horas de trabalho) é uma magnitude constante e determina a soma de valores e os preços de mercado de todos os produtos dessa esfera. Na medida que essa magnitude é constante, a modificação no número de bens produzidos provoca modificações inversamente proporcionais do valor e do preço de mercado por unidade de produto. A quantidade de trabalho dispendida na dada esfera de produção regula o valor bem como o prèço por unidade de produto.

Mesmo se a interpretação econômica provasse corretamente o fato de que as modificações na quantidade de produtos são inversa-

(9) Entendemos com isto, aqui e adiante, a quantidade de trabalho alocada numa dada esfera de produção, dada uma distribuição proporcional de trabalho, isto é, um estado de equilíbrio.

mente proporcionais às modificações no preço por unidade de produto, sua explicação teórica ainda seria falsa. A elevação de preço de um arshin de tecido, de 2 r. e 75 c. para 3 r., no caso de uma diminuição da produção de 240 000 para 220 000 arshins, significaria uma modificação no preço de mercado do tecido e seu desvio do valor, que permaneceria o mesmo se as condições técnicas não se modificassem, ou seja, seria igual a 2 r. e 75 c. Desta maneira, a quantidade de trabalho alocada numa dada esfera de produção não seria o regulador do *valor* por unidade de produto, mas regularia apenas o *preço* de mercado. O preço de mercado do produto, a qualquer momento, igualaria a quantidade indicada de trabalho dividida pelo número de bens manufaturados. É assim que certos porta-vozes da interpretação "técnica" representam o problema; eles reconhecem o fato da proporcionalidade inversa entre a modificação na quantidade e o preço de mercado do produto, mas rejeitam a explicação dada pela interpretação econômica.[10] Não há dúvida de que esta interpretação, segundo a qual a soma de preços de mercado dos produtos de uma dada esfera de produção representa, a despeito de todas as flutuações de preços, uma quantidade constante determinada pela quantidade de trabalho alocada na dada esfera, é apoiada por algumas das observações de Marx.[11] Apesar disso, achamos que a idéia da *proporcionalidade inversa* entre modificações na quantidade e preço de mercado dos produtos incorre numa série inteira de objeções muito sérias:

1) Esta concepção contradiz fatos *empíricos* que mostram, por exemplo, que quando o número de mercadorias duplica, o preço de mercado não cai à metade do preço anterior, mas acima ou abaixo deste preço, em montantes diferentes para diferentes produtos. Neste contexto, uma diferença particularmente nítida pode ser observada entre bens de subsistência e bens de luxo. Segundo alguns cálculos, a duplicação da oferta de pão reduz seu preço quatro ou cinco vezes.

2) A concepção *teórica* da proporcionalidade inversa entre as modificações na quantidade e preço dos produtos não foi provada. Por que deveria o preço elevar-se, do preço normal ou valor de 2 r. 75 c. para 3 r. (isto é, a 12/11 avos de seu preço original) se a produção se reduzisse de 240 000 para 220 000, ou seja, a 11/12 avos de seu volume anterior? Não é possível (na manufatura de tecido) que o preço de 3 r. possa não corresponder à quantidade de produção de 220 000 arshins (como supõe a teoria da proporcionalidade), mas sim à quantidade de 150 000 arshins, como mostramos em nosso Quadro de demanda nº 1? Onde, na sociedade capitalista, encontra-se o mecanismo que torna o preço de mercado do tecido invariavelmente igual a 660 000 rublos?

3) A última questão revela a debilidade *metodológica* da teoria em exame. Na sociedade capitalista, as leis dos fenômenos econômicos têm efeitos similares aos da "lei da gravidade", que se afirma "quando a casa cai em cima de alguém" (*C.*, I, p. 40), ou seja, como tendências, como centros de flutuações e desvios regulares. A teoria que estamos discutindo transforma uma tendência, ou uma lei que regula eventos, num fato empírico: a soma dos preços de mercado, não só em condições de equilíbrio, isto é, como soma dos valores de mercado, mas em *qualquer* situação de mercado e a qualquer tempo, coincide inteiramente com a quantidade de trabalho alocada nessa dada esfera. O suposto de uma "harmonia preestabelecida" não só é refutado, como também não corresponde às bases metodológicas gerais da teoria de Marx sobre a economia capitalista.

As objeções que arrolamos nos forçam a lançar fora a tese da proporcionalidade inversa entre modificações na quantidade e preços de mercado dos produtos, a saber, a tese da estabilidade empírica da soma dos preços de mercado dos produtos de uma dada esfera. As afirmações de Marx neste contexto devem ser entendidas, a nosso ver, não no sentido de uma exata *proporcionalidade inversa*, mas no sentido de uma *direção inversa* entre modificações na quantidade e preços de mercado dos produtos. Todo acréscimo de produção além de seu valor normal provoca uma queda de preço abaixo do valor e uma diminuição da produção provoca uma elevação de preço. Ambos esses fatores (a quantidade de produtos e seus preços de mercado) modificam-se em direções inversas, ainda que não em proporcionalidade inversa. Devido a isto, a quantidade de trabalho alocada numa dada esfera não só desempenha o papel de centro de equilíbrio, um nível médio de flutuações para o qual tende a soma dos preços de mercado, mas representa, em certa medida, uma média matemática das somas de preços de mercado que se modificam diariamente. Mas este caráter de média matemática de maneira alguma significa que as duas quantidades coincidem inteiramente, e ademais não tem uma particular significação teórica. Na obra de Marx, geralmente, encontramos uma formulação mais cautelosa de modificações inversas na quantidade de produtos e seus preços de mercado (*C.*, III, p. 182, *Theorien über den Mehrwert*, III, p. 341). Sentimo-nos tanto mais justificados em interpretar neste

(10) L. Lyubimov, *Kurs politicheskoi ekonomii* Curso de Economia Política, 1923, pp. 244-245.

(11) Em *Teorias Sobre a Mais-Valia*.

sentido a teoria de Marx porquanto, em sua obra, encontramos algumas vezes uma negação direta da proporcionalidade inversa entre modificações na quantidade de produtos e seus preços. Marx observou que, no caso de uma colheita escassa, "a soma dos preços da massa de cereais diminuída é superior à soma dos preços da massa anterior de cereais" (*Crítica*, p. 193). Esta é uma expressão da lei conhecida, acima mencionada, segundo a qual a diminuição da produção de cereal à metade de seu montante anterior eleva o preço de um *pud* [12] de cereal a mais de duas vezes seu preço anterior, de modo que a soma total de preços do cereal se eleva. Em outra passagem, Marx rejeita a teoria de Ramsey, segundo a qual a queda no valor do produto à metade de seu valor anterior, devido a melhorias na produção, seria acompanhada de um aumento da produção ao dobro de seu montante anterior: "O valor (das mercadorias) cai, mas não proporcionalmente ao aumento de sua quantidade. A quantidade pode duplicar, por exemplo, mas o valor das mercadorias individuais pode cair de 2 para 1 1/4, e não para 1" (*Theorien über den Mehrwert*, III, p. 407), como ocorreria segundo Ramsey e segundo os defensores da concepção que estamos examinando. Se o barateamento das mercadorias (devido a melhorias da técnica) de 2 r. para 1 1/4 r. pode ser acompanhado da duplicação da produção desse produto, então, inversamente, uma duplicação anormal da produção pode ser acompanhada de uma queda de preços de 2 r. para 1 1/4 r., e não para 1 r., como exigiria a tese da proporcionalidade inversa.

Assim, achamos incorreta a concepção segundo a qual a *quantidade de trabalho* alocada numa dada *esfera de produção* e nos produtos individuais *manufaturados* nessas esferas determina o valor de uma unidade de produto (como sustentam os defensores da interpretação econômica) ou coincide exatamente com o *preço de mercado* de uma unidade de produto (como sustentam os defensores da interpretação econômica e alguns defensores da interpretação técnica). O *valor* por unidade de produto é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua *produção*. Se o nível da técnica é dado, este representa uma magnitude constante que não se altera relativamente à quantidade de bens manufaturados. O *preço de mercado* depende da

(12) (*Nota da edição em inglês*: Unidade de peso equivalente a cerca de 36,11 libras — *tradutor.*) (*Nota da edição brasileira*: A libra-peso é uma medida inglesa correspondente a 453,59 gramas. O *pud*, medida russa, é aproximadamente igual a 16,3 kg.)

quantidade de *bens produzidos* e se modifica em *direção oposta* (*mas não é inversamente proporcional*) a esta modificação na quantidade. Entretanto, o preço de mercado não coincide inteiramente com o quociente resultante da divisão da quantidade de trabalho alocado numa dada esfera pelo número de bens produzidos. Significa isto que estamos ignorando completamente a quantidade de trabalho alocada numa dada esfera de produção (dada uma distribuição proporcional do trabalho)? De maneira alguma. A tendência a uma distribuição proporcional do trabalho (seria mais exato dizer: uma determinada, estável, [13] distribuição do trabalho) entre as diferentes esferas de produção, que depende do nível geral de desenvolvimento das forças produtivas, representa um fato básico da vida econômica, que está sujeito a nosso exame. Mas, como observamos mais de uma vez, esta tendência não representa o ponto de partida do processo econômico, mas seu resultado final. Este resultado não se manifesta de maneira exata em fatos empíricos, mas serve apenas como centro de suas flutuações e desvios. Reconhecemos que a quantidade de trabalho alocada numa dada esfera de produção (dada uma distribuição proporcional do trabalho) desempenha um certo papel como regulador na economia capitalista, mas: 1) este é um regulador no sentido de uma *tendência*, um nível de equilíbrio, um centro de flutuações, e de maneira alguma no sentido de uma expressão exata de fatos empíricos, ou seja, preços de mercado; e 2) o que é ainda mais importante, este regulador pertence a todo um sistema de reguladores e é *resultado* do regulador básico deste sistema — *valor* — enquanto centro de flutuações dos preços de mercado.

Tomemos um exemplo com dados simples. Suponhamos que: a) a *quantidade de trabalho* socialmente necessário para produzir um arshin de tecido (dada uma técnica média) é igual a 2 horas, ou o *valor* de um arshin é igual a 2 rublos; b) dado este valor, a *quantidade de tecido* que pode ser vendida no mercado, e assim o *volume de produção* normal, consiste de 100 arshins de tecido. Segue-se disto que: c) a quantidade de trabalho exigida pela *dada esfera de produção* é 2 horas × 100 = 200 horas, ou, o valor total do produto dessa esfera é igual a 2 r. × 100 = 200 rublos. Encontramo-nos frente a três reguladores, e

(13) O termo "proporcional" não deve ser entendido no sentido de uma distribuição de trabalho racional, predeterminada, o que não existe numa sociedade capitalista. Estamos nos referindo a uma regularidade, a uma certa constância e estabilidade (apesar das flutuações e desvios diários) na distribuição do trabalho entre ramos individuais, dependendo do nível de desenvolvimento das forças produtivas.

cada um deles é um centro de flutuações de magnitudes determinadas, empíricas, reais. Examinemos a primeira magnitude: a_1) na medida que ela expressa a ***quantidade de trabalho*** necessária para a produção de um arshin de tecido (duas horas de trabalho), esta magnitude influencia o dispêndio real de trabalho em diferentes empresas da indústria de tecido. Se um dado grupo de empresas de produtividade baixa não dispende duas, mas três horas de trabalho por arshin, será gradualmente deslocada pelas empresas mais produtivas, a menos que se adapte ao nível mais elevado da técnica destas. Se um dado grupo de empresas não dispende 2 horas, mas ao invés disso 1 1/2 hora, então este grupo deslocará gradualmente as empresas mais atrasadas e, dentro de certo período de tempo, o trabalho socialmente necessário diminuirá para 1 1/2 hora. Em suma, o trabalho individual e o socialmente necessário (embora não coincidam) mostram uma tendência à igualação. a_2) Se a mesma magnitude indica o valor por unidade de produção (2 rublos), ela é o centro das flutuações dos preços de mercado. Se o preço de mercado cair abaixo de 2 rublos, a produção diminuirá e haverá uma transferência de capital para fora dessa esfera. Se os preços se elevarem acima dos valores, ocorrerá o inverso. O valor e o preço de mercado não coincidem, mas antes, o primeiro é o regulador, o centro de flutuação, do segundo.

Passemos agora para a segunda magnitude reguladora, designada pela letra (b): o *volume normal de produção*, 100 arshins, é o centro de flutuações do volume real de produção na dada esfera. Se mais de 100 arshins são produzidos, então o preço cai abaixo de 2 rublos por arshin, e inicia-se uma redução da produção. Ocorre o inverso em caso de subprodução. Como vemos, o segundo regulador (*b*) depende do primeiro (a_2), não só no sentido de que a magnitude do valor determina o volume de produção (dada a estrutura de necessidades e o poder aquisitivo da população) mas também no sentido de que as distorções do volume de produção (superprodução ou subprodução) são corrigidas pelo desvio dos preços de mercado relativamente ao valor. O volume normal de produção, 100 arshins (b), é o centro de flutuação do volume real de produção exatamente porque o valor de 2 rublos (a_2) é o centro de flutuações dos preços de mercado.

Passamos, finalmente, para a terceira magnitude reguladora, (c), que representa o produto da multiplicação dos dois primeiros, ou seja, $200 = 2 \times 100$, ou $c = ab$. No entanto, como vimos, (a) pode ter dois significados: (a_2) representa a quantidade de trabalho dispendido na produção de um arshin de tecido (2 horas), (a_2) representa o valor de um arshin (2 rublos). Se tomarmos $a_1b = 2$ horas de trabalho $\times$ 100 = 200 horas de trabalho, temos então a quantidade de trabalho alocada numa dada esfera de produção (dada uma distribuição proporcional do trabalho), ou o centro de flutuações dos dispêndios de trabalho reais na dada esfera. Se tomarmos $a_2b = 2$ rublos $\times$ 100 = 200 rublos, obtemos então a soma de valores dos produtos de dada esfera, ou o centro de flutuações das somas de valores de mercado dos produtos da dada esfera. Assim, de maneira alguma negamos que a terceira magnitude, $c = 200$, desempenha também o papel de regulador, de centro de flutuações. Entretanto, deduzimos seu papel do papel regulador de seus componentes, (a) e (b). Como podemos ver, $c = ab$, e o papel regulador de (c) é o resultado dos papéis reguladores de (a) e (b). Duzentas horas de trabalho é o centro de flutuações da quantidade de trabalho dispendida nessa esfera, exatamente porque 2 horas de trabalho indicam o dispêndio médio de trabalho por unidade de produto, e 100 arshins é o centro de flutuações do volume de produção. Exatamente da mesma maneira, 200 rublos é o centro de flutuações da soma de preços de mercado dessa esfera exatamente porque 2 rublos, ou o valor, é o centro de flutuações dos preços de mercado por unidade de produto, e 100 arshins é o centro de flutuações do volume de produção. Todas as três magnitudes reguladoras, (a), (b) e (c), representam um sistema regulador unificado, no qual (c) é o resultante de (a) e (b), por sua vez, se modifica com relação às alterações de (a). A última magnitude (a), ou seja, a ***quantidade de trabalho socialmente necessário*** para a produção de uma unidade de produto (2 horas de trabalho), ou o ***valor*** de uma unidade de produto (2 rublos) é a ***magnitude reguladora básica*** de todo o sistema de equilíbrio da economia capitalista.

Vimos que $c = ab$. Isto significa que (c) pode se modificar em decorrência de uma modificação de (a) ou de uma modificação de (b). Isto significa que a quantidade de trabalho dispendida numa dada esfera diverge do estado de equilíbrio (ou de uma distribuição proporcional do trabalho), seja porque a quantidade de trabalho por unidade de produção é maior ou menor que a socialmente necessária, dada uma quantidade normal de bens manufaturados, ou porque a quantidade de unidades produzidas é grande ou pequena demais, comparada à quantidade normal de produção, dado o dispêndio normal de trabalho por unidade de produção. No primeiro caso, são produzidos 100 arshins, mas sob condições técnicas que podem, por exemplo, estar abaixo do nível médio, com um dispêndio de três horas de trabalho por arshin. No segundo caso, o dispêndio de trabalho por arshin é igual à magnitude normal, 2 horas de trabalho, mas são produzidos 150 ar-

shins. Em ambos os casos, o dispêndio total de trabalho nessa esfera de produção é de 300 horas, ao invés das 200 horas normais. Com base nisto, os defensores da interpretação econômica consideram ambos os casos iguais. Eles afirmam que a superprodução é equivalente a um dispêndio excessivo de trabalho por unidade de produção. Esta afirmativa é explicada pelo fato de que a atenção deles está concentrada exclusivamente na magnitude reguladora derivada, (c). Deste ponto de vista, em ambos os casos há dispêndio excessivo de trabalho nessa esfera: 300 horas, ao invés de 200 horas de trabalho. Mas, se não permanecermos nesta magnitude derivada, mas passarmos para seus componentes, as magnitudes reguladoras básicas, o quadro então muda. No primeiro caso, a causa das divergências reside no domínio de (a) (dispêndio de trabalho por unidade de produto), no segundo caso, no domínio de (b) (o montante de bens produzidos). No primeiro caso, o equilíbrio entre as empresas com diferentes níveis de produtividade dentro de uma dada esfera é rompido. No segundo caso, rompe-se o equilíbrio entre a quantidade de produção *na dada esfera* e nas outras esferas, ou seja, o equilíbrio entre *diferentes esferas de produção* é rompido. É por isso que, no primeiro caso, o equilíbrio será restabelecido pela redistribuição das forças produtivas de empresas tecnicamente atrasadas para empresas mais produtivas dentro da dada esfera; no segundo caso, o equilíbrio será restabelecido pela redistribuição das forças produtivas entre diferentes esferas de produção. Confundir os dois casos significaria sacrificar os interesses da análise científica dos fatos econômicos por uma analogia superficial e, como dizia Marx com freqüência, por causa de "abstrações forçadas", isto é, desejar comprimir fenômenos de natureza econômica diferente dentro do mesmo conceito de trabalho socialmente necessário.

Assim, o erro básico da "interpretação econômica" não reside no fato de ela falhar em reconhecer o papel regulador da quantidade de trabalho alocada numa dada esfera de produção (dada uma distribuição proporcional do trabalho), mas no fato de que: 1) ela interpreta erroneamente o papel de um regulador na economia capitalista, transformando-o de um *nível de equilíbrio*, um centro de flutuações, num *reflexo de fato empírico*, e 2) ela atribui a este regulador um *caráter independente e fundamental*, enquanto que ele pertence a um sistema inteiro de reguladores e tem, na realidade, um caráter *derivado*. O valor não pode ser derivado da quantidade de trabalho alocada numa dada esfera, porque a quantidade de trabalho se modifica com relação às modificações no valor, as quais refletem o desenvolvimento da produtividade do trabalho. A despeito das afirmações de seus proponentes, a "interpretação econômica" não complementa a interpretação "técnica", mas antes a descarta: afirmando que o valor muda relativamente ao número de bens produzidos (dada a técnica constante), ela rejeita o conceito de valor como magnitude que depende da produtividade do trabalho. Por outro lado, a "interpretação técnica" é capaz de explicar inteiramente os fenômenos da distribuição proporcional do trabalho na sociedade e o papel regulador da quantidade de trabalho alocada numa dada esfera de produção, ou seja, explicar os fenômenos que a interpretação econômica supostamente resolveu, de acordo com seus proponentes.

3. *Valor e volume de produção*

Em nossos quadros de demanda e oferta, acima, supusemos que os dispêndios de trabalho necessários para a produção de uma unidade de produto permaneciam constantes quando o volume de produto aumentava. Introduziremos agora um novo suposto, ou seja, de que uma quantidade nova, adicional, de produtos, é produzida sob piores condições que antes. Podemos recordar a teoria da renda diferencial de Ricardo. Segundo essa teoria, o aumento da demanda por cereal devido ao crescimento da população, torna necessário cultivar a terra ou lotes de terra menos férteis, os quais estão mais distantes do mercado. Assim, a quantidade de trabalho necessário para a produção de um *pud* de cereal nas condições menos favoráveis (ou para transporte do cereal) aumenta. E, na medida que exatamente esta quantidade de trabalho determina o valor da massa inteira de cereal produzida, o valor do cereal se eleva. O mesmo fenômeno pode ser observado na mineração, quando há um movimento de minas ricas para minas menos abundantes. O aumento da produção é acompanhado por um aumento no valor por unidade de produto, quando anteriormente tratamos o valor de uma unidade de produto como independente do montante de produção. Uma situação análoga pode ser encontrada nos ramos manufatureiros em que a produção se realiza em empresas com diferentes níveis de produtividade. Supusemos que as empresas com produtividade mais elevada, que poderiam fornecer bens ao preço mais baixo, não podem produzir a quantidade de bens que seria demandada no mercado a esse baixo preço. Tendo em vista o fato de que a produção deve se realizar também em empresas de produtividade média e baixa, o valor de mercado das mercadorias é determinado pelo valor das mercadorias produzidas em condições médias ou menos favoráveis

(ver o capítulo sobre "Trabalho Socialmente Necessário"). Aqui também, o *acréscimo de produção* significa um *aumento do valor* e assim um aumento do preço por unidade de produto. Apresentamos o seguinte quadro de oferta:

QUADRO 3

Volume de produção (em arshins)	*Preço de produção (ou valor em rublos)*
100.000	2 r. 75 c.
150.000	3 r. — c.
200.000	3 r. 25 c.

Suponhamos que, se o nível de preço é inferior a 2 r. 75 c., os produtores absolutamente não produzirão, e interromperão a produção (com exceção, talvez, de grupos insignificantes de produtores, que não são levados em consideração). À medida que o preço aumenta até o nível de 3 r. 25 c., a produção atrairá empresas com produtividade baixa e média. Entretanto, um preço acima de 3 r. 25 c. daria um lucro tão elevado aos empresários que podemos considerar o nível de produção a este preço ilimitado, comparado à limitada demanda. Assim, o preço pode flutuar de 2 r. 75 c. até 3 r. 25 c., e o volume de produção de 100 000 a 200 000 arshins. A que nível, no entanto, se estabelecerão o preço e o volume de produção?

Voltemos ao Quadro de demanda nº 1, e comparêmo-lo ao Quadro de oferta. Podemos ver que o preço se estabelece ao nível de 3 rublos e o volume de produção em 150 000 arshins. Estabelece-se o equilíbrio entre demanda e oferta, e o preço coincide com o valor-trabalho (ou preço de produção) que é determinado nas empresas de produtividade média. Suponhamos agora (como fizemos antes), que por certa razão (devido ao aumento do poder aquisitivo da população ou à intensificação da urgência das necessidades), a demanda por tecidos aumente e seja expressa pelo Quadro de demanda nº 2: o preço de 3 rublos não pode ser mantido porque, a este preço, a oferta consiste de 150 000 arshins e a demanda de 240 000. O preço se elevará, devido a este excesso de demanda, até atingir o nível de 3 r. 25 c. A este preço, tanto a demanda quanto a oferta serão iguais a 200 000 arshins e estarão em estado de equilíbrio. Simultaneamente, o novo preço de 3 r. 25 c. coincide com um novo valor aumentado (ou preço de produção) que, devido à expansão da produção de 150 000 até 200 000 arshins, é agora regulado pelos dispêndios de trabalho em empresas com baixa produtividade de trabalho.

Se dissemos, antes, que o aumento na demanda influenciava o volume de produção sem influenciar a magnitude do valor (antes, o aumento de produção de 240 000 para 280 000 arshins ocorria ao mesmo valor de 2 r. 75 c.), agora o aumento da demanda provoca um aumento da produção de 150 000 para 200 000 arshins, e é acompanhado por um aumento do valor de 3 r. para 3 r. 25 c. De certa maneira, a demanda determina o valor.

Esta conclusão é de significado decisivo para os representantes das escolas anglo-americana e matemática de Economia Política, inclusive Marshall.[14] Alguns desses economistas sustentam que Ricardo subverteu sua própria teoria do valor-trabalho com sua teoria da renda diferencial, e que ele abriu a porta para uma teoria de demanda e oferta que rejeitou, e, em última análise, para uma teoria que define a magnitude do valor em termos da magnitude das necessidades. Esses economistas utilizam o argumento que segue. O valor é determinado pelos dispêndios de trabalho nos piores lotes de terra ou nas condições menos favoráveis. Isto significa que o valor aumenta, com a extensão da produção para a terra pior ou, em geral, para as empresas menos produtivas, ou seja, à medida que a produção aumenta. E, desde que este aumento da produção é produzido apenas por um aumento da demanda, então o valor não regula a oferta e demanda, como pensavam Marx e Ricardo, mas o próprio valor é determinado pela oferta e demanda.

Os defensores deste argumento esquecem uma circunstância muito importante. No exemplo que discutimos, as modificações no *volume de produção* significam simultaneamente modificações nas *condições técnicas de produção* no mesmo ramo. Examinemos três exemplos.

(14) Informações acerca dessas escolas podem ser encontradas, na língua russa, nos seguintes livros: I. Blyumin, *Subyektivnaya shkola v politicheskoi ekonomii* (A Escola Subjetiva na Economia Política), 1928; N. Shaposhnikov, *Teoriya tsennosti i raspredeleniya* (Teoria do Valor e Distribuição), 1912; L. Yurovskii, *Ocherki po teorii tseny* (Ensaios Sobre a Teoria do Preço), Saratov, 1919; A. Bilimovich, *K voprosu o rastsenke khozyaisvennykh blag* (Sobre a Questão da Avaliação dos Bens Econômicos), Kiev, 1914.

No primeiro caso, a produção se realiza apenas nas melhores empresas, que fornecem ao mercado 100 000 arshins, ao preço de 2 r. 75 c. No segundo caso (do qual partimos em nosso exemplo), a produção se realiza nas empresas melhores e nas médias, que produzem juntas 150 000 arshins ao preço de 3 rublos. No terceiro caso, a produção se realiza nas empresas melhores, médias e piores, e atinge o nível de 200 000 arshins, ao preço de 3 r. 25 c. Em todos os três casos, que correspondem à nossa tabela 3, não só os volumes de produção são diferentes, mas também as condições técnicas de produção no dado ramo. O valor se modificou exatamente porque as condições de produção se modificaram nesse ramo. Partindo deste exemplo, não podemos tirar a conclusão de que as modificações no valor são determinadas por modificações na demanda, e não por modificações nas condições técnicas de produção. Pelo contrário, a conclusão só pode ser a de que modificações na demanda não podem influenciar a magnitude do valor de maneira alguma, exceto modificando as condições técnicas de produção no dado ramo. Assim, a proposição básica da teoria de Marx, de que modificações do valor são determinadas exclusivamente por modificações nas condições técnicas, permanecem válidas. A demanda não pode influenciar o valor diretamente, mas apenas indiretamente, ou seja, ao modificar o volume de produção e desta maneira suas condições técnicas. Esta influência indireta, da demanda sobre o valor, contradiz a teoria de Marx? De maneira nenhuma. A teoria de Marx define o relacionamento causal entre modificações no valor e o desenvolvimento das forças produtivas. Mas o desenvolvimento das forças produtivas, por sua vez, está sujeito à influência de toda uma série de condições sociais, políticas e mesmo culturais (por exemplo, a influência da alfabetização e educação técnica sobre a produtividade do trabalho). Alguma vez o marxismo negou que a política tarifária ou os cercamentos influenciaram o desenvolvimento das forças produtivas? Esses fatores podem, mesmo indiretamente, levar a uma modificação no valor dos produtos. A proibição de importações de matérias-primas estrangeiras baratas e a necessidade de produzi-las internamente ao país, com grandes dispêndios de trabalho, eleva o valor do produto processado a partir dessas matérias-primas. Os cercamentos, que empurraram os camponeses para terras piores e mais distantes, levaram a uma elevação do preço do cereal. Significa isto que as modificações no valor são provocadas pelos cercamentos ou por políticas tarifárias, e não por modificações nas condições técnicas de produção? Pelo contrário, a partir disto concluímos que várias condições econômicas e sociais, que incluem modificações na demanda, podem afetar o valor, não paralelamente às condições técnicas de produção, mas através de modificações nas condições técnicas de produção. Assim, a técnica de produção permanece como único fator que determina o valor. Marx considerava esse efeito indireto da demanda sobre o valor (através de modificações nas condições técnicas de produção) inteiramente possível: numa passagem, Marx se referiu à passagem de condições de produção melhores para piores, que examinamos. "Pode conduzir também, neste ou naquele ramo de produção, ao aumento do próprio valor comercial [de mercado] durante um período mais ou menos longo, ao fazer com que uma parte dos produtos demandados sejam produzidos durante esse período em piores condições" (*C.*, III, p. 194).[15] Por outro lado, a queda de demanda pode também influenciar a magnitude de valor do produto. "Se, por exemplo, a demanda diminui, e com ela o preço comercial [de mercado], isto pode trazer como conseqüência a retirada de capital, com a conseqüente redução da oferta. Mas pode conduzir também à queda do próprio valor comercial, através de invenções que encurtem, que reduzam o tempo de trabalho necessário" (*C.*, III, p. 193). Neste caso, "o preço das mercadorias teria modificado seu valor, por causa dos efeitos sobre a oferta, sobre os custos de produção".[16] É sabido que a introdução de novos métodos técnicos de produção que reduzem o valor dos produtos ocorre com freqüência em condições de crise e diminuição das vendas. Ninguém diria que nesses casos a queda do valor é devida à queda da demanda e não aos melhoramentos nas condições técnicas de produção. E dificilmente podemos dizer, partindo do exemplo citado acima, que o aumento do valor é resultado do acréscimo de demanda, e não da piora das condições técnicas médias de produção no dado ramo.

Examinemos a mesma questão de outro ângulo. Os defensores da teoria da demanda e oferta afirmam que somente a concorrência, ou o ponto de intersecção das curvas de demanda e oferta, determina o nível

(15) No original, Marx diz: "apenas o valor de mercado aumenta por um maior ou menor período de tempo" (*Kapital*, III, 1894, Parte I, p. 170). O caso mencionado por Marx, em que o aumento da demanda, devido a uma passagem para piores condições de produção, aumenta o valor por unidade de produto, era conhecido por Ricardo (*Principles of Political Economy and Taxation* (Princípios de Economia Política e Tributação), Volume I de *The Works and Correspondence of David Ricardo* (Obras e Correspondência de David Ricardo), Piero Sraffa, Londres, Cambridge University Press, 1962, p. 93). É possível encontrar numerosos exemplos análogos em *O Capital* e nas *Theorien über den Mehrwert* (Teorias Sobre a Mais-Valia), nos capítulos dedicados à renda diferencial.

(16) Marx, *Teorii pribavochnoi stoimosti* (Teorias Sobre a Mais-Valia), Vol. II, Petersburgo, 1923, p. 132.

de preços. Os defensores da teoria do valor-trabalho afirmam que o ponto de intersecção e equilíbrio da oferta e demanda não se modifica ao acaso, mas flutua ao redor de um dado nível, determinado pelas condições técnicas de produção. Examinemos esta questão com o exemplo que estamos utilizando.

O Quadro de demanda mostra numerosas possíveis combinações entre volume de demanda e preço; ele não nos dá qualquer indicação das combinações que podem ocorrer na realidade. Nenhuma combinação tem maiores probabilidades que outra. Mas, tão logo nos voltamos para o Quadro de oferta, podemos dizer com confiança: a estrutura técnica do dado ramo de produção e seu nível de produtividade do trabalho são limitados de antemão aos extremos de flutuações do valor, entre 2 r. 75 c. e 3 r. 25 c. Não importa qual o volume de demanda, a queda de preços abaixo de 2 r. 75 c. torna a produção adicional desvantajosa e impossível, dadas as condições técnicas. Entretanto, uma elevação de preço acima de 3 r. 25 c. provoca um imenso aumento da oferta e um movimento oposto dos preços. Isto significa que apenas três combinações de oferta, determinadas pelas condições técnicas do dado ramo, confrontam a infinidade de demandas possíveis. As modificações possíveis do valor, *máximas* e *mínimas*, são estabelecidas de antemão. Nossa tarefa principal, ao analisar oferta e demanda, consiste em encontrar "os limites reguladores ou as magnitudes-limite" (*C.*, III, p. 248).

Até agora, sabemos apenas os limites das modificações do valor, mas não sabemos ainda se o valor será igual a 2 r. 75 c., 3 r., ou 3 r. 25 c. As modificações no volume de produção (100 000 arshins, 150 000 arshins ou 200 000 arshins) e a extensão da produção às piores empresas modifica a magnitude média do trabalho socialmente necessário por unidade de produto, ou seja, modifica o valor (ou preço de produção). Essas modificações são explicadas pelas condições técnicas de um dado ramo.

Dentre os três possíveis níveis de valor, o que na realidade se verifica é o nível ao qual o volume de oferta iguala o volume de demanda (no Quadro de demanda nº 1, esse valor é de 3 rublos, e no Quadro de demanda nº 2, de 3 r. 25 c.). Em ambos os casos, o valor corresponde inteiramente às *condições técnicas de produção*. No primeiro caso, a produção de 150 000 arshins se realiza nas melhores empresas. No segundo caso, para produzir 200 000 arshins, também as piores empresas devem produzir. Isto aumenta os dispêndios médios de trabalho socialmente necessário e, assim, o valor. Conseqüentemente, chegamos à nossa prévia conclusão de que a demanda pode influenciar

indiretamente apenas o volume de produção. Mas, na medida que uma modificação no volume de produção é equivalente a uma modificação nas condições técnicas médias de produção (dadas as características técnicas do ramo), isto leva ao aumento do valor. Em qualquer caso, os limites das possíveis modificações do valor e da magnitude do valor estabelecidos na realidade (obviamente como o centro de flutuações dos preços de mercado) são inteiramente determinados pelas condições técnicas de produção. Sem fazer referência a toda uma série de condições complicadoras e métodos indiretos, nossa análise (cujo objetivo é descobrir regularidades no aparente caos do movimento de preços e na concorrência, nos quais aparentemente existem relações acidentais de oferta e demanda) levou-nos diretamente ao nível de desenvolvimento das forças produtivas que, na economia mercantil-capitalista, reflete-se na específica forma social de valor e nas modificações na magnitude do valor.[17]

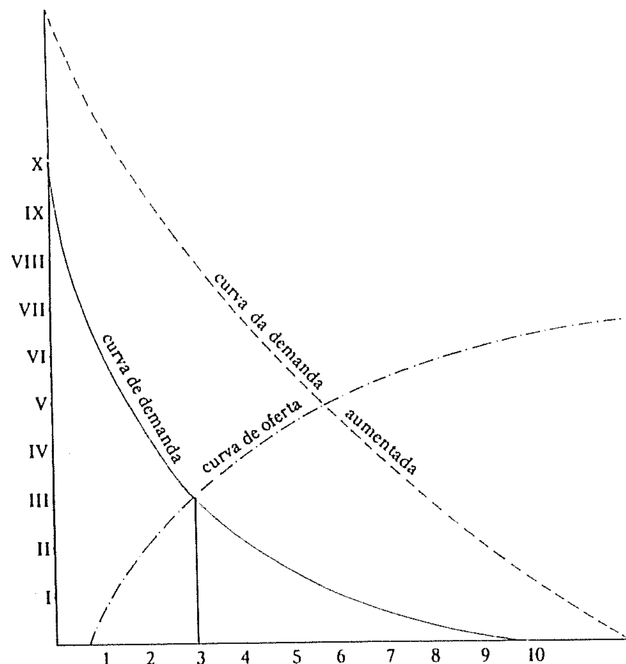
4. *Equação de demanda e oferta*

Após a análise precedente, não nos será difícil determinar o valor segundo a bem conhecida "equação de demanda e oferta", em que a escola matemática baseia sua teoria de preços. Esta escola ressuscita uma velha teoria de oferta e demanda, eliminando suas contradições lógicas internas sobre uma nova base metodológica. Se a teoria anterior sustentava que o preço é determinado pela inter-relação de oferta e demanda, a moderna escola matemática entende rigorosamente que o volume de demanda e oferta depende do preço. Desta maneira, a proposição de que existe uma dependência causal do preço com respeito à demanda e oferta torna-se um círculo vicioso. A teoria do valor-trabalho sai deste círculo vicioso; ela reconhece que mesmo se o preço é determinado pela oferta e demanda, a lei do valor regula a oferta, por

(17) O fato de os custos de produção aumentarem juntamente com um aumento do volume de produção (calculado por unidade de produto), foi colocado na base da teoria de Ricardo sobre a renda, e enfatizado por representantes das escolas anglo-americana e matemática. Achamos necessário dedicar atenção especial a esta teoria devido ao interesse teórico que esta questão tem para a teoria do valor. Na prática, essa questão tem uma maior significação para a agricultura e a indústria extrativa. Entretanto, no âmbito da indústria manufatureira encontramos mais freqüentemente casos de *diminuição* dos custos de produção quando o volume de produção aumenta (calculado por unidade de produto).

sua vez. A oferta se modifica relativamente ao desenvolvimento das forças produtivas e às modificações na quantidade de trabalho socialmente necessário. A escola matemática encontrou uma diferente saída deste círculo vicioso: esta escola abandonou a própria questão da dependência causal entre os fenômenos de preço e se restringiu a uma formulação matemática da dependência funcional entre preço, de um lado, e volume de demanda e oferta, de outro. Esta teoria não pergunta *por que* os preços se modificam, mas apenas mostra *como* ocorrem mudanças simultâneas no preço e demanda (ou oferta). A teoria ilustra esta dependência funcional entre os fenômenos no gráfico que segue.[18]

GRÁFICO 1



(18) Em língua russa, este gráfico pode ser encontrado nos seguintes livros: Charles Gide, *Osnovy politicheskoi ekonomii* (Princípios de Economia Política), 1916, p. 233, e em sua *Istoriya Ekonomicheskikh uchenii* (*Nota da edição brasileira*: Edição em português, *História das Doutrinas Econômicas*, Ed. Alba, Rio de Janeiro, 1941, trad. Floriano Salgueiro), 1918, p. 413; N. Shaposhnikov, *Teoriya tsennosti i raspredeleniya* [Teoria do Valor e Distribuição], 1910, Capítulo 1.

Os segmentos no eixo horizontal 1, 2, 3, etc. (as coordenadas horizontais) mostram o preço por unidade de produto; 1 rublo, 2 r., 3 r., etc. Os segmentos no eixo vertical (as coordenadas verticais) mostram a quantidade de demanda ou oferta, por exemplo, (I) significa 100 000 unidades, (II) significa 200 000, etc. A curva de demanda é inclinada em direção descendente; ela começa muito alta, com preços baixos; se o preço está próximo de zero, a demanda é maior que (X), ou seja, 1 000 000. Se o preço é de 10 rublos, a demanda cai a zero. Para qualquer preço existe um volume de demanda correspondente. Para saber o volume de demanda, quando o preço é, por exemplo, de 2 rublos, devemos traçar uma linha vertical até o ponto em que esse preço corta a curva de demanda. A ordenada será aproximadamente (IV), ou seja, ao preço de 2 rublos a demanda será 400 000. A curva de oferta move-se num sentido inverso ao da curva de demanda. Ela aumenta se o preço aumentar. O ponto de intersecção entre as curvas de demanda e oferta determina o preço das mercadorias. Se projetarmos uma linha vertical a partir desse ponto, veremos que o ponto resultante é aproximadamente igual a 3, ou seja, o preço é igual a 3. A quantidade na coordenada vertical é aproximadamente igual a (III), ou seja, ao preço de 3 rublos a demanda e a oferta são aproximadamente a 300 000, isto é, a demanda e a oferta se contrabalançam; elas estão em equilíbrio. Esta é a igualação entre oferta e demanda que ocorre no dado caso de um preço de 3 rublos. A qualquer outro preço, é impossível o equilíbrio. Se o preço estiver abaixo de 3 rublos, a demanda será maior que a oferta; se o preço estiver acima de 3 rublos, a oferta excederá a demanda.

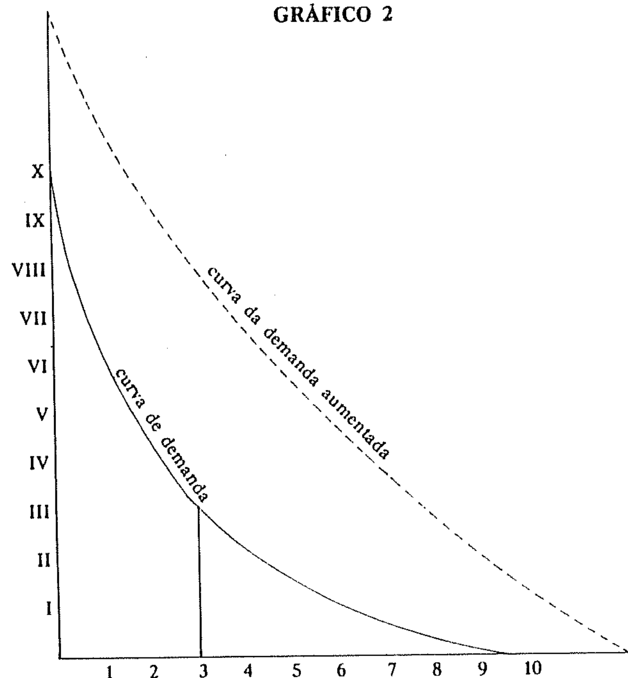
A partir deste gráfico, segue-se que o preço é determinado exclusivamente pelo ponto de intersecção entre as curvas de demanda e oferta. Na medida que este ponto de intersecção se move a cada deslocamento de uma das curvas, por exemplo, da curva de demanda, então à primeira vista parece que a modificação da demanda altera o preço, ainda que não ocorram modificações nas condições de produção. Por exemplo, no caso de um aumento da demanda (a curva pontilhada de demanda aumentada, no gráfico), a curva de demanda cortará a mesma curva de oferta num ponto diferente, num ponto que corresponde à magnitude 5. Isto significa que, no caso do mencionado aumento da demanda, o equilíbrio entre demanda e oferta ocorrerá ao preço de 5 rublos. Parece como se o preço não fosse determinado pelas condições de produção, mas unicamente pelas curvas de demanda e oferta. A modificação na demanda, por si só, modifica o preço, que é identificado com valor.

Essa conclusão é resultado de uma construção errônea da curva de oferta. Esta curva é construída segundo o modelo da curva de demanda, mas na direção oposta, começando no preço mais baixo. Realmente, os economistas matemáticos compreendem o fato de que, se o preço está próximo de zero, não existe oferta de bens. É por isso que eles começam a curva de oferta não de zero, mas de um preço próximo de 1, em nosso gráfico, próximo de 2/3, ou seja, 66 2/3 copeques. Se o preço for de 66 2/3 copeques, a oferta aproxima-se então do ponto intermediário até (I), ou seja, é igual a 50 000; se o preço for de 3 rublos, a oferta é igual a (III), ou seja, 300 000. Ao preço de 10 rublos, a curva aumenta para (VI)-(VII), aproximadamente, ou seja, é aproximadamente igual a 650 000 rublos. Essa curva de oferta é possível se estivermos tratando de uma situação de mercado num *dado momento*. Se supusermos que o preço normal é de 3 rublos e o volume de oferta normal é de 300 000, é possível que se os preços caírem catastroficamente até 66 2/3 copeques, apenas um pequeno número de produtores seja forçado realmente a vender bens a esse baixo preço, ou seja, 50 000 unidades a este preço. Por outro lado, um aumento inusitado de preços até o nível de 10 rublos força os produtores a fornecer ao mercado todos os estoques e a expandir a produção imediatamente, se isto for possível. Pode acontecer, embora isto não seja muito provável, que desta maneira eles consigam fornecer ao mercado 650 000 unidades de bens. Mas, do preço acidental de um dia, devemos passar para o *preço médio*, permanente, estável, que determina o *volume de demanda e oferta normal, constante, médio*. Se desejarmos encontrar um nexo funcional entre o nível médio de preços e o volume médio de demanda e oferta no gráfico, perceberemos imediatamente a construção errônea da curva de oferta. Se um volume médio de oferta de 300 000 corresponde a um preço médio de 3 rublos, então a queda de preços até 66 2/3 copeques, dada a técnica anterior de produção, não resultará numa redução da oferta média até 50 000, mas numa total paralisação da oferta e na transferência de capital desse ramo para outros. Por outro lado, se o preço médio (dadas condições constantes de produção) aumentasse de 3 para 10 rublos, isto provocaria uma transferência contínua de capital de outros ramos, e um aumento do volume médio de oferta, que não permaneceria a 650 000, mas aumentaria muito além desta magnitude. Teoricamente, a oferta aumentaria até que este ramo tragasse completamente todos os demais ramos de produção. Na prática, a quantidade ofertada seria maior que qualquer volume de demanda, e nós a reconheceríamos como uma magnitude ilimitada. Como podemos ver, alguns exemplos de equilíbrio entre demanda e oferta, representados em nosso gráfico, levariam inevitavelmente a uma destruição do equilíbrio entre os diversos ramos de produção, isto é, à transferência de forças produtivas de um ramo para outro. Na medida que essa transferência modifica o volume de oferta, isto leva também à destruição do equilíbrio entre demanda e oferta. Conseqüentemente, o gráfico nos dá apenas um quadro de um *estado momentâneo do mercado*, mas não nos mostra um *equilíbrio de longo alcance, estável, entre demanda e oferta*, que pode ser entendido teoricamente como o resultado do *equilíbrio entre os diversos ramos de produção*. Do ponto de vista do equilíbrio na distribuição do trabalho social entre os diversos ramos de produção, a forma da curva de oferta deve ser inteiramente diferente da mostrada no Gráfico 1.

Em primeiro lugar, suponhamos (como fizemos no início deste capítulo) que o preço de produção (ou valor) por unidade de produto é uma dada magnitude (por exemplo, 3 rublos) independentemente do volume de produção, se as condições técnicas forem constantes. Isto significa que, ao preço de 3 rublos, estabelece-se o equilíbrio entre o dado ramo de produção e outros ramos, e cessa a transferência de capital de um ramo para outro. Segue-se daí que uma queda do preço abaixo de 3 rublos provocará uma transferência de capital dessa esfera e uma tendência à completa paralisação da oferta da mercadoria. Entretanto, o aumento do preço acima de 3 rublos provocará uma transferência de capital de outras esferas e uma tendência a um aumento ilimitado da produção (podemos observar que, como antes, não estamos falando de um aumento ou diminuição temporários dos preços, mas de um nível de preços constante, de longo alcance, e de um volume de oferta e demanda médio, de longo alcance). Assim, se o preço estiver abaixo de 3 rublos, a oferta cessará completamente, e se o preço estiver acima de 3 rublos, a oferta pode ser tomada como ilimitada em relação à demanda. Não apresentamos qualquer curva de oferta. O equilíbrio entre demanda e oferta só poderá se estabelecer se o nível de preços coincidir com o valor (3 rublos). A *magnitude do valor* (3 rublos) *determina o volume de demanda efetiva por uma dada mercadoria e o volume correspondente de oferta* (300 000 unidades de produto). O Gráfico 2 correspondente é apresentado na página seguinte.

Como podemos ver neste gráfico, as condições técnicas de produção (ou o trabalho socialmente necessário, num sentido técnico) determinam o valor ou o centro ao redor do qual flutuam os preços médios (na economia capitalista esse centro não será o valor-trabalho, mas o preço de produção). A coordenada vertical pode ser estabelecida apenas com relação à magnitude 3, que significa um valor de 3 rublos.

GRÁFICO 2

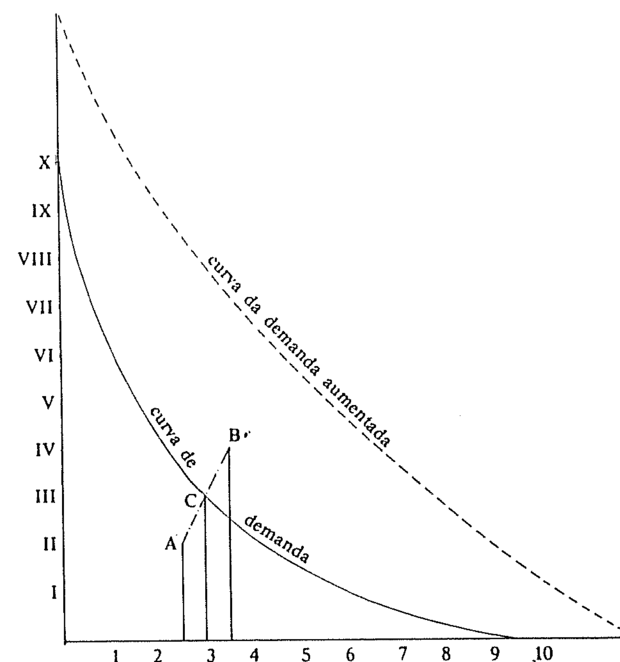


Entretanto, a curva de demanda determina apenas o ponto que é expresso pela coordenada vertical, ou seja, o volume de demanda efetiva e o volume de produção que, no gráfico, aproximam-se da quantidade (III), isto é, 300 000. Um deslocamento da curva de demanda, por exemplo um aumento da demanda para uma ou outra razão, pode aumentar apenas o volume de oferta (até (VI), no exemplo dado — isto é, até 600 000 — como se pode ver na curva pontilhada no gráfico) mas não aumenta o preço médio, que permanece, como antes, em 3 rublos. Este preço é determinado exclusivamente pela produtividade do trabalho ou pelas condições técnicas de produção.

Vamos introduzir agora (como fizemos anteriormente), uma condição adicional. Suponhamos que, na dada esfera, as empresas de maior produtividade possam ofertar ao mercado apenas uma quantidade limitada de bens; o restante dos bens tem de ser produzido em empresas de baixa e média produtividade. Se o preço de 2 r. 50 c. for o preço de produção (ou valor) nas empresas melhores, o volume de oferta será de 200 000 unidades; se o preço for de 3 rublos, a oferta será de 300 000 e, a 3 r. 50 c., será de 400 000. Se o preço médio estiver abaixo de 2 r. 50 c., tornar-se-á dominante uma tendência para a com-

pleta paralisação da produção. Se o preço médio estiver acima de 3 r. 50 c., uma tendência à expansão ilimitada da oferta será dominante. Devido a isto, as flutuações dos preços médios estão limitadas de antemão pelo mínimo de 2 r. 50 c. e máximo de 3 r. 50 c. Três níveis de preços médios, ou valores, são possíveis dentro desses limites: 2 r. 50 c., 3 r., e 3 r. 50 c. Cada um deles corresponde a um determinado volume de produção (200 000, 300 000 e 400 000) e, assim, a um dado nível de técnica de produção. O gráfico tem, então, a seguinte forma:

GRÁFICO 3



Se, no Gráfico 2, a oferta de bens (por parte dos produtores) ocorria a um preço de 3 rublos, agora a oferta ocorre só se o preço atingir 2 r. 50 c. Neste caso, a oferta é igual a (II), ou seja, a 200 000 (a quantidade na ordenada, que é uma projeção a partir da letra A). Se o preço for de 3 rublos, a oferta aumentará até (III), isto é, até 300 000; no gráfico, isto corresponde à letra C. Se o preço for 3 r. 50 c., a oferta será igual a (IV), ou seja, 400 000 (corresponde à coordenada vertical do ponto B). A curva ACB é a curva de oferta. O ponto de intersecção

desta curva de oferta com a curva de demanda (no ponto C), determina o volume real de oferta e o correspondente valor ou centro de flutuações de preço. No exemplo dado, o preço se estabelece em 3 rublos e o volume de produção é igual a (III), ou seja, 300 000. A produção será realizada nas empresas melhores e médias. Sob tais condições técnicas de produção, o valor e o preço médio são iguais a 3 rublos. Se a curva de demanda média se deslocasse levemente para baixo devido a uma diminuição permanente da demanda, ela poderia encontrar a curva de oferta no ponto A; neste caso, o volume médio de oferta seria igual a 200 000 unidades e a produção seria realizada apenas nas empresas melhores; o valor cairia a 2 r. 50 c. Se a curva de demanda se deslocasse levemente para cima devido a um aumento na demanda, ela poderia encontrar a curva de oferta no ponto B; o volume de oferta seria igual a (IV), ou seja, 400 000 unidades, e o valor, 3 r. 50 c. A inter-relação entre as curvas de demanda e oferta formulada pela escola matemática, e que essa escola representa no Gráfico 1, na realidade só existe (se estivermos tratando de preço médio e volume médio de demanda e oferta) dentro dos estreitos limites de flutuações de preço entre 2 r. 50 c. e 3 r. 50 c., ou seja, limites que são inteiramente estabelecidos pelas *técnicas de produção* em empresas com diferentes níveis de produtividade e pelas *inter-relações quantitativas* entre essas empresas, isto é, pelo *nível médio de técnica de um dado ramo*. Apenas dentro desses estreitos limites a oferta tem a forma de uma curva ascendente. Todo ponto desta curva mostra então a quantidade produzida e seu respectivo preço. Apenas dentro desses estreitos limites, as modificações da curva de demanda que deslocam o ponto de intersecção desta curva com a curva de oferta (pontos A, C ou B) alteram o volume de produção. Essas alterações influenciam as condições técnicas médias em que são produzidas a massa total de produtos, e isso influencia a magnitude do valor (2 r. 50 c.; 3 r.; 3 r. 50 c.). Mas tal influência da demanda sobre o valor só se realiza através de modificações nas condições técnicas de produção, e está restrita a limites estreitos que dependem da estrutura técnica do dado ramo. Na medida que apenas a demanda pode ir além desses limites, sua influência direta (através da técnica de produção) sobre o valor cessa. Suponhamos, por exemplo, que a demanda aumente, como é mostrado pela curva pontilhada no gráfico. No Gráfico n.º 1, que foi desenhado pelos economistas matemáticos, tal aumento da demanda leva à intersecção da curva de demanda com a curva de oferta no ponto que corresponde ao preço de 5 rublos. Parece que o aumento da demanda aumenta diretamente o valor da mercadoria. Entretanto, no Gráfico n.º 3, o preço médio não

pode ser maior que 3 r. 50 c., na medida que tal aumento provocaria uma tendência a um aumento ilimitado da oferta, ou seja, a oferta ultrapassaria a demanda. A curva de oferta não vai mais além de B. Assim, a curva aumentada de demanda não intercepta a curva de oferta, ela intercepta a projeção que passa pelo ponto B e que corresponde ao preço médio máximo de 3 r. 50 c. Isto significa que, se o volume de produção aumentar até (VII), isto é, até 700 000, devido à demanda aumentada, o valor e o preço médio se manterão, como antes, em 3 r. 50 c. (mais exatamente, o preço será levemente *maior* que 3 r. 50 c. e tenderá na direção deste valor *a partir de cima*, na medida que, como suposto nosso, se o preço for de 3 r. 50 c. a quantidade produzida é de apenas 400 000). Desta maneira, a diferença entre o Gráfico 1 e o Gráfico 3 consiste no seguinte:

No Gráfico 1 temos duas curvas (demanda e oferta) que não são reguladas pelas condições de produção. Sua intersecção pode ocorrer em *qualquer* ponto, dependendo apenas da direção dessas curvas; por conseguinte, o ponto de intersecção pode ser estabelecido, pela concorrência, em *qualquer nível*. Toda modificação de demanda modifica diretamente o preço, que é considerado idêntico ao valor.

No Gráfico n.º 3, a oferta não tem, de antemão, a forma de uma curva que permite um número infinito de pontos de intersecção, mas tem a forma de um curto segmento de reta ACB, que é determinado pelas *condições técnicas de produção*. A *concorrência é regulada de antemão, pelas condições técnicas de produção*. Essas condições estabelecem os *limites* das modificações do valor ou preços médios. Por outro lado, o valor, que em qualquer caso é estabelecido dentro desses limites, corresponde exatamente às *condições de produção* que acompanham o dado volume de produção. A demanda não pode influenciar o valor *diretamente e sem limites*, mas apenas *indiretamente*, através de modificações nas *condições técnicas* de produção e dentro de *limites estreitos* que também são determinados por essas condições. Conseqüentemente, a premissa básica da teoria de Marx permanece válida: o valor e suas modificações são determinados exclusivamente pelo nível e desenvolvimento da *produtividade do trabalho* ou pela quantidade de trabalho social necessário para a produção de uma unidade de produto, dadas as condições técnicas médias.

Capítulo 18

Valor e Preço de Produção

Após terminar sua investigação sobre as relações de produção entre produtores de mercadorias (teoria do valor) e entre capitalistas e operários (teoria do capital), Marx passa à análise das relações de produção entre capitalistas industriais nos diferentes ramos de produção (a teoria do preço de produção), no Livro III de *O Capital*. A concorrência de capitais entre diferentes esferas de produção leva à formação de uma taxa de lucro média, geral, e à venda das mercadorias aos preços de produção, que são iguais aos custos de produção mais o lucro médio e, quantitativamente, não coincidem com o valor-trabalho das mercadorias. A magnitude dos custos de produção e do lucro médio, bem como suas modificações, são explicados por modificações na produtividade do trabalho e no valor-trabalho das mercadorias; isto significa que as leis de modificações nos preços de produção só podem ser entendidas se partirmos da lei do valor-trabalho. Por outro lado, a taxa média de lucro e o preço de produção, que são reguladores da distribuição do capital entre os diversos ramos de produção, regulam indiretamente (através da distribuição de capitais) a distribuição do trabalho social entre as diferentes esferas de produção. A economia capitalista é um sistema de capitais distribuídos, que estão em equilíbrio dinâmico, mas esta economia não deixa de ser um sistema de trabalho distribuído, como é verdade para qualquer economia com divisão de trabalho. É necessário apenas perceber, por trás do processo visível de distribuição de *capital*, o processo invisível de distribuição do *trabalho* social. Marx conseguiu mostrar claramente a relação entre esses dois processos, explicando o conceito que serve como elo de ligação entre eles, a saber, o conceito de *composição orgânica* de

capital. Se soubermos a distribuição de um dado capital entre capital constante e variável, e a taxa de mais-valia, podemos determinar facilmente a quantidade de trabalho que este capital coloca em ação, e podemos passar da distribuição do capital para a distribuição do trabalho.

Assim, se no Livro III de *O Capital* Marx nos oferece a teoria do *preço de produção* como regulador da distribuição do capital, esta teoria acha-se vinculada à teoria do valor de duas maneiras: por um lado, o preço de produção é derivado do valor-trabalho; por outro, a distribuição do capital leva à distribuição do trabalho social. Ao invés do esquema de uma economia mercantil simples: *produtividade do trabalho — trabalho abstrato — valor — distribuição do trabalho social*, temos para a economia capitalista um esquema mais complexo: *produtividade do trabalho — trabalho abstrato — preço de produção — distribuição do capital — distribuição do trabalho social*. A teoria de Marx sobre o preço de produção não contradiz a teoria do valor-trabalho. Baseia-se na teoria do valor-trabalho e a inclui como um de seus componentes. Isto é claro se lembrarmos que a teoria do valor-trabalho analisa apenas um tipo de relação de produção entre as pessoas (relações entre produtores de mercadorias). A teoria do preço de produção supõe a existência de todos os três tipos básicos de relações de produção entre as pessoas na sociedade capitalista (relações entre produtores de mercadorias, relações entre capitalistas e operários, relações entre grupos específicos de capitalistas individuais). Se limitarmos a economia capitalista a esses três tipos de relações de produção, esta economia torna-se então semelhante a um espaço tridimensional, no qual é possível determinar uma posição unicamente em termos de três dimensões ou três planos. Assim como um espaço tridimensional não pode ser reduzido a um plano, a teoria da economia capitalista não pode ser reduzida a uma teoria, a teoria do valor-trabalho. Assim como no espaço tridimensional é necessário determinar a distância de cada ponto a partir de cada um dos três planos, a teoria da economia capitalista pressupõe a teoria das relações de produção entre produtores de mercadorias, isto é, a teoria do valor-trabalho. Os críticos da teoria de Marx, que vêem uma contradição entre a teoria do valor-trabalho e a teoria do preço de produção, não compreendem o método de Marx. Este método consiste numa análise coerente dos vários tipos de relações de produção entre pessoas ou, por assim dizer, das várias dimensões sociais.

1. Distribuição e equilíbrio de capital

Como vimos, Marx analisou as modificações no valor das mercadorias relacionando essas modificações intimamente à atividade de trabalho dos produtores de mercadorias. A troca de dois produtos do trabalho por seus valores-trabalho significa que existe o equilíbrio entre dois dados ramos de produção. As modificações no valor-trabalho de um produto destróem este equilíbrio de trabalho e provocam uma transferência de trabalho de um ramo de produção para outro, dando origem a uma redistribuição das forças produtivas na economia social. As modificações na força produtiva do trabalho provocam aumentos ou diminuições no montante de trabalho necessário para a produção de determinados bens, dando origem às correspondentes elevações ou decréscimos do valor das mercadorias. As modificações do valor, por sua vez, dão origem a uma nova distribuição do trabalho entre esse ramo produtivo e outros ramos. A produtividade do trabalho influencia a distribuição do trabalho social através do valor-trabalho.

Esta relação causal mais ou menos direta, entre o valor-trabalho dos produtos e a distribuição do trabalho social, supõe que as modificações no valor-trabalho dos produtos afetam diretamente os produtores, ou seja, os organizadores da produção, provocando sua transferência de uma esfera para outra, e, conseqüentemente, a redistribuição do trabalho. Em outras palavras, supõe-se que o organizador da produção é um produtor direto, um operário, e, simultaneamente, um proprietário dos meios de produção, por exemplo, um artesão ou camponês. Este pequeno produtor tenta direcionar seu trabalho para aquelas esferas de produção em que essa dada quantidade de trabalho proporciona um produto de elevada avaliação pelo mercado. O resultado da distribuição do trabalho social entre diferentes esferas de produção é que uma determinada quantidade de trabalho de igual intensidade, qualificação, e assim por diante, proporciona um valor de mercado aproximadamente igual para os produtores de todas as esferas de produção. Empenhando seu trabalho vivo na produção de sapatos ou de roupas, o artesão empenha simultaneamente trabalho passado, acumulado, isto é, instrumentos e materiais de trabalho (ou meios de produção, no sentido amplo dessa palavra) que são necessários para a produção em sua atividade. Esses meios de produção não são, usualmente, muito complicados; seu valor é relativamente insignificante e, assim, naturalmente, eles não levam a diferenças significativas entre esferas individuais de produção artesanal. A distribuição do trabalho

(trabalho vivo) entre ramos individuais de produção e acompanhada pela distribuição de meios de produção (trabalho passado) entre esses ramos. A *distribuição de trabalho*, que é regulada pela lei do valor-trabalho, possui um caráter *básico*, primário; a distribuição dos instrumentos de trabalho tem um caráter secundário, *derivado*.

A distribuição do trabalho é inteiramente diferente na economia capitalista. Na medida que os organizadores da produção, neste caso, são capitalistas industriais, a expansão ou contração da produção, isto é, a distribuição das forças produtivas, depende deles. Os capitalistas investem seu capital nas esferas de produção mais lucrativas. A transferência de capital para uma dada esfera de produção cria uma demanda aumentada por trabalho nesse ramo e, conseqüentemente, uma elevação dos salários. Isto atrai mão-de-obra, trabalho vivo, para o dado ramo.[1] A distribuição das forças produtivas entre esferas individuais da economia social toma a forma de uma distribuição de capitais entre essas esferas. Esta distribuição de capitais leva, por sua vez, à distribuição do trabalho vivo, ou força de trabalho. Se, num dado país, observarmos um aumento do capital investido na mineração de carvão, e um aumento no número de operários empregados na mineração de carvão, podemos nos perguntar qual desses eventos foi causa do outro. Obviamente, ninguém discordará quanto à resposta: a transferência de capital levou à transferência de força de trabalho, e não ao contrário. Na sociedade capitalista, a *distribuição do trabalho é regulada pela distribuição do capital*. Assim, se o nosso objetivo (como antes) é analisar as leis de distribuição do trabalho social na economia social, devemos recorrer a um método indireto e proceder a uma análise preliminar das *leis de distribuição do capital*.

O produtor mercantil simples dispende seu trabalho na produção e tenta obter um valor de mercado proporcional ao trabalho que dispendeu em seu produto. Este valor de mercado deve ser adequado para sua subsistência e a de sua família, e para a continuação da produção ao volume anterior, ou a um volume ligeiramente ampliado. O capitalista, entretanto, dispende seu capital na produção. Ele tenta obter um retorno de capital maior que seu capital original. Marx formulou estas diferenças através de suas fórmulas bem conhecidas, da economia mercantil simples, M — D — M (mercadoria — dinheiro — merca-

(1) "O trabalho assalariado subordinado ao capital... [tem] que se transformar segundo as necessidades de seu capital, e deixar-se deslocar de uma esfera de produção para outra" (*C.*, III, p. 198).

doria), e da economia capitalista, D — M — D +Δ (dinheiro — mercadoria — dinheiro aumentado). Se partirmos desta fórmula, perceberemos diferenças técnicas (produção em pequena e em grande escala) e diferenças sociais (qual a classe social que organiza a produção) entre a economia mercantil simples e a economia capitalista. Perceberemos diferenças nas motivações dos produtores (o artesão se esforça por assegurar sua subsistência, o capitalista se esforça por aumentar o valor), como resultados dos diferentes caracteres da produção e posição social do produtor. "O conteúdo objetivo deste processo — a valorização do valor — é seu fim objetivo" (*C.*, I, p. 109). O capitalista dirige seu capital para uma ou outra esfera de produção, dependendo da extensão em que aumenta o capital investido nessa dada esfera. A distribuição do capital entre diferentes esferas da produção depende da taxa de crescimento do capital nestas.

A taxa de aumento do capital é determinada pela relação entre Δ, aumento do capital, e D, capital investido. Na economia mercantil simples, o valor das mercadorias é expresso pela fórmula M = c + v + mv).[2] O artesão subtrai o valor dos meios de produção que utilizou, a saber, (c), do produto acabado, e o restante (v + mv) que ele adicionou através de seu trabalho, é parcialmente gasto para sua própria subsistência e de sua família em bens (v), e o remanescente representa um fundo para expansão do consumo ou da produção (mv). Para o capitalista, o mesmo valor do produto tem a forma M = (c + v) + mv. O capitalista subtrai (c + v) = k, o capital investido, ou os custos de produção, do valor da mercadoria, quer tenha gasto na compra de meios de produção (c) ou de força de trabalho (v). Ele considera o remanescente (mv) como seu lucro.[3] Conseqüentemente, c + v = k, e mv = p. A fórmula M = (c + v) + mv transforma-se na fórmula M = k + p, ou seja, "o valor da mercadoria = preço de custo + o lucro" (*C.*, III, p. 53). Mas o capitalista não está interessado na quantidade absoluta do lucro, mas na relação entre o lucro e o capital investido, ou seja, na taxa de lucro p' = p/k. A taxa de lucro expressa "o grau de valorização de todo capital desembolsado" (*C.*, III, p. 61).

(2) M é o valor da mercadoria; c = capital constante; v = capital variável; k = capital total; mv = mais valia; mv' = taxa de mais-valia; p = lucro; p' = taxa de lucro. As categorias (c), (v) e (mv) só são relevantes quando aplicadas à economia capitalista. Utilizamos essas categorias num sentido condicional, quando as aplicamos à economia mercantil simples.

(3) Tratamos aqui a mais-valia total como igual ao lucro.

Nossa afirmação anterior de que a distribuição do capital depende de sua taxa de crescimento nas várias esferas de produção significa que *a taxa de lucro torna-se o regulador da distribuição de capital.*

A transferência de capital de esferas de produção com baixas taxas de lucro para esferas de produção com taxas de lucro maiores, cria uma tendência à igualação da taxa de lucro em todas as esferas de produção, tendência no sentido do estabelecimento de uma taxa geral de lucro. Obviamente, esta tendência nunca se realiza inteiramente numa economia capitalista não-organizada, na medida que nesta economia o completo equilíbrio entre as várias esferas de produção não existe. Mas esta ausência de equilíbrio, acompanhada por diferenças nas taxas de lucro, leva à transferência de capital. Esta transferência tende a igualar as taxas de lucro e a estabelecer o equilíbrio entre os diferentes ramos de produção. Esta "nivelação constante de constantes desigualdades" (*C.*, III, p. 198) provoca a luta do capital pela maior taxa de lucro. Na produção capitalista, "trata-se de extrair do capital investido a mesma mais-valia ou o mesmo lucro que qualquer outro capital da mesma magnitude, ou proporcionalmente à sua magnitude, qualquer que seja o ramo de produção em que se invista... Sob esta forma, o capital toma consciência de si mesmo como uma *potência social* em que cada capitalista toma parte na produção segundo a participação que lhe corresponde no capital total da sociedade" (*C.*, III, pp. 197-198). Para estabelecer essa taxa geral média de lucro, é necessária a existência da concorrência entre capitalistas empenhados nos diferentes ramos de produção. A possibilidade de transferência de capital de um ramo a outro também é necessária, na medida que, se isto não ocorrer, poderão estabelecer-se várias taxas de lucro nos diferentes ramos de produção. Se for possível tal concorrência de capitais, pode-se supor, teoricamente, o equilíbrio entre os diferentes ramos de produção apenas no caso de as taxas de lucro existentes nesses ramos serem aproximadamente iguais. Os capitalistas que operam em condições médias, socialmente necessárias, nesses ramos produtivos, receberão a taxa de lucro média, geral.

Capitais de igual valor investidos em esferas *diferentes* de produção rendem o *mesmo* lucro. Capitais que diferem em tamanho rendem *lucro* proporcional a seu *tamanho*. Se os capitais (K) e (K_1) rendem lucros (P) e (P_1), então,

$$\frac{P}{K} = \frac{P_1}{K_1} = p''$$

onde (p') é a taxa média, geral, de lucro. Mas, onde o capitalista obtém seu lucro? No preço de venda de sua mercadoria. O lucro do capitalista (p) é a mais-valia: o preço de venda da mercadoria menos os custos de produção. Assim, os preços de venda das diferentes mercadorias devem se fixar a um nível em que os capitalistas, os produtores dessas mercadorias, recebam uma mais-valia no preço de venda, um lucro, proporcional ao tamanho do capital investido, após terem reembolsado ou pago os custos de produção. O preço de venda dos bens que cobre os custos de produção e rende um lucro médio sobre a totalidade do capital investido é chamado preço de produção. Em outras palavras, o preço de produção é o preço ao qual o capitalista ganha um lucro médio sobre seu capital investido. Na medida que o equilíbrio nos diferentes ramos de produção pressupõe, como vimos, que os capitalistas em todos os ramos de produção recebem um lucro médio, o equilíbrio entre as diferentes esferas de produção pressupõe que os produtos são vendidos a seus preços de produção. O preço de produção corresponde ao equilíbrio da economia capitalista. É um nível médio de preços, definido teoricamente, em que a transferência de capital de um ramo a outro não ocorre mais. Se o *valor-trabalho* corresponde ao *equilíbrio de trabalho* entre as várias esferas de produção, o *preço de produção* corresponde ao *equilíbrio do capital* investido nas diferentes esferas. É o preço de produção "que condiciona a oferta, a reprodução das mercadorias em toda esfera específica de produção" (*C.*, III, p. 200), ou seja, a condição de equilíbrio entre as diferentes esferas da economia capitalista.

O preço de produção não deve ser confundido com o preço de mercado, que flutua constantemente acima e abaixo dele, às vezes superando o preço de produção, às vezes caindo abaixo. O preço de produção é um centro de equilíbrio definido teoricamente, um regulador das constantes flutuações dos preços de mercado. Nas condições da economia capitalista, o preço de produção desempenha a mesma função social que o preço de mercado determinado pelos dispêndios de trabalho desempenha nas condições da produção mercantil simples. Tanto o primeiro quanto o segundo são "preços de equilíbrio", mas o valor-trabalho corresponde ao estado de equilíbrio entre as várias esferas da economia mercantil simples, e o preço de produção corresponde ao estado de equilíbrio na distribuição de capitais entre as diferentes esferas na economia capitalista. Esta distribuição de capital, por seu lado, indica uma certa distribuição do trabalho. Podemos ver que a concorrência leva ao estabelecimento de um diferente nível de preço das mercadorias nas diferentes formas sociais de economia. Como disse Hilferding, com muito acerto, a concorrência pode explicar apenas a "tendência para o estabelecimento da igualdade das relações econômicas" para os produtores mercantis individuais. Mas em que consiste a igualdade entre essas relações econômicas? A igualdade depende da estrutura social objetiva da economia social. Em um caso será a *igualdade de trabalho*, em outro a *igualdade de capital*.

Como vimos, o preço de produção é igual aos custos de produção mais o lucro médio sobre o capital investido. Dada a taxa média de lucro, não é difícil então calcular o preço de produção. Suponhamos que o capital investido é 100 e a taxa média de lucro 22%. Se o capital adiantado é amortizado durante o ano, então o preço de produção será igual para o capital inteiro. O preço de produção é igual a 100 + 22 = 122. O cálculo é mais complexo se apenas uma parte do capital fixo investido for consumida durante o ano. Se o capital de 100 consiste de 20 v e 80 c, dos quais apenas 50 são consumidos durante o ano, então os custos de produção são iguais a 50 c + 20 v = 70. A esta soma adicionamos 22%. Esta porcentagem não é calculada com base nos custos de produção, 70, mas em todo o capital investido, 100. Assim, o preço de produção é 70 + 22 = 92 (*C.*, III, pp. 155-156). Se, do mesmo capital constante de 80 c, apenas 30 c fossem consumidos durante o ano, então os custos de produção seriam 30 c + 20 v = 50. A esta soma, como antes, adicionamos o lucro de 22. O *preço de produção* da mercadoria é igual aos *custos de produção* mais o lucro *médio* sobre o *total* do capital investido.

2. *Distribuição de capital e distribuição de trabalho*

Para simplificar nossos cálculos, vamos supor que todo o capital investido é consumido durante o ano, isto é, que os custos de produção são iguais ao capital investido. Se duas mercadorias são produzidas pelos capitais (K) e K_1), então o preço de produção da primeira mercadoria é igual a $K + p'K$, e da segunda, $K_1 + p'K_1$.[4] Os preços de

(4) Marx usa, habitualmente, a fórmula K + Kd', entendendo (K) como os custos de produção, e não como o capital (*C.*, III, pp. 170 e 175). Mas em outras partes diz que capitais iguais produzem mercadorias que têm o mesmo preço de produção "se nos abstrairmos do fato de que uma parte do capital fixo entra no processo de trabalho sem entrar no processo de aumento do valor" (*Theorien über den Mehrwert*, III, p. 76).

produção das duas mercadorias estão relacionados um ao outro da seguinte maneira:

$$\frac{K + p'K}{K_1 + p'K_1} = \frac{K(1 + p')}{K_1(1 + p')} = \frac{K}{K_1}$$

Os *preços de produção* das mercadorias são *proporcionais aos capitais* com que as mercadorias são produzidas. As mercadorias têm o mesmo preço de produção se forem produzidas com capitais iguais. A igualação, no mercado, de duas mercadorias produzidas em ramos diferentes significa a *igualdade de dois capitais*.

A igualação no mercado de duas mercadorias produzidas com *capitais iguais* significa a igualação de mercadorias produzidas com quantidades *desiguais* de trabalho. Capitais *iguais* com *diferentes composições orgânicas* colocam em ação *diferentes* quantidades de trabalho. Suponhamos que um capital de 100 consiste de 70 c e 30 v. Outro capital de 100 consiste de 90 c e 10 v. Se a taxa de mais-valia for de 100%, o trabalho vivo dos operários é duas vezes maior que o trabalho pago, expresso pelo capital variável (isto é, o salário). Assim, 70 unidades de trabalho passado e 60 unidades de trabalho vivo são gastos na produção da primeira mercadoria — num total de 130; 90 unidades de trabalho passado e 20 unidades de trabalho vivo são gastos na produção da segunda mercadoria — num total de 110. Na medida que ambas as mercadorias são produzidas por capitais iguais, elas são igualadas uma à outra no mercado, a despeito do fato de serem produzidas por quantidades desiguais de trabalho. A *igualdade de capitais* significa a *desigualdade de trabalho*.

A divergência entre o tamanho dos capitais e o montante de trabalho deve-se também a *diferenças no período de rotação da parte variável* do capital. Suponhamos que a composição orgânica de ambos os capitais é igual, a saber, 80 c + 20 v. No entanto, a parte variável do primeiro capital circula uma vez por ano, e a do segundo capital, três vezes, ou seja, a cada um terço de ano o capitalista paga a seus operários 20 v. A soma dos salários pagos aos operários durante o ano é 60. É óbvio que os dispêndios de trabalho da primeira mercadoria são 80 + 40 = 120, e, para a segunda mercadoria, 80 + 120 = 200. Mas, como os capitais investidos, a despeito das diferenças no período de rotação, são de 100 em ambos os casos, as mercadorias são igualadas uma à outra ainda que sejam produzidas por montantes desiguais de trabalho. É necessário mencionar que "a diferença quanto ao período de rotação só tem importância em si na medida que afeta a massa de lucro que esse capital pode apropriar e realizar num determinado tempo" (*C.*, III, p. 159), isto é, se estamos tratando da diferença no período de rotação do capital *variável*. Os fenômenos mencionados aqui, ou seja, as diferenças na composição orgânica do capital e no período de rotação podem, em última análise, serem reduzidos ao fato de que o tamanho do capital em si não pode servir como um indicador do montante de trabalho vivo que aciona, na medida que este montante de trabalho depende: 1) do tamanho do capital variável, e 2) do número de suas rotações.

Conseqüentemente, chegamos à conclusão que à primeira vista contradiz a teoria do valor-trabalho. Partindo da lei básica de equilíbrio da economia capitalista, a saber, das taxas de lucro iguais para todas as esferas de produção, da venda das mercadorias aos preços de produção que contêm iguais taxas de lucro, chegamos aos resultados que seguem: capitais iguais acionam quantidades desiguais de trabalho. Preços de produção iguais correspondem a valores-trabalho desiguais. Na teoria do valor-trabalho os elementos básicos de nosso raciocínio eram o *valor-trabalho* das mercadorias como uma função da produtividade do trabalho, e a *distribuição do trabalho* entre diferentes esferas de produção num estado de equilíbrio. Mas o preço de produção não coincide com o valor-trabalho e a distribuição de capital não coincide com a distribuição de trabalho. Significa isto que os elementos básicos da teoria do valor-trabalho são inteiramente supérfluos para analisar a economia capitalista, que devemos lançar fora este lastro teórico desnecessário e concentrar nossa atenção exclusivamente no preço de produção e na distribuição de capital? Tentaremos mostrar que a análise dos preços de produção e distribuição do capital pressupõem, por sua vez, o valor-trabalho, que esses elos centrais da teoria da economia capitalista não excluem os elos da teoria do valor-trabalho

---

A fórmula da proporcionalidade dos preços de produção aos capitais que citamos anteriormente, pode ser mantida mesmo com um consumo parcial do capital fixo, se "o valor da parte não utilizada do capital fixo for calculado no produto" (*Ibid.*, p. 174). Suponhamos que o primeiro capital, 100, consiste de 80 c + 20 v, e que o consumo de capital fixo seja 50 c. Outro capital de 100 consiste de 70 c + 30 v, e o consumo de capital fixo é 20 c. A taxa média de lucro é de 20%. O preço de produção do primeiro produto é 90, e do segundo é 70, ou seja, os preços de produção não são iguais, embora os capitais o sejam. Entretanto, se a parte não utilizada do capital fixo, isto é, 30, for adicionada a 90, e se adicionarmos 50 a 70, em ambos os casos obteremos, então, 120. Os preços de produção incluindo a parte não utilizada do capital fixo são proporcionais ao capital. Ver o cálculo detalhado na nota de Kautsky às *Theorien über den Mehrwert*, III, p. 74, e ver também *El Capital*, I, pp. 81-82, especialmente a nota de rodapé.

tratados acima. Pelo contrário, em nossa análise posterior mostraremos que o preço de produção e a distribuição de capitais conduzem ao valor-trabalho e à distribuição do trabalho e, paralelamente a eles, estão incluídos numa teoria geral do equilíbrio da economia capitalista. Devemos construir uma ponte entre distribuição de capitais e a distribuição do trabalho, do preço de produção ao valor-trabalho. Em primeiro lugar, devemos tratar da metade inicial desta tarefa.

Vimos que a distribuição de capitais não coincide com a distribuição de trabalho, que a igualdade de capital significa uma desigualdade de trabalho. Se um capital de 100, dispendido numa dada esfera de produção, é igualado, através da troca de mercadorias no mercado, com um capital de 100 dispendido em qualquer outra esfera de produção, então, se houverem diferenças na composição orgânica desses capitais, isto significará que a dada quantidade de trabalho dispendida no primeiro ramo será igualada a uma outra quantidade de trabalho, dispendida no segundo ramo, que não é igual à primeira quantidade. Devemos determinar ainda *exatamente quais* quantidades de trabalho dispendidas nas diferentes esferas de produção são igualadas umas às outras. Ainda que o tamanho dos capitais não coincida com os montantes de trabalho que eles acionam, isto não significa que não exista uma estreita relação entre esses capitais e o trabalho. Essa relação pode ser observada se soubermos a *composição orgânica* dos capitais. Se o primeiro capital consiste de 80 c + 20 v, e o segundo capital de 70 c + 30 v, e se a taxa de mais-valia é de 100%, então o primeiro capital aciona 40 unidades de trabalho vivo e o segundo 60. À dada taxa de mais-valia, "uma certa quantidade de capital variável expressa uma certa quantidade de força de trabalho posta em movimento e, portanto, uma determinada quantidade de trabalho que se materializa" (*C.*, III, p. 157). "O capital variável serve, pois (como sempre ocorre, quando se parte de um dado salário), como índice da massa de trabalho posto em ação por um determinado capital-dinheiro" (*Ibid.*). Assim, sabemos que na primeira esfera de produção o montante total de dispêndio de trabalho consiste de 120 (80 passado e 40 vivo), e na segunda de 130 (70 passado e 60 vivo). Partindo de uma distribuição de capitais entre dadas esferas de produção (100 cada), chegamos, através da composição orgânica de capital, à distribuição do trabalho social entre essas esferas (120 na primeira e 130 na segunda). Sabemos que o montante de trabalho de 120, dispendido na primeira esfera, é igualado a uma massa de trabalho de 130 dispendida na segunda esfera. A economia capitalista estabelece o equilíbrio entre quantidades desiguais de trabalho, se elas forem acionadas por capitais iguais. Através das leis de *equilíbrio de capitais* chegamos ao *equilíbrio na distribuição do trabalho*. Na realidade, nas condições de produção mercantil simples, o equilíbrio é estabelecido entre quantidades iguais de trabalho, e, em condições de economia capitalista, entre quantidades desiguais. Mas a tarefa da análise científica consiste em formular claramente as leis de equilíbrio e distribuição do trabalho, não importa qual a forma adotada por essa fórmula. Se estivermos tratando de um esquema simples de distribuição do trabalho, determinado pelo valor-trabalho (que por sua vez depende da produtividade do trabalho), obtemos então a fórmula de quantidades iguais de trabalho. Admitindo que a distribuição de trabalho é determinada pela distribuição de capital, que adquire significado como um elo intermediário na cadeia causal, então a fórmula de distribuição do trabalho depende da fórmula de distribuição de capitais: *massas desiguais de trabalho, acionadas por capitais iguais, são igualadas umas às outras*. O objetivo de nossa análise permanece, como antes, o equilíbrio e a distribuição do trabalho social. Na economia capitalista, esta distribuição se realiza através da distribuição de capitais. É por isso que a fórmula de equilíbrio de trabalho torna-se mais complexa do que para a economia mercantil simples, sendo derivada a partir da fórmula do equilíbrio de capitais.

Como vimos, a igualação de coisas no mercado está intimamente relacionada à igualação do trabalho, também na sociedade capitalista. Se os produtos de duas esferas são igualados no mercado, se eles são produzidos com montantes iguais de capital e com dispêndio de massas desiguais de trabalho, isto significa que, no processo de distribuição do trabalho social entre os diferentes ramos, massas desiguais de trabalho acionadas por capitais iguais são igualadas uma à outra. Marx não se limitou a apontar o desigual valor-trabalho de duas mercadorias com preços de produção iguais; ele nos deu uma fórmula teórica para o desvio do preço de produção relativamente ao valor-trabalho. Tampouco se limitou a afirmar que, na economia capitalista, desiguais massas de trabalho dispendidas em diferentes esferas são igualadas uma à outra: ele nos deu uma fórmula teórica para o desvio da distribuição do trabalho relativamente à distribuição de capitais, isto é, estabeleceu uma relação entre ambos os processos através do conceito de composição orgânica do capital.

Para ilustrar o que esboçamos, podemos citar a primeira metade do quadro de Marx no Livro III de *O Capital* (modificamos alguns dos títulos). "Tomemos cinco esferas de produção distintas, atribuindo uma diferente composição orgânica a cada um dos capitais nelas inves-

	Distribuição de capitais	*Composição Orgânica do capital*	*Distribuição de trabalho*
I.	100	80c + 20v	120
II.	100	70c + 30v	130
III.	100	60c + 40v	140
IV.	100	85c + 15v	115
V.	100	95c + 5v	105

tidos" (*C.*, III, p. 161). A soma total do capital social é igual a 500, e a taxa de mais-valia é 100%.

Chamamos à terceira coluna "distribuição do trabalho". Esta coluna mostra o montante de trabalho dispendido em cada esfera. Marx chamou esta coluna "valor do produto", porque o valor-trabalho do produto total de cada esfera de produção é determinado pela quantidade de trabalho dispendida em cada esfera. Os críticos da teoria de Marx sustentam que este título, "valor do produto", é fictício, construído artificialmente e teoricamente supérfluo. Eles não levam em consideração que esta coluna não só mostra o valor-trabalho das diferentes esferas de produção, mas também *a distribuição do trabalho social entre as diferentes esferas de produção*, isto é, um fenômeno que existe objetivamente e tem significado central para a teoria econômica. A rejeição desta coluna é equivalente à rejeição da teoria econômica, que analisa a atividade de trabalho da sociedade. O quadro mostra claramente como Marx ligou a *distribuição de capital*, através da *composição orgânica* do capital, à *distribuição do trabalho social.*[5] Assim, a cadeia causal de vínculos torna-se mais profunda e adquire a forma seguinte: *preço de produção — distribuição de capitais — distribuição do trabalho social.* Devemos voltar agora à análise do primeiro elo desta cadeia, o preço de produção, e ver se este elo não pressupõe outros elos mais primários.

(5) Infelizmente, Marx não chegou a desenvolver com maior detalhe a questão da relação entre as distribuições de capitais e de trabalho, mas é claro que pensava voltar a ela. Marx se detém sobre a questão de se o trabalho, portanto, "se distribui proporcionalmente entre os diversos ramos de produção em proporção a estas necessidades sociais, quantitativamente estabelecidas" (*C.*, III, p. 592).

3. *Preço de produção*

Chegamos acima ao seguinte esquema de relações causais: *preço de produção — distribuição de capitais — distribuição de trabalho.* O ponto de partida deste esquema é o preço de produção. Podemos permanecer, em nossa análise, com o preço de produção, ou devemos levá-la adiante? O que é preço de produção? Custos de produção mais o lucro médio. Mas em que consistem os custos de produção? Consistem no valor do capital constante e variável gastos na produção. Demos um passo adiante, perguntando: a que é igual o valor do capital constante e variável? Obviamente, é igual ao valor das mercadorias que são seus componentes (ou seja, máquinas, matérias-primas, bens de subsistência, etc.). Desta maneira, todos os nossos argumentos giram num círculo vicioso: o valor das mercadorias é explicado pelos preços de produção, isto é, custos de produção ou valor do capital, e o valor do capital, por sua vez, é reduzido ao valor das mercadorias. "Determinar o valor das mercadorias pelo valor do capital é o mesmo que determinar o valor das mercadorias pelo valor das mercadorias" (*Theorien über den Mehrwert*, III, p. 82).

Para evitar que o preço de produção se torne um círculo vicioso, devemos encontrar aquelas condições que levam a modificações nos *preços de produção* e na *taxa média de lucro*. Começaremos pelos custos de produção.

Se a taxa média de lucro permanece inalterada, então os preços de produção das mercadorias se modificam quando os custos de produção se modificam. Os custos de produção de determinadas mercadorias se modificam nos casos seguintes: 1) quando as quantidades relativas de meios de produção e o trabalho necessário para a produção se modificam, ou seja, quando a produtividade do trabalho nessas dadas esferas de produção se modifica, dados preços constantes; 2) quando os preços dos meios de produção se modificam; isto pressupõe modificações na produtividade do trabalho nos ramos que produzem esses meios de produção (se a quantidade relativa de meios de produção e força de trabalho são constantes). Em ambos os casos, os *custos de produção* se modificam em relação à *produtividade do trabalho* e, conseqüentemente, a modificações no *valor-trabalho*. Desta maneira, "permanecendo inalterável a taxa geral de lucro, o preço de produção de uma mercadoria só pode variar porque seu próprio valor varia; porque se necessitar de uma maior ou menor quantidade de trabalho para reproduzir esta mercadoria, seja porque se altera a produtividade

do trabalho que produz a mercadoria em sua forma definida, seja porque sofre uma alteração a produtividade do trabalho produtor daquelas que contribuem para sua produção. O preço de produção dos fios de algodão, por exemplo, pode cair, seja porque o algodão em bruto é produzido mais barato, seja porque o trabalho de fiação é agora mais produtivo, devido à introdução de maquinaria mais aperfeiçoada" (*C.*, III, pp. 207-208; ver também p. 108). É necessário notar que os preços de produção quantitativamente expressos não coincidem exatamente com o valor-trabalho das mercadorias que o constituem. "Como o preço de produção pode diferir do valor da mercadoria, pode ocorrer que o preço de custo de uma mercadoria em que esteja incluído o preço de produção de outra mercadoria seja inferior ou superior à parte de seu valor total formada pelo valor dos meios de produção empregados para produzi-la" (*C.*, III, p. 170). Podemos ver que esta circunstância, a que Tugan-Baranovski atribuiu tão grande significado em sua crítica à teoria de Marx, era bem conhecida pelo próprio Marx. Marx mesmo preveniu "que quando numa esfera especial da produção o preço de custo da mercadoria se equipara ao valor dos meios de produção empregados para produzi-la, sempre cabe a possibilidade de erro" (*C.*, III, p. 170). Mas este desvio de maneira alguma conflita com o fato de que modificações no valor-trabalho, provocadas por modificações na produtividade do trabalho, provocam modificações nos custos de produção e, assim, nos preços de produção. Era precisamente isto que tinha que se provar. O fato de que as expressões quantitativas das diferentes séries de eventos divirjam, não elimina a existência de uma relação causal entre eles, nem nega que modificações numa série dependem de modificações na outra. Nossa tarefa só estará completa se pudermos estabelecer as leis desta dependência.

A segunda parte do preço de produção, além dos custos de produção, é o lucro médio, isto é, a *taxa média de lucro* multiplicada pelo capital. Devemos examinar agora, com maior detalhe, a formação do lucro médio, sua magnitude, suas modificações.

A teoria do lucro analisa as inter-relações e as leis de modificação das rendas dos capitalistas industriais individuais e de grupos de capitalistas. Mas as relações de produção entre capitalistas individuais e seus grupos não podem ser compreendidas sem uma análise preliminar da relação de produção básica entre a classe capitalista e a classe dos trabalhadores assalariados. Assim, a teoria do lucro, que analisa as inter-relações entre as rendas dos capitalistas individuais e seus grupos, é construída por Marx sobre a base da teoria da mais-valia, na qual ele

analisou as inter-relações entre a renda da classe capitalista e a classe dos trabalhadores assalariados.

Sabemos, da teoria da mais-valia, que na sociedade capitalista o valor de um produto se divide nos três componentes seguintes: uma parte (c) compensa o valor do capital constante desgastado na produção — este é um valor reproduzido, e não um valor recém-criado. Quando este valor é subtraído do valor do produto inteiro (C — c), obtemos o valor produzido pelo trabalho vivo, "criado" por ele. Este valor é resultado de um determinado processo de produção. Compõe-se, por sua vez, de duas partes: uma, (v), reembolsa aos operários o valor dos bens de subsistência, isto é, repõe seus salários, ou o capital variável. A remanescente, $m = C - c - v = C - (c + v) = C - k$, ou seja, a mais-valia que pertence ao capitalista e que ele gasta para seu consumo pessoal e expansão da produção (isto é, acumulação). Desta maneira, todo o valor recebido divide-se entre um fundo para reprodução do capital constante (c), o fundo de subsistência do trabalho ou reprodução da força de trabalho (v) e o fundo para subsistência do capitalista e reprodução ampliada (m).

A mais-valia surge porque o trabalho dispendido pelos operários no processo de produção é maior que o trabalho necessário para a produção de sua subsistência. Isto significa que a *mais-valia* aumenta na medida que aumenta o trabalho dispendido na produção e diminui o trabalho necessário para a produção do fundo de subsistência dos operários. A mais-valia é determinada pela diferença entre o trabalho total e o trabalho pago, ou seja, pelo trabalho não-pago ou *sobretrabalho*. A mais-valia é "criada" pelo sobretrabalho. Entretanto, como explicamos anteriormente, é errôneo apresentar o problema como se o sobretrabalho, como se a atividade material, "criasse" a mais-valia como uma propriedade das coisas. O sobretrabalho "se expressa", "se manifesta", "está representado" (*sich darstellt*) na mais-valia. As modificações na magnitude da mais-valia dependem de modificações na quantidade de sobretrabalho.

A magnitude da mais-valia depende: 1) de sua relação com o trabalho necessário, pago, isto é, da *taxa de sobretrabalho* ou taxa de mais-valia (m/v); 2) (se tomarmos essa taxa como dada) do *número de operários*,[6] isto é, da quantidade de trabalho vivo acionada pelo capi-

(6) A extensão da jornada de trabalho e a intensidade do trabalho são consideradas constantes.

tal. Se a taxa de mais-valia é dada, a soma total de mais-valia depende da quantidade total de trabalho vivo e, conseqüentemente, do sobretrabalho. Tomemos, agora, dois capitais iguais, de 100 cada, a que atribuímos igual lucro, devido à tendência à igualação da taxa de lucro. Se os capitais são dispendidos exclusivamente no pagamento da força de trabalho (v), então eles acionam massas iguais de trabalho vivo e, conseqüentemente, de sobretrabalho. Aqui, lucros iguais correspondem a capitais iguais e também a iguais quantidades de sobretrabalho, de modo que o lucro coincide com a mais-valia. Obtemos o mesmo resultado se ambos os capitais são divididos em iguais proporções entre capital constante e variável. A igualdade de capitais variáveis significa a igualdade do trabalho vivo que estes capitais acionam. Mas, se um capital de 100 numa esfera de produção é igual a 70 c + 30 v, e outro capital de 100 em outra esfera é igual a 90 c + 10 v, então a massa de trabalho vivo que eles acionam, e conseqüentemente as massas de sobretrabalho, não são iguais. Apesar disso, esses capitais, sendo iguais, rendem igual lucro, por exemplo, 20, devido à concorrência de capitais entre diferentes esferas de produção. É óbvio que *os lucros que esses capitais rendem não correspondem às massas de trabalho vivo que eles acionam, e, conseqüentemente, às massas de sobretrabalho. Os lucros não são proporcionais às massas de trabalho*. Em outras palavras, *os capitalistas obtém quantias de lucro que diferem daquelas que obteriam se os lucros fossem proporcionais ao sobretrabalho ou mais-valia*. Somente neste contexto podemos entender a afirmação de Marx de que os capitalistas "não incluem a mais-valia, nem, portanto, o lucro produzido em sua própria esfera ao se produzirem estas mercadorias" (*C.*, III, p. 164). Alguns dos críticos de Marx entenderam que este queria dizer que o primeiro capital mencionado parece "dar" ao segundo capital 10 unidades de trabalho acionados pelo primeiro capital; parte da mais-valia ou sobretrabalho "transborda", como líquido, de uma esfera de produção a outra, a saber, das esferas com baixa composição orgânica de capital para esferas que se distinguem por uma elevada composição orgânica de capital. "As mais-valias extraídas dos operários em particulares ramos de produção devem fluir de uma esfera a outra até que a taxa de lucro seja igual e todos os capitais obtenham uma taxa média de lucro... Tal afirmação, entretanto, é impossível, posto que a mais-valia não representa um preço original em dinheiro, mas apenas tempo de trabalho cristalizado. Sob esta forma não pode fluir de uma esfera a outra. E, o que é mesmo mais importante, na realidade não é a mais-valia que flui, mas os próprios capitais, que fluem de uma esfera de produção a outra até que as taxas de lucro sejam igualadas."[7] É perfeitamente óbvio, e não precisa ser provado aqui, que segundo Marx o processo de igualação das taxas de lucro ocorre através da transferência de capitais, e não de mais-valias, de uma esfera de produção a outra (*C.*, III, pp. 198, 164, 184, 242 e outras partes). Posto que os preços de produção estabelecidos em diferentes esferas de produção contém taxas de lucro iguais, a transferência de capitais faz com que os lucros recebidos pelos capitais não sejam proporcionais às quantidades de trabalho vivo, nem à mais-valia acionada pelos capitais. Mas, se a relação entre os lucros de dois capitais engajados em diferentes esferas de produção não corresponde à relação entre os trabalhos vivos empregados por esses capitais, não se segue que uma parte do sobretrabalho ou mais-valia "seja transferida", "transborde", de uma esfera de produção a outra. Tal concepção, baseada numa interpretação literal de algumas das afirmações de Marx, às vezes penetra furtivamente na obra de alguns marxistas; ela surge de uma concepção de valor como objeto material que possui a característica de um líquido. Entretanto, não sendo o valor uma substância que flui de um homem a outro, mas uma relação social entre pessoas, fixada, "expressa", "representada" nas coisas, então a concepção de transbordamento do valor de uma esfera de produção a outra não resulta da teoria de Marx sobre o valor, mas contradiz fundamentalmente a teoria de Marx sobre o valor como fenômeno social.

Se, na sociedade capitalista, não existe dependência direta entre o lucro do capitalista e a quantidade de sobretrabalho e trabalho vivo acionada pelo capital, significa isto que deveríamos desistir completamente da busca das leis de formação das taxas médias de lucro e das causas que influenciam o nível destas? Por que a taxa média de lucro num determinado país é de 10%, e não 5% ou 25%? Não esperamos da Economia Política uma fórmula exata para o cálculo da taxa média de lucro em cada caso. Entretanto, esperamos da Economia Política que não tome uma dada taxa de lucro como ponto de partida para análise (ponto de partida que não precisa ser explicado), mas antes tente determinar as causas básicas da cadeia de eventos responsáveis por elevações ou quedas na taxa média de lucro, isto é, as modificações que determinam o nível de lucro. Foi esta a tarefa de Marx em seus bem conhecidos quadros no Capítulo IX do Livro III de *O Capital*. Posto

(7) Badge, *Der Kapitalprofit*, 1920, p. 48. E. Heimann erigiu sua crítica sobre a mesma base (Heimann, "Methodologisches zu den Problemen des Wertes", *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 1913, B. 37, H. 3, p. 777).

Capitais	*Valor-trabalho dos produtos*	*Mais-valia*	*Taxa média de lucro*	*Preços de produção dos produtos*	*Desvios dos preços de produção com relação aos valores*
I. 80c + 20v	120	20	22%	122	+ 2
II. 70c + 30v	130	30	22%	122	— 8
III. 60c + 40v	140	40	22%	122	— 18
IV. 85c + 15v	115	15	22%	122	+ 7
V. 95c + 5v	105	5	22%	122	+ 17
390c + 110v	610	110	110%	610	0
78c + 22v	—	22	—	—	—

que o segundo e terceiro quadros de Marx levam em consideração o consumo parcial do capital fixo, tomaremos isto como base para o primeiro quadro, para não complicar os cálculos. Completaremos este quadro de maneira coerente. Marx toma cinco diferentes esferas de produção, com capitais de distintas composições orgânicas nelas investidos. A taxa de mais-valia é, em todas elas, igual a 100%.

O capital total da sociedade consiste de 500, dos quais 390 são (c) e 110 são (v). Este capital está distribuído entre cinco esferas, com 100 em cada uma. A composição orgânica do capital mostra quanto de trabalho vivo e, assim, de sobretrabalho, há em cada esfera. O valor-trabalho total do produto é 610, e a mais-valia total é 110. Se as mercadorias de cada esfera fossem vendidas por seus valores-trabalho, ou, o que é a mesma coisa, se os lucros em cada esfera correspondessem às quantidades de trabalho vivo e, assim, de sobretrabalho, empregadas nessa esfera, então as taxas de lucro das esferas individuais de produção seriam: 20%, 30%, 40%, 15% e 5%. As esferas com menor composição orgânica de capital obteriam maior lucro, e as esferas com maior composição orgânica obteriam um lucro menor. Mas, como sabemos, essas diferentes taxas de lucro não são possíveis na sociedade capitalista, posto que isto provocaria uma transferência de capital de esferas com baixas taxas de lucro para esferas com taxas elevadas, até

que a mesma taxa de lucro fosse estabelecida em todas as esferas. A taxa de lucro no caso dado é 22%. Mercadorias produzidas por capitais iguais de 100 são vendidas a iguais preços de produção de 122, ainda que sejam produzidas por quantidades desiguais de trabalho. Todo capital de 100 recebe um lucro de 22%, embora capitais iguais acionem quantidades desiguais de sobretrabalho nas diferentes esferas. "Cada capital investido, qualquer que seja sua composição orgânica, extrai para cada 100, em cada ano ou período de tempo que se tome como base, o lucro que dentro desse período de tempo corresponde a 100 como parte alíquota do capital total. No que diz respeito à repartição do lucro, os distintos capitalistas se consideram como simples acionistas de uma sociedade anônima em que os dividendos são distribuídos porcentualmente, e na qual, portanto, os diversos capitalistas só se distinguem entre si pela magnitude do capital que cada um deles investiu na empresa coletiva, por sua participação proporcional na empresa conjunta, pelo número de suas ações" (*C.*, III, pp. 164-165).

Entretanto, a que nível se estabelece a taxa média de lucro? Por que essa taxa é exatamente igual a 22%? Imaginemos que todas as esferas de produção sejam dispostas numa seqüência decrescente, de acordo com o montante de trabalho vivo acionado pelas 100 unidades de capital. As partes variáveis dos capitais (tomadas como participação porcentual) diminuem desde o topo para baixo (ou a composição orgânica do capital aumenta desde o topo para baixo). Paralelamente a isto, e na mesma proporção, as taxas de lucro diminuem desde o topo para baixo. A taxa de lucro para cada capital depende, neste exemplo, da quantidade de trabalho vivo que o capital aciona ou do tamanho de seu capital variável. Mas, como sabemos, é impossível tal diferença nas taxas de lucro. A concorrência entre capitais estabeleceria uma taxa média de lucro para todas as esferas de produção; esta taxa média situar-se-ia em algum lugar próximo ao meio da seqüência decrescente de taxas de lucro. Esta taxa média de lucro corresponde a um capital que aciona uma quantidade média de trabalho vivo, ou a um tamanho médio de capital variável. Em outras palavras, a "taxa média de lucro nada mais é que o lucro porcentualmente calculado que se obtém na esfera de composição social média, na qual, portanto, o lucro coincide com a mais-valia" (*C.*, III, p. 178). No caso dado, o capital social inteiro, de 500, consiste de 390 c + 110 v, a composição média de cada um é 78 c + 22 v; se a taxa de mais-valia é de 100%, cada 100 deste capital de composição média obtém uma taxa de mais-valia de 22%. A magnitude desta mais-valia determina o montante da taxa média de lucro. Esta taxa, conseqüentemente, é determinada pela relação da

massa total de mais-valia (mv) produzida na sociedade, com o *capital social total* (K), ou p' = mv/K.

Marx chega à mesma conclusão de maneira diferente. Ele utiliza o método de comparação, que usa freqüentemente para explicar as propriedades características da economia capitalista. No problema dado — a questão da taxa média de lucro —, ele compara a economia capitalista desenvolvida com 1) a economia mercantil *simples*, e 2) uma economia capitalista *embrionária* ou *hipotética*, que difere do capitalismo desenvolvido pela *ausência de concorrência* entre capitais em esferas de produção *diferentes*, isto é, cada capital está fixado numa dada esfera de produção.

Podemos supor, assim, em primeiro lugar, uma sociedade de produtores simples de mercadorias que possuem meios de produção no valor de 390 unidades de trabalho; o trabalho vivo de seus membros ascende a 220. As forças produtivas da sociedade, que constituem 610 unidades de trabalho vivo e passado, estão distribuídas entre cinco esferas de produção. A combinação entre trabalho vivo e passado em cada esfera é diferente, dependendo das características técnicas de cada esfera. Suponhamos que as combinações são as seguintes (o primeiro número representa o trabalho passado, o segundo o trabalho vivo): (I) 80 + 40; (II) 70 + 60; (III) 60 + 80; (IV) 85 + 30; (V) 95 + 10. Suponhamos que a produtividade do trabalho atingiu um tal nível de desenvolvimento que o pequeno produtor reproduz o valor de seus bens de subsistência com metade de seu trabalho. Então, o valor total da produção, 610, se divide em fundo de reprodução dos meios de produção, 390, um fundo para a subsistência dos produtores, 110, e uma mais-valia, 110. A mais-valia permanece nas mãos dos próprios pequenos produtores. Eles podem dispende-la para aumentar seu consumo, para expandir a produção (ou parcialmente para uma e parcialmente para outra). Esta mais-valia de 110 será proporcionalmente distribuída entre as diferentes esferas de produção e os produtores individuais de acordo com o trabalho dispendido. A distribuição entre as esferas individuais será: 20, 30, 40, 15, 5. Na realidade, essas massas de mais-valia são proporcionais apenas às massas de trabalho vivo, e não ao trabalho passado alocado em cada esfera. Se as massas de mais-valia fossem calculadas sobre a quantidade total de trabalho em cada esfera (*vivo e passado*) elas dariam taxas de lucro diferentes.[8]

Mas, numa economia mercantil simples, os produtores não são conscientes da categoria lucro. Eles não encaram seus meios de produção como capital que deve render uma dada taxa de lucro, mas como condições para acionar o trabalho que confere a cada produtor de mercadorias a possibilidade de colocar seu trabalho em igualdade de condições com o de outros produtores de mercadorias, isto é, em termos ou condições em que iguais quantidades de trabalho vivo proporcionam valor igual.

Suponhamos agora que os capitalistas, e não os pequenos produtores mercantis, são dominantes na economia. As demais condições permanecem inalteradas. O valor do produto global e o valor dos fundos individuais em que ele se divide permanecem inalterados. A diferença é que o fundo para consumo e produção expandidos (ou mais-valia) não permanece nas mãos de produtores diretos, mas nas mãos de capitalistas. O mesmo valor social total é distribuído de maneira diferente entre as classes sociais. Como o valor do produto de esferas individuais de produção não se alterou, a mais-valia está distribuída nas mesmas proporções que antes entre as esferas e os capitalistas individuais. Os capitalistas em cada uma das cinco esferas obtém: 20, 30, 40, 15 e 5. Mas eles calculam essas massas de mais-valia sobre o capital investido total, que é de 100 em cada esfera. Como resultado, as taxas de lucro são diferentes. Elas só podem ser diferentes devido à ausência de concorrência entre as esferas individuais de produção.

Finalmente, passemos do capitalismo hipotético para o capitalismo real, onde existe concorrência de capital entre diferentes esferas de produção. Aqui, são impossíveis taxas de lucro diferentes, porque isso provocaria um movimento de capital de uma esfera a outra, até que todas as esferas tivessem a mesma taxa de lucro. Em outras palavras, a distribuição da massa anterior de mais-valia entre as diferentes esferas e entre capitalistas individuais será agora diferente; será proporcional aos capitais investidos nessas esferas. A distribuição da mais-valia se modifica, mas o valor total do fundo de consumo e reprodução ampliados permanece inalterado. A massa anterior de mais-valia se distribuiu agora entre os capitalistas individuais segundo o tamanho de seus capitais. ***A taxa média de lucro*** é obtida desta maneira. ***É determinada pela relação entre a mais-valia total e o capital social total.***

(8) Entende-se que as categorias mais-valia e lucro não são conhecidas na economia mercantil simples. Tratamos aqui da parte do valor das mercadorias produzidas por produtores mercantis simples, que teriam a forma de mais-valia ou lucro em condições de uma economia capitalista.

A comparação de uma economia mercantil simples, uma economia hipotética capitalista, e uma economia capitalista desenvolvida, não é levada a cabo por Marx na forma que apresentamos. Marx fala da produção mercantil simples no Capítulo X do Livro III de *O Capital*. Ele toma uma economia capitalista hipotética como base de sua análise no Capítulo VIII e em seus quadros do Capítulo IX, onde supõe a ausência de concorrência entre esferas individuais, e diferentes taxas de lucro. A comparação dos três diferentes tipos de economia, que realizamos, conduz a certas dúvidas. Uma economia mercantil simples pressupõe a dominância do trabalho vivo sobre o trabalho passado e uma relação aproximadamente homogênea entre trabalho vivo e passado nos diversos ramos de produção. Entretanto, em nossos esquemas supomos que essa relação é diferente em cada esfera. Esta objeção não tem grande significado, porque diferentes relações entre trabalho vivo e passado (ainda que elas não sejam características da economia mercantil simples) não contradizem logicamente aquele tipo de economia e podem ser utilizadas como suposto num esquema teórico. Dúvidas mais sérias são suscitadas pelo esquema de uma economia capitalista embrionária ou hipotética. Se a ausência de concorrência entre os capitalistas de diferentes esferas da economia explica por que as mercadorias não são vendidas segundo seus preços de produção, esta ausência de concorrência também torna impossível explicar por que os bens são vendidos segundo seus valores-trabalho. Na economia mercantil simples, a venda de bens segundo seus valores-trabalho só pode ser sustentada sob a condição de que o trabalho possa se transferir de uma esfera a outra, isto é, se houver concorrência entre as esferas de produção. Numa passagem, Marx observou que a venda dos bens por seus valores-trabalho supõe como condição necessária que nenhum monopólio natural ou artificial torne possível para as partes contratantes vender acima do valor ou as force a vender abaixo do valor (*C.*, III, p. 178). Mas, se não existe concorrência entre capitais, se cada capital está fixado em dada esfera, o resultado é o estado de monopólio. Vendas a preços acima dos valores-trabalho não provocam transferência de capital de outras esferas. Vendas a preços abaixo dos valores-trabalho não provocam a saída de capital dessas dadas esferas para outras. Não existe regularidade no estabelecimento de proporções de troca entre mercadorias em termos de seus valores-trabalho correspondentes. Com base em que o esquema da economia capitalista embrionária supõe que a venda de mercadorias ocorra segundo seus valores-trabalho, se a concorrência entre os capitalistas nas diferentes esferas está ausente?

Só é possível responder a esta questão se o esquema for explicado na forma que fizemos acima. O Quadro nº 2 não é o esquema de um capitalismo embrionário que existiu historicamente, mas um esquema teórico hipotético, derivado do Quadro nº 1 (economia mercantil simples) através de um procedimento metodológico que consiste em alterar apenas uma condição do esquema, permanecendo todas as demais condições constantes. No Quadro nº 2, comparado ao Quadro nº 1, apenas uma condição é alterada. Supõe-se que a economia não é posta em funcionamento por pequenos produtores mercantis, mas por *capitalistas*. Supõe-se que as demais condições sejam as mesmas de *antes*; a massa de trabalho vivo e passado em cada esfera, o valor do produto total e a massa de mais-valia, e, desta maneira, o preço dos produtos; o preço de venda das mercadorias segundo seus valores-trabalho é mantido no mesmo nível anterior. A venda das mercadorias é uma condição teórica transferida do esquema nº 1 para o esquema nº 2, e só é possível se houver uma outra condição teórica adicional, a saber, se não existir concorrência entre capitalistas em diferentes esferas. Portanto, desde que modifiquemos esta única condição ao passarmos do esquema nº 2 para o esquema 3 (capitalismo desenvolvido), isto é, desde que introduzimos o suposto de *concorrência de capitais*, a venda de bens segundo seus *valores-trabalho* dá lugar à venda de bens segundo os *preços de produção*, nos quais é realizada uma taxa média de lucro pelo capitalista. Mas, ao levar a cabo esta passagem do esquema 2 para o esquema 3, pelo mesmo procedimento metodológico, modificando uma condição, deixamos *inalteradas* as demais condições, particularmente a massa anterior de mais-valia. Desta maneira, chegamos à conclusão de que a formação de uma taxa média geral de lucro reflete uma redistribuição da massa anterior total de mais-valia entre os capitalistas. A participação desta mais-valia no capital social total determina o nível da taxa média de lucro. Repetimos que esta "redistribuição" da mais-valia não deve, a nosso ver, ser entendida como um processo histórico que realmente ocorreu e que foi precedido por uma economia capitalista embrionária com diferentes taxas de lucro em diferentes esferas.[9] É um esquema teórico da distribuição do lucro numa econo-

(9) Entenda-se que não negamos que numa economia capitalista real, pode-se observar, constantemente, diferentes taxas de lucros em diferentes esferas. Elas provocam uma tendência à transferência de capital e esta, por sua vez, elimina a desigualdade entre as taxas de lucro. Mas rejeitamos a teoria que sustenta que essas desigualdades entre as taxas de lucro foram provocadas pelo fato de que as mercadorias eram vendidas segundo o valor-trabalho, por um lado, e de que estivesse ausente a concorrência entre

mia capitalista. Este esquema é derivado do primeiro esquema (produção mercantil simples) através de uma dupla modificação das condições. Ao passar do esquema 1 para o esquema 2 supomos que a *classe social* que obtém a mais-valia. Ao passar do esquema 2 para o esquema 3, supomos que, no contexto da mesma classe de capitalistas, ocorreu uma *redistribuição* de capital entre as diferentes esferas. Ambas essas passagens representam em essência dois elos lógicos de nosso argumento. Eles estão separados para fins de clareza, ainda que não possam existir separadamente. Em nossa opinião, a transformação do elo lógico intermediário, esquema 2, em quadro de uma economia que existiu na história como transição da produção mercantil simples para a produção capitalista desenvolvida, é errônea.

Assim, a taxa média de lucro é determinada quantitativamente pela relação entre a massa total de mais-valia e o capital social total. Supomos que no esquema de Marx a magnitude da taxa média de lucro é derivada a partir da *massa total de mais-valia* e não a partir de *diferentes taxas de lucro*, como pode parecer na primeira leitura da obra de Marx. Derivar a taxa média de lucro a partir das diferentes taxas de lucro provoca objeções baseadas no fato de que a existência de diferentes taxas de lucro em diferentes esferas não está provada nem lógica nem historicamente. A existência de diferentes taxas de lucro, segundo esta concepção, foi provocada pela venda dos produtos de diferentes esferas segundo seus valores-trabalho. Mas, como vimos acima, diferentes taxas de lucro em diferentes esferas de produção desempenhavam apenas o papel de um esquema teórico na obra de Marx, um esquema que explica a formação e a magnitude da taxa média de lucro, através da comparação. O próprio Marx observou que "a taxa geral de lucro acha-se determinada, pois, por dois fatores:

"1) pela composição orgânica dos capitais nas diferentes esferas de produção, ou seja, pelas diferentes taxas de lucro nas diferentes esferas;

"2) pela distribuição do capital total da sociedade entre estas distintas esferas, ou seja, pela magnitude relativa do capital investido em cada esfera específica de produção e, conseqüentemente, com base numa taxa específica de lucro; ou seja, pela parte relativa da massa de capital total da sociedade absorvida por cada esfera específica de

diferentes esferas, por outro. Se supusermos que havia ausência de concorrência entre as diferentes esferas, torna-se então inexplicável o fato de as mercadorias serem vendidas segundo os valores-trabalho.

produção" (*C.*, III, pp. 168-169). É óbvio que diferentes taxas de lucro em esferas específicas são utilizadas por Marx apenas como expressões numéricas, indicadoras da *composição orgânica do capital*, isto é, massas de trabalho vivo e, assim, de sobretrabalho acionadas por 100 unidades de capital numa dada esfera. Este fator é combinado com outros: a quantidade de mais-valia pertencente a cada 100 unidades de capital, em cada esfera, é multiplicada pelo tamanho (o número de centenas) do capital investido na dada esfera. Como resultado, obtemos a massa de sobretrabalho e mais-valia, primeiro nas esferas individuais, e então na economia social inteira. Assim, a taxa média de lucro não é determinada, em última análise, pelas diversas taxas de lucro nas diferentes esferas, mas antes pela massa total de mais-valia e pela relação entre esta massa e o capital social total,[10] isto é, por magnitudes que não são teoricamente suspeitas, do ponto de vista da teoria do valor-trabalho. Essas magnitudes refletem simultaneamente fatos reais da economia social, ou seja, as massas de trabalho social vivo e o capital social. O caráter específico da teoria de Marx sobre o preço de produção consiste exatamente no fato de que toda a questão das relações mútuas entre mais-valia e lucro é transferida dos capitais individuais para o capital social total. É por isso que, em nossa apresentação da teoria de Marx, taxas de lucro diferentes em diferentes esferas não servem como elo intermediário necessário para uma teoria da taxa média de lucro; isto pode ser resumido brevemente da maneira que segue. Na economia capitalista, a *distribuição de capital* não é proporcional à *distribuição de trabalho vivo*. Uma *diferente* quantidade de trabalho vivo e assim de *sobretrabalho* pertence a cada 100 unidades de capital nas diferentes esferas. (As diferentes taxas de lucro representam expressões numéricas desta relação mútua entre sobretrabalho e capital em cada esfera.) Esta *composição orgânica do capital* nas diferentes esferas e o *tamanho do capital* em cada esfera determinam a *massa total de sobretrabalho* e *mais-valia* em esferas individuais e na economia como um todo. Devido à concorrência de capi-

(10) Se o capital social total é 1 000, e a massa de mais-valia total é 100, então a taxa média geral de lucro será de 10%, a despeito de como o trabalho vivo total da sociedade está distribuído entre as esferas individuais, e a despeito de que tipos de taxa de lucro se formariam nas esferas individuais. Inversamente, se a massa total de mais-valia aumentar para 150, e o capital total permanecer o mesmo (1 000), então a taxa média geral de lucro elevar-se-á de 10% para 15%, ainda que as taxas de lucro permaneçam inalteradas nos ramos individuais de produção (isto é possível se o capital estiver distribuído de maneira diferente entre os diferentes ramos).

tais, capitais iguais em diferentes esferas obtêm *lucros iguais* e, assim, o lucro que os capitais individuais ganham não é proporcional às quantidades de trabalho vivo acionadas por esses capitais. Conseqüentemente, o lucro não é *proporcional à mais-valia*, mas determinado pela taxa média de lucro, isto é, pela relação entre a *mais-valia total* e o *capital social total*.

Se uma leitura do Capítulo VIII do Livro III de *O Capital* dá a impressão de que as diferenças nas taxas de lucro, que surgem devido à venda das mercadorias segundo seus valores-trabalho, desempenham o papel de elo indispensável nas construções de Marx, isto é explicado pelas seguintes propriedades da exposição de Marx: quando Marx aborda os lugares decisivos de seu sistema, quando deve passar de definições gerais para explicações mais particulares, de conceitos gerais para suas modificações, de uma "determinação de forma" a outra, ele recorre ao método de exposição que segue. Com um enorme poder de pensamento, extrai todas as conclusões lógicas da primeira definição que elaborou, desenvolvendo audaciosamente todas as conseqüências do conceito até seu fim lógico. Ele mostra ao leitor todas as contradições dessas conseqüências, isto é, sua divergência da realidade. Quando a atenção do leitor foi estendida a seu limite, quando começa a parecer ao leitor que a definição inicial deve ser inteiramente rejeitada por ser contraditória, Marx vem em auxílio do leitor e sugere uma saída para o problema, uma saída que não consiste em jogar fora a primeira definição, mas antes em "modificar", "desenvolver" e completar a definição inicial. Assim, as contradições são eliminadas. Marx faz isto no Capítulo IV do Livro I de *O Capital*, quando ele examina a transição do valor da mercadoria para o valor da força de trabalho. Ele extrai a conclusão da impossibilidade de formação da mais-valia com base na troca de mercadorias segundo seus valores-trabalho, isto é, chega à conclusão que conflita abertamente com a realidade. Na análise posterior, esta conclusão é rejeitada pela teoria do valor da força de trabalho. É exatamente desta maneira que o Capítulo VIII é construído, no Livro III de *O Capital*. Com base na venda das mercadorias segundo seus valores-trabalho, Marx conclui que existem diferentes taxas de lucro em diferentes esferas. Desenvolvendo esta conclusão em todas suas conseqüências, ele observa, no final do Capítulo VIII, que esta conclusão conflita com a realidade e que esta contradição deve ser resolvida. No Livro I de *O Capital*, Marx nunca sustentou que era impossível a existência da mais-valia; aqui ele não diz que são possíveis diferentes taxas de lucro. A impossibilidade da mais-valia, no Capítulo IV do Livro I, e a possibilidade de diferentes

taxas de lucro no Capítulo VIII do Livro III, não servem a Marx como elos logicamente necessários para suas construções, mas como provas do oposto. O fato de que essas conclusões levem a absurdos lógicos, mostra que a análise ainda não está acabada, e tem de ser levada adiante. Marx não determina a existência de diferentes taxas de lucro, mas, ao contrário, a insuficiência de qualquer teoria baseada em tal premissa.

Chegamos à conclusão de que a taxa média de lucro é determinada pela relação entre a mais-valia total e o capital social total. Segue-se disto que modificações na taxa média de lucro podem resultar de modificações na *taxa de mais-valia* e também de modificações na relação entre a mais-valia total e o *capital social* total. No primeiro caso, a modificação "só pode ocorrer porque o valor da força de trabalho aumentou ou diminuiu, ambas as causas igualmente impossíveis a menos que a produtividade do trabalho produtor de meios de subsistência se modifique, ou seja, a menos que o valor das mercadorias destinadas ao consumo do operário se modifique" (*C.*, III, p. 207). Tomemos agora o segundo caso, quando as modificações partem do capital, ou seja, de um aumento ou diminuição de sua parte constante. A relação modificada entre capital constante e trabalho reflete uma modificação na produtividade do trabalho. "Portanto, ao se modificar a produtividade do trabalho, necessariamente tem que ocorrer uma modificação quanto ao valor de certas mercadorias" (*Ibid.*). Modificações na taxa média de lucro, quer resultem da taxa de mais-valia, quer do capital, são em ambos os casos provocadas, em última análise, por modificações na *produtividade do trabalho* e, conseqüentemente, por modificações no *valor* de certos bens.

Segue-se disto que modificações nos custos de produção e modificações na taxa média de lucro são provocadas por modificações na produtividade do trabalho. E, na medida que o preço de produção consiste dos custos de produção mais o lucro médio, modificações nos *preços de produção são em última análise provocadas por modificações na produtividade do trabalho e no valor-trabalho de certos bens*. Se a modificação no preço de produção for provocada por uma modificação nos custos de produção, isto significa que a produtividade do trabalho nessa dada esfera de produção e o valor-trabalho dessa esfera se alteraram. "Rege, pois, a lei de que ao se modificar o preço de produção de uma mercadoria, em conseqüência de uma modificação ocorrida na taxa geral de lucro, ainda que seu valor possa permanecer inalterado, necessariamente tem que se produzir uma modificação de valor no tocante às outras mercadorias" (*Ibid.*), isto é, modificações na produti-

vidade do trabalho em outras esferas. Em todos os casos, o preço de produção se modifica em relação a modificações na produtividade do trabalho e as correspondentes alterações no valor-trabalho. Produtividade do trabalho — trabalho abstrato* — valor — custos de produção mais lucro médio — preço de produção; este é o esquema de relações causais entre preço de produção, de um lado, e a produtividade do trabalho e o valor-trabalho, de outro.

4. *Valor-trabalho e preço de produção*

Finalmente, podemos considerar agora a cadeia de elos lógicos que completam a teoria de Marx sobre o preço de produção. A cadeia consiste dos seguintes elos básicos: *produtividade do trabalho — trabalho abstrato — valor — preço de produção — distribuição do capital — distribuição do trabalho*. Se compararmos este esquema de seis elementos com o esquema de quatro elementos da produção mercantil simples: *produtividade do trabalho — trabalho abstrato — valor — distribuição do trabalho*, veremos que os elos do esquema da produção mercantil simples tornam-se componentes do esquema para a economia capitalista. Conseqüentemente, a teoria do valor-trabalho é um fundamento necessário para a teoria do preço de produção, e a teoria do preço de produção é um desenvolvimento necessário da teoria do valor-trabalho.

A publicação do Livro III de *O Capital* deu origem a uma imensa literatura sobre as assim chamadas "contradições" entre o Livro I e o Livro III de *O Capital*. Os críticos sustentaram que no Livro III Marx tinha, em essência, repudiado sua teoria do valor-trabalho, e alguns chegaram mesmo a admitir que, quando ele escrevera o Livro I, nunca sonhara com as dificuldades e contradições a que seria levado pela teoria do valor-trabalho, quando tentasse explicar a taxa de lucro. O prefácio de Karl Kautsky ao Livro III de *O Capital* atesta que, quando o Livro I de *O Capital* foi publicado, a teoria do preço de produção explicada no Livro III já tinha sido elaborada por Marx em todos os seus detalhes. Já no Livro I, Marx observou com freqüência que, na sociedade capitalista, os preços médios de mercado desviam-se dos valores-trabalho. O conteúdo do terceiro volume de *Theorien über den Mehrwert* também nos informa acerca de outra circunstância importante. Toda a Economia Política pós-ricardiana girava em torno da questão da relação entre preço de produção e valor-trabalho. A resposta a esta questão era uma tarefa histórica para o pensamento econômico. No entender de Marx, o mérito particular de sua teoria do valor era o de ter dado uma solução para este problema.

(*) N. T.: Na edição em inglês, *abstract value* (valor abstrato). Trata-se de uma incorreção, onde se deve ler *trabalho abstrato*. Ver parágrafo seguinte.

Os críticos que viram contradições entre os Livros I e III de *O Capital* tomaram como seu ponto de partida uma visão estreita da teoria do valor, vendo-a exclusivamente como uma fórmula de proporções quantitativas na troca de mercadorias. Deste ponto de vista, a teoria do valor-trabalho e a teoria do preço de produção não representavam dois estádios lógicos ou graus de abstração a partir dos mesmos fenômenos econômicos, mas antes duas diferentes teorias ou afirmações que contradiziam uma à outra. A primeira teoria sustenta que as mercadorias são trocadas proporcionalmente aos dispêndios de trabalho necessários para sua produção. A segunda teoria sustenta que as mercadorias não são trocadas proporcionalmente a esses dispêndios. Que estranho método de abstração, diziam os críticos de Marx; primeiro afirma uma coisa, depois, uma outra que contradiz a primeira. Mas esses críticos não levaram em consideração que a fórmula quantitativa para a troca de mercadorias é apenas a conclusão final de uma teoria muito complexa, que trata da *forma* social dos fenômenos relacionados ao valor, o reflexo de um determinado tipo de relações sociais de produção entre pessoas, bem como do *conteúdo* desses fenômenos, de seu papel como reguladores da distribuição do trabalho social.

Anarquia na produção social; ausência de relações sociais diretas entre produtores; influência mútua de suas atividades de trabalho através de coisas que são produtos de seu trabalho; nexo entre o movimento das relações de produção entre pessoas e o movimento das coisas no processo de produção material; "reificação" das relações de produção, transformação de suas propriedades das "coisas" — *todos esses fenômenos do fetichismo da mercadoria estão igualmente presentes em toda economia mercantil, tanto simples quanto capitalista*. Eles caracterizam da mesma maneira o valor-trabalho e o preço de produção. Mas toda economia mercantil está baseada na divisão do trabalho, isto é, representa um sistema de trabalho distribuído. Como se realiza esta divisão do trabalho social entre diversas esferas de produção? Ela é dirigida pelos mecanismos dos preços de mercado, que provocam entradas e saídas de trabalho. As flutuações dos preços de mercado mostram uma certa regularidade, oscilando em torno de um nível médio,

em torno de um preço "estabilizador", como Oppenheimer o chamou apropriadamente.[11] O preço "estabilizador", por sua vez, se modifica em relação à produtividade do trabalho e serve como um regulador da distribuição do trabalho. *O aumento da produtividade do trabalho influencia a distribuição do trabalho social através do mecanismo do preço de mercado, cujo movimento está sujeito à lei do valor.* Este é o mais simples mecanismo abstrato que distribui o trabalho na economia mercantil. Este mecanismo existe em toda economia mercantil, inclusive a economia capitalista. Não existe outro mecanismo, além da flutuação dos preços de mercado, que distribua trabalho na economia capitalista. Mas, na medida que a economia capitalista é um complexo sistema de relações sociais de produção, no qual as pessoas não se relacionam umas às outras apenas como possuidoras de mercadorias, mas também como capitalistas e trabalhadores assalariados, o mecanismo que distribui trabalho funciona de maneira mais complexa. Dado que os produtores mercantis simples dispendem seu próprio trabalho na produção, o aumento da produtividade do trabalho, que se expressa através do valor-trabalho dos produtos, provoca entradas e saídas de trabalho, isto é, influencia a distribuição do trabalho social. Em outras palavras, a economia mercantil simples é caracterizada por uma relação causal direta entre a produtividade do trabalho expressa no valor-trabalho dos produtos, e a distribuição do trabalho.[12] Na sociedade capitalista, esta relação causal não pode ser direta, pois a distribuição de trabalho ocorre através da distribuição de capital. O aumento da produtividade do trabalho, expresso no valor-trabalho dos produtos, não pode influenciar a distribuição do trabalho de nenhuma outra maneira, a não ser através de sua influência sobre a distribuição de capital. Tal influência sobre a distribuição de capital é possível, por sua vez, apenas se modificações na produtividade do trabalho e valor-trabalho provocarem modificações nos custos de produção ou na taxa média de lucro, isto é, influenciarem o preço de produção.

Desta maneira, o esquema: produtividade do trabalho — trabalho abstrato — valor — distribuição do trabalho, representa, por assim dizer, *um modelo teórico de relações causais diretas entre o aumento*

(11) Franz Oppenheimer, *Wert und Kapitalprofit*, Jena, 1922, p. 23.

(12) Mais exatamente, esta relação causal não é direta, posto que a produtividade do trabalho influencia a distribuição do trabalho através de modificações no valor-trabalho. Por isso, falamos aqui da "produtividade do trabalho que se expressa no valor-trabalho dos produtos".

da produtividade do trabalho expresso no valor-trabalho e a distribuição do trabalho social. O esquema: produtividade do trabalho — trabalho abstrato — valor — preço de produção — distribuição de capital — distribuição de trabalho, representa *um modelo teórico da mesma cadeia causal,* onde a produtividade do trabalho não afeta diretamente a distribuição de trabalho, mas através de um "elo intermediário" (expressão que Marx utilizava com freqüência, neste contexto): através do preço de produção e da distribuição de capital. Em ambos os esquemas, o primeiro e último termos são os mesmos. O mecanismo de relações causais entre eles também é o mesmo. Mas, no primeiro esquema, admitimos que o nexo causal é mais imediato e direto. No segundo esquema, introduzimos elementos que complicam a situação, ou seja, elos intermediários. Este é o caminho usual da análise abstrata, caminho a que Marx recorreu em todas suas construções. O primeiro esquema representa um modelo mais abstrato, mais simplificado, dos eventos, mas um modelo indispensável para a compreensão das formas mais complexas dos eventos que ocorrem na sociedade capitalista. Se limitássemos o escopo da análise aos elos intermediários visíveis na superfície dos fenômenos na economia capitalista, ou seja, ao preço de produção e distribuição de capital, nossa análise então permaneceria incompleta em ambas as direções, no início e no final. Tomaríamos o preço de produção (isto é, custos de produção mais lucro médio) como ponto de partida. Mas, se o preço de produção for explicado em termos dos custos de produção, simplesmente relacionaremos o valor do produto ao valor de seus componentes, isto é, não sairemos de um círculo vicioso. O lucro médio permanece inexplicado, assim como seu volume e suas modificações. O preço de produção, portanto, só pode ser explicado por modificações na produtividade do trabalho ou no valor-trabalho dos produtos. Por outro lado, estaremos errados se enxergarmos a distribuição de capital como ponto final de nossa análise; temos de ir adiante até a distribuição do trabalho social. Assim, a teoria do preço de produção deve, infalivelmente, basear-se na teoria do valor-trabalho. Por outro lado, a teoria do valor-trabalho deve ser desenvolvida e complementada, ademais, na teoria do preço de produção. Marx rejeitou toda tentativa de construir a teoria da economia capitalista diretamente da teoria do valor-trabalho e evitar elos intermediários, o lucro médio e o preço de produção. Ele caracterizava tais tentativas como "tentativas de forçar e adequar diretamente relações concretas à relação elementar do valor" (*Theorien über den Mehrwert*, III, p. 145), "tentativas que apresentam como existente aquilo que não existe" (*Ibid.*, p. 97).

Assim, a teoria do valor-trabalho e a teoria do preço de produção não são teorias de dois tipos diferentes de economia, mas teorias de uma mesma economia capitalista considerada sob dois níveis diferentes de abstração. A teoria do valor-trabalho é uma teoria da economia mercantil simples, não no sentido de explicar o tipo de economia que precedeu a economia capitalista, mas no sentido de descrever apenas um aspecto da economia capitalista, ou seja, relações de produção entre produtores mercantis que são características para toda economia mercantil.

5. *Fundamentos históricos da teoria do valor-trabalho*

Após a publicação do Livro III de *O Capital*, os adversários da teoria de Marx sobre o valor, e em certa medida seus defensores, criaram a impressão de que o Livro III demonstrava a inaplicabilidade da lei do valor-trabalho à economia capitalista. É por isso que certos marxistas se inclinaram em construir um assim chamado fundamento "histórico" para a teoria de Marx sobre o valor. Sustentavam que, embora a lei do valor-trabalho, na forma em que Marx a desenvolveu no Livro I de *O Capital*, não fosse aplicável à economia capitalista, era, apesar disso, inteiramente válida para o período histórico que precede a emergência do capitalismo e no qual são dominantes os pequenos artesãos e a economia camponesa. Certas passagens que poderiam ser interpretadas neste sentido são encontráveis no Livro III de *O Capital*. Ali, Marx diz que "é absolutamente correto considerar os valores das mercadorias, não só teórica como historicamente, como *prius* dos preços de produção" (*C.*, III, p. 182). Estes comentários apressados de Marx foram desenvolvidos em detalhe por Engels em seu artigo publicado em 1895 na *Neue Zeit*.[13] Neste, Engels deu fundamento à idéia de que a lei do valor, de Marx, vigira durante um período histórico que durou cinco a sete milênios, período que se iniciou com o surgimento da troca e terminou no século XV, quando surgiu o capitalismo. O artigo de Engels encontrou ardentes defensores, mas também ardentes opositores, alguns dos quais marxistas. Os opositores observavam que a troca não abarcava toda a economia social antes do surgimento do capitalismo, que primeiramente ela atingiu os excedentes que restavam após a satisfação das necessidades da unidade econômica auto-suficiente, natural, que o mecanismo de igualação geral, no mercado, dos diferentes dispêndios individuais de trabalho nas unidades econômicas separadas não existia, e que, conseqüentemente, não era correto falar de trabalho abstrato e socialmente necessário, que é a base da teoria do valor. Não nos preocuparemos aqui com a controvérsia histórica sobre se as mercadorias eram trocadas proporcionalmente ao trabalho dispendido em sua produção, antes do surgimento do capitalismo. Por razões metodológicas, somos contrários a relacionar esta questão com a questão da significância teórica da lei do valor-trabalho para explicação da economia capitalista.

(13) Tradução russa em *Novoe Slovo*, setembro, 1897.

Primeiramente, voltemos à obra de Marx. Algumas passagens no Livro III de *O Capital* podem ser utilizadas pelos defensores de uma explicação histórica do valor-trabalho. Entretanto, agora que outras obras de Marx estão a nosso alcance, sabemos com certeza que o próprio Marx opunha-se vigorasamente à idéia de que a lei do valor esteve em vigor no período precedente ao desenvolvimento do capitalismo. Marx fez objeções à concepção do economista inglês Torrens, defensor de uma concepção que pode ser encontrada mesmo na obra de Adam Smith. Torrens sustentava que o pleno desenvolvimento de uma economia mercantil, e conseqüentemente o pleno desenvolvimento das leis que existem naquela economia, só é possível no capitalismo, e não antes. "Isto significa que a lei do valor-trabalho existe na produção que não é produção mercantil (ou é apenas parcialmente produção mercantil), mas não existe na produção que se baseia* na existência de produtos sob a forma de mercadorias. A própria lei, e a mercadoria como forma geral dos produtos, são abstraídas a partir da produção capitalista, e agora supostamente não podem ser a ela aplicadas" (*Theorien über den Mehrwert*, III, p. 80). "Resulta agora que a lei do valor abstraída a partir da produção capitalista, contradiz seus fenômenos" (*Ibid.*, p. 78). Essas notas irônicas de Marx mostram claramente sua posição quanto à visão da teoria do valor como uma lei que funciona na economia pré-capitalista, mas não na economia capitalista. Mas como conciliar essas afirmações com algumas observações do Livro III de *O Capital*? A aparente divergência entre elas desaparece se

(*) N. T.: Na edição em inglês *não se baseia* (*is not based*). Trata-se de uma incorreção, perceptível pelo sentido da frase. Ver, ademais, *Theories of Surplus-value*, III Progress Publishers, 1978, p. 74, onde se lê: *wich is based* (que está baseada, que se baseia); e ainda *Teorias sobre la Plusvalía*, t. 3, Editorial Cartado, Buenos Aires, 1975, p. 62, onde se lê: *que se base* (que se baseie).

voltarmos à "Introdução à Crítica da Economia Política", que nos dá uma valiosa explicação acerca do método abstrato de análise de Marx. Marx enfatiza que o método de passar de conceitos abstratos a concretos é apenas um método através do qual o pensamento apreende o concreto, e não a maneira pela qual o fenômeno concreto realmente ocorreu.[14] Isto significa que a transição do valor-trabalho ou economia mercantil simples para o preço de produção ou a economia capitalista é um método para compreender o concreto, isto é, a economia capitalista. Isto é uma abstração teórica e não um quadro da transição histórica da economia mercantil simples à economia capitalista. Isto confirma a idéia que formulamos anteriormente, de que os quadros no Capítulo IX do Livro III de *O Capital*, que ilustram a formação das taxas médias gerais de lucro a partir de diferentes taxas de lucro, representam um esquema teórico dos fenômenos, e não o desenvolvimento histórico dos fenômenos. "A mais simples categoria econômica, suponhamos, por exemplo, o valor de troca... nunca poderia existir de outro modo senão como relação *unilateral*, abstrata de um todo vivo e concreto já dado" (*Introdução* [*Para a Crítica*], p. 117), ou seja, a economia capitalista.

Após ter explicado o caráter teórico das categorias abstratas, Marx pergunta: "estas categorias simples não possuem também uma existência independente histórica ou natural anterior às categorias mais concretas?" (*Ibid.*). Marx responde que tais casos são possíveis. Uma categoria simples (por exemplo, o valor) pode existir historicamente antes da categoria concreta (por exemplo, preço de produção). Mas, neste caso, a categoria simples possui ainda um caráter rudimentar, embrionário, que reflete relações do "concreto não desenvolvido". "De modo que, embora a categoria mais simples possa ter existido historicamente antes da mais concreta, pode precisamente pertencer em seu pleno desenvolvimento, intensivo e extensivo, a formas complexas de sociedade" (*Ibid.*, p. 118). Aplicando esta conclusão à questão que nos interessa, podemos dizer: o valor-trabalho (ou mercadoria) é um *prius* histórico em relação ao preço de produção (ou capital). Ele existe de forma rudimentar antes do capitalismo, e somente o desenvolvimento da *economia mercantil preparou a base para o surgimento da economia capitalista*. Mas o valor-trabalho em sua forma desenvolvida existe apenas no capitalismo. A teoria do valor-trabalho, que desenvolve um sistema lógico completo das categorias valor, trabalho abstrato, trabalho socialmente necessário, etc. expressa a "relação unilateral abstrata de um todo vivo e concreto já dado", isto é, expressa a abstração da economia capitalista.

(14) "Introdução [Para a Crítica da Economia Política]', *op. cit.*, pp. 116-117.

A questão histórica sobre se as mercadorias eram trocadas proporcionalmente aos dispêndios de trabalho antes do surgimento do capitalismo deve ser separada da questão do significado teórico da teoria do valor-trabalho. Se a primeira questão fosse respondida afirmativamente, e se a análise da economia capitalista não requeresse a teoria do valor-trabalho, poderíamos enxergar tal teoria como uma introdução histórica à Economia Política, mas de maneira alguma como um fundamento teórico básico sobre o qual é construído a Economia Política de Marx. Se, ao contrário, a questão histórica fosse respondida negativamente, mas se a indispensabilidade da teoria do valor-trabalho para a compreensão teórica dos complexos fenômenos da economia capitalista fosse provada, esta teoria seria ainda o ponto de partida da teoria econômica, como é agora. Em resumo, não importa como se resolvesse a questão histórica acerca da influência da lei do valor-trabalho no período anterior ao capitalismo, essa solução não desobrigaria de modo algum os marxistas de aceitarem o desafio de seus adversários quanto à questão do significado teórico da lei do valor-trabalho para a compreensão da economia capitalista. Confundir o enfoque teórico com o enfoque histórico da teoria do valor é não apenas sem sentido, como mostramos, mas também prejudicial. Tal tratamento coloca as proporções de troca em primeiro plano, e ignora a forma social e função social do valor como regulador da distribuição do trabalho, função que o valor só desempenha em grande medida numa economia mercantil desenvolvida, isto é, numa economia capitalista. Se o analista descobrir que tribos primitivas, que vivem em condições de uma economia natural, e raramente recorrem à troca, são guiadas pelos dispêndios de trabalho quando estabelecem proporções de troca, ele estará inclinado a encontrar aqui a categoria valor. O valor é transformado numa categoria supra-histórica, em dispêndios de trabalho, independentemente da forma social de organização de trabalho.[15] O enfoque "histórico" do problema leva, assim, a ignorar o caráter histórico da categoria valor. Outros teóricos, admitindo que "o surgimento do valor de troca deve ser buscado numa economia natural que se desenvolveu numa economia monetária", determinam o valor, final-

(15) Ver A. Bogdanov e I. Stepanov, *Kurs politicheskoi ekonomii*, Vol. II, Livro 4, pp. 21-22.

operário e o produto de seu trabalho, mas, além disso, leva implícita uma relação de produção específica, social e historicamente determinada, que converte o operário em instrumento direto de valorização do capital" (*C.*, I, pp. 425-426). Após dizer isto, Marx promete considerar a questão mais detalhadamente no Livro IV de *O Capital*, isto é, nas *Teorias sobre a Mais-Valia*. Com efeito, no final do primeiro volume desta obra encontramos uma digressão que, em essência, representa um desenvolvimento detalhado de idéias já formuladas no Livro I de *O Capital*.

Primeiramente, Marx observa que "só a estreiteza mental burguesa, que considera as formas de produção capitalistas como formas absolutas — e, portanto, como formas de produção naturais, eternas — pode confundir o problema de o que é *trabalho produtivo*, do ponto de vista do capital, com o problema de qual trabalho é produtivo em geral, ou qual é o trabalho produtivo em geral".[1] Marx lança fora, como inútil, a questão acerca de qual tipo de trabalho é produtivo em geral, em todas as épocas históricas, independentemente das relações sociais determinadas. Todo sistema de relações de produção, toda ordem econômica, tem o seu conceito de trabalho produtivo. Marx limitou sua análise à questão de qual trabalho é produtivo do ponto de vista do capital, ou do sistema capitalista de economia. Ele responde essa questão da seguinte maneira: "No sistema de produção capitalista, *trabalho produtivo* é, pois, trabalho que produz *mais-valia* para seu empregador, trabalho que transforma as condições objetivas de trabalho em capital, e o dono destas em capitalista, ou seja, trabalho que cria seu próprio produto como capital" (*Ibid.*, pp. 334-335). "*Só é produtivo o trabalho que se converte diretamente em capital*, ou seja, o trabalho que converte o capital variável numa magnitude variável" (*Ibid.*, p. 332). Em outras palavras, trabalho produtivo é aquele "que se troca diretamente com capital" (*Ibid.*, p. 133), isto é, trabalho que o capitalista compra como seu capital variável com a finalidade de utilizar esse trabalho na criação de valores de troca e de mais-valia. O trabalho improdutivo é aquele que "não se troca com capital, mas *diretamente* com renda, isto é, com salários ou lucro (inclusive, é claro, as distintas categorias dos que compartilham, como co-sócios, o lucro do capitalista, por exemplo, o juro e a renda da terra)" (*Ibid.*, p. 133).

Dessas definições de Marx seguem-se necessariamente duas conclusões: 1) todo trabalho que o capitalista compra com seu capital

(1) *Teorias Sobre la Plusvalía*, Ed. Cartago, Buenos Aires, 1974, t. I, p. 332.

variável, com a finalidade de extrair dele uma mais-valia, é trabalho produtivo, independentemente de este trabalho objetivar-se ou não em coisas materiais e ser ou não objetivamente necessário ou útil para o processo social de produção (por exemplo, o trabalho de um palhaço empregado por um empresário circense); 2) todo trabalho que o capitalista não compra com seu capital variável não é produtivo do ponto de vista da economia capitalista, embora esse trabalho possa ser objetivamente útil e objetivar-se em bens de consumo materiais que satisfaçam necessidades humanas de subsistência. À primeira vista, essas duas conclusões são paradoxais e contradizem o entendimento convencional de trabalho produtivo. Entretanto, são decorrências lógicas da definição de Marx. E este a aplica de maneira audaz: "Um ator, por exemplo, ou mesmo um palhaço, é, segundo esta definição, um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (de um empresário), a quem retribui maior trabalho do que dele recebe, sob a forma de salário, enquanto um alfaiate que trabalha a domicílio, que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, só produz para este um simples valor de uso, é um trabalhador improdutivo. O trabalho do primeiro se troca com capital, o do segundo com renda. O do primeiro produz mais-valia, o segundo consome renda" (*Ibid.*, pp. 133-134). Este exemplo é, à primeira vista, surpreendentemente paradoxal. O trabalho inútil do palhaço é considerado produtivo e o trabalho extremamente útil do alfaiate é tratado como improdutivo. Qual o significado das definições dadas por Marx?

Na maioria dos livros-texto de Economia Política, o trabalho produtivo é tratado do ponto de vista de sua necessidade objetiva para a produção social em geral, ou para a produção de bens materiais. Nestas abordagens, o fator decisivo é o *conteúdo* do trabalho, isto é, seu resultado, que usualmente é um objeto material para o qual está dirigido o trabalho e é criado pelo mesmo. O problema abordado em Marx nada tem em comum com este outro, exceto o nome. O trabalho produtivo, para Marx, significa: trabalho engajado no *dado sistema social de produção*. Marx está interessado na questão de qual produção social se trata, de como a atividade de trabalho das pessoas empenhadas no sistema de produção social difere da atividade de trabalho das pessoas que não estão empenhadas na produção social (por exemplo, o trabalho voltado para a satisfação de necessidades pessoais ou para o serviço doméstico). Qual o critério para que se inclua a atividade laboriosa das pessoas na produção social, o que a torna trabalho "produtivo"?

organizado sob a forma de uma empresa capitalista. "... os cozinheiros e garçons num hotel são trabalhadores produtivos, na medida que seu trabalho se converte em capital para o proprietário do hotel. Estas mesmas pessoas são trabalhadores improdutivos como criados, na medida que seus serviços não se convertem em capital, mas gastam renda" (*Ibid.*, p. 134). "Os *trabalhadores produtivos* podem, para mim, ser *trabalhadores improdutivos*. Por exemplo, se mando empapelar minha casa e os empapeladores são assalariados por um patrão que me vende esse trabalho, é o mesmo para mim que se eu tivesse comprado uma casa já empapelada, como se gastasse dinheiro numa mercadoria para meu consumo. Mas, para o patrão que faz os operários empapelarem, eles são trabalhadores produtivos, pois lhe produzem mais-valia" (*Ibid.*, p. 343). Devemos entender que Marx reconhece apenas um critério relativo e subjetivo, e não um critério social e objetivo, de produtividade do trabalho? Cremos que não. Marx apenas afirma que se o trabalho de um tapeceiro fizer parte da economia doméstica do consumidor-cliente, não está incluído no sistema de produção capitalista. Só se torna produtivo quando se incorpora à economia de um empresário capitalista.

Conseqüentemente, somente o trabalho organizado sobre princípios capitalistas e, assim, incluído no sistema de produção capitalista, é trabalho produtivo. Não se deve entender a produção capitalista no sentido de sistema econômico-social existente e concreto, o qual não se compõe exclusivamente de empresas de caráter capitalista; este contém, além disso, resquícios de formas pré-capitalistas de produção (por exemplo, a produção camponesa e artesanal). O sistema de produção capitalista compreende apenas as unidades econômicas constituídas sobre princípios capitalistas. É uma abstração científica, derivada de uma realidade econômica concreta, e sob esta forma abstrata constitui objeto da Economia Política enquanto ciência da economia capitalista. Nesta, como abstração teórica, não existem o trabalho do camponês e do artesão. A questão da produtividade dos mesmos não é considerada. Os artesãos e camponeses "defrontam-se comigo como vendedores de mercadorias, não como vendedores de trabalho; esta relação, portanto, nada tem a ver com a troca de capital por trabalho. Conseqüentemente, tampouco tem a ver algo com a distinção entre *trabalho produtivo e improdutivo*, que depende inteiramente de o trabalho se trocar por dinheiro como dinheiro, ou por dinheiro como capital. Portanto, não pertencem à categoria dos trabalhadores *produtivos* nem dos *improdutivos*, embora produzam mercadorias. Mas sua produção não se inclui no modo de produção capitalista" (*Ibid.*, p. 344).

Do ponto de vista da definição de Marx sobre trabalho produtivo, o trabalho do servidor público, da polícia, dos soldados e sacerdotes, não pode ser relacionado a trabalho produtivo. Não porque este trabalho seja "inútil" ou porque não se materialize em "coisas", mas apenas porque está organizado sobre princípios de direito público, e não sob a forma de empresas capitalistas privadas. Um empregado dos correios não é um trabalhador produtivo, mas se o correio estiver organizado sob a forma de empresa privada capitalista, que cobra dinheiro pela entrega de cartas e encomendas, os trabalhadores dessas empresas serão trabalhadores produtivos. Se a tarefa de proteger carga e passageiros nas estradas não fosse realizada pela polícia estatal, mas por agências privadas de transporte, que mantivessem a proteção armada através de trabalhadores empregados, os membros dessas agências seriam trabalhadores produtivos. Seu trabalho estaria incluído no sistema de produção capitalista e essas agências privadas estariam sujeitas às leis da produção capitalista (por exemplo, à lei de iguais taxas de lucro para todos os ramos de produção). Não se pode dizer o mesmo sobre os correios ou polícia, que estão organizados sobre princípios de direito público. O trabalho dos servidores do correio ou da polícia não está incluído no sistema de produção capitalista, não é trabalho produtivo.

Como podemos ver, ao definir trabalho produtivo Marx abstraiu-se completamente de seu *conteúdo*, do caráter e resultado concretos, úteis, do trabalho. Tratou o trabalho apenas do ponto de vista de sua *forma social*. O trabalho organizado numa empresa capitalista é trabalho produtivo. O conceito de "produtivo" — como outros conceitos da Economia Política em Marx — possui um caráter histórico e social. Por isso, seria profundamente incorreto atribuir um caráter "materialista" à teoria de Marx sobre o trabalho produtivo. Do ponto de vista de Marx, não se pode considerar como produtivo apenas o trabalho que serve à satisfação de necessidades *materiais* (e não das chamadas necessidades *espirituais*). Já na primeira página de *O Capital*, Marx escreveu: "O caráter dessas necessidades, o de surgirem por exemplo do estômago ou da imaginação, não interessa minimamente para estes efeitos" (*C.*, I, p. 3). A natureza das necessidades não tem papel algum. Da mesma maneira, Marx não atribuiu qualquer significado decisivo para a diferença entre trabalho *físico* e *intelectual*. Marx falou sobre isto numa conhecida passagem do Capítulo XIV do Livro I de *O Capital*, e em inúmeros outros lugares. Quanto ao trabalho do "inspetor, engenheiro, administrador, funcionários, etc., numa palavra, o trabalho de todo o pessoal necessário para criar certa mercadoria numa

dada esfera da produção material", afirmou que estas pessoas "agregam seu trabalho conjunto ao capital constante, e aumentam o valor do produto nesse montante. (Até que ponto isso vale para os banqueiros,[2] etc.?)" (*Teorias Sobre la Plusvalía*, t. I, p. 139). Admite-se que os trabalhadores intelectuais são "indispensáveis" para o processo de produção e, assim, "ganham" retribuições de produtos criados pelos operários manuais. Segundo Marx, no entanto, eles criam um novo valor. Recebem uma retribuição desse valor e deixam uma parte do mesmo nas mãos do capitalista sob a forma de valor não-pago, de mais-valia.

O trabalho intelectual necessário para o processo de produção não difere, sob qualquer aspecto, do trabalho físico. É "produtivo" se estiver organizado sobre princípios capitalistas. Neste caso, tanto faz que o trabalho intelectual esteja organizado juntamente com o trabalho físico numa empresa (departamento de engenharia, laboratório químico, ou escritório de contabilidade, numa fábrica), ou que esteja separado numa empresa independente (um laboratório químico experimental independente, que tenha o encargo de melhorar a produção, etc.).

A seguinte diferença entre tipos de trabalho tem significação maior, para a questão do trabalho produtivo: trata-se da diferença entre o trabalho que "se encarna em valores de uso materiais" (*Ibid.*, p. 141), e o trabalho ou serviços "que não adotam uma forma objetiva, isto é, que não têm existência como coisas separadas dos que executam os serviços" (*Ibid.*), em que "a produção não pode separar-se do ato de produzir, como ocorre com todos artistas, oradores, professores, médicos, sacerdotes, etc." (*Ibid.*, p. 347).[3] Supondo que "todo o mundo das mercadorias, todas as esferas da produção material — a produção de riqueza material — estejam submetidas, formal ou realmente, ao modo de produção capitalista" (*Ibid.*, p. 346), a esfera de produção material como um todo estará incluída na esfera de trabalho produtivo,

(2) A reserva com relação aos banqueiros tornar-se-á mais clara adiante.

(3) Os economistas nem sempre estabelecem uma clara distinção entre trabalho que possui um caráter material, trabalho destinado à satisfação de necessidades materiais, e o trabalho incorporado em coisas materiais. S. Bulgakov, por exemplo, em duas páginas, quando fala do trabalho produtivo, tem em mente seja o "trabalho dirigido à execução de objetos úteis ao homem", seja o "trabalho dirigido à satisfação de necessidades materiais", em "O nekotorykh osnovnykh ponyatyakh politicheskoi ekonomii" (Sobre Alguns Conceitos Básicos de Economia Política), *Nauchnoe Obozrenie* (Panorama Científico), 1898, n.º 2, pp. 335 e 336.

ou seja, trabalho organizado de maneira capitalista. Por outro lado, os fenômenos relacionados à produção não-material "são tão insignificantes, em comparação com o total da produção, que se pode prescindir inteiramente dos mesmos" (*Ibid.*, p. 347). Assim, sobre a base destes dois supostos, isto é: 1) que a produção material como um todo esteja organizada sobre princípios capitalistas, e 2) que a produção não-material esteja excluída de nossa análise, pode-se definir o trabalho produtivo como trabalho que produz riqueza material. "E, então, o trabalho produtivo, junto à sua característica determinante — que em nada considera o *conteúdo do trabalho* e é absolutamente independente desse conteúdo — receberá uma segunda definição, distinta e subsidiária" (*Ibid.*, p. 346). É necessário observar que esta é uma definição "secundária", válida apenas se se aceitarem as premissas acima mencionadas, ou seja, se se supõe de antemão que o trabalho está organizado sob a forma capitalista. Na realidade, como o próprio Marx observou com freqüência, o trabalho produtivo, no sentido definido acima, e o trabalho que produz riqueza material, não coincidem; divergem, sob dois aspectos. O trabalho produtivo compreende o trabalho que, embora não incorporado em coisas materiais, esteja organizado sobre princípios capitalistas. Por outro lado, o trabalho que produz riqueza material, mas não está organizado sob a forma de produção capitalista, não é trabalho produtivo do ponto de vista da produção capitalista (ver *Teorias Sobre la Plusvalía*, p. 140).[4] Se não tomarmos a "definição secundária", mas a "característica decisiva" do trabalho produtivo, que Marx define como trabalho que cria mais-valia, veremos que todos os vestígios de trabalho definido "materialmente" são eliminados da definição de Marx. Essa definição toma como ponto de partida a forma social (ou seja, capitalista) de organização do trabalho. Essa definição possui um caráter sociológico.

À primeira vista, a concepção de trabalho produtivo desenvolvida nas *Teorias Sobre la Plusvalía* contradiz a idéia de Marx acerca do trabalho dos trabalhadores e funcionários empregados no comércio e crédito (*Capital*, Livro II, Capítulo VI; Livro III, Capítulos XIV-XIX). Marx não considera esse trabalho produtivo. Segundo muitos cientistas sociais, inclusive marxistas, Marx se negou a considerar esse trabalho como produtivo porque não produz modificações em coisas materiais. Segundo eles, este é um "resquício" das teorias "materialistas" sobre o

(4) Ver B. I. Gorev, *Na ideologicheskom fronte* (Sobre o *Front* Ideológico), 1923, pp. 24-26.

trabalho produtivo. Mencionando a posição da "escola clássica, de que o trabalho produtivo ou trabalho que cria valor (do ponto de vista burguês, isto é pura tautologia), deve estar incorporado em coisas materiais", V. Bazarov pergunta-se, surpreso: "Como pôde Marx cometer tal erro, após ter descoberto a psicologia fetichista do produtor de mercadorias com tanta engenhosidade?" [5] A. Bogdanov criticou as teorias que separam os aspectos "intelectual" e "material" do trabalho, e acrescentou: "Estas concepções da Economia Política clássica não foram submetidas por Marx à crítica que merecem; o próprio Marx, no geral, apoiou essas concepções". [6]

Será realmente verdade que os Livros II e III estão imbuídos dessa concepção "materialista" do trabalho produtivo que Marx submeteu a detalhada e destrutiva crítica nas *Teorias sobre a Mais-Valia*? Na realidade, não existe essa patente contradição nas concepções de Marx. Este não renuncia ao conceito de trabalho produtivo como trabalho organizado sobre princípios capitalistas, independentemente de seu caráter concreto útil e de seus resultados. Mas, se é assim, por que Marx não considera o trabalho dos vendedores e dos funcionários de lojas, organizado numa empresa comercial capitalista, como trabalho produtivo? Para responder a esta pergunta, devemos lembrar que sempre que Marx falava de trabalho produtivo como trabalho empregado pelo capital, nas *Teorias Sobre a Mais-Valia*, tinha em mente apenas o *capital produtivo*. O apêndice ao Tomo I dessa obra, intitulado "O Conceito de Trabalho Produtivo", [7] começa com a questão do capital produtivo. Daqui, Marx passa para o trabalho produtivo. O apêndice termina com as seguintes palavras: "Tratamos aqui apenas do *capital produtivo*, isto é, capital empregado no *processo direto de produção*. Mais tarde, passaremos ao capital no *processo de circulação*. E só depois disso, ao considerar a forma específica que o capital assume como capital comercial, poderemos responder à pergunta sobre até que ponto os trabalhadores por ele empregados são produtivos ou improdutivos". [8] A questão do *trabalho produtivo* repousa, portanto,

(5) V. Bazarov, *Trud proizvoditelnyi i trud obrazuyushchii tsennost'* (Trabalho Produtivo e Trabalho Criador de Valor), Petersburgo, 1899, p. 23.

(6) A. Bogdanov e I. Stepanov, *Kurs politicheskoi ekonomii* (Curso de Economia Política), Vol. II, 4ª edição, p. 12.

(7) Conforme a edição de K. Kautsky das *Theories of Surplus Value* (Teorias da Mais-Valia), Nova York, International Publishers, 1952 (nota da edição em inglês).

(8) Marx, *Teorías Sobre la Plusvalía*, Buenos Aires, Editorial Cartago, t. 1, 1974, p. 349.

na questão do *capital produtivo*, isto é, na bem conhecida teoria do Livro II de *O Capital*, sobre "As Metamorfoses do Capital e Seu Ciclo". De acordo com essa teoria, o capital atravessa três fases em seu processo de reprodução: capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. A primeira e terceira fases representam o "processo de circulação do capital" e, a segunda, "processo de produção do capital". Neste esquema, o capital "produtivo" não é oposto ao capital improdutivo, mas ao capital no "processo de circulação". O capital produtivo organiza diretamente o processo de criação de bens de consumo, em sentido amplo. Esse processo inclui todo o trabalho necessário para adaptação dos bens à finalidade de consumo, por exemplo, conservação, transporte, embalagem, etc. O capital no processo de circulação organiza a "genuína circulação", a compra e venda, por exemplo, a transferência do direito de propriedade abstraída da transferência real de produtos. Este capital supera o atrito, por assim dizer, do sistema mercantil capitalista, devido a este se encontrar cindido em unidades econômicas individuais. Ele precede e segue o processo de criação de bens de consumo, embora esteja ligado indiretamente ao mesmo. A "produção de capital" e a "circulação de capital" tornam-se independentes, no sistema de Marx, e são tratadas separadamente, embora Marx não perca de vista, ao mesmo tempo, a unidade do processo inteiro de reprodução do capital. É esta a base para distinção entre trabalho empregado na produção e empregado na circulação. Esta divisão, entretanto, nada tem a ver com uma divisão entre trabalho que produz modificações nos bens materiais e trabalho que não possui esta propriedade. Marx distingue entre o trabalho empregado pelo "capital produtivo" ou, mais exatamente, pelo capital na *fase de produção*, e o trabalho empregado pelo capital-mercadoria ou capital-dinheiro, mais precisamente, o capital na *fase de circulação*. Somente o primeiro tipo de trabalho é "produtivo", não porque produza bens materiais, mas porque é empregado pelo capital "produtivo", isto é, capital na fase de produção. A participação do trabalho na produção de bens de consumo (não necessariamente bens materiais) representa, para Marx, uma propriedade adicional do caráter produtivo do trabalho, mas não seu critério. O critério continua sendo a forma capitalista de organização do trabalho. O caráter produtivo do trabalho é uma expressão do caráter produtivo do capital. O movimento das fases do capital determina as características do trabalho que elas empregam. Marx permanece fiel, aqui, à sua concepção de que na sociedade capitalista a força motriz do desenvolvimento é o capital: os movimentos deste determinam o movimento do trabalho, que lhe é subordinado.

Desta maneira, segundo Marx, *trabalho produtivo* é todo tipo de trabalho organizado sob a *forma do processo capitalista de produção* ou, mais precisamente, o trabalho empregado pelo capital "produtivo, ou seja, pelo capital na *fase de produção*. O trabalho do vendedor não é produtivo não porque não produza modificações nos bens materiais, mas porque é empregado pelo capital em fase de circulação. O trabalho do palhaço empregado pelo empresário circense é produtivo, embora não provoque modificações em bens materiais e, do ponto de vista das necessidades sociais, seja menos útil que o trabalho do vendedor. O trabalho do palhaço é produtivo por ser empregado pelo capital na fase de produção. (O resultado da produção, neste caso, consiste em bens não-materiais, em pilhérias, mas isto não modifica o problema. As pilhérias do palhaço possuem valor de uso e valor de troca. Seu valor de troca é maior que o valor da reprodução da força de trabalho do palhaço, isto é, que seu salário, e os gastos de capital constante. Conseqüentemente, o empresário extrai uma mais-valia.) Por outro lado, o trabalho do bilheteiro do circo, que vende entradas para as funções do palhaço, é improdutivo, pois contratado pelo capital em fase de circulação: contribui apenas para transferir o "direito de assistir o espetáculo", o direito de gozar as pilhérias do palhaço, de uma pessoa (empresário) para outra (o público).[9]

Para uma exata compreensão da idéia de Marx, é necessário entender claramente que a fase de circulação do capital não significa circulação e distribuição "verdadeiras", "reais", dos produtos, isto é, um processo real de transferência das mãos dos produtores para as dos consumidores, acompanhado necessariamente dos processos de transporte, conservação, embalagem, etc. A função de circulação do capital consiste apenas em transferir o direito de propriedade sobre um produto de uma pessoa para outra, é apenas uma transformação do valor sob a forma-mercadoria para a forma-dinheiro, ou, inversamente, apenas uma realização do valor produzido. É uma transição ideal ou formal, não real. São os "gastos de circulação, decorrentes da simples modificação de forma do valor, da circulação idealmente considerada" (*C.*, II, p. 121). "Aqui, referir-nos-emos apenas ao caráter geral dos

(9) O que dissemos não signfica que Marx não via diferença alguma entre produção material e produção não-material. Ao reconhecer como produtivo todo trabalho empregado pelo capital produtivo, Marx ao que parece sustentava que, dentro deste trabalho produtivo, era necessário distinguir o "trabalho produtivo em sentido estrito", ou seja, trabalho empregado na produção material e incorporado em coisas materiais (*Theorien über den Mehrwert*, III, p. 496).

gastos de circulação, surgidos da metamorfose puramente formal" (*Ibid.*, p. 120). Marx estabeleceu a seguinte proposição: "A lei geral é de que *todos os gastos de circulação que respondem simplesmente a uma modificação de forma da mercadoria não agregam a esta nenhum valor* (*Ibid.*, p. 132).

Marx distinguiu taxativamente esta "metamorfose formal" que é a essência da fase de circulação, da "função real" do capital-mercadoria (*C.*, III, p. 265). Marx incluiu entre estas funções reais o transporte, armazenagem, "distribuição das mercadorias sob forma distributível" (*Ibid.*, p. 264), "expedição, transporte, distribuição, venda a varejo" (*Ibid.*, pp. 276 e 282). Deve-se compreender que a realização formal do valor, isto é, a transferência do direito de propriedade sobre os produtos, "limita-se a servir de veículo à sua realização e, com isso, simultaneamente, à verdadeira troca de mercadorias, à sua passagem de umas mãos a outras, ao metabolismo social" (*Ibid.*, p. 276). Teoricamente, entretanto, a realização formal, a genuína função do capital na circulação, é inteiramente diferente das funções reais já mencionadas, que são, em essência, estranhas a este capital e possuem um caráter "heterogêneo" (*Ibid.*, p. 276). Nas empresas comerciais comuns estas funções formais e reais usualmente se misturam e entrelaçam. O trabalho do vendedor numa loja serve à função real de conservação, desempacotamento, empacotamento, transporte, etc., e às funções formais de compra e venda. Mas estas funções podem ser separadas tanto com relação às pessoas quanto aos locais. "As mercadorias prontas para serem compradas ou vendidas podem também ser armazenadas em *docks* e outros locais públicos" (*Ibid.*, p. 282), por exemplo, em depósitos comerciais e de transporte. O momento formal da realização, a compra e venda, pode ocorrer em outro local, num "escritório de vendas" especial. Os aspectos formal e real da circulação separam-se um do outro.

Marx considerou todas as funções reais como "processos de produção que persistem dentro do processo de circulação" (*Ibid.*, p. 264), "processos de produção que podem continuar dentro do processo de circulação" (*Ibid.*, p. 282). São "processos de produção que simplesmente prosseguem na circulação e cujo caráter produtivo oculta-se sob a forma desta" (*C.*, II, p. 121). Assim, o trabalho aplicado nesses "processos de produção" é trabalho produtivo que cria valor e mais-valia. Se o trabalho do vendedor consiste em levar a cabo funções reais, conservação, transporte, embalagem, etc. é trabalho produtivo, não porque se incorpore em bens materiais (a conservação não produz essas modificações), mas por estar engajado no "processo de produção" e

ser, conseqüentemente, empregado pelo capital produtivo. O trabalho do mesmo empregado comercial é improdutivo apenas se servir exclusivamente às "metamorfoses formais" do valor, à sua realização, à transferência ideal do direito de propriedade sobre o produto de uma pessoa para outra. A "metamorfose formal" que ocorre no "escritório de vendas" e está separada de todas as funções reais, também exige certos gastos de circulação e dispêndios de trabalho, qual sejam, contabilidade, guarda de livros, correspondência, etc. (*C.*, III, p. 282). Este trabalho não é produtivo, ainda uma vez, não porque não crie bens materiais, mas porque serve à "metamorfose formal" do valor, à fase de "circulação" do capital em forma pura.

Aceitando a distinção de Marx entre funções "formais" e "materiais" (preferimos o termo "real", encontrável na obra de Marx; o termo "material" pode causar mal-entendidos), V. Bazarov nega que as funções formais possam exigir a "aplicação de um único átomo de trabalho humano vivo".[10] "Na realidade, apenas o aspecto 'material' das funções do capital-mercadoria absorve trabalho humano vivo. Mas a metamorfose formal não exige quaisquer 'dispêndios' do comerciante." Não podemos concordar com a opinião de Bazarov. Suponhamos que todas as funções reais, "materiais", sejam separadas das funções formais, e que os artigos sejam conservados em depósitos, docas, etc. Suponhamos que no "escritório de vendas" ocorra apenas o ato formal de compra e venda, a transferência do direito de propriedade sobre a mercadoria. Os gastos com equipamentos de escritório, manutenção de empregados, agentes de vendas, contabilidade, visto serem causados pela transferência do direito de propriedade de uma pessoa para outra, são todos "gastos genuínos de circulação" relacionados apenas à metamorfose formal do valor. Como se pode ver, mesmo esta requer "dispêndios" do comerciante, e a aplicação de trabalho humano que, neste caso, é improdutivo, segundo Marx.

Dirigimos a atenção do leitor para a questão da contabilidade porque, como afirmam alguns autores, Marx negou o caráter produtivo do trabalho de contabilidade, em qualquer caso.[11] Sustentamos que

(10) Bazarov, *op. cit.*, p. 35.

(11) Tal idéia pode ser encontrada na obra de V. Bazarov (*op. cit.*, p. 49) e em I. Davydov no seu artigo "K voprosu o proizvoditel'nom i neproizvoditel'nom trud" ((Contribuição) ao Problema do Trabalho Produtivo e Improdutivo), *Nauchnoe Obozrenie* (Panorama Científico), 1900, nº 1, p. 154; e C. Prokopovich, *K kritike Marksa* ((Contribuição) Para a Crítica de Marx), 1901, p. 35; Julian Borchardt, *Die volkswirtschaftlichen Grundbegriffe nach der Lehre von Karl Marx*, Berlim, Buchverlag Ratebund, 1920, p. 72.

essa opinião é errônea. Na realidade, as concepções de Marx acerca da "contabilidade" (*C.*, II, Cap. VI), caracterizam-se por sua extrema obscuridade e podem ser interpretadas no sentido acima mencionado. Mas, do ponto de vista da concepção de Marx sobre trabalho produtivo, a questão do trabalho dos contadores não coloca particulares dúvidas. Se a contabilidade é necessária para a execução de funções reais da produção, embora essas funções sejam efetuadas no curso da circulação (o trabalho do contador está relacionado à produção, conservação e transporte de bens), então a contabilidade relaciona-se ao processo de produção. O trabalho do contador só é improdutivo quando realiza a metamorfose formal do valor — a transferência do direito de propriedade sobre o produto, o ato de compra e venda em sua forma ideal. Repetimos mais uma vez que, neste caso, o trabalho do contador não é improdutivo por não provocar modificações em bens materiais (sob este aspecto, não difere do trabalho do contador de uma fábrica), mas por ser empregado pelo capital na fase de circulação (separada de todas as funções reais).

Estas distinções entre funções formais e reais do capital-mercadoria, ou entre a circulação em sua forma pura e "os processos de produção levados a cabo no processo de circulação", são aplicadas por Marx nos Livros II e III de *O Capital*. Não podemos concordar com a opinião de que Marx aplicou estas distinções apenas no Livro III, enquanto no Livro II trata arbitrariamente como improdutivos todos os gastos da troca, inclusive os efetuados em funções reais na circulação. V. Bazarov[12] e A. Bogdanov[13] expressaram tal opinião a respeito da principal diferença entre os Livros II e III de *O Capital*. Marx, na realidade, no próprio Livro II de *O Capital*, relaciona apenas, como gastos incondicionalmente improdutivos, os "gastos genuínos de circulação", e não todos os gastos de circulação (*C.*, II, p. 115). No Livro II, fala de "processos de produção" que ocorrem na troca e têm um caráter produtivo (*Ibid.*, p. 121). Sem levar em consideração diferenças secundárias, em matizes de pensamento e formulação, não encontramos contradição básica entre os Livros II e III de *O Capital*. Isto não significa negar que no Capítulo XVII do Livro III, e particularmente no Capítulo VI do Livro II, existem passagens divergentes, obscuridade terminológica e contradições particulares, mas a concepção básica de

(12) *Op. cit.*, pp. 39-40.

(13) *Kurs politicheskoi ekonomii* (Curso de Economia Política), Vol. II, Parte 4, pp. 12-13.

trabalho produtivo como trabalho empregado pelo capital (mesmo em processos complementares da produção, levados a cabo na circulação) e de trabalho improdutivo como trabalho que serve ao capital na fase de circulação pura ou na "metamorfose formal" do valor é bastante clara.

A. Bogdanov contesta a divisão feita por Marx quanto às funções do capital-mercadoria, entre reais (continuação do processo produtivo) e formais (circulação pura), baseando-se em que, no capitalismo, as funções formais são tão *objetivamente necessárias* quanto as reais, na medida que sua finalidade é satisfazer exigências reais do sistema produtivo em consideração.[14] Marx não pretendeu negar, entretanto, a necessidade da fase de circulação no processo de reprodução do capital. "Ele (o agente comprador e vendedor) realiza uma função necessária, já que o próprio processo de reprodução inclui também funções improdutivas" (*C.*, III, p. 117), isto é, a função de circulação pura. "O tempo de trabalho gasto nessas operações [de circulação pura] é dedicado a operações necessárias ao processo de reprodução do capital, mas não agrega valor algum" (*C.*, III, p. 283). Segundo Marx, as fases de produção e circulação são igualmente necessárias para o processo de reprodução do capital. Mas isto não elimina as propriedades distintivas dessas duas fases do movimento do capital. O trabalho empregado pelo capital na fase de produção e o trabalho empregado na fase de circulação são ambos necessários, mas Marx considerou produtivo apenas o primeiro. A. Bogdanov toma a necessidade objetiva do trabalho para o dado sistema econômico como critério de produtividade. Desta maneira, não só elimina a diferença entre trabalho engajado na produção e trabalho engajado na circulação, como também agrega, condicionalmente, "funções relacionadas à atividade militar"[15] às funções produtivas, embora as funções relacionadas à atividade militar estejam organizadas sobre a base do direito público, e não da produção capitalista privada. Em contraste com Marx, A. Bogdanov não toma, como critério de produtividade do trabalho, sua forma social de organização, mas a "indispensabilidade" do trabalho, em sua forma concreta e útil, para o sistema econômico considerado.

Assim, as concepções dos autores que reduzem a teoria do trabalho produtivo de Marx a uma diferença entre trabalho incorporado em coisas materiais e o que não possui esta propriedade, devem ser reconhecidas como incondicionalmente errôneas. Hilferding, nessa questão, aproxima-se da obra de Marx. Considera produtivo todo o "trabalho necessário para o propósito social da produção e, assim, independentemente da forma histórica determinada que a produção assume na determinada forma social em consideração". "Por outro lado, o trabalho dispendido apenas para fins de circulação capitalista, isto é, que tem sua origem na determinada organização histórica da produção, não cria valor."[16] Algumas passagens na obra de Marx (*C.*, II, pp. 120 e 124) são semelhantes à definição de Hilferding sobre o trabalho improdutivo. Mas a definição de Hilferding do trabalho produtivo como "independente da forma social determinada de produção" diverge da definição de Marx. A concepção de Hilferding de que "o critério de produtividade é um e o mesmo em todas as formações sociais" (*Ibid.*) contradiz frontalmente todo o sistema de Marx. A distinção deste entre trabalho empregado pelo capital na fase de produção e trabalho empregado pelo capital na fase de circulação, refletiu-se e foi em parte modificada, na concepção de Hilferding.

Não perguntamos se a definição de Marx sobre trabalho produtivo, baseada na análise da forma social do trabalho, é correta, ou se são corretas as definições convencionais dos tratados de Economia Política, baseadas na "indispensabilidade", na "utilidade", no "caráter "material" do trabalho, ou em seu papel no consumo pessoal e produtivo. Não dizemos que a distinção de Marx, que se abstrai do conteúdo dos dispêndios de trabalho, é mais exata que as concepções convencionais. Afirmamos apenas que a concepção de Marx é diferente dessas concepções convencionais, e não está compreendida nas mesmas. Sua atenção estava voltada para outro aspecto dos fenômenos, e podemos lamentar que tenha escolhido o termo "produtivo" para seu tratamento das diferenças entre trabalho contratado pelo capital na fase de produção e trabalho contratado pelo capital na fase de circulação. O termo "produtivo" tinha um significado diferente na ciência econômica. (Um termo mais adequado, talvez, teria sido "trabalho de produção".)

(14) *Op. cit.*, p. 13.
(15) *Op. cit.*, p. 17.

(16) R. Hilferding, "Postanovka problemy teoreticheskoi ekonomii u Marksa" (A Formulação de Marx Sobre os Problemas da Economia Teórica), *Osnovnye problemy politicheskoi ekonomii* (Problemas Básicos de Economia Política), 1922, pp. 107-108.